



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
TESE DE DOUTORADO



TÁSSIO ACOSTA

ANARQUEOLOGIA DO PÂNICO MORAL

CAMPINAS – 2022

TÁSSIO ACOSTA

ANARQUEOLOGIA DO PÂNICO MORAL

Tese apresentada à Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas como parte dos requisitos exigidos para a obtenção do título de Doutor em Educação, na Área de Concentração Educação

Orientador: Prof. Dr. Silvio Donizetti de Oliveira Gallo

ESTE TRABALHO CORRESPONDE À VERSÃO FINAL DA TESE DEFENDIDA PELO ALUNO TÁSSIO ACOSTA, E ORIENTADO PELO PROF. DR SILVIO DONIZETTI DE OLIVEIRA GALLO.

CAMPINAS – 2022

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca da Faculdade de Educação
Rosemary Passos - CRB 8/5751

Ac72 Acosta, Tássio, 1986-
Anarqueologia do pânico moral / Tássio Acosta. – Campinas, SP : [s.n.],
2022.

Orientador: Silvio Donizetti de Oliveira Gallo.
Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de
Educação.

1. Anarqueologia. 2. Pânico. 3. Moral. 4. Filosofia. I. Gallo, Silvio Donizetti
de Oliveira, 1963-. II. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de
Educação. III. Título.

Informações Complementares

Título em outro idioma: Anarcheology of moral panic

Palavras-chave em inglês: Anarcheology, Panic Moral, Philosophy

Area de concentração: Educação

Titulação: Doutor em Educação

Banca examinadora:

Silvio Donizetti de Oliveira Gallo

Alexandre Filordi de Carvalho

Maria Rita de Assis Cesar

Viviane Melo de Mendonça

Tatiana Lionço

Data de defesa: 13-10-2022

Programa de Pós-Graduação: Educação

Identificação e informações acadêmicas do(a) aluno(a)

- ORCID do autor: <https://orcid.org/0000-0002-1608-4363>

- Currículo Lattes do autor: <http://lattes.cnpq.br/9459372033217997>

TÁSSIO ACOSTA

ANARQUEOLOGIA DO PÂNICO MORAL

COMISSÃO JULGADORA

Dr. Sílvio Donizetti de Oliveira Gallo [orientador]

Dr. Alexandre Filordi de Carvalho

Dra. Maria Rita de Assis Cesar

Dra. Tatiana Lionço

Dra. Viviane Melo de Mendonça.

A Ata da defesa com as respectivas assinaturas dos membros encontra-se no SIGA/Sistema de Fluxo de Tese e na Secretaria do Programa da Unidade.

CAMPINAS – 2022



Dedico este trabalho ao meu pai – rei da botecagem, da praia, da risada marota e do samba.
Deixou-me, exatamente, trinta minutos antes de eu começar a defesa deste Doutorado.

Até já, meu velho!

AGRADECIMENTOS

Pá, pela parceria de hoje e sempre. Não há palavras para descrever a importância que você tem em minha vida. Obrigado também por toda sistematização dos dados nos gráficos.

Flan, pela companhia e risadas ao longo do curso desse Doutorado. Sem vocês, a pandemia teria sido insuportável. Eu não tenho palavras para descrever suas importâncias.

Professor Sílvio Gallo, por ter me ensinado que o processo de orientação pode (e deve!) ser leve, respeitoso e libertário.

Professoras Tatiana Lionço e Maria Rita, pela extrema dedicação durante a qualificação. O deslocamento do trabalho inicial, que versava sobre a pedofilia em si, para a questão do pânico moral mudou de forma contundente o eixo analítico.

Professora Viviane de Mendonça e Professor Alexandre Filordi, pelo afeto e acolhimento durante toda a defesa. A questão do medo trazida na arguição enriqueceu sobremaneira o trabalho final.

Tatiana, Maria Rita, Filordi e Viviane, obrigado por participarem deste momento!

Professor Julio Groppa, pela potência de aula e significativos deslocamentos produzidos naqueles que fazem seus cursos. Fomos atravessados por uma pandemia de distância, mas foi um até breve.

Professoras Helena Altmann, Inês Dussel, Luana Tvardovskas e Margareth Rago e Professores Aldo Ambrósio, David Pereira, Marcelo Vicentin, Paulo Miceli, Pedro Paulo Funari e Sílvio Gallo pelos saberes compartilhados ao longo das onze disciplinas cursadas e dos grupos de estudos em que participei nesse processo de deslocamento e amadurecimento temático.

Pai, pelo o que você foi. Mãe, pelo o que você continua sendo. Thyago e Andressa, mar calmo não faz bons marinheiros. Lu e Joca, voem!

Vó, pelas batatas de atleta. Tia, por sempre acreditar. Pri, pelo sorriso habitualmente estampado.

Rapha, a favela venceu!

Edu, pela serenidade no olhar, calma no tratar e responsabilidade na mão da feitura. Sua proteção sempre me guiou.

Cesão, por não fazer mais do que a obrigação. Clô, pelas provocações produzidas entre uma cervejinha e outra. Pepim, moleque de futuro, gente boa. Só vai!

Beth e Sérgio, pelo refúgio na mata entre uma coquinha gelada e outra, sempre acompanhado de pittypitoca.

Gabs e Lilizete que, mesmo longe, sempre se mantiveram perto e, quando vacinados, logo me receberam em perubacity.

Line e Titi, mestres da G&T, pelo reencontro depois de 3 anos e pelo suplício na definição do quarto sabor da pizza. Tadico!

Renato e Rafa, pela parceria ao longo dos semestres entre São Paulo e Campinas e suas companhias no bandejão. Ninguém soltou a mão de ninguém.

Fabi e Su, eu não sei onde eu estaria sem seu acolhimento.

Madalena, por chegar na hora de maior caos e trazer doses cavalares de dopamina.

Ao Alê, Fran, Isa, Lelê, Marco, Isa, Sérgio, Arnaldo, Jaime, Fábio, Cida, Toninho, Chel, Mara, Nenê, Dri, Vitão, Inely, Nora, Rê, Erival, Luca, Mari, Caio, Bruna, Cá, Tatchen, Cynthia, Arnaldo, Silvinha, Gu, Isabella, Nhasmim, Luan, Gi, Prince, Fabi, Guga, Mario, Lesk, Fani, Bruno, Birão, Lu, Jimmy, Bruno, Alexandre, Alcides, Marina, Gama, Marcelo, Vini, Isis, Ney, Kamilla, Giorgio, Van, Pedrão, Paulo, Vivi, Mimi, Dênis, Caio, Fadinha, Márcio, Marcelo, Maurício, Priscilinha, Tia Bia, Tio Netinho, Oscar, Dani, Pedro, Caio, Vinícius, Tia Sirlene, Tio César, Rubens, Thay, Amanda, Wilton, Michelle, Mirela, Rennó, Marcelo, Marcos, Verdú, Laura, Olivia, Márcia, Paula, Denise, Lilian, Marcelo, Sylvia, André, Luaninha, Lua, Eric, Felipe, Galastri, Maria, Patrícia, Lisandra, Cris, Guilherme, Narine, Rafaela, Kátia, Alex, Tiago, Anselmo, Cido, Vivi, Valeria, Alexandrina, Rodrigo, Juniele, Luigi, Rocha, Rogério, Ofélia, Iara, Samir, Brandão, José, Criolo, Arnaldo, Chico, Caetano, Baiana, Racionais, Conrado, Bruno, Galeria, XV e a tantos outros que se fizeram presentes ao longo de minha vida.

Um pouco de possível, senão eu sufoco
Gilles Deleuze

RESUMO

O objetivo do presente trabalho é operacionalizar a anarqueologia, conforme as acepções propostas por Michel Foucault, para a análise do agenciamento do pânico moral na contemporaneidade. Seu ponto de inflexão consiste nos casos da Casa Coral, na França, e da Escola Base, em São Paulo, utilizando a hemerografia do jornal francês *Le Monde* e do jornal Folha de São Paulo para refletir sua ocorrência e analisar o impacto do caso brasileiro nesta consolidação. Avalia-se ainda como estes dois casos, com suas singularidades e multiplicidades, geraram diálogos e ressonâncias entre si. Emprega-se a cartografia influenciada por Gilles Deleuze, Felix Guattari e Suely Rolnik para o estudo do acervo brasileiro, entre o período de 1976 até o último dia de dezembro de 2019, contemplando 1701 matérias examinadas. Ao longo do referido período, foi identificada a existência de 31 matérias compreendidas como viradas discursivas - ou seja, atualizações de regimes de verdade enquanto renovação do pânico moral -, desveladas a partir do operador metodológico anarqueológico. Para melhor entendimento acerca do pânico moral, foi realizada uma análise da forma como se deu sua consolidação no imaginário social, na esfera educacional, no espaço artístico, na narrativa política e na descrença institucional, produzindo novas formas de governo das vidas e de subjetividades pós-fascistas. Por fim, com base nos dados disponibilizados pelo Disque Direitos Humanos - Disque 100, as escolas são consideradas como locais privilegiados na construção de redes de proteção e acolhimento às infâncias, estejam elas em situação de precariedade e/ou vulnerabilidade ou não.

ABSTRACT

This dissertation aims at operationalizing anarcheology, according to Michel Foucault, for the analysis of the agency of moral panic in contemporaneity. The cases of the Choral House, in France, and the Base School, in São Paulo, are the turning points. The hemerography of the French newspaper *Le Monde* is used to reflect its occurrence, and that of the newspaper *Folha de São Paulo* is used to analyze the impact of the Brazilian case in this consolidation. We also evaluate how these two cases generated dialogues and resonances between each other, with their singularities and multiplicities. The cartography influenced by Gilles Deleuze, Felix Guattari and Suely Rolnik is applied for the study of the collection on the Brazilian case, from 1976 until the last day of December 2019, contemplating 1701 examined pieces. Throughout the mentioned period was identified the existence of 31 pieces considered as discursive turns, i.e., updates of truth regimes as a renewal of moral panic, unveiled from the anarcheological methodological operator. For a better understanding of moral panic, we analyze how it was consolidated in the social conception, in the educational sphere, in the artistic space, in the political narrative and in institutional disbelief, producing new forms of governance of lives and post-fascist subjectivities. Finally, based on the data made available by the Human Rights Hotline - Disque 100, the schools are valued as privileged places in the construction of networks for protecting and sheltering children, whether they are in precarious and/or vulnerable situations or not.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Jovens na Casa Coral.....	92
Figura 2 - Área externa da Casa Coral	95
Figura 3 - Crianças brincando em Coral	103
Figura 4 - Escola é acusada de prostituição	114
Figura 5 - Depredação e saques na Escola Base.....	116
Figura 6 - Livro censurado na Bienal do Rio de Janeiro.	159

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Incidência total do termo pedofilia na Folha de São Paulo	38
Tabela 2 - Dispositivos de regimes de verdade	46
Tabela 3 - Viradas discursivas	61
Tabela 4 - Viradas discursivas na década de 1980	64
Tabela 5 - Viradas discursivas na década de 1990	65
Tabela 6 - Viradas discursivas na década de 2000	70
Tabela 7 - Viradas discursivas na década de 2010	77
Tabela 8 - Presença de gênero e sexualidades nos documentos oficiais	147
Tabela 9 - Divergência de dados quantitativos	181

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Emergência da pedofilia na Folha de São Paulo	40
Gráfico 2 - Categorização do arquivo contendo 1701 matérias	42
Gráfico 3 - Rizoma dos regimes de verdade	45
Gráfico 4 - Incidência das viradas discursivas por década	63
Gráfico 5 - Incidência das viradas discursivas por tema	87
Gráfico 6 - Quantidade de denúncias registradas no Disque 100.....	183

LISTA DE ABREVIATURAS

Aids: Acquired Immunodeficiency Syndrome (Síndrome da Imunodeficiência Adquirida)

BNCC: Base Nacional Comum Curricular

CEP: Código de Endereçamento Postal

CF: Constituição Federal

CPI: Comissão Parlamentar de Inquérito

DP: Distrito Policial

DSM V: Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais

EBC: Empresa Brasileira de Comunicação

ECA: Estatuto da Criança e do Adolescente

EUA: Estados Unidos da América

FE: Faculdade de Educação

FEF: Faculdade de Educação Física

FE-USP: Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo

FE-Unicamp: Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas

FSP: Folha de São Paulo

IBOPE: Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística

IFCH: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

IML: Instituto Médico Legal

IP: Internet Protocol

IP-USP: Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo

LGBT: Lésbicas, gays, bissexuais e transexuais e travestis

LGBTQI+: Lésbicas, gays, bissexuais, transexuais e travestis, queer, intersexuais e + (outras identidades e orientações sexuais)

MEC: Ministério da Educação

ONU: Organização das Nações Unidas

Psi: Psicologia, psicanálise e psiquiatria

RAC: Rede Alternativa Coletiva

TCLE: Termo de consentimento livre e esclarecido

UNESCO: Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

Unicamp: Universidade Estadual de Campinas

SUMÁRIO

DESLOCAMENTOS DA PESQUISA	16
FERRAMENTAS METODOLÓGICAS E O CAMPO DE PESQUISA.....	25
Jornal como sintoma de sua temporalidade.....	25
Cartografia do arquivo.....	33
Anarqueologia das viradas discursivas.....	47
Década de 1980	64
Década de 1990	65
Década de 2000	70
Década de 2010	77
O MEDO EM COMUM.....	89
Casa Coral, em Aimargues	91
Escola Base, em São Paulo	109
Localização dos sujeitos	125
Singularidades e multiplicidades	128
A CONSOLIDAÇÃO DO PÂNICO MORAL	136
No imaginário social.....	138
Na esfera educacional	144
No espaço artístico	152
Na narrativa política.....	160
Na descrença institucional	167
PONDERAÇÕES FINAIS	177
BIBLIOGRAFIA	190

DESLOCAMENTOS DA PESQUISA

Os deslocamentos vivenciados em uma pesquisa de doutoramento podem potencializar aquilo inicialmente pensado e proposto durante a confecção do projeto para o processo seletivo, além de situar a temática em outro campo antes não pensado; caso deste trabalho. Sendo aprovado nas etapas admissionais com um projeto que versava sobre as inseguranças existentes nas práticas de *sexting* entre alunos dos anos finais do ensino médio, e interessado em realizar a pesquisa sobre a temática com professores deste mesmo ciclo escolar, foram vivenciadas diversas descontinuidades ao longo do curso dos créditos curriculares.

A primeira ruptura ocorreu perante a dificuldade de obtenção do campo para a pesquisa: das 1108 escolas contatadas ao longo dos meses finais do primeiro semestre de 2019, apenas 31 instituições responderam o e-mail enviado.

Nesse e-mail, eu me apresentava como estudante de Doutorado em Educação e buscava criar uma relação de confiança com coordenadores e diretores, a fim de construir um campo para a realização da pesquisa. Dentre as respostas recebidas por e-mail, apenas uma demonstrou interesse na realização do trabalho.

Em reunião inicial com o diretor, foram debatidos os objetivos principais e secundários do projeto, os motivos de o grupo focal ser formado exclusivamente por professores, a questão da confiabilidade e da confidencialidade dos dados obtidos em entrevista, a necessidade de serem gravadas e realizadas individualmente, o direito de suprimirem informações posteriores à gravação sem quaisquer prejuízos entre as partes, a garantia do sigilo das fontes (a não-citação seus nomes), idades, locais de trabalho, dentre outras curiosidades que apareceram ao longo desta primeira reunião de aproximação.

Com seu consentimento para a realização da pesquisa, participei de uma reunião com o corpo docente em virtude do início do semestre letivo. Após uma longa fala do diretor sobre os indicadores estaduais, as melhorias necessárias e os índices de evasão escolar, fui apresentado por ele e me foi pedido que

discorresse sobre mim e sobre o propósito de estar ali. Durante aproximadamente 10 minutos, expliquei sobre o projeto de pesquisa, as garantias de segurança relacionadas à participação dos professores, o método de condução das entrevistas individuais, as gravações e a garantia de sigilo aos participantes.

Enquanto discorria sobre a necessidade de as entrevistas serem gravadas, pude perceber um grande desconforto por parte dos professores, mesmo tendo enfatizado que elas seriam realizadas individualmente. Alguns se manifestaram sobre o fato de o contexto político no momento em que o trabalho foi proposto não ser favorável para eles 'se colocarem publicamente', e que poderia incorrer no risco de ficarem marcados e serem perseguidos, tanto pessoal como profissionalmente, sobretudo no novo espaço público das mídias digitais.

Com isso em mente, destaquei as garantias presentes no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), que seria assinado pelos participantes, por mim e pelo professor orientador, o Prof. Dr. Silvio Gallo. Embora a ideia fosse demonstrar a segurança de pesquisa aos professores, o efeito obtido foi o oposto: as suas reações faciais demonstravam ainda mais desconforto com a necessidade de gravação das entrevistas, especialmente por perceberem o risco de seus dados pessoais estarem em um documento assinado.

Findada a apresentação e devidas elucidações, o diretor da instituição nos liberou para o intervalo da reunião matinal, que contava com um delicioso cafezinho preto coado, acompanhado de pastéis fritos e bolo de chocolate com cobertura de brigadeiro, além de minissanduíches de presunto e queijo, servidos no pátio de recreio dos alunos. Este lanche, mais informal e tranquilo, possibilitou meu encontro com os colegas para soluções de dúvidas, comentários sobre seus cotidianos naquela escola e algumas especificidades ali presentes.

Ao longo desta, alguns professores se dispuseram a realizar a entrevista sem a assinatura de nenhum documento que pudessem identificá-los, enquanto outros negaram veementemente, preocupados com sua segurança. Por fim, a vasta maioria me desejou sucesso com a pesquisa e compreendeu sua importância. Mesmo tendo destacado a supressão de seus nomes, idades e

disciplinas lecionadas no trabalho final, ainda afirmaram que haveria um documento oficial registrando sua participação, identificando-os e, portanto, inviabilizando sua colaboração.

Dos 42 professores presentes na reunião, apenas oito aceitaram participar da pesquisa, impossibilitando a sua realização, uma vez que o grupo focal ficaria demasiadamente fragmentado e, por consequência, resultaria em uma menor compreensão de quais discursos eram acionados frente à prática de *sexting* e o vazamento não-consensual de tais conteúdos imagéticos.

Ao mesmo tempo em que vivenciei esta descontinuidade de pesquisa e impossibilidade da concretização do campo, as oito disciplinas cursadas e os três grupos de pesquisas dos quais participei ao longo do Doutorado promoviam diversos deslocamentos no projeto de pesquisa, dentre os quais, cito como os mais importantes:

O primeiro, que se deu logo em minha disciplina inaugural, *Seminário Avançado I: Filosofias da Diferença e Pesquisa em Educação*, ministrada pelo Prof. Dr. Silvio Gallo (FE-Unicamp). Nela, Silvio debateu sobre produções produção de regimes de verdade, e em como o operador metodológico anarqueológico poderia ajudar no desvelamento das formações discursivas, tanto em suas objetividades - ou seja, faladas e impressas -, como nas subjetividades, interiorizadas em nossas práticas cotidianas.

O segundo deslocamento ocorreu na disciplina *Seminário III: Relações de Gênero e Educação*, ministrada pela Profa. Dra. Helena Altmann (FEF-Unicamp). Em seu seminário, ao debatermos meu projeto, Helena disse que, sendo mãe de uma filha adolescente, a temática da pesquisa poderia desencadear algumas inseguranças, dependendo de como o assunto fosse abordado pela escola. Destacou, também, que a pesquisa encontraria dificuldade de aprovação pelo Comitê de Ética caso o grupo focal consistisse nos alunos, mas uma alternativa seria direcioná-lo aos professores. Após sua fala, passei a problematizar o meu próprio estudo: será que o problema de pesquisa estava centrado realmente à prática de *sexting*, ou tinha algo além disso? Se sim, o que seria?

O terceiro aconteceu na disciplina *Tópicos em Teoria da História II: Práticas de subjetivação, história e gênero*, ministrada pela Profa. Dra. Luana Tvardovskas (IFCH-Unicamp), que me permitiu compreender a mutabilidade existente nas técnicas de si e como esta coadunava com o saber, com o poder e com a verdade para se manifestarem na produção de subjetividades. A cada debate realizado em aula sobre a questão do sujeito, do *assujeitamento* e da subjetivação, mais o projeto ia se deslocando para um lugar ainda desconhecido.

O quarto deslocamento decorreu da disciplina *Escrita Pós-Estruturalista e Educação: Subsídios para a Pesquisa Educacional*, com o Prof. Dr. Júlio Groppa (FE-USP). A partir de um determinado momento do curso, a cada dia de aula, dois alunos apresentavam seus projetos para que todos produzissem problematizações e possibilidades outras a partir do tema apresentado. Apresentei meu projeto no primeiro dia, e concluímos coletivamente que o problema 'por trás' do projeto estava na imbricação entre escola e pedofilia. Júlio destacou em sala o caso da Escola Base, de 1994, como possibilidade para considerar a questão da intersecção entre sexualidade e educação, bem como o uso do arquivo enquanto subsídio para elementos analíticos. Essa possibilidade me interessou, como historiador, por defrontar com o entrecruzamento dos marcadores *educação* e *sexualidade* somados à *mediatização* e à *judicialização*.

O quinto foi ocasionado durante as disciplinas *Gênero, subjetividades, cultura material e cartografia ao longo do primeiro ano* de pandemia, com a Profa. Dra. Margareth Rago, quando participei da *Linha livre*. Com as aulas já mediatizadas, via *Google Meet* e eventos acadêmicos ocorrendo virtualmente com transmissão no *Youtube*, debatemos sobre as novas formas de subjetivação que estavam sendo criadas ao longo desta transição da 'vida presencial' para a 'vida virtual'. Ao longo do curso, a provocação para um deslocamento se deu ao concluir a leitura do acervo da Folha de São Paulo, algo permitido pelo operador anarqueológico: será que todos os enunciados identificados ao longo dos 40 anos analisados estavam produzindo ali subjetividades diversas? Novas formas de governo de vidas?

Tendo a materialidade da Escola Base como *leitmotiv*, reconhecemos que os cinco deslocamentos experimentados durante as disciplinas cursadas e atividades nos grupos de pesquisas possibilitaram a definição deste novo tema.

A operacionalização dos regimes de verdade nas práticas discursivas, debatida por Silvio Gallo; o problema do encontro dos corpos maiores de idade com corpos menores de idade na escola, evidenciado por Helena Altmann; as formas como as práticas de si são capazes de subjetivar a sociedade e produzir noções de comportamento, destacadas por Luana Tvardovskas; o caso da Escola Base como possível intersecção dos marcadores da sexualidade e educação, explorado por Júlio Groppa; e a produção de subjetividades diversas e de governo das vidas, problematizados por Margareth Rago, corporificaram o problema de pesquisa.

Mas e agora, o que eu faria? Metade do prazo já havia passado, foi encontrado um outro problema para a realização da pesquisa e era necessário pensar em um novo projeto. Definitivamente, ninguém disse que esse processo seria fácil.

A leitura sobre um caso semelhante ocorrido na França, o da Casa Coral, veio por indicação de Silvio. Assim, leio sobre e me aproximo do assunto, identifico possíveis singularidades e multiplicidades com o caso brasileiro e opto por usar a hemerografia do jornal francês *Le Monde* para analisar os discursos destacados na mídia francesa, além das ressonâncias produzidas por ambos os casos. Embora distantes temporal e geograficamente, as acusações presentes no caso francês dialogavam de forma surpreendente com o caso brasileiro, além de também produzirem novas formas de governo de vidas na França. Finalmente, este foi o momento em que pude contemplar uma pesquisa de Doutorado possível.

Durante o exame de qualificação, dois importantíssimos deslocamentos foram conversados a partir das participações da Profas. Dras. Maria Rita de Assis Cesar (UFPR) e Tatiana Lionço (UNB), redefinindo substancialmente o trabalho e mudando os eixos analíticos desenvolvidos até aquele momento. Enquanto Maria Rita destacou o pânico moral comum entre os casos francês e brasileiro, demonstrando maior abrangência da problemática a nível mundial, Tatiana nos lembrou sobre a importância da escola presencial como local

privilegiado para o acolhimento às infâncias em situações de precariedade e vulnerabilidade, uma vez que as crianças têm maior visibilidade nas unidades de ensino.

Será, portanto, a partir destes oito deslocamentos vivenciados ao longo de meu percurso acadêmico de Doutorado que realizarei, nos próximos parágrafos, uma breve apresentação dos capítulos e os objetivos dos mesmos. Estando a tese estruturada em três capítulos grandes, além das ponderações finais, destaco, a seguir, a organização teórico-metodológica para melhor leitura.

Logo no primeiro capítulo, *Ferramentas Metodológicas e o campo de pesquisa*, partimos do pressuposto de que pensar no jornal como sintoma de sua temporalidade é de grande importância, por ser este o local propício para a identificação das ideias que circulam na sociedade.

Sendo esta a forma de registrar e ampliar suas ressonâncias, reconhecemos a validade de seu uso como método de pesquisa interessado em identificar como um determinado problema se apresenta e em como o mesmo foi confrontado ao longo do percurso histórico.

Inicialmente, utilizaremos da influência de Gilles Deleuze, Félix Guattari e Suely Rolnik para analisar o acervo hemerográfico a partir do método cartográfico. Nele, o arquivo da Folha de São Paulo será observado na forma de construção do trabalho de terreno, com o intuito de identificar as emergências, os acontecimentos, as singularidades e as multiplicidades presentes nos níveis macro e micropolíticos. A atenção às manchetes publicadas, em seus níveis de conexão, foi de grande importância para a identificar os agenciamentos ocorridos.

Ao longo desta feitura, foi identificado o que chamamos de viradas discursivas, - ou seja, as formas como os regimes de verdade foram sistematicamente atualizados ao longo do período analisado, além de sua capacidade de subjetivar a sociedade quando defrontados com aquele determinado problema, seja ele 'novo' ou 'antigo'. Para melhor análise destas viradas discursivas, foi criado o operador metodológico anarqueológico, conforme as acepções de Michel Foucault.

Em seu segundo capítulo, *O medo em comum*, destaca-se a necessidade de analisar dois casos de grande notoriedade, especificamente, a Casa Coral, na França, e a Escola Base, em São Paulo, para que haja uma melhor compreensão de como o encontro dos corpos no ambiente escolar poderia ser um problema ao considerar a educação. A hemerografia do jornal *Le Monde* foi utilizada no caso francês para identificar as semelhanças e diferenças com o caso brasileiro que, por sua vez, utilizou a hemerografia do jornal Folha de São Paulo para analisar como o problema da pedofilia foi construído ao longo dos tempos. Ambos os jornais foram escolhidos por serem os de maior circulação em seus respectivos países, nosso que nos permitiu mensurar os impactos dos regimes de verdade ali produzidos.

A Casa Coral, pertencente à Rede Alternativa Coletiva (RAC), oferecia alternativas educacionais às crianças relegadas aos manicômios e hospitais psiquiátricos franceses. Conhecida também como 'lugar de vida', produzia outras formas de escolarização e socialização para jovens internados em instituições manicomiais. Autogestionária, contava com o apoio de diversos artistas e intelectuais franceses, sobretudo por existir historicamente no pós-Maio de 1968. Inserida em meio a uma onda de denunciismo midiático, e após intensas batalhas judiciais, viu-se obrigada a desistir de sua luta antipsiquiatria e alinou-se à administração pública.

A Escola Base, situada em São Paulo, ficava localizada em uma casa residencial adaptada à prática escolar, conhecida popularmente como 'escola de bairro'. Neste caso, a instituição também se viu envolta em uma onda de denunciismo após a mãe de um dos alunos estranhar a brincadeira de seu filho que, ao sentar-se em sua barriga, realizou movimentos para frente e para trás. Indagado, afirmou que havia aprendido no videocassete da escola. Alarmada com esta afirmação, ela entra em contato com outras mães e se dirige ao departamento de polícia para registrar sua denúncia. Este processo foi altamente midiático, ocupando manchetes de jornais dia e noite. A escola foi vandalizada e, ao fim da investigação, os suspeitos foram inocentados.

Tais ataques foram consolidados a partir do medo - fosse ele relacionado às instituições ou aos corpos ali presentes.

Assim, podemos observar que o medo foi fundamental para uma melhor compreensão de como o pânico moral se consolidou e tornou a escola um lugar de suspeita. O entendimento sobre medo é consolidado a partir de Spinoza, segundo quem o “estado não é resultado da ação racional dos homens, mas do choque de suas paixões. [...] Ao se unirem e formarem um Estado, simplesmente trocam seus medos e esperanças individuais por um medo e uma esperança comunitários. (1983, p. 18)

Os dois casos nos permitem perceber como a pedofilia foi utilizada para a produção de ataques contra instituições de ensino e como seus responsáveis foram associados à pecha de pedófilos. Este comparativo foi de grande importância para a identificação de como o pânico moral da pedofilia atravessa a escola e, por conseguinte, como diversas legislações são produzidas com a intenção de aumentar o controle sobre corpos presentes na sociedade - em outras palavras, no governmentamento das vidas.

Discernida a similaridade da problemática entre o caso francês e o brasileiro, buscou-se a conceituação dos sujeitos presentes em ambos os jornais para melhor entendimento dos discursos evidenciados nestes arquivos, uma vez que neles, a pedofilia, o sujeito pedófilo e o abuso sexual infantil eram entendidos como questões iguais. Eles foram problematizados para permitir uma melhor compreensão sociocultural.

Em seu terceiro capítulo, *A consolidação do pânico moral*, imbuído na pesquisa destes dois acervos hemerográficos e de seus desdobramentos na contemporaneidade, discute-se como a questão se tornou um pânico moral e as formas como esses agenciamentos se efetivaram na sociedade, fazendo da escola um local de disputas, uma instituição sob suspeita e, portanto, com a necessidade de práticas intervencionistas para aumento do controle e da vigilância, tanto dos conteúdos curriculares a serem trabalhados como dos corpos ali presentes. Para tanto, enfatiza a consolidação do pânico moral no imaginário social, na esfera educacional, no espaço artístico, na narrativa política e na descrença institucional – tais identificações são de extrema importância na compreensão de como tais enunciados coadunaram para a produção de subjetividades pós-fascistas.

Ainda que introdutoriamente, de forma a apresentar os conceitos de pânico moral e de subjetividades pós-fascistas ao leitor, entende-se, por pânico moral, a criação de um inimigo comum, sempre inatingível, para que o medo da sociedade o retroalimente e, ao mesmo tempo, forje a criação de outros inimigos em um sistemático processo de atualização da situação vigente. Este jogo de atualização para outros medos, produzindo outros pânicos morais, é de fundamental importância para a manutenção do controle social.

Já as *subjetividades pós-fascistas* são percebidas como formas de governamento das vidas a partir de políticas reacionárias que são capturadas pela extrema-direita para a promoção do enfrentamento às instituições consolidadas, desacreditando sua importância enquanto agentes mediadores a partir de campanhas persecutórias, da criação conspiratória de inimigos inatingíveis, da militarização do aparato estatal e da perseguição a grupos dissidenciais.

Por fim, nas ponderações finais, a intenção foi valorizar as escolas presenciais enquanto locais seguros de acolhimento às infâncias, estejam elas em situação de precariedade e vulnerabilidade diversas. Tal entendimento se cristalizou sobremaneira a partir do entrecruzamento dos dados disponibilizados pelo Disque 100, do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, tendo como tipificação a violência sexual contra crianças e adolescentes. Percebe-se que, ao passo em que a discussão sobre gênero e sexualidade foi suprimida dos currículos escolares, houve diminuição das notificações desta ocorrência – problema ainda mais grave, uma vez que este tipo de crime é historicamente reconhecido por sua subnotificação – e, após a necessidade de distanciamento social e decorrente interrupção nas atividades dos estabelecimentos de ensino, as denúncias anônimas registradas no Disque 100 aumentou exponencialmente.

Nesse sentido, acredita-se que a instituição escolar presencial, dotada de todo o aparato institucional e multiprofissional, como merendeiros, supervisores, professores, coordenadores, diretores, assistentes sociais e psicólogos, é lugar privilegiado para a construção de redes de proteção e acolhimento às infâncias.

FERRAMENTAS METODOLÓGICAS E O CAMPO DE PESQUISA

A partir da hemeroteca da Folha de São Paulo, o presente capítulo analisará como se deu a consolidação do pânico moral da pedofilia entre as décadas de 1970 e 2010. Foi utilizada a cartografia influenciada por Gilles Deleuze, Félix Guattari e Suely Rolnik para compreender as singularidades e multiplicidades existentes, além da anarqueologia segundo Michel Foucault para identificar as viradas discursivas na consolidação dos regimes de verdade.

Jornal como sintoma de sua temporalidade

Entender o jornal como sintoma de sua temporalidade, por definição, é operacionalizá-lo em suas pulsões e potências disruptivas, tanto em seus escritos objetivos quanto em suas produções subjetivas. É compreender o que há de velado na impressão.

É de conhecimento geral que os jornais não apenas noticiam informações, mas fomenta também diferentes formas de produção de saber, relações de poder e a relevância e abrangência da cobertura midiática. Ainda, é possível perceber sua capacidade de delimitar a agenda dos debates públicos e produzir noções de normalidade, anormalidade e/ou comportamentos corretos e incorretos.

Assim sendo, o historiador Marc Bloch (2002) problematiza o fato de que a informação disponível no jornal pode não ser, de fato, uma verdade. Para ele, o trabalho do historiador, ou daquele que usa o jornal como fonte para pesquisa, é o de buscar, nos espaços das palavras e das linhas, qual verdade está sendo produzida e quais informações estão sendo compartilhadas.

Como o jornal está localizado em um tempo histórico específico e dialoga com os regimes de verdade ali presentes, ao mesmo tempo em que suas matérias também realizam novas produções de verdade, atentar-se às subjetividades ali impressas é de grande importância para a realização de pesquisas. Para Foucault (2014c), “o poder, o poder em geral, não pode ser exercido se a verdade não for manifestada” (2014c, p. 67), E estes jogos de verdade, estes regimes de verdade, serão centrais na análise de como ela se manifesta na forma subjetiva e atravessa os corpos-leitores. Isto será analisado

de forma mais minuciosa no próximo capítulo, utilizando a anarqueologia para avaliar e compreender a operacionalização e as formas de agenciamento exercidas por estes regimes de verdade.

Para Marc Bloch (2002), documentos são vestígios históricos. Neste caso, o jornal é considerado um documento de temporalidade determinada. A concepção de jornal como vestígio histórico e sintoma de sua época é de grande importância, pois nos permite compreender que aquelas páginas impressas cristalizam noções construídas em um contexto específico e são capazes de influenciar olhares subsequentes.

Posto isso, seria possível considerar o jornal como uma forma de registrar acontecimentos, segundo a aceção do historiador Fernand Braudel (1990)? Que ele seja observado e percebido como um produtor de subjetividades de longa duração? As matérias presentes nos dias, semanas, meses, anos ou décadas anteriores são capazes de mudar a forma como a sociedade considera um determinado problema e as formas de enfrentá-lo? Quais sintomas poderiam ser captados em seus impressos?

Devemos considerar ainda que as temporalidades são múltiplas e os atravessamentos, diversos. A história deve ser esmiuçada como cascatas e trombas d'água, avassaladoras e intempestivas como o são. Tal qual as curvas e as quedas de um rio, “o acontecimento é explosivo, ruidoso. Faz tanto fumo que enche a consciência dos contemporâneos; mas dura um momento apenas, apenas se vê a sua chama” (BRAUDEL, 1990, p. 10). Outrossim, a história está para além do acontecimento em si, pois “o tempo adere ao seu pensamento como a terra à pá do jardineiro” (1990, p. 33) e, conseqüentemente, começa a produzir atravessamentos em tais corpos históricos que vivem aquele momento e naqueles que sucederão determinado registro.

Mais do que apenas registros de sua época, o jornal é capaz de produzir subjetividades que marcam os corpos, o tempo e, indubitavelmente, atravessam a todos, sejam corpos ou tempos. Assim, é possível compreender sentidos, lugares e saberes no jornal – estejam estes explicitados em suas linhas ou apresentados de forma subjetiva nas entrelinhas. Será, portanto, nesta relação entre objetividades e subjetividades presentes em suas páginas que se consolidarão os regimes de verdade ali existentes.

Se “a escrita *faz história*”, conforme pontuado pelo historiador Michel de Certeau (1982, p. 195), é possível analisar o jornal como fonte histórica e sintoma de sua temporalidade, como um lugar onde são produzidos registros não apenas da história imediata (LACOUTURE, 1978), presente no ato de sua escrita, mas também registros que servirão como base para pesquisas futuras. Suas folhas impressas e seus acervos conservados da ação do tempo, ou não, permitem explorar um contexto histórico específico, uma determinada realidade política ou uma conjuntura cultural e, conseqüentemente, investigá-los ou, ao menos, tentar compreendê-los.

A existência presente no encadeamento do que foi escrito tempos atrás e o que é lido hoje para a realização de pesquisas gera ruídos que, por vezes, não estiveram presentes à época. Assim, pesquisador também tem condições de produzir atravessamentos, da mesma forma que os escritos do jornal na época em que foram produzidos. Isso pode ser justificado pelo fato de ambos estarem produzindo escritas de história por meio de narrativas.

Enquanto o jornal capta as narrativas em seus impressos, localizando regimes de verdade em um determinado momento histórico, o pesquisador que faz uso dele para averiguar essa história busca identificar aprisionamentos e rupturas.

Nesse sentido, o historiador Peter Burke (2005) expande a noção de cultura ao valorizar o uso das outras ciências para tentar explicar as demandas existentes na “cultura cotidiana, ou seja, costumes, valores e modos de vida” (2005, p. 48) ali presentes. O também historiador Eric Hobsbawm (1998), ao analisar como o passado ajuda a constituir as sociedades em seus escritos sobre a história, pontua que “o passado é, portanto, uma dimensão permanente da consciência humana. O problema para os historiadores é analisar a natureza desse ‘sentido do passado’ na sociedade e localizar suas mudanças e transformações. (1998, p. 22).

Sendo o objetivo do presente trabalho identificar a sua localização histórica, admite-se que as ferramentas metodológicas cartográficas e anarqueológicas valorizam tal sistematização.

Deixar de considerar o jornal apenas como detentor de registros do passado, mas passar a tratá-lo como um produtor de regimes de verdade com condições de produzir subjetividades ao longo de seus consequentes processos históricos para seus leitores é de grande importância quando tratado como sintoma temporal. Ainda que Pedro Paulo Funari estivesse falando sobre como a pesquisa arqueológica nos coloca frente à necessidade de interpretações, dada a ausência de vestígios mais evidentes, sua provocação é bastante interessante pela compreensão de que “o historiador pode e deve explorar as diferenças e contradições entre as fontes, de modo a tentar melhor interpretar seu objeto de estudo.” (FUNARI, 2008, p. 101), uma vez que entender o jornal como fonte histórica e as tentativas de esmiuçar as produções de verdade ali existentes podem conferir outro sentido para aquele determinado registro.

Não obstante, “o inconsciente, o mito, as mentalidades, as práticas culinárias, o corpo, as festas, os filmes, os jovens e as crianças, as mulheres, aspectos do cotidiano, enfim uma miríade de questões antes ausentes do território da História” (LUCA, 2008, p. 113) passaram a se mostrar presentes na confecção histórica e na constituição de subjetividades, sendo sistematicamente registrados nos impressos jornalísticos.

Ademais, Camargo (1971) atenta ao fato de que, muitas vezes, ao realizar pesquisas históricas usando jornais como bibliografia ou método de pesquisa, é comum que o pesquisador direcione as leituras ao encontro da hipótese inicial podendo, muitas vezes, incorrer na ausência do olhar e da leitura críticos para desvelar algo para além de seus registros.

Neste trabalho, a opção foi analisar, em primeiro lugar, o termo ‘pedofilia’ no acervo jornalístico da Folha de São Paulo em sua totalidade - ou seja, desde a sua primeira aparição, em 1976, até o último dia do ano de 2019. Luca (2008) destaca que ao longo da primeira década analisada, o Brasil vivenciava os anos de chumbo e, em virtude da censura à liberdade de expressão, muitas vezes os jornais foram silenciados e serviram ao Estado, “seja na condição de difusor de propaganda política favorável ao regime ou espaço que abrigou formas sutis de contestação, resistência e mesmo projetos alternativos” (LUCA, 2008, p. 129). Este seu destaque é interessante pois, conforme disponível na tabela 1, não houve evidente diferença de registros sobre a pedofilia durante o período da

ditadura militar e ao longo da primeira década posterior ao seu fim. O expressivo aumento de matérias jornalísticas ocorreu após o caso da Escola Base, em 1994.

Isto significa que a pedofilia ainda não era um problema presente no imaginário da sociedade brasileira e não contava com a devida cobertura midiática, ou a censura produzida ao longo da ditadura militar silenciou tais ocorrências durante sua vigência, impactando ainda a primeira década posterior ao fim do regime ditatorial.

Ainda de acordo com a historiadora Tânia Luca (2008), “historicizar a fonte requer ter em conta, portanto, as condições técnicas de produção vigentes e a averiguação, dentre tudo que se dispunha, do que foi escolhido e por quê.” (2008, p. 132). Em outras palavras, a escolha pela FSP se deu em virtude de este ser o jornal de maior circulação nacional e por conta de suas matérias pautarem os debates públicos. Incontestavelmente, a abertura realizada aos estudos históricos a partir da Escola dos Annales nos possibilitou ponderar as diversas formas de fazer história, destacando os jornais enquanto uma delas. Esta maior abrangência da conceitualização de fontes históricas trouxe elementos até anteriormente não pensados ou, ao menos, não sistematizados.

Quando um jornal capta problemas capazes de gerar comoção nacional e ocasionar amplo debate em diversas frentes sociais, como no caso da Casa Coral e da Escola Base, por exemplo, torna-se necessário esclarecer o fato de que, dependendo de sua intensidade, podemos nos deparar com um possível marcador histórico. Talvez, até mesmo, um divisor de águas com relação a algo, uma vez que os jornais têm condições de colocar fatos e ocorrências em voga. Quanto maior a visibilidade de um fenômeno, mais se falará sobre ele e, conseqüentemente, novas produções de regimes de verdade serão realizadas ao longo destas discussões.

Logo, algumas perguntas vêm à tona: como um determinado assunto se torna presente nos espaços relacionais, sejam eles públicos ou privados? Quais forças emanam de sua emergência? Como ocorrem suas circularidades e gotejamentos? Philippe Artières (2004), ao analisar a questão dos presídios a partir do Grupo de Informação sobre as Prisões (GIP) de Michel Foucault, constatou que “o que emergia através dessa sublevação era uma nova

subjetividade coletiva e eram essas formas de subjetivação, esses acontecimentos no porão da história, que o intelectual tinha por tarefa distinguir” (2004, p. 20). Assim, essa distinção das ocorrências é o que nos possibilita utilizar jornais como fontes históricas para averiguar sua temporalidade do ponto de vista sintomático.

A visão apurada para além do que está explícito, como quem entra abruptamente em uma rua e fixa o olhar em um determinado ponto, é imprescindível ao trabalhar com o jornal como fonte histórica com sintomas específicos de sua temporalidade, pois a minúcia compatibiliza para detida análise das produções de regimes de verdade ali presentes. Artières (2004) também reflete acerca do fato de que “o diagnosticador deve igualmente não dar demasiada importância a seu estatuto de autor e às funções que lhe são destinadas” (ARTIÈRES, 2004, p. 35), pois, para o autor, “o valor do diagnóstico não repousa num rosto, numa identidade de autor, mas no próprio diagnóstico. A qualidade do olhar deve absorver todo o rosto, fazê-lo desaparecer” (2004, p. 35).

Para o filósofo Michel Foucault (2000), a noção de diagnóstico “não consiste simplesmente em caracterizar o que somos, mas, seguindo as linhas da vulnerabilidade da atualidade, em conseguir apreender por onde e como isso que existe hoje poderia não ser mais o que é” (FOUCAULT, 2000, p. 325), incitando-nos à reinvenção, a nos deslocar para outras vidas, uma vez que esta possibilidade de irrupção permite ponderar as mudanças necessárias, seja por meio das manifestações de verdade existentes nos jornais, ou por meio de mudanças próprias em nossas relações éticas e estéticas de vida.

Entretanto, pontua-se aqui a necessidade de explicitar que a produção dos regimes de verdade contidas no jornal não podem ser classificadas como exercícios parresiásticos - ou seja, o ato corajoso de falar a verdade a qualquer custo, conforme trabalhado nas aulas do curso *A Coragem da Verdade*, de Michel Foucault, entre 1983 e 1984. Principalmente porque não há como crer que o jornal permita uma fala franca ou um compartilhamento verdadeiro, pois “a parrésia é uma virtude, uma qualidade, uma técnica” (MCLAREN, 2016, p. 202), e os jornais não estão circunscritos neste exercício.

Entende-se, portanto, que as matérias presentes nos jornais são formas de produzir regimes de verdade, uma vez que o jornal parte de uma determinada questão para captar enunciados discursivos sobre a ocorrência em si. Este fluxo informacional forja saber, poder e noções de verdade - além de objetividades e subjetividades.

O filósofo Frédéric Gros (2004) considera a parrésia um “lugar de um dizer verdadeiro que tenta se reinventar, conciliando a educação ética das almas, a verdade do discurso e a política dos indivíduos” (2004, p. 160) e, à consequência de tal concepção, o jornal é considerado como um meio de comunicação eficaz na produção de regimes de verdade e, assim, com capacidade de subjetivar a sociedade.

Inicialmente, ao possibilitar a sistematização daquelas ideias presentes nas matérias publicadas em jornais e revistas, a bibliotecária Yvonne Salema destaca que “a ideia principal do arquivo é suprir a falta de informações existentes nos livros, principalmente dos assuntos emergentes” (1998, p. 345).

Como o nosso foco está em um tema específico (a pedofilia) e, assim, a imersão no acervo jornalístico possibilita análise desde a sua emergência até os momentos de maior ou menor incidência, seja ao longo de um período específico ou ao longo de todo o seu acervo, o trabalho hemerográfico é indubitavelmente objetivo e subjetivo, e se dá a partir da relação que o pesquisador constrói com a sua pesquisa, com o arquivo e com (ou a partir de) seu itinerário formativo.

Usar o jornal como fonte histórica significa estar preparado para buscar os enunciados e os regimes de verdade ali presentes e compreender as tessituras engendradas nas relações, tal qual a máquina de tear enlaça os fios do novelo ao longo da feitura de algo.

As tentativas de diagnosticar o presente a partir de jornais podem se tornar vitais para examinar a história do tempo presente e a história imediata – ainda que esta última seja alvo de muitas críticas pela ausência de um distanciamento entre o pesquisador e o objeto de pesquisa. Para o historiador francês Jean Lacouture “a ‘história imediata’ tal como a percebemos não para de se mexer, recusando um verdadeiro enquadramento, bem como uma acomodação satisfatória” (1978, p. 216). Logo, campo intenso e pulsante.

Sob uma analogia bastante clara sobre a história imediata, Lacouture (1978) afirma que “na medida em que é, ao mesmo tempo, o reflexo e o criador de acontecimentos, ainda que não de dinâmica social, o 'imediatista' será constantemente o galho em cima do qual trabalha” (1978, p. 227) e, ao mesmo tempo, tem “de enfrentar um risco muito particular: o da ruína das suas fontes” (1978, p. 227). Ainda assim, com todos os riscos existentes em sua prática, olhar para o arquivo jornalístico é uma forma possível do fazer da história, principalmente porque seus impressos relatamos tensionamentos ali presentes e as disputas existentes enquanto sintomas de algo.

Não obstante, Lacouture vê, em tempos atuais, uma aproximação cada vez maior entre o jornalista e o historiador frente à produção de análises conjunturais contemporâneas a partir do uso do arquivo jornalístico.

Quanto às preocupações sobre os riscos existentes nesta prática de pesquisa, o autor pontua que “a imprensa e os pesquisadores ‘imediatistas’ abriram para si a porta dos arquivos. Os historiadores sabem considerar o presente e aplicar às suas convulsões seu rigor profissional” (1978, p. 238) para considerar as circularidades das ideias nos espaços públicos mediados pelos jornais.

Para as historiadoras Juniele Almeida e Marta Rovai (2013), “os setores de jornalismo e divulgação científica em História nas universidades também podem contribuir para a publicização da produção historiográfica e para que o acesso do público aos debates desenvolvidos seja ampliado” (2013, p. 7) através do uso deste tipo de mídia para análise e divulgação científica. Não obstante, o uso de seus acervos contribui significativamente para o ofício do historiador ou da pessoa interessada em desenvolver pesquisas.

Vale destacar a necessária sensibilidade ao trabalhar com o jornal enquanto fonte histórica, uma vez que seus registros perpassam por pessoas, histórias de vida e acontecimentos. As vivências ali registradas são capazes não apenas de gerar regimes de verdade, mas também de produzir manifestações nas questões éticas da memória coletiva – esta última, midiaticizada pelos meios de comunicação, coloca, por vezes, os sujeitos em posições ora conflitantes, ora harmônicas, incidindo expressivamente sobre as formas como a sociedade

vivencia determinados problemas que emergem em seu entorno, assim como as soluções que encontra para a sua superação.

Como o pânico moral gerado sobre determinadas temáticas pode criar inimigos visíveis ou ocultos, comuns ou desconhecidos, ressalta-se a importância do cuidado no trato das informações ali presentes pois, ao mesmo tempo em que o medo é capaz de agenciar entendimentos divergentes perante determinada prática, ele também é capaz de criar inimigos comuns a serem combatidos. Justamente por isso, “o jornal como fonte histórica potencial é um lugar-espço social onde ocorreram e ocorrem relações diversas alimentadas pela ação social de quem, direta e indiretamente, está presente na notícia e na produção do jornal” (RIBEIRO, SILVA, SILVA, 2014, p. 228). Sendo este de circulação pública, reconhece-se sua capacidade de influenciar entendimentos na sociedade à medida em que expande sua circularidade nos espaços públicos.

As diferentes temporalidades registradas ao longo do período analisado na FSP - entre 1976 e 2019 - nos permitiram gerar diversos pontos de compreensão acerca de como o problema da pedofilia passou a ser cada vez mais agenciado na ‘produção de algo’. Posteriormente, identificou-se um importante deslocamento deste inimigo comum: agora presente na escola, sobretudo nos professores interessados em debater temáticas relacionadas a gênero e sexualidades, todos os espaços de ensino-aprendizagens passaram a serem merecedores de atenção.

Esta intersecção entre os jornais de grande circulação, o risco da existência do sujeito pedófilo no outro e a escola como um lugar de encontro dos corpos adultos e infantis foram o convite para a concretização desse trabalho.

Cartografia do arquivo

Partindo do método cartográfico, no qual são mapeados espaços e territórios, populações e organizações, a leitura do acervo da Folha de São Paulo se deu com o foco voltado a identificar “movimentos, relações, jogos de poder, enfrentamentos entre forças, lutas, jogos de verdade, enunciações, modos de objetivação, de subjetivação, de estetização de si mesmo, práticas de resistência e de liberdade” (PRADO FILHO, TETI, 2013, p. 47). No inaugurado por Rolnik

(2016), a pesquisa de paisagens psicossociais. Para a autora, a “inteligibilidade da paisagem em seus acidentes, suas mutações” (2016, p. 62) é o que permite ao cartógrafo ser, antes de tudo, um antropófago, pois ele, “vive de expropriar, se apropriar, devorar e desovar, transvalorado” (2016, p. 65) no intento de identificar todas as transformações existentes.

Ao fazer uso da cartografia social em pesquisas de ciências humanas e sociais, busca-se “como estratégia de análise crítica e ação política, olhar crítico que acompanha e descreve relações, trajetórias, formações rizomáticas, a composição de dispositivos, apontando linhas de fuga, ruptura e resistência” (PRADO FILHO, TETI, 2013, p. 47). Ao mesmo tempo, “o caráter político da prática do cartógrafo é da alçada da micropolítica e tem a ver com *poder em sua dimensão de técnicas de subjetivação*” (ROLNIK, 2016, p. 70, grifo da autora), sobretudo por permitir melhor uma compreensão do regime em curso.

Ao considerar o acervo jornalístico “uma máquina quase muda e cega, embora seja ela que faça ver e falar” (DELEUZE, 2006, p. 44), quais tensionamentos e rupturas se fazem presentes? Quais forças se apresentam? Quais multiplicidades se revelam ao passo que a leitura e anotações do arquivo ocorrem? Quais sintomas são identificados em determinada temporalidade? Afinal, após verificar um acervo com 43 anos de registros e dispor de 240 horas para sua leitura ao longo de dois meses, quais campos de forças e relações puderam ser percebidos durante este extenso trabalho?

Interpretando os títulos das matérias lidas como enunciados, e considerando que “um enunciado sempre representa uma emissão de singularidades, de pontos singulares que se distribuem num espaço correspondente” (DELEUZE, 2006, p. 16), para além dele em si, o filósofo chama a atenção para as três fatias dos espaços que o forjam: o espaço colateral, o espaço correlativo e o espaço extrínseco (ou espaço complementar). O primeiro destaca a transversalidade do enunciado e como este é capaz de produzir atravessamentos (2006, p. 18); o segundo, como as regularidades representam singularidades (2006, p. 21), e o terceiro espaço identifica as formações não-discursivas como, por exemplo, os acontecimentos políticos e as práticas cotidianas (2006, p. 21).

A cartografia se apresenta como método de grande importância para melhor compreensão de como os enunciados se manifestam ao longo do dispositivo da pedofilia.

desenredar as linhas de um dispositivo, em cada caso, é construir um mapa, cartografar, percorrer terras desconhecidas, é o que ele chama de «trabalho de terreno». É preciso instalarmo-nos sobre as próprias linhas; estas não se detêm apenas na composição de um dispositivo, mas atravessam-no, conduzem-no, do norte ao sul, de este a oeste, em diagonal. (DELEUZE, 2005 p. 1)

Nesse sentido, Michel Foucault dará bastante atenção ao corpo para operacionalização da ética de si pois, para ele, o corpo é a “superfície de inscrição dos acontecimentos (enquanto a linguagem os marca e as ideias os dissolvem), lugar de dissociação do Eu (que supõe a quimera de uma unidade substancial) volume em perpétua pulverização” (FOUCAULT, 2014a, p. 65), já que o corpo permite a materialidade necessária para que a história se faça presente a partir das emergências. Para tanto, “o cartógrafo parte com uma ideia na cabeça: tentar entender, antes de mais nada, a tal potência que se sente no ar” (ROLNIK, 2016, p. 85) e, quando defrontado com a poeira do acervo da Folha de São Paulo, ser capaz de identificar as ‘emergências de algo’ foi de grande importância para compreender os regimes de verdade ali forjados.

Ao nosso ver, essa marcação nos corpos ocorre por meio dos estados de força, das disputas, das construções e das multiplicidades, uma vez que “como em qualquer outro regime, é o modo de subjetivação que nele se produz que lhe confere sua consistência existencial, sem a qual ele não se sustentaria; um não vai sem o outro” (ROLNIK, 2018, p. 35). Quando os jornais produzem suas narrativas sobre um determinado problema, eles estão concomitantemente produzindo regimes de verdade, marcando os corpos enquanto sadios e anormais, produzindo corpos desconfiáveis e corpos repugnantes (CARVALHO, 2013).

Será a partir do ‘trabalho de terreno’, conforme destacado por Deleuze, que o acervo deverá ser lido em suas multiplicidades e singularidades. Ele deve ser considerado como o diagrama de uma maquinaria abstrata capaz de produzir densidades diversas. Valorizando a noção de diagrama, o filósofo francês esclarece seu ponto como “a apresentação das relações de força que

caracterizam uma formação; é a repartição dos poderes de afetar e dos poderes de ser afetado; é a mistura das puras funções não-formalizadas e das puras matérias não-formadas” (DELEUZE, 2006, p. 80).

Vale pontuar que as emergências são plurais e dinâmicas, nunca isoladas e estáticas. Elas são constituídas por meio dos regimes de verdade, de emergências e forças. Não existe um único agente responsável pelas suas aparições e enunciações - elas se constituem em devires, atualizando-se constantemente em novos regimes de verdade por meio de linhas diversas. Isto permite a produção de formas de subjetivação frente a um determinado problema.

Logo, “o cartógrafo compreende que é por isso que está se instalando um poderoso complexo de equipamentos coletivos que centralizam a distribuição de sentidos e valores. É para produzir uma homogeneização dos territórios” (ROLNIK, 2016, p. 91). Guattari, em entrevista para Rolnik, destaca que “devemos estar sempre dispostos a guardar nossas próprias cartografias na gaveta e a inventar novas cartografias dentro da situação em que nos encontramos” (GUATTARI, ROLNIK, 1996, p. 204).

As emergências não podem ser vistas como um campo de batalha murado e apartado da sociedade, mas imaginadas como operações rizomáticas, em regimes de forças, numa espécie de grande rede de pesca que, quando lançada ao mar, não pesca apenas os peixes almejados por um determinado pescador, mas atingem tudo o que estiver presente na zona de arrasto.

Se a emergência fosse estática, ela não cumpriria com o seu objetivo de realizar reiterações de determinadas normas e produções de outras novas, não se manteria sempre na centralidade discursiva de um problema em questão e nem anunciaria outro enquanto um problema novo para a sociedade. Nesse sentido, “as próprias pessoas que, em seus investimentos de desejo, atualizam a mídia no papel de centralizadora dos sentidos e valores, dando-lhe crédito e realidade” (2016, p. 105), provoca-nos Rolnik.

Considerando o corpo a materialidade do enunciado na sociedade, acredita-se que ele seja o melhor *lócus* para que a emergência, de fato, se corporifique. Sendo o mesmo central na instituição dos saberes, “insurgir-se

nesse terreno implica que se diagnostique o modo de subjetivação vigente e o regime de inconsciente que lhe é próprio, e que se investigue como e por onde se viabiliza um deslocamento qualitativo do princípio que o rege” (ROLNIK, 2018, p. 36). No entanto, não existe a possibilidade de que a emergência ocorra sem a irrupção de um acontecimento, pois “uma multiplicidade não tem nem sujeito nem objeto, mas somente determinações, grandezas, dimensões que não podem crescer sem que mude de natureza (as leis de combinação crescem então com a multiplicidade). (DELEUZE & GUATTARI, 1995, p. 16)”. Logo, emergência e acontecimento andam lado a lado na produção de subjetividades distintas.

Para Foucault, acontecimento não é “uma decisão, um tratado, um reino, ou uma batalha, mas uma relação de forças que se inverte, um poder confiscado, um vocabulário retomado e votado contra seus utilizadores” (2014a, p. 73) subvertendo-o. Portanto, ao realizar a cartografia do acervo, valorizamos o fato de que “o mapa é aberto, é conectável em todas as suas dimensões, desmontável, reversível, suscetível de receber modificações constantemente.” (DELEUZE & GUATTARI, 1995, p. 22), assim como buscamos compreender “como esses acontecimentos discursivos determinaram, de certa maneira, aquilo que constitui o nosso presente e que nos constitui a nós próprios, [...] as nossas práticas, [...] as nossas relações com nós próprios ou com os outros” (FOUCAULT, 2017, p. 105).

Ao falar sobre o trabalho do cartógrafo, Veiga-Neto (1996) destaca que “é preciso ir além, para buscar as conexões entre o *dictum* e as condições que possibilitaram sua emergência” (1996, p. 64) e, quando defrontado com o arquivo da FSP, incuti-me na responsabilidade de compreender como a “produção da subjetividade dissocia o poder do corpo, faz do corpo uma aptidão, uma capacidade que procura aumentar, invertendo a energia, a potência que poderia resultar disso, e tornando-a uma relação de sujeito estrita” (ROLNIK, 2016, p. 107). Esta importância se dá justamente na tentativa de desvelar como o “mapa das relações de forças” (DELEUZE, 2006, p. 46) se apresentava ao longo da leitura do acervo, e até que ponto estas ‘relações de força’ produziam discursos de verdade e subjetivavam a sociedade a partir do dispositivo da pedofilia.

Interessado em compreender os “elementos constitutivos das coisas e dos acontecimentos” (Deleuze, 1992, p. 47) e de que maneira as produções de subjetividades teriam condições de forjar modos de sujeições, “isto é, a maneira pela qual as pessoas são chamadas ou incitadas a reconhecer suas obrigações morais” (RABINOW, DREYFUS, 1995, p. 264) frente a um determinado problema explorado em suas manchetes e matérias, iniciei o trabalho cartográfico no acervo da Folha de São Paulo. Conforme tabela a seguir, desde o primeiro aparecimento do termo *pedofilia* em 1976, até o último dia de 2019, totalizando 43 anos de pesquisa e 1701 matérias lidas.

Tabela 1 - Incidência total do termo pedofilia na Folha de São Paulo

Dec. 70	Vezes	Dec. 80	Vezes	Dec. 90	Vezes	Dec. 2000	Vezes	Dec. 2010	Vezes
1979	0	1989	1	1999	80	2009	83	2019	70
1978	2	1988	2	1998	25	2008	100	2018	105
1977	0	1987	1	1997	21	2007	69	2017	104
1976	1	1986	3	1996	18	2006	69	2016	28
		1985	3	1995	8	2005	97	2015	41
		1984	4	1994	4	2004	52	2014	69
		1983	1	1993	2	2003	49	2013	101
		1982	1	1992	1	2002	105	2012	55
		1981	3	1991	5	2001	30	2011	58
		1980	3	1990	3	2000	48	2010	176
Dec. 70 Total	3	Dec. 80 Total	22	Dec. 90 Total	167	Dec. 2000 Total	702	Dec. 2010 Total	807

(Fonte: acervo hemerográfico da Folha de São Paulo)

Tendo como *leitmotiv* o caso da Escola Base, em 1994, destacado em cinza na tabela anterior, percebemos um aumento exponencial na quantidade de matérias abordando a questão da pedofilia ao longo dos anos seguintes. Isso significa que a hipótese inicial de que a pedofilia passou a ser um problema merecedor de atenção da mídia começou a ser desvelada ao longo do ‘trabalho de terreno’.

Outro ponto que mereceu grande atenção se deu em virtude do aumento em 1999, três vezes superior ao ano anterior, pois, entre os dias 18 e 19 de janeiro do mesmo ano, a Unesco realizou reuniões em Paris para a formulação de um *Plano Internacional de Controle da Pedofilia na Internet*. Ao destacar a pedofilia como um grande problema de ordem mundial a ser combatido, e por conta do acesso à internet doméstica crescendo cada vez mais no mundo, a

questão foi elevada ao status de 'ordem do dia' e diversos enunciados foram produzidos a seu respeito.

Rolnik (2016) chama a atenção para a importância das macropolíticas e micropolíticas quando da feitura cartográfica. Entretanto, para a autora, “não se trata de uma diferença de grau, mas de natureza. Não se trata de uma diferença de tamanho, escala ou dimensão, mas de duas espécies radicalmente diferente de lógica.” (2016, p. 59). Enquanto a macropolítica é o mapa *per se*, que “só cobre o visível [...] o único captável a olho nu” (p. 60), a micropolítica é definida como “intensidades, com sua longitude e sua latitude; lista de afetos não subjetivados, determinados pelos agenciamentos que o corpo faz, e, portanto, inseparáveis de suas relações com o mundo” (p. 60). Ao longo dessa multiplicidade, “nesse percurso nada mais é fixo; nada mais é origem, nada mais é centro, nada mais é periferia, nada mais é, definitivamente, coisa alguma.” (p. 61), mas tudo se conecta em rizoma.

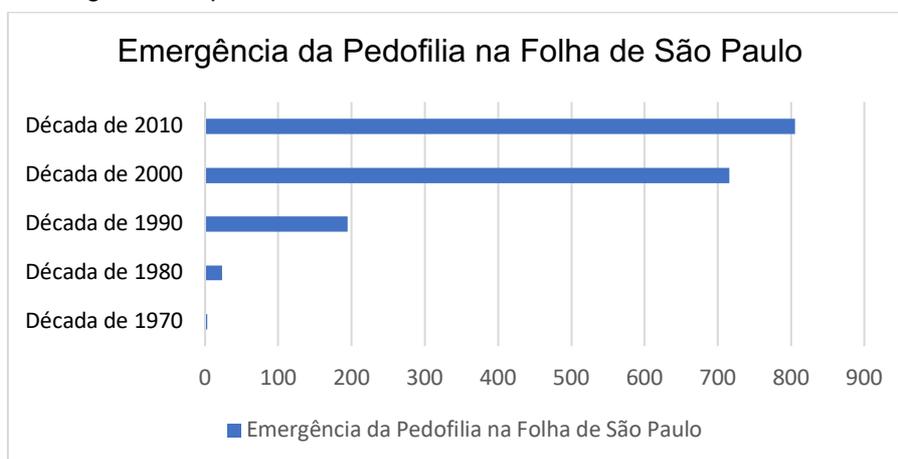
Tal conexão é crucial para melhor compreender como tais categorias são interligadas entre si, de forma concatenada, para consolidar o pânico moral da pedofilia. Ao mesmo tempo em que a temática era merecedora de maior atenção dos jornais, novos dispositivos passavam a ser acionados como forma de atualização das suas conexões rizomáticas. Ao produzir novas formas de subjetivação, “o cartógrafo acaba de confirmar sua suspeita inicial: realmente, a dissociação do corpo vibrátil (o invisível) e a divisão do visível em público e privado constituem a base dessa estratégia” (ROLNIK, 2016, p. 122) na constituição dos sujeitos.

É importante identificar tal estratégia para melhor assimilar a emergência dos regimes de verdade e como esta, igualmente a um diapasão, produzia reverberações sobre si. Afinal, a “subjetividade é essencialmente fabricada e modelada no registro do social, [...] nem por isso deixa de ser verdade que os processos de subjetivação são fundamentalmente descentrados em relação à individuação” (GUATTARI, ROLNIK, 1996, p. 31), sobretudo por estes produzirem regimes de verdade perante os corpos e balizarem comportamentos.

Para que seja possível perceber com maior clareza a explosão discursiva em relação à pedofilia ao longo destas cinco décadas analisadas, o gráfico a seguir destaca a profusão quantitativa de sua enunciação para que,

posteriormente, seja possível pensar em sua multiplicidade. Entretanto, “é claro que nem todos os agenciamentos são possíveis, mas o que importa é que a existência será pensada em termos de composições e decomposições” (SCHÖPKE, 2004, p. 97) e seus desdobramentos no governo das vidas.

Gráfico 1 - Emergência da pedofilia na Folha de São Paulo



(Fonte: do autor)

Enquanto a sua presença é praticamente imperceptível na década de 1970, uma vez que houve o registro de apenas 3 matérias com o termo pedofilia, na década seguinte houve quase oito vezes mais matérias a respeito do tema, totalizando 22 ocorrências. Já ao longo da década de 1990, constatam-se 167 matérias com o termo, ao passo que na década de 2000 houve uma explosão discursiva com 702 matérias, e praticamente a sua manutenção quantitativa na década de 2010, com 105 matérias a mais, ou seja, 807 incidências.

Conforme destacado por Silvio Gallo, ao fim da década de 1980, a preocupação com formação da cidadania se tornou uma questão basilar nas legislações brasileiras, e diversas leis foram produzidas, como o ECA, por exemplo, naquilo cunhado por ele como governamentalidade democrática (2012, 2015, 2017a, 2017b).

À esteira a Constituição Federal de 1988, houve significativa atenção para a formação da cidadania, inserindo as infâncias neste lugar privilegiado de construção da democracia recém-conquistada. Cita-se, como exemplo, o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), a Lei Orgânica de Assistência Social (BRASIL, 1993), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (BRASIL, 1996), os Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1997, 1998), Parâmetros

Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil Volume 1 e Volume 2 (BRASIL, 2006a), Parâmetros Básicos de Infraestrutura para Instituições de Educação Infantil (BRASIL, 2006b), Política de Educação Infantil no Brasil: Relatório de Avaliação (BRASIL, 2009) as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (BRASIL, 2010), Educação Infantil e práticas promotoras da igualdade racial (BRASIL, 2012), Parâmetros Nacionais de qualidade da educação infantil (BRASIL, 2018). Tais legislações conferiram à escola um papel de fundamental importância na consolidação das infâncias em segurança, tanto por seus documentos norteadores de como produzir a escolarização necessária para as crianças e adolescentes como também por capacitar profissionais envolvidos com as práticas educacionais.

Estes documentos oficiais colocaram a escola como central na formação da cidadania, no acolhimento às vulnerabilidades e na diminuição das precariedades¹. Conforme tais entendimentos eram construídos nos espaços educacionais brasileiros, podemos identificar a eclosão da captura discursiva referente à pedofilia nos impressos da Folha de São Paulo.

O destaque das infâncias nas políticas públicas educacionais não apenas mudou o olhar sobre elas, com seus entendimentos e conflitos, mas também fomentou a produção de novos conhecimentos.

Se antes eram vivenciadas situações que ameaçavam a segurança infantil nos núcleos familiares, locais onde viviam e espaços públicos que frequentavam, não identificados à época – dificultando, conseqüentemente, a identificação dos agressores e instâncias de risco -, com esta atenção dos documentos oficiais às infâncias, respeitando as fases da vida e as vivências esperadas de tal faixa etária, a pedofilia passa a ser discutida publicamente, evidenciando o problema que violentada os corpos infantis.

Como as políticas públicas se detiveram mais atentamente à temática apenas a partir de meados da década de 1990, a quase ausência da captura da questão no acervo da Folha de São Paulo entre os anos 1976 e 1994 corrobora

¹ Em contrapartida, ao longo da década de 2010, documentos oficiais como os Planos Nacionais, Estaduais e Municipais da Educação e a Base Nacional Comum Curricular foram em oposição aos entendimentos até então consolidados da escola enquanto local privilegiado para o acolhimento e proteção das infâncias, colocando-a num lugar sob suspeita e, por consequência, de possível riscos às infâncias e família. Esta discussão será realizada mais detidamente no subcapítulo na esfera educacional (p. 126)

o nosso entendimento de que, quando o problema não é nomeado, torna-se mais difícil reconhecê-lo e identifica-lo.

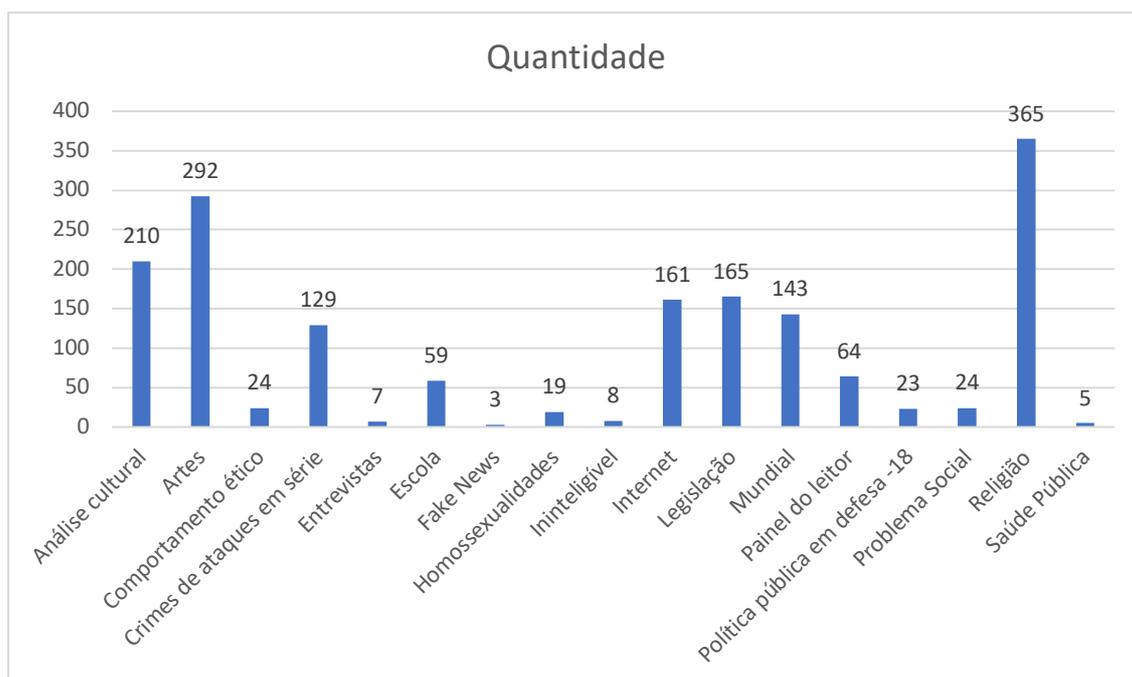
Por outro lado, à medida em que as políticas públicas se atentaram à importância da segurança à infância e passaram a produzir documentos específicos visando a integridade de suas vidas, a FSP passa a captar com maior intensidade os fluxos de ocorrências.

Logo, reconhece-se ser de fundamental importância que a educação sexual exerça na escola como forma de promover infâncias seguras, espaços de acolhimento e locais de denúncia de práticas que violentem suas vidas. Quando da interdição da temática e da promoção do medo e do pânico moral, os maiores beneficiados do cerceamento e da censura da temática no currículo são os perpetuadores destas violências.

Outro ponto que vale a atenção é que, embora na história recente, sobretudo no período eleitoral, entre 2010 e 2018, a imbricação entre escola e sexualidade tenha ocupado destaque nos debates políticos.

Em nosso processo de análise a escola ficou apenas em nono lugar, conforme destacado no gráfico a seguir. Nele, identificamos, a partir do trabalho cartográfico empregado, como os agenciamentos se apropriam da emergência do dispositivo da pedofilia e produzem categorias específicas para melhor governamento das vidas. Afinal, “a subjetividade é produzida por agenciamentos de enunciação” (GUATTARI, ROLNIK, 1996, p. 31), e tal percepção foi de grande importância para este trabalho, especialmente porque, a partir desta, foi possível obter maior inteligibilidade no desvelamento do acervo.

Gráfico 2 - Categorização do arquivo contendo 1701 matérias



(Fonte: do autor)

Ao desembaraçar os fios deste novo chamado acervo hemerográfico, percebemos como o discurso acerca da pedofilia foi atualizado em diversos regimes de verdade, produzindo noções de normalidade e normatividade. Maria Rita destaca que “a presença da sexualidade na escola pode perfeitamente se traduzir na função de reproduzir o dispositivo de controle dos corpos, assim como em paradigma biopolítico de controle da vida” (CESAR, 2009, p. 44). Ao mesmo tempo, ao reconhecer sua presença nos espaços escolares, a escola deve estar mais bem preparada para abordar a educação sexual para a promoção da segurança às infâncias.

Mesmo que, em tempos atuais, a educação sexual esteja envolta em tabus, e diversos professores se sintam impedidos de tocar no assunto e tenham suas discussões cerceadas – conforme destacado no capítulo anterior, *Deslocamentos da pesquisa* –, é de fundamental importância que a escola retome para si o protagonismo da educação de crianças e adolescentes, incluindo, portanto, a educação sexual no currículo escolar.

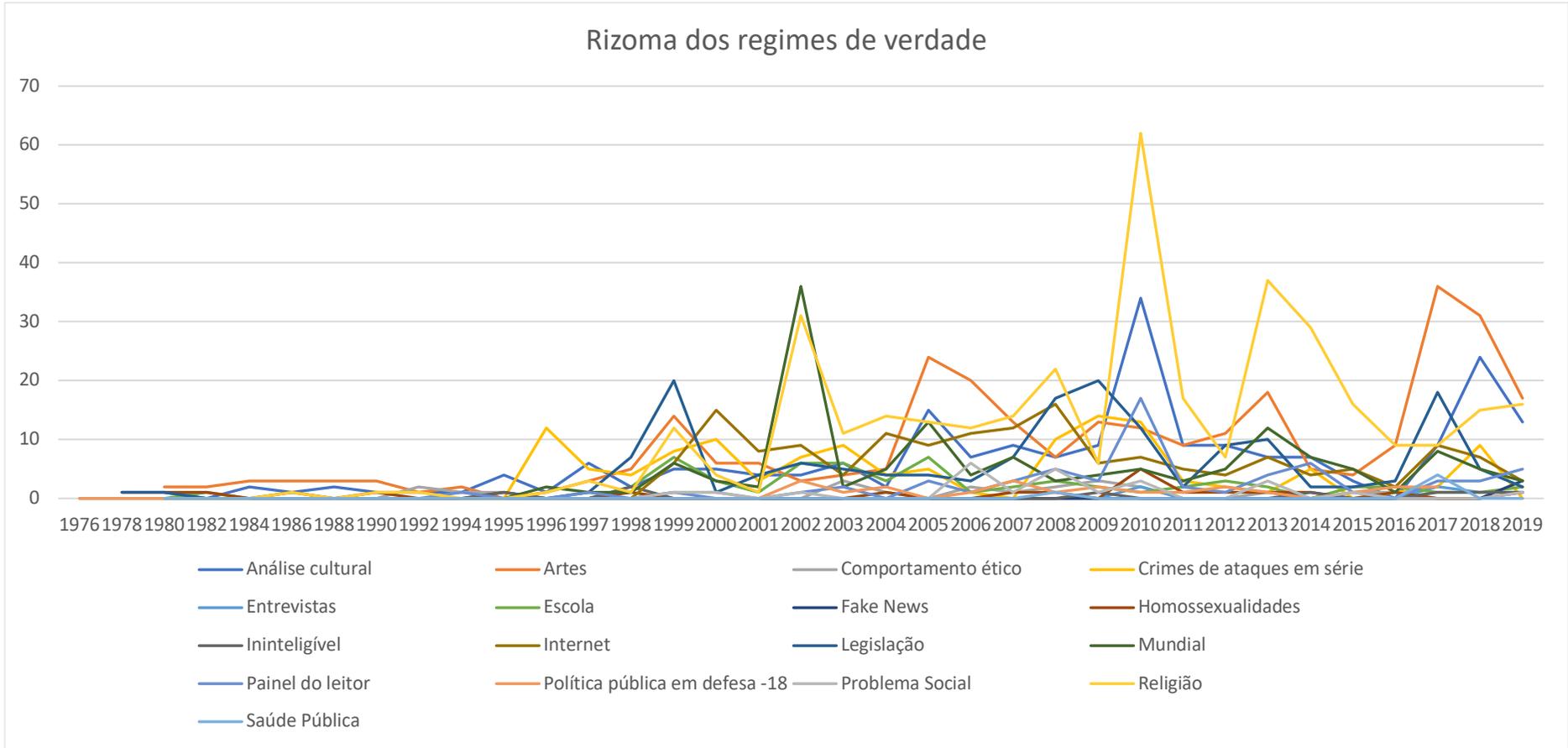
De maneira que a leitura não se torne cansativa e repetitiva, as categorias disponíveis no gráfico anterior serão mais bem analisadas no capítulo sobre a consolidação do pânico moral. Destaca-se que tais categorias não surgiam sorrateiramente, mas de forma rizomática dentro de seus contextos históricos

com os debates que ecoavam nos espaços públicos, e a partir de novos agenciamentos que eram produzidos a seu respeito. Afinal, “com os avanços das tecnologias de informação e comunicação, que no atual regime são cada vez mais velozes, o mal-estar do paradoxo, impulsionador dos processos de subjetivação, faz-se mais frequente e mais intenso” (ROLNIK, 2018, p. 78) na constituição dos saberes e dos corpos.

Percebe-se que, a partir do trabalho cartográfico realizado, foi possível identificar a existência de uma captura e de um poder disciplinar situado no corpo, embora não bem delimitado no corpo físico, mas nas subjetividades, nas mentes, nas relações e em seus transbordamentos.

No gráfico seguir, percebemos como tais agenciamentos ressoavam nas emergências dos regimes de verdade, e como se conectavam e produziam novas políticas de governo. Em outras palavras, quais subjetividades eram produzidas paralelamente aos regimes de verdade?

Gráfico 3 - Rizoma dos regimes de verdade



(Fonte: do autor)

Para facilitar a leitura de todas as categorias presentes no gráfico anterior e para melhor identificar como estes novos regimes de verdade eram agenciados, surgiu a necessidade de organizá-las em três grandes dispositivos, nomeadamente: disciplinar, de segurança e de sexualidade. Destaca-se que esta divisão não é impermeável e estanque, já que as dezesseis categorias são fluidas² o suficiente para ora estarem em um dispositivo ora em outro, mesmo que simultaneamente. Afinal, tais dispositivos têm como intuito a produção de normas e sua fluidez se faz justamente necessária para sempre se manterem na centralidade dos enunciados.

Tabela 2 - Dispositivos de regimes de verdade

	Disciplinar	Segurança	Sexualidade
Verdade, Sujeito e Poder	Comportamento ético	Crimes com ataque em série	Análise cultural
	Escola	Fake News	Artes
	Internet	Legislação	Entrevista
	Mundial	Política Pública em defesa das	Homossexualidades
	Religião	infâncias Problema social Saúde Pública	Painel do leitor

(Fonte: do autor)

A categoria *dispositivo disciplinar* inclui comportamento ético, escola, internet, mundial e religião, pois estas são capazes de produzir comportamentos aceitos social e coletivamente, ao mesmo tempo em que são capazes de balizar disciplinas a serem seguidas. Compreende-se, neste sentido, que o comportamento ético pode ser oriundo da produção de saberes engendrados na produção de algo – ou seja, quando a escola se pauta em políticas educacionais, quando a internet assume uma capacidade de abrangência demasiadamente ampla com condições de influenciar debates mundiais, e entendendo a religião como produtora de normas, foi considerado adequado sistematizar tais produções de saberes e poderes no dispositivo disciplinar.

A categoria *segurança* também pode ser entendida como jurídica (ou judicializante), uma vez que busca enquadrar determinadas questões a partir de

² A categoria escola, por exemplo, pode produzir tanto dispositivos disciplinares como também de segurança e de sexualidade.

uma visão 'jurídica da coisa'. Ou seja, são criados aparatos legais para dar conta dos crimes contra a sociedade, instituindo-se leis específicas para normatizar comportamentos e encarcerar desvios. Não obstante, o dispositivo de segurança costuma operar conjuntamente com outros saberes aqui identificados e que, mais recentemente, recebeu a adição do problema das *Fake News*, uma vez que esta nova problemática, mais contemporânea, opera a partir da produção do medo e pânico morais, sobretudo colocando em xeque as políticas públicas.

A última categoria, *sexualidade*, abarca análises de nossos comportamentos e de como o corpo é a inscrição da norma, uma vez que a sexualidade passa a ser um saber que carrega interesse de diversas instâncias sociais, seja falando a seu respeito ou promovendo debates acerca deles.

Nesse grande encadeamento de saberes, percebe-se que entrevistas e 'painéis de leitores' ganham um espaço significativo, uma vez que será a partir dessas vozes que o 'problema da sexualidade' tornar-se-á um 'problema público' a ser debatido por seus leitores a partir da participação destes na referida coluna.

Em virtude de esse trabalho ter sido "confrontado com o privilégio da 'poeira' de arquivos recentes não hierarquizados, uma vez que não sabe, devido à falta de conhecimento do futuro, o que se revelará importante e o que só será acessório" (DOSSE, 2012, p. 14), observamos a importância de detida atenção aos enunciados desvelados no acervo hemerográfico e em quais medidas estes produziam regimes de verdade, ora convergindo entendimentos já aceitos, ora criando novos e/ou atualizando os já existentes. Para tanto, na seção seguinte, a anarqueologia será utilizada como operador metodológico para melhor identificar os regimes de verdade captados pelo jornal ao longo do período analisado.

Anarqueologia das viradas discursivas

Mais presentemente no momento em que Michel Foucault passa a se atentar aos processos éticos e subjetivos existentes na sociedade clássica e moderna, o aporte teórico que se busca construir possibilitará pensar a contemporaneidade a partir de suas contribuições. Portanto, alguns de seus conceitos sofrerão deslocamentos para a análise dos regimes de verdade

existentes nas matérias jornalísticas a partir das produções discursivas presentes em ditos registros impressos.

Os regimes de verdade existentes são acionados por aleturgias³ diversas. Não há verdade sem poder, da mesma forma que não há poder sem verdade. Ambos coexistem e, conseqüentemente, têm condições de produzir subjetividades. Serão estes atravessamentos subjetivos capazes de dar veridicção para os discursos ali presentes. Por mais que a verdade e o poder estejam ligados entre si, há de se ter uma veridicção para que seus regimes de verdade sejam socialmente validados, coletivamente acreditados e sistematicamente propagados. Ou seja, a veridicção é uma forma de corporificação dos regimes de verdade realizados pelos sujeitos, com condições de se criar subjetividades outras.

Estes discursos se inserem nos corpos por meio da criação de disciplinas e produção de normas, possibilitando ao responsável a propagação de sua ideia, por meio de enunciações, da colocação dos corpos em evidência. Portanto, apresenta-se aqui a pretensão de se pensar num rigor científico-metodológico para que a anarqueologia deixe de ser apenas uma 'brincadeira' comentada brevemente por Foucault (2014c) e consigamos conferir a ela o *status* de operador metodológico.

Neste momento, Foucault centraliza a sua produção intelectual na questão da ética, ancorada na análise da relação a partir da qual os sujeitos constroem consigo mesmos e com outrem. Logo, a partir de seu entendimento, torna-se possível analisar os processos de subjetivação presentes nestas construções discursivas.

A ausência de uma melhor sistematização de suas produções durante os últimos anos de sua vida, abruptamente interrompida, dificultou a nomeação mais precisa deste momento por estudiosos de seu pensamento. À época, Foucault analisava os sujeitos perante si mesmos, algo entendido por muitos enquanto "ética de si".

³ Em Michel Foucault (1980, 1983), aleturgia vem a ser manifestação da verdade e sua forma de veridicção.

Quanto à terminologia conceitual utilizada, alguns teóricos como Souza Filho (1983) e Fairclough (2001), nomearam este momento de “arqueogenealogia”, pois, para eles, não há rupturas frente aos outros momentos anteriores, quais sejam, a arqueologia e a genealogia, mas sim uma junção destes para melhor pensar a produção dos sujeitos. Já Avelino (2010) e Gallo (2017), nomearam-no como anarqueologia – terminologia esta, utilizada brevemente pelo próprio Foucault (2014c) em sua aula do dia 6 de fevereiro de 1980, no *Collège de France*.

Portanto, será esta a terminologia aqui utilizada em um exercício de reivindicação à sua possibilidade como operador metodológico sem, entretanto, pensar que sua ascensão se deu a partir do limite dos operadores anteriores. Muito pelo contrário, seus momentos nos servem apenas para situar suas produções teóricas que, a nosso ver, são contínuas. Embora muitos o considerem como o ‘teórico das descontinuidades’, suas obras oferecem formas e possibilidades de deslocamentos analíticos contínuos.

Fazer uso da terminologia anarqueológica é reconhecer que ela foi nomeada uma única vez por Michel Foucault de forma burlesca, e que o próprio autor jamais se debruçou perante tal conceito para transformá-lo em um operador metodológico ou conceitual. O que se realiza aqui, portanto, é um exercício filosófico-epistemológico para possibilitar que este breve termo usado em aula seja utilizado como operador metodológico, ou, ao menos, empreendido em uma tentativa de sistematização para tal.

Conceitualmente, entende-se aqui que a anarqueologia possibilita analisar como os regimes de verdade marcam a população e a constituição da subjetividade dos sujeitos. Por exemplo, quando um jornal discorre sobre a pedofilia, com o passar do tempo, são produzidos regimes de verdade distintos para enfatizar o problema, e conseqüentemente, balizas comportamentais - entendido como o cuidado de si.

É crucial valorizar a importância da governamentalidade para, posteriormente, pensar nos conceitos de parrésia e aleturgia, uma vez que, ao focar no governo das almas, a ação da governamentalidade é intensificada. Foucault possibilitou a análise de como os regimes disciplinares produziam corpos devidamente padronizados, de forma tal que todos vigiassem a si e aos

outros, como por meio do Panóptico de Bentham. Tomaz Tadeu Silva (2008), ao traduzir as cartas de Jeremy Bentham sobre o Panóptico, constatou que seu objetivo central era produzir corpos dóceis a partir de uma constante vigilância, subjetivando-os na lógica de sempre se sentirem vigiados, fazendo de seus próprios olhos uma extensão deste sistema de controle e vigilância.

Ao reconhecer que os corpos sempre estiveram na centralidade das produções discursivas, afirma-se a existência de um governo de si, das crianças, da pedagogia, dentre outros, em um intento de possibilitar a melhor extração de suas capacidades produtivas. A produção das subjetividades marcou expressivamente o mundo ocidental de tal forma que, até hoje, muitos discursos históricos, sejam eles ditos ou implícitos, continuam presentes em nossos cotidianos e são tidos como verdades absolutas – muitas vezes, irretocáveis.

Apesar de estas produções de subjetividades terem marcado gerações, destaca-se o fato de serem capazes de realizar a manutenção de determinados comportamentos, sejam eles compreendidos como os corretos ou incorretos. Como exemplo, cita-se a cultura pop da década de 1990 que, além de sexualizar as mulheres, como as personagens *Tiazinha* e *Feiticeira*, produzia sistemática sexualização precoce das crianças com a impressão das fotos destas personagens em chicletes⁴ e a venda de tamancos⁵ voltados para o público infantil. Ainda nesse sentido, vale destacar outro exemplo presente nos programas matinais infanto-juvenis, como o *Xou da Xuxa*⁶, *Programa da Angélica*⁷, *Programa da Mara Maravilha*⁸, dentre outros que seguiam a mesma lógica de infantilização das apresentadoras e sexualização de seus corpos (PATERNO, 2011), embora, teoricamente, as crianças fossem seu público-alvo.

Logo, não há como produzir corpos sem antes considerar como o Estado empreende sua fabricação enquanto um objetivo final. Dessa maneira, vale a reflexão sobre como a “constituição de um saber de governo é absolutamente indissociável da constituição de um saber sobre todos os processos referentes à população em um sentido lato” (FOUCAULT, 2014a, p. 426), e em como o

⁴ Disponível em <https://bit.ly/chicletetiazinha> acesso 28 ago. 2020

⁵ Disponível em <https://bit.ly/tamancotiazinha> acesso 3 de fev. 2022

⁶ Disponível em <https://bit.ly/3APtiKh> acesso 26 ago. 2022

⁷ Disponível em <https://bit.ly/3pNKzxq> acesso 26 ago. 2022

⁸ Disponível em <https://bit.ly/3Knv9Jr> acesso 26 ago. 2022

corpo presente em determinada sociedade passa a ser subjetivado por ela, à mesma maneira que subjetiva a própria sociedade por meio dos diversos tensionamentos relacionais de forças ali existentes – aquilo que Foucault chama de “relação de saber e poder”.

Sendo o objetivo do Estado produzir e extrair ao máximo a capacidade do corpo-indivíduo, a governamentalidade pode ser compreendida e empreendida a partir da existência de três grandes economias: Estado soberano, Estado administrativo e Estado de governo (ou estado governamentalizado). Esses três Estados centralizam suas ações na arte de governar e de extrair o máximo dos corpos por meio das tecnologias de governo. Para Avelino, “os estudos em governamentalidade colocaram em evidência não o funcionamento interior do Estado, sua funcionalidade institucional, mas a racionalidade pela qual opera” (AVELINO, 2008, p. 55) perante os indivíduos e a população.

Quanto à conceituação de governamentalidade, Foucault afirma que é o “conjunto constituído pelas instituições, os procedimentos, análises e reflexões, os cálculos e as táticas que permitem exercer essa forma bem específica, embora muito complexa, de poder que tem por alvo principal a população” (FOUCAULT, 2008b, p. 143-144). Percebemos que sai de cena o corpo-indivíduo e passa-se a pensar na população.

Identificando que essa produção intelectual serviu para a compreensão daquilo entendido como Governo e Estado, Foucault percebeu a existência do poder-saber no tocante ao governo dos outros, à política em si, e ao poder sobre si com relação ao governo de si, à ética. Agora, após esta breve contextualização transitória da produção teórica, faz-se possível pensar com maior clareza sobre a ética de si.

A priori, deve-se entender que a análise da anarqueologia enquanto um operador metodológico jamais deve partir “*de un universal, de una posición humanista basada en la afirmación de una naturaleza humana, de una esencia; en lugar de ello, estar siempre atento a las prácticas*” (GALLO, 2017c, p. 64), mas sim investigar as práticas cotidianas realizadas pelos sujeitos perante o poder e quais verdades e quais subjetividades são acionadas nesta teia relacional.

Entende-se aqui que governar corpos é produzir subjetividades por meio de regimes de verdade a partir de balizas comportamentais e da geração de noções de comportamentos corretos e incorretos, uma vez que estas servirão para a normatização do corpo populacional. Essa economia sobre os corpos tem condições de produzir regimes de verdade, ou seja, uma técnica de si. Para Contreras (2017), *“la anarqueología permitiría, en resumen, analizar las prácticas de libertad y de obediencia constitutivas de actos de verdad por y en los sujetos, prácticas con historicidad y generadoras de efectos específicos en la experiencia subjetiva de los mismos”* (CONTRERAS, 2017, p. 84).

Há diversas formas de produzir regimes de verdade, como os presentes nas perspectivas legal-punitivistas por meio de legislações específicas, e em condutas e comportamentos que passamos a naturalizar e compreender enquanto os corretos, por exemplo. Em sua aula ministrada no dia 6 de fevereiro de 1980, Foucault afirmou: “a verdade se basta a si mesma para fazer sua própria lei” (FOUCAULT, 2014c, p. 87) pois, sendo ela veredictível na sociedade, passará a ser entendida enquanto verdadeira. Ou, mais precisamente falando, verdade ela se torna.

Sabendo que os regimes de verdade são marcados nos corpos e criam balizadores de comportamentos, entende-se que o jornal, enquanto um dispositivo de difusão informacional e sintoma de sua temporalidade, capta redes discursivas de enunciação. Entretanto, Louro (2000; 2003) nos lembra que, por mais que existam dispositivos disciplinares e normatizadores, os corpos escapam.

Foucault (2014c), ao discorrer sobre a aceitabilidade dos regimes de verdade em determinada sociedade, evidencia que, durante a produção de subjetividades, todos os sujeitos poderão não corresponder àquilo que os dispositivos esperam de si, mas, ao final, haverá “um sujeito que possa dizer: quando for verdadeiro, e evidentemente verdadeiro, eu me inclinarei” (2014c, p. 90), uma vez que o exercício de veridicção se fez presente na constituição destes corpos. Vale destacar ainda que, quanto ao entendimento de sujeito, Carvalho (2007) nos lembra que “não há forma terminal acabada para ele, pois jamais deixará de ser alvo reverberação das constantes aplicações do saber” (p. 172).

De nada adianta, ou resultado algum haverá, se os corpos produzidos não subjetivarem em si as disciplinas, as normas e as balizas comportamentais produzidas. Ao mesmo tempo, isso não significa que a discursividade existe exclusivamente para a produção de corpos normais. Não. Para Foucault, “a exclusão da loucura é, portanto, o ato fundamental na organização do regime da verdade” (2014c, p. 90).

As instituições disciplinares fazem usos dos corpos desviantes, dos corpos anormais e dos corpos abjetos para a norma ser evidenciada e as produções de subjetividades ocorrerem com mais clareza (ACOSTA, 2016). De acordo com Silvio Gallo, “*develar las relaciones de poder subyacentes a los regímenes de verdad, de tal modo que se pueda mostrar que la verdad es impuesta como un constreñimiento, obligando los sujetos a los actos de verdad, es la acción de una investigación anarqueológica*” (GALLO, 2017c, p. 65).

Como podemos perceber, ainda que introdutoriamente, entende-se aqui que o jornal terá significativa importância na produção dos regimes de verdade por sua condição de influenciar todos aqueles que consomem suas informações – aquilo a que Deleuze se dedicou quando analisou a sociedade de controle (DELEUZE, 2017).

Será justamente nestes corpos-leitores que os regimes de verdade se produzirão inicialmente, se fixarão e se reproduzirão em outros corpos por reiterações discursivas. Gallo nos lembra ainda que “*hay siempre diversos regímenes de verdad actuando, produciendo conflictos y disputas entre ellos*” (GALLO, 2017c, p. 65), não havendo a possibilidade de considerar a existência de um ser universal determinante, mas sim no entrecruzamento discursivo capaz de forjá-los.

Quanto maior for a pluralidade de corpos-leitores, maior será a produção discursiva sobre eles, justamente porque os tensionamentos de forças ocorrerão a cada movimento - os corpos presentes na sociedade têm as suas histórias, suas vivências e suas perspectivas. Por mais que os regimes de verdade busquem marcá-los, estes mesmos corpos também produzem outros regimes de verdade – mostrando, portanto, a importância de se pensar a anarqueologia enquanto um operador metodológico para a análise de quais regimes de verdade são produzidos em uma determinada sociedade.

Em virtude destas disputas de narrativas nos jogos de poder, “há um regime da loucura que é ao mesmo tempo regime de verdade, regime jurídico, regime político. Há um regime da doença. Há um regime da delinquência, há um regime da sexualidade.” (FOUCAULT, 2014c, p. 93), e esses múltiplos regimes de verdade são capazes de subjetivar a sociedade, produzindo comportamentos basilares.

Ao conceituar mais claramente o que seria a anarqueologia enquanto operador metodológico, Silvio Gallo afirma que é

un estudio de los regímenes de verdad, percibiendo sus relaciones, contraposiciones, disputas, pero, especialmente, desvelando, en cada uno de los regímenes, sus vinculaciones con los poderes establecidos, demarcando sus maneras de obligar a los sujetos a sus verdades específicas” (GALLO, 2017c, p. 66).

Sendo assim, entende-se aqui que estes regimes de verdade são capazes de marcar os corpos e produzir subjetividades, ao mesmo tempo em que estes mesmos corpos podem resistir às disciplinas e normas, produzindo subjetividades divergentes. Será, portanto, neste espaço de tensionamentos diversos onde os corpos-leitores estão inseridos que nos debruçaremos sobre a anarqueologia enquanto operador metodológico.

Aqueles sujeitos que estão às margens dos comportamentos compreendidos enquanto corretos vivenciarão processos de subjetivação específicos dos discursos institucionais, cujo objetivo é normatizá-los. Ou, se necessário, aprisioná-los.

Haverá, portanto, uma intensa operacionalização sobre os corpos, ora de silenciamento, ora de evidenciação – este processo de colocá-los em evidência serve para que outros corpos evitem tais comportamentos considerados incorretos, desviantes, patológicos, anormais, conforme pontuei em meu mestrado (ACOSTA, 2016). A produção de corpos estigmatizados também estimula a produção de corpos normatizados. O estigma reitera a norma.

Ressalta-se ainda que “como evidencia a história das práticas escolares, aquilo que os professores ensinam e seus modos de ensinar são temporais, alterando-se ao longo do tempo e de acordo com as mudanças sociais.” (SILVA, 2014, p. 408). Quais seriam, então, os regimes de verdade captados pelos

jornais nestes contextos históricos, e qual a extensão da influência de tais narrativas sobre a escola e a sociedade?

Para melhor atenção sobre tal questão serão utilizados dois operadores conceituais, que ajudarão a considerar suas aplicações no operador metodológico anarqueológico: as aleturgias e a parrésia.

A aleturgia consiste em um conjunto de técnicas com o objetivo de extrair a verdade dos sujeitos, onde a veridicção ocorrerá a partir dos discursos proferidos por aqueles que detêm dita verdade, gerando não apenas discursos de poder, como também a produção de normatizações diversas em combinação com processos de subjetivações. Independentemente das técnicas utilizadas, das manifestações de verdade existentes e das produções de subjetividades presentes na aleturgia, produzem-se, sobremaneira, relações de poder. Sem verdade não há poder.

Se o poder não estiver atrelado ao verdadeiro, muito dificilmente ele conseguirá se manter e produzir subjetividades. Faz-se necessário que ambos estejam adstritos para que um sustente o outro de forma que se a possibilitar a criação de regimes de verdade. Assim, é obrigatória a existência de um “conjunto de procedimentos verbais ou não, pelos quais se traz à luz – e pode ser tanto a consciência individual do soberano, quanto o saber de seus conselheiros ou a manifestação pública – algo que é afirmado, ou antes, posto como verdadeiro” (FOUCAULT, 2014c, p. 8), uma vez que os procedimentos são de grande importância para a construção destes regimes.

Ao reconhecer a existência de ‘um conjunto de procedimentos verbais e não verbais’, fica evidente como o processo de subjetivação cria um significativo deslocamento e mudança de concepção das relações de poder para com o Governo e consigo próprio, seja por meio da ética, da estética política e da arte de governar no verdadeiro. Se podemos afirmar a existência desses rituais citados para a produção da verdade, também podemos afirmar que a aleturgia se dá a partir de determinados procedimentos capazes de produzir regimes de verdade.

Foucault nos desafia ao afirmar que “o exercício do poder se faz acompanhar com bastante constância de uma manifestação de verdade

entendida nesse sentido bem lato” (FOUCAULT, 2014c, p. 8), pois eles devem sempre coexistir para que sejam tidos como veredictíveis. Assim sendo, não existe a possibilidade de que ocorra uma manifestação do poder sem que este esteja relacionado aos regimes de verdade. Quanto mais um jornal imprime uma notícia e reitera suas narrativas, mais manifestações de poder se mostram presentes e, conseqüentemente, mais regimes de verdade são produzidos para a sua veridicção.

Os procedimentos aletúrgicos são imprescindíveis para que a verdade seja reconhecida como tal, pois, a partir de seu reconhecimento e sua veridicção, serão produzidas subjetividades que receberão atravessamentos destes discursos, fazendo com que sejam tomados como verdadeiros.

Nesse momento, algumas questões saltam aos olhos: Como e quando essa verdade é capaz de produzir corpos? De modificá-los? De conceber subjetividades?

É necessário ter em mente que, quanto mais manifestações de verdade forem realizadas por indivíduos, mais facilmente eles serão governados, visto que cada manifestação possibilita conhecê-los, tanto em seus pensamentos quanto em suas ações realizadas no cotidiano. A esse fato, Foucault (2014c) problematiza: “como, de fato, seria possível governar os homens sem saber, sem conhecer, sem se informar, sem ter um conhecimento da ordem das coisas e da conduta dos indivíduos?” (FOUCAULT, 2014c, p. 6). É necessário que os corpos manifestem regimes de verdade para que o governo possa existir. Percebe-se, portanto, que esta corporificação dos regimes de verdade possibilita melhor operacionalização do poder sobre estes mesmos corpos.

O conhecimento das ações dos indivíduos permite que o Estado desenvolva técnicas mais precisas, mais cirúrgicas, produza procedimentos específicos que tirem o melhor proveito dos corpos e desenvolva formas de “produção de verdade, o ato pelo qual a verdade se manifesta” (FOUCAULT, 2011, p. 4). Ao marcar e produzir os corpos, passa-se a subjetivar aquela determinada sociedade na qual os regimes de verdade se manifestam minunciosamente.

Não será mais necessário direcionar as ações do Governo para a disciplinarização direta dos corpos, pois, a partir dos regimes de verdade, o Estado poderá governá-los sem que estes percebam as ações do poder operacionalizando sobre eles. Ou seja, “um ritual de manifestações da verdade, que mantinha com o exercício do poder certo número de relações que não podem certamente se reduzir à utilidade pura e simples, mesmo que o cálculo não esteja ausente dele” (FOUCAULT, 2011, p. 7). Torna-se essencial “educar a infância, tratar a infância, socializá-la, medicalizá-la, lançá-la nas estatísticas de governos, enfim, fazer a infância existir”. (CARVALHO, 2015, p. 27).

Este ritual de manifestação da verdade se dará a partir de um conjunto de procedimentos presentes no exercício de poder e na “ordem da informação recolhida, da ordem do conhecimento, da ordem do armazenamento” (FOUCAULT, 2011, p. 7), como a própria parrésia, por exemplo.

A parrésia pode ser compreendida como a coragem de dizer a verdade independentemente da situação, mesmo que isso acarrete consequências contra o indivíduo que a proferiu ou terceiros. Dizer a verdade a qualquer custo, mesmo no limite da vida, é um exercício parresiásticos.

Ainda que não se perceba seu exercício no jornal, este conceito será brevemente analisado pela sua importância para a construção da anarqueologia enquanto um operador metodológico, e pela percepção de uma possível existência deste exercício nos indivíduos-leitores que, após executarem suas ações de leituras do jornal, serão capazes de multiplicar as informações ali presentes.

A analítica de Foucault acerca da parrésia esteve centrada nos povos gregos, pois entende-se que ali existia uma tecnologia de si que promovia uma arte de viver, na qual os indivíduos eram instigados a dizer a verdade a qualquer custo. Esta análise esteve presente em quatro momentos de sua produção intelectual: *A Hermenêutica do Sujeito*, em 1982, *O Governo de si e dos outros*, em 1983; *Coragem e Verdade*, seminário ministrado na Universidade de Berkeley, em 1983; e, por fim, durante a realização de seu último curso, intitulado de *A Coragem da Verdade*, em 1984 - este último, o mais importante para pensarmos a anarqueologia.

Foucault afirmou pela primeira vez que a “*parrhesía* é a abertura do coração, é a necessidade, entre os pares, de nada esconder um ao outro do que pensam e se falar francamente” (FOUCAULT, 2010c, p. 169) - uma espécie de nova ética construída e desenvolvida por seus praticantes, ali no próprio momento da prática. “A *parrhesía*, traduzida em geral por ‘franqueza’, é uma regra de jogo, um princípio de comportamento verbal que devemos ter para com o outro na prática da direção de consciência” (FOUCAULT, 2010c, p. 202) e na construção de uma outra relação ética possível.

A parrésia, ou seja, o governo dos homens manifestados pela verdade, subjetiva a sociedade de tal maneira que faz com que os indivíduos se expressem influenciados por este processo de subjetivação. Entende-se, portanto, que a parrésia compreende as diferentes formas existentes para a verdade ser produzida por meio dos mais variados dispositivos, como as técnicas do cuidado de si, os métodos de produções das discursividades e os diversos procedimentos de governamentalidade para o melhor aproveitamento dos corpos manifestados na verdade – e estes três elementos são de grande interesse para aspirar uma anarqueologia das viradas discursivas.

Compreende-se que a parrésia não é necessariamente a franqueza e a liberdade (ACOSTA, GALLO, 2021), mas sim uma técnica existente por trás da franqueza e da liberdade, “é aquela liberdade de jogo, se quisermos, que faz com que, no campo dos conhecimentos verdadeiros, possa-se utilizar aquele que é pertinente para a transformação, a modificação, a melhoria do sujeito.” (FOUCAULT, 2010c, p. 295). Para gerar os resultados esperados, esta técnica deve ser utilizada com extrema precisão, de forma quase cirúrgica.

O processo de subjetivação passa a ser central na produção parresiástica para a obtenção dos resultados esperados pois, se não houver o silêncio atento do discípulo (ou do indivíduo-leitor, do indivíduo-aluno), poderá haver dificuldade para subjetivar a produção dos corpos normatizados. Logo, a parrésia deixa de ser apenas uma técnica para também ser “uma ética, é uma arte e uma moral” (FOUCAULT, 2010c, p. 442). O convencimento se torna importante. Faz-se necessário o convencimento por parte do discípulo para ele se tornar o próprio sujeito de veridicção, “é preciso que seja um discurso tal que a subjetividade do discípulo possa dele apropriar-se e que, apropriando-se dele, o discípulo possa

alcançar o objetivo que é o seu, a saber, ele próprio” (FOUCAULT, 2010c, p. 442).

Embora se creia na existência de exercícios retóricos nos jornais, e não parresiásticos *per si*, fazer do indivíduo-leitor um sujeito responsável pela veridicção, tornando-o indivíduo-veredictível, é uma das formas de a parrésia se manifestar nos corpos e em suas subjetividades.

A existência do outro é sempre necessária para haver a ação de veridicção de algo que foi dito, ao passo que também é necessário que sua propagação seja realizada a partir de outros discursos: não basta apenas fazer uso da retórica - para que os regimes de verdade ali presentes possam se propagar em seu exercício parresiástico, é de suma fulcralidade que o indivíduo-leitor se identifique como um indivíduo-veredictível pois, assim, “irá reverter-se, virar-se, tomando-se a prática e o modo de relação dos discípulos entre si” (FOUCAULT, 2010c, p. 471) de forma tal que os próprios indivíduos-leitores-veredictíveis tornem-se responsáveis em (re)produzir tais verdades e, conseqüentemente, corporificar subjetividades por meio de suas práticas discursivas ao reproduzir e compartilhar os discursos presentes no jornal.

Se não houver um processo de veridicção do leitor perante aquilo que se lê, muito dificilmente a verdade conseguirá ser manifestada e se fazer presente na população. Com base na noção de veridicção, Foucault analisará a aleturgia em seu curso *Do Governo dos Vivos*, em 1980, e em *O Governo de si e dos outros*, em 1983. Para ele, a aleturgia é a manifestação da verdade e da sua veridicção.

Com isso, entende-se aqui que o jornal passa a ser observado não apenas como o lugar no qual o conhecimento informacional é compartilhado, mas também como o possuidor da verdade manifestada numa determinada temporalidade e por ele captado, “sobretudo e fundamentalmente, é uma palavra que, do lado de quem a pronuncia, vale como comprometimento, vale como elo, constitui um certo pacto entre o sujeito da enunciação e o sujeito da conduta” (FOUCAULT, 2010c, p. 492) que, enquanto possuidor da verdade, produz discursos sobre os corpos de forma tal que passa a subjetivá-los.

Afirma-se, portanto, que todas essas técnicas permitem não apenas extrair o máximo de verdade perante os sujeitos como também conhecê-los, produzir efeitos e subjetividades e, em última instância, discipliná-los. Para tanto, o jornal acionará viradas discursivas para a produção de veridicção a partir do conhecimento do especialista presente nas entrevistas, seja com médicos, psicólogos, advogados, delegados, professores etc.

Nesse sentido, o saber do especialista é capaz de produzir veridicção e, justamente por isso, muito utilizado nas matérias jornalísticas para a sustentação das discursividades ali presentes.

Após esse arcabouço teórico, discutiremos como se produziram e se atualizaram sistematicamente os regimes de verdade sobre a pedofilia na FSP - ou seja, nossa atenção será voltada para como o jornal se utiliza dos 'discursos de especialistas' como meio de produzir veridicção a partir do profissional entrevistado, de forma que o indivíduo-leitor também se torne um indivíduo-veredictível.

Sendo o jornal um produtor de regimes de verdade e fixado em um determinado contexto histórico-político, partimos da premissa de Foucault a respeito de que "quanto mais descobrimos a verdade sobre nós mesmos, mais devemos renunciar a nós mesmos; e quanto mais queremos renunciar a nós mesmos, mais será para nós necessário revelar a realidade de nós mesmos" (FOUCAULT, 2000, p. 991). Logo, as viradas discursivas⁹ presentes nas matérias jornalísticas serão de grande importância para pensar nos modos de subjetivação constituídos na sociedade.

Caminha-se conjuntamente com Arlette Farge frente ao entendimento de que "a história não é jamais a repetição do arquivo, mas desinstalação em relação a ele" (FARGE, 2017, p. 75) por servir como inquietação, provocação e,

⁹ Para melhor localização do leitor deste trabalho, muitas destas viradas eram identificadas apenas posteriormente à sua leitura. Exemplo: só se percebia que uma determinada matéria ou ocorrência consistia em uma virada discursiva meses depois de sua publicação, uma vez que 'todas' as matérias a partir desta passaram a captar o mesmo discurso presente nesta inicial. Portanto, fez-se necessário retornar ao arquivo, identificá-la em meio àquelas já lidas e destacá-la enquanto tal em uma seção específica do processo de arquivização, para que então fosse possível analisá-la em sua singularidade posteriormente.

em muitos casos, explicitação daquilo outrora não percebido ao longo de seu próprio curso contemporâneo.

De acordo com a tabela sistematizada a seguir, foram identificadas 31 matérias ao longo de todo o período analisado, permitindo a criação de seis categorias diferentes de regimes de verdade, especificamente: cultura, educação, judicialização, política pública, religião e saúde. Todas estas serão analisadas em suas singularidades e complexidades ao longo deste subcapítulo.

Tabela 3 - Viradas discursivas

Ano	Título da Matéria	Categoria
1981	Escolas devem ajudar pais na educação sexual	Educação
1994	Justiça arquiva inquérito da Escola Base	Educação
1994	O reino encantado chega ao fim	Saúde
1998	Pornografia emplaca nos canais pagos	Cultura
1999	Unesco quer controlar a pedofilia na internet	Política Pública
2000	Funcionário da Justiça é acusado de pedofilia	Judicialização
2001	O sexo dos anjos	Saúde
2002	Abusos teriam começado há mais de 2 anos	Judicialização
2002	Mensagem direta: Kelly Key	Cultura
2003	Mudanças em vigor no ECA têm limitações	Política Pública
2003	Governo Federal tem plano com 200 ações sociais	Política Pública
2005	Pedofilia: existem muitos graus de perigo	Saúde
2006	Samba enredo da Águia de Ouro	Cultura
2007	Para estudioso, abuso é caso de polícia, não de governo	Judicialização
2007	Preso diz que Padre Júlio ofereceu dinheiro	Religião
2008	Projeto de controle da internet gera protestos e custos	Judicialização
2008	Prefeitura de SP proíbe acesso ao Orkut	Judicialização
2009	CPI da Pedofilia	Judicialização
2009	Projeto de lei quer criar cadastro de condenados por pedofilia	Judicialização
2010	No bloco das Mulheres de Chico, beijo entre garotas causa confusão e tumulto	Judicialização e lesbofobia
2011	Governo quer controlar conteúdo na internet	Judicialização
2012	Novo manual de diagnóstico causa 'guerra' na psiquiatria	Saúde
2013	Suspeito de incitar protestos violentos são detidos no Rio	Judicialização
2015	Assédio virtual surpreendeu, afirma mãe de chef mirim	Cultura
2015	Justiça manda WhatsApp sair do ar em todo o país	Judicialização
2016	Mortes: O bispo sem tabu e a perfeição das palavras	Religião
2017	Curador de mostra cancelada diz que banco infringiu regras básicas	Cultura
2018	<i>Spotify</i> censura rapper após acusação de estupro	Judicialização
2018	Redação da Fuvest aborda recentes polêmicas sobre os limites da arte	Cultura
2018	Alavancas de Bolsonaro, escola sem partido e gênero têm raízes religiosas	Educação

(Fonte: acervo hemerográfico da Folha de São Paulo)

Diferentemente do que se realizou no subcapítulo anterior acerca de explicitar o porquê de cada categorização, aqui analisaremos as matérias entendidas como viradas discursivas. Assim, tal qual a linha de um novelo, as matérias serão apreciadas de acordo com suas categorias, possibilitando ao leitor desenrolar este novelo e, assim, oferecendo condições de produzir inteligibilidade dos arquivos. Ao fim destas minuciosas análises, realizaremos uma análise geral, unificando todas as matérias em seus múltiplos regimes de verdade de acordo com as categorias alocadas.

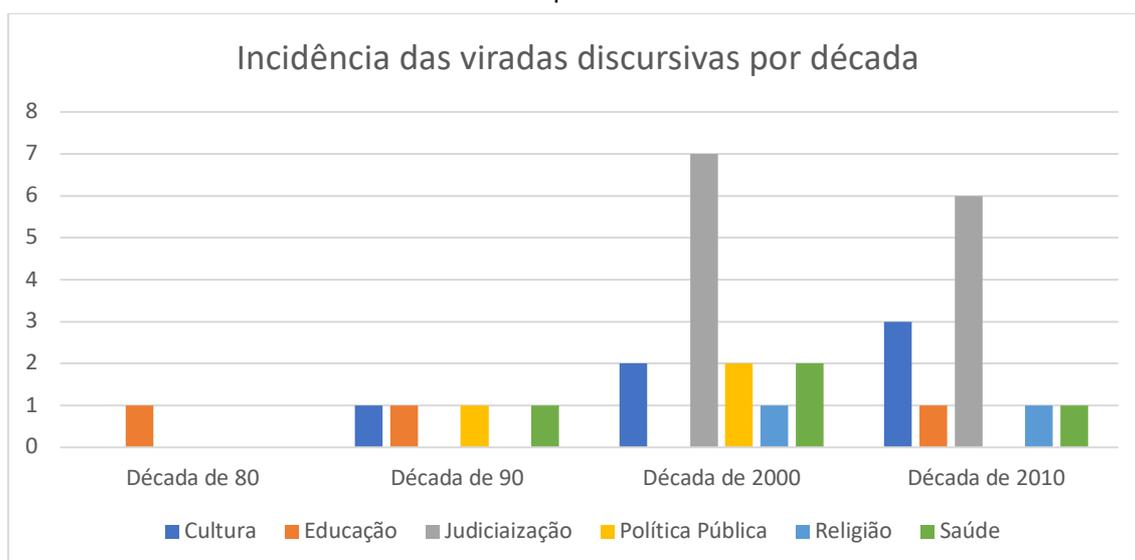
Como pudemos perceber na terceira coluna da tabela anterior, há uma sistemática atualização das viradas discursivas, de regimes de verdade, ao longo das décadas. O perceptível hiato na década de 70 e 80 se deu justamente porque houve poucas matérias a respeito do assunto no período, e nenhuma foi identificada como uma atualização de regimes de verdade, ao passo que voltou a se intensificar e se reatualizar a partir da década de 1990, chegando a uma explosão discursiva nas décadas de 2000 e 2010.

Vale destacar ainda a conferência realizada pela UNESCO, em 1999, para debater exclusivamente a pedofilia em nível mundial. A sua ocorrência é importante porque, no período em voga, o mundo estava começando a se conectar à rede de internet, e um imenso fluxo de dados passou a ser compartilhado. A UNESCO realizou esta conferência com a intenção de melhor compreender e considerar o problema da pedofilia, que começava a se fazer cada vez mais presente na internet, e como combatê-lo.

Como também pudemos perceber, ainda nesta mesma tabela, houve significativa explosão discursiva sobre a judicialização da questão ao passo em que cada vez mais atenção era direcionada para a pedofilia. Em sua vasta maioria, eram projetos de lei e debates políticos que exigiam o controle do uso de internet e dos conteúdos compartilhados entre os usuários, o que levanta a hipótese de que se desenhava, junto à preocupação com o problema da pedofilia, um controle perante os próprios usuários da internet.

O gráfico a seguir destaca como essas categorias se comportaram ao longo do acervo e em que medida os dispositivos categorizados foram agenciados na promoção da atenção e do cuidado de si. A identificação das seis categorias foi de grande importância para maior inteligibilidade de como os regimes de verdade foram se conectando em rizoma, tanto em suas singularidades quanto em suas multiplicidades. Tais conexões foram cruciais para melhor governo das vidas a partir do pânico moral da pedofilia.

Gráfico 4 - Incidência das viradas discursivas por década



(Fonte: do autor)

Como explicitado, ao longo das duas primeiras décadas houve certo padrão quantitativo de matérias nas categorias educação, cultura, política pública e saúde, ao passo que na década de 2000 ocorreu uma expressiva explosão da judicialização dos casos. Ainda na mesma década, houve a primeira aparição da categoria religião e o dobro da constatação das categorias cultura, política pública e saúde. Na última década analisada, torna-se nítida a manutenção da judicialização dos casos e um aumento ainda mais significativo na categoria cultura, ao passo que as categorias educação e religião se mantiveram iguais.

Serão analisadas, portanto, as décadas acima destacadas e como os regimes de verdade foram atualizados por estas viradas discursivas, assim como suas condições nos processos de subjetivação da sociedade.

Década de 1980

Tabela 4 - Viradas discursivas na década de 1980

Ano	Título da Matéria	Categoria
1981	Escolas devem ajudar pais na educação sexual	Educação

(Fonte: acervo hemerográfico da Folha de São Paulo)

Leitmotiv¹⁰ pela identificação da existência de viradas discursivas, tal reconhecimento se deu quando da leitura do arquivo, já em meados da década de 1990, e foi possível observar como determinados discursos presentes em matérias de anos anteriores ainda se faziam presentes nos anos seguintes. Este ato de retorno aos anos anteriores mudou significativamente o exercício de leitura do próprio arquivo.

A partir desta necessidade de retornar ao arquivo já lido, tornou-se clara a existência de matérias que captavam categorias discursivas diferentes das anteriores, ora atualizando-as em outros regimes de verdade, ora refutando-as. Apresenta-se a hipótese de que isso ocorre pelo próprio movimento e fluxos existentes na sociedade, assim como em virtude da emergência de novas perspectivas perante um mesmo problema.

Publicada em 22 de junho de 1981, a matéria estampava em sua manchete *'Escola deve ajudar pais na Educação Sexual'* ao registrar o 18º Congresso Nacional da Escola de Pais, realizado no Colégio Santa Cruz, em São Paulo.

O Congresso contou com a participação de duas mil pessoas de várias regiões do país e com uma delegação boliviana. O Congresso teve como tema *'educação e sexualidade, hoje'* e destacou a ínfima produção bibliográfica brasileira sobre a temática, buscando *'definir com muita clareza aquilo que cabe à escola e aquilo que cabe à família na orientação do aprendizado sobre a sexualidade'*. Essa relação entre público e privado, escola e família, se faz presente até os dias atuais, poderá ser visto ao longo deste trabalho.

O ex-secretário da Educação do Estado de São Paulo, José Bonifácio Coutinho Nogueira, pontuou que *'não existem cursos de formação de*

¹⁰ Sempre que se utilizar citação existente nas matérias jornalísticas destacadas, o trecho em questão será evidenciado em itálico e aspas simples.

educadores sexuais em nível superior, e ainda não possuímos sequer o projeto de ensino sexual'.

Preocupado com a relação público e privado, José Nogueira destacou que *'nos aspectos filosófico e ético poderia haver choques entre a informação fornecida pelas escolas e a orientação familiar, como, por exemplo, um professor maometano polígamo falando a uma classe de cristãos monogâmicos'.*

Ainda para ele, *'isso ou uma divergência mais sutil de posicionamento ético e filosófico implicaria em inevitáveis agressões aos valores éticos dos alunos'.* Percebe-se que esse convite para a escola e a família construírem práticas de educação sexual em colaboração se apresentava como possibilidade de a família influenciar nos temas debatidos, para que eles não fossem contrários às suas bases morais e religiosas. Sua fala é de grande importância, porque esta justificativa é a mesma utilizada contemporaneamente quando da interdição de temas sensíveis debatidos na escola.

O encerramento do referido Congresso foi realizado pelo padre Paul-Eugène Charbonneau, e teve como conferência *'juventude e sexualidade contemporânea'*, concluindo que a *'desagregação dos indivíduos'* se deu entre o hedonismo da Grécia antiga e o moderno culto do prazer. Em sua narrativa, percebeu-se a promoção de discursos educacionais alinhados aos valores religiosos, sobremaneira de matriz cristã.

Década de 1990

Tabela 5 - Viradas discursivas na década de 1990

Ano	Título da Matéria	Categoria
1994	Justiça arquiva inquérito da escola Base	Educação
1994	O reino encantado chega ao fim	Saúde
1998	Pornografia emplaca nos canais pagos	Cultura
1999	Unesco quer controlar a pedofilia na internet	Política Pública

(Fonte: acervo hemerográfico da Folha de São Paulo)

Após grande hiato sem matérias que levassem a compreensão da existência de viradas discursivas, evidenciamos a publicação de 13 de julho de 1994 sobre o caso da Escola Base, intitulada *'Justiça arquiva inquérito da Escola*

Base'. Nela, o destaque ficava por conta do arquivamento do inquérito realizado pela justiça, inocentando todos os envolvidos.

Sérgio Camargo, promotor do Ministério Público, concluiu a inexistência de *'indícios de que as crianças tivessem sofrido abusos'*. Este mesmo entendimento teve o *'delegado Gerson Carvalho, da 1ª Delegacia Seccional, após três meses de investigação'*.

Para embasar seu posicionamento, o delegado Gerson Carvalho requereu *'avaliação psicológica e exames de corpo de delito no IML'* das crianças envolvidas. Os laudos *'não revelaram indícios de que tenha havido abuso sexual'*. Com suas vidas viradas do avesso, a escola apedrejada e impossibilitados de continuar trabalhando ali, *'os três casais acusados de abuso sexual [...] decidiram entrar com ações contra o Estado'* para serem indenizados *'por perdas e danos morais, além de mover ação contra o delegado Edécio Lemos'*.

Começamos a perceber duas dobras bastante interessantes no acervo: o caso foi levado à justiça e acionou o saber da saúde para determinar se houve ou não abuso por meio da utilização de laudos médicos e psicológicos. Ainda que o caso tenha sido categorizado sob 'educação', conforme tabela acima, é possível perceber a intersecção de elementos, de saberes e de regimes de verdade capazes de gerar veridicção.

Para Foucault (2013), a microfísica do poder não pode ser concebida como uma propriedade, mas sim como estratégia, ao passo que "seus efeitos de dominação não sejam atribuídos a uma 'apropriação', mas a disposições, a manobras, a táticas, a técnicas, a funcionamentos" (FOUCAULT, 2013, p. 29) e assim, desvende "uma rede de relações sempre tensas, sempre em atividade, que um privilégio que se pudesse deter" (FOUCAULT, 2013, p. 29) e discursos a serem produzidos sobre ela.

Ainda em julho, mesmo mês da matéria anterior, com apenas onze dias de diferença, o escritor e psicanalista italiano radicado no Brasil Contardo Calligaris utiliza do livro *História Social da Criança e da Família* (ARIÈS, 2018) para analisar como a infância, tal qual se concebe hoje, é fruto da modernidade,

e como o Estado passou a acionar uma série de discursos com o intuito de melhor prover para elas o que for necessário, da educação à segurança.

Ancorou-se em Freud para analisar como *'as protegemos, cuidamos e satisfazemos'*, provoca-nos ironicamente ao falar que *'a criança é a caricatura da felicidade impossível: vestida de feliz, isenta das fadigas do sexo e do trabalho, idealmente despreocupada'*, e critica como na modernidade se passou a vestir as crianças *'não mais de crianças, mas de adultos em miniatura'* ou, naquilo que ele chamou de *'anões de férias sem lei'*. Destaca ainda como o movimento de maio de 68, na França, influenciou este entendimento sobre as infâncias, produzindo a noção de crianças enquanto sujeitos de direitos – algo presente no ECA.

Ao trazer a discussão para o contexto brasileiro da década de 90, Contardo Calligaris analisa em seu texto disruptivo como a exploração sexual infantil, que à época era endêmica no Brasil, conseguia se fazer presente em diversos bares em nível nacional. Para ele, *'em condições de miséria extrema, o amor parental parece seguir caminhos diferentes do amor narcísico. É dispensado o luto da morte dos mais jovens, torna-se possível a erotização do corpo infantil, e também a exploração da criança no trabalho ou simplesmente sua venda ou abandono'* – concluiu, perante o fato de as pessoas aceitarem a existência de crianças sendo exploradas sexualmente em ambientes diversos, mesmo *'angustiadas crianças de sete, oito, nove anos'* de idade.

Percebe-se, então, que o psicanalista traz dois elementos novos para investigar a pedofilia no Brasil: i) sua dimensão nacional atrelada à pobreza enquanto um problema social e ii) como os estudos oriundos de Ariès e Freud permitiram pensar em infâncias possíveis e infâncias ceifadas, em infâncias que merecem ser vividas e aquelas impostas às precariedades e vulnerabilidades.

Calligaris termina seu texto de forma extremamente provocativa: *'logo a engenharia genética resolverá de vez os embaraços de nossa pedagogia, e nos oferecerá, como crianças, clones felizes, construídos à imagem e semelhança de nossos sonhos'*, compreendendo, assim, a infância não apenas como produtora de sentidos e entendimentos, mas também olhando para ela como um produto de nossas práticas cotidianas. Sendo ele psicanalista e utilizando

diversas vezes entendimentos presentes nas ciências Psi, entendeu-se, por bem, categorizar esta matéria no guarda-chuva da saúde.

Após um grande hiato de 4 anos, apenas em 1998 foi possível perceber uma nova virada discursiva, presente na matéria *Pornografia emplaca nos canais pagos*. Nela, foi noticiado que a operadora de TV a cabo *NET* inseriria um canal de sexo explícito em sua programação, ação semelhante tomada pela concorrente *DirecTV*. De acordo com a matéria, *'as TVs foram apimentando gradualmente a programação até chegarem à pornografia explícita dos filmes de motel. Tudo isso por solicitação dos assinantes'*. Esta afirmação de *'até chegarem à pornografia explícita dos filmes de motel'* soou muito interessante, pois produz importante dobra entre o lar e os motéis, o público e o privado.

Ao discorrer sobre os níveis de pornografia existentes no mercado audiovisual internacional, sistematizando de um a cinco, onde o primeiro é nomeado como *'T&A (tits and asses, ou "tetas e bundas", em tradução literal)* e cujo fornecimento tem a marca *Playboy* como principal veículo, e o último nível desta escala contém *'filmes produzidos pela máfia japonesa, a Yakuza, e comercializados apenas no mercado negro. Segundo o diretor da GloboSat, Alberto Pecegueiro, que descreveu o ranking para a Folha, as produções desse quinto nível mostram cenas reais de estupro e de extirpação de membros'*. A pedofilia não está categorizada neste último e mais intenso nível, mas sim em seu anterior, o quarto, onde tem *'aberrações, como o sexo com animais. Inclui também a pedofilia, que é crime'*.

Esta categorização por níveis provocou grande surpresa em virtude de os dois últimos níveis conterem cenas de sexo explícito envolvendo crianças, estupros, extirpação de membros e zoofilia como possibilidades de entretenimento sexual, um conteúdo a ser consumido nos lares de assinantes, um produto com pessoas interessadas em pagar e ter acesso a ele, mesmo sabendo que eram produzidos em meio à ilegalidade e a práticas violentas não consensuais.

Quatro meses depois, em janeiro de 1999, a *FSP* dá destaque, no topo da página, à matéria intitulada *Unesco quer controlar pedofilia na internet*. A partir deste momento, a produção dos regimes de verdade sobre a pedofilia passará a ser intensificada. Após o evento da *Unesco*, a pedofilia passou a ser

compreendida como um problema mundial a ser combatido a partir da junção de forças internacionais.

Realizada em Paris, na França, a reunião denominada '*Exploração sexual de crianças na internet: um desafio internacional*' buscou '*formular um plano internacional de controle da pedofilia na internet*'. Cerca de 250 especialistas participaram da reunião e debateram sobre como '*implementar essas formas de controle sem ao mesmo tempo instituir uma censura à internet*'. Pesquisas realizadas à época identificaram '*entre 100 mil e 1 milhão de sites na internet com materiais que envolvem exploração sexual de crianças*'.

Em primeiro lugar, o que mais chamou a atenção foi a abrangência, entre 100 mil e um milhão de sites disponíveis na internet, demonstrando que à época, a internet ainda era um território desconhecido com fronteiras fluidas. Outro ponto que merece destaque é a quantidade de 250 especialistas reunidos para debater melhores formas de combater o problema.

Concluíram que '*a ideia é desenvolver programas que possam rastrear materiais pornográficos envolvendo crianças na internet*' uma vez que '*isso possibilitaria, por um lado, ações da polícia nos locais onde esse tipo de material é produzido [...] e, por outro lado, que os pais bloqueassem o acesso de seus filhos aos sites que têm esses conteúdos*'. Percebemos aqui uma série de regimes de verdade sendo agenciados concomitantemente: a família, os especialistas, a lei e, por fim, a polícia.

A discussão presente naquele congresso influenciou mundialmente a forma de lidar com o problema da pedofilia, além de ter gerado um ecossistema informacional atualizado em regimes de verdade. O problema deixou de ser exclusivo de um país, de uma região, de uma família, para ser um problema em nível mundial, presente em nossa sociedade e, portanto, a ser combatido por todos.

Dito de outra forma, identifica-se a utilização do pânico moral da pedofilia enquanto método de aumentar o controle populacional ao colocar todos sob suspeita, intensificando o controle da população. Entretanto, no mesmo momento em que eram realizadas as discussões em defesa da infância segura, o Brasil programava programas televisivos sexualizando e infantilizando mulheres.

Conforme destacado anteriormente, a própria cultura pop dos anos 1990 sexualizava mulheres com personagens da Tiazinha e Feiticeira, além de promover produtos com forte teor erótico a serem consumidos pelas crianças.

Década de 2000

Tabela 6 - Viradas discursivas na década de 2000

Ano	Título da Matéria	Categoria
2000	Funcionário da Justiça é acusado de pedofilia	Judicialização
2001	O sexo dos anjos	Saúde
2002	Abusos teriam começado há mais de 2 anos	Judicialização
2002	Mensagem direta: Kelly Key	Cultura
2003	Mudanças em vigor no ECA têm limitações	Política Pública
2003	Governo Federal tem plano com 200 ações sociais	Política Pública
2005	Pedofilia: existem muitos graus de perigo	Saúde
2006	Samba enredo da Águia de Ouro	Cultura
2007	Para estudioso, abuso é caso de polícia, não de governo	Judicialização
2007	Preso diz que Padre Júlio ofereceu dinheiro	Religião
2008	Projeto de controle da internet gera protestos e custos	Judicialização
2008	Prefeitura de SP proíbe acesso ao Orkut	Judicialização
2009	CPI da Pedofilia	Judicialização
2009	Projeto de lei quer criar cadastro de condenados por pedofilia	Judicialização

(Fonte: acervo hemerográfico da Folha de São Paulo)

Com maior popularização do acesso a bens de consumo como computadores e celulares, a década de 2000 foi fortemente marcada por notícias de casos envolvendo práticas de pedofilia. De acordo com a tabela anterior, a judicialização ganha grande destaque, demonstrando os impactos resultantes do encontro da Unesco.

Já no âmbito cultural, notamos como o problema da pedofilia estava se fazendo cada vez mais presente na subjetividade da população à época. Enquanto Kelly Key cantava, em 2002, *'Você não acreditou; Você nem me olhou; Disse que eu era muito nova pra você; Mas, agora que cresci você quer me namorar; [...] Baby, baba olha o que perdeu; Baba, a criança cresceu; Bem feito pra você, é, agora eu sou mais eu; Isso é pra você aprender a nunca mais me esnobar; Baba baby, baby, baba, baba'*. Quatro anos mais tarde, em 2006, o

samba enredo da Águia de Ouro¹¹ entoava *'Pedofilia e covardia eu digo não; Na internet quero amor, educação; Não tem desculpa não; Denúncia é a solução; Pra quem tem culpa; Sofrer a punição; Eu quero ver enfim o meu Brasil feliz; E nessa festa brincar, cantar e sorrir'*. Nesse sentido, percebemos que o diálogo entre a *pop music* e o samba-enredo é capaz de gerar regimes de verdade, sobretudo por suas circularidades na sociedade.

Logo no início do terceiro mês de 2000, a sucursal da FSP no Rio de Janeiro estampava em suas páginas *'Funcionário da Justiça é acusado de pedofilia'*. A denúncia ocorreu por um morador de um condomínio na Barra da Tijuca ter descido à área comum do prédio e, frente à existência de uma festa de aniversário que ali ocorria, que teria se sentado em um banco distante dos convidados e *'chamado a menina para conversar e depois a colocado no colo. Conforme testemunhas, ele teria beijado e acariciado a criança'*. A polícia foi acionada, o morador foi preso em flagrante e *'transferido para a carceragem da delegacia de Ricardo de Albuquerque (zona norte), sob acusação de atentado violento ao pudor. Se não conseguir provar sua inocência, poderá pegar até oito anos de prisão'*. Ainda de acordo com esta mesma matéria, outras duas ocorrências foram destacadas como possíveis práticas, mesmo sem relação com a matéria original.

Um ano e seis meses depois, em 16 de setembro de 2001, André Fischer, jornalista e criador do extinto portal *Mix Brasil*, voltado à cultura LGBTQIA+ no Brasil, inicia seu texto afirmando: *'antes de mais nada é preciso ficar claro que a pedofilia e pornografia infantil são os mais abomináveis dos crimes. Sobre isso não há o que questionar. Mas é inegável que desde cedo o ser humano já expressa sua sexualidade e que temos muita dificuldade em lidar com esse fato'* e começa a discorrer sobre como as possibilidades da educação heteronormativa são capazes de reproduzir *'os piores preconceitos quando chega a hora de educar os rebentos, provavelmente por problemas gerados pela repressão de impulsos em sua própria infância'*. Ao longo de seu texto, o autor não aborda a pedofilia, mas sim a existência de orientações sexuais para além da heterossexual.

¹¹ Disponível <https://bit.ly/aguiasdeouro> acesso 26 ago. 2020

Esta matéria recebeu posição de destaque aqui pois, mesmo com a despatologização das homossexualidades, em 1973, as orientações sexuais não heterossexuais continuaram sendo associadas às práticas de pedofilia, necessitando o autor evidenciar que discorria sobre a população LGBTQIA+ e não sobre a pedofilia em si.

Não obstante, “a sexualidade está exatamente na encruzilhada do corpo e da população. Portanto, ela depende da disciplina, mas depende também da regulamentação” (FOUCAULT, 2010a, p. 212), e será por meio desta que o Estado conseguirá operacionalizar uma biorregulamentação, formas de normalização dos comportamentos e normatização da disciplina. Ainda para Foucault, “a norma é o que pode tanto se aplicar a um corpo que se quer disciplinar quanto a uma população que se quer regulamentar” (FOUCAULT, 2010a, p. 213).

Uma notícia de dez parágrafos, que ocupava o topo da página de 25 de março de 2002, anunciava nominalmente um importante pediatra e psicoterapeuta de adolescentes como autor de dezenas de crimes contra os seus pacientes. Os abusos, que *“teriam começado há mais de dois anos”*, foram gravados em 37 fitas que ficaram sob responsabilidade do investigador-chefe do 51º Distrito Policial.

Na matéria *‘Mudanças em vigor no ECA têm limitações’*, a FSP deu destaque ao Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) pela tipificação da pedofilia na internet em crime, uma vez que não havia legislação específica para essa conduta. Destaca-se a importância da criação de uma legislação própria para atacar o problema da pedofilia em virtude do aumento no acesso e uso das redes informacionais, e frente à necessidade do governo em expandir seu controle perante a população.

Ao reconhecer que a noção de adolescência empregada no Brasil no início do séc. XX foi importada dos manuais estrangeiros (CESAR, 1998, p. 29), percebe-se que da atualização do ECA, em 12 de novembro de 2002, derivaram-se novas formas de governo das infâncias.

Para Passetti, o ECA “inverterá a interpretação, definindo a situação socioeconômica como fundamental para entendermos as condições de

emergência do contingente de crianças portando carências” (PASSETTI, 1991, p. 160) e, assim, promover políticas “intervencionistas na questão do atendimento a crianças e adolescentes” (PASSETTI, 1994, p. 48).

Na esteira da atualização do ECA, o Governo Federal lançou, em 1º de dezembro de 2003, um plano de ações dividido ‘em quatro grupos: saúde, educação, combate à Aids e proteção de crianças e adolescentes contra abuso, exploração e violência’. Este intento do governo brasileiro sobre a infância teve ‘como base o projeto Presidente Amigo da Criança, desenvolvido pela Fundação Abrinq a partir do documento “Um Mundo para as Crianças” da ONU, que o governo brasileiro assinou em maio de 2002’ e, em contrapartida, surgiu a urgência de criar políticas públicas específicas para a proteção das infâncias.

Intitulada *Pedofilia: existem muitos graus de perigo*, e publicada em 3 de março de 2005, a psicanalista Anna Veronica Mautner discorre sobre o medo que os pais têm de que seus filhos se envolvam com pedófilos e, para tanto, buscam blindá-los da vivência com o outro, tentando protegê-los. É necessário observar que ‘quando adulto e criança brincam juntos maliciosamente, estamos diante de um jogo indesejado, mas razoavelmente corriqueiro’.

De acordo com a psicanalista, ‘fala-se muito mais da pedofilia masculina do que da feminina, como se fosse exclusivo do universo masculino o interesse sexual por crianças. Ledo engano. As solícitas vovós, babás, pajens e mães (muito menos), todas mulheres, são também responsáveis por um tanto de trauma cuja descrição é bastante mais difícil do que a descrição do malvado homem que bolina as inocentes crianças’. Sua narrativa evidencia dois grandes marcadores: i) o de gênero, ao afirmar que as mulheres também podem ser pedófilas e incorrer nestas práticas e ii) o de violência, pontuando como a existência de sujeitos pedófilos coaduna com a geração deste pânico moral. Aqui, percebemos que não apenas associa-se a masculinidade à pedofilia, como historicamente comum, mas a subsequente inserção da categoria feminina no pânico moral.

Ainda em sua coluna, afirma que ‘havendo violência, existe doença, é perigoso e foge do controle. A pensar de já fazer mais de cem anos que a sexualidade infantil foi descoberta por Freud, ainda hoje, se pudermos, reprimimos a consciência do fato’ e, portanto, ‘a nós, pais e adultos, cabe

verificar se, no meio do prazer do encontro, está se falando na linguagem da ternura ou na violência'.

No tocante ao relacionamento interpessoal adulto-criança, esta dobra no olhar produzida pela autora é interessante, pois permite a identificação de quais são sadios para as crianças e quais merecem ser proibidos, inserindo os sujeitos em constante vigilância perante o outro, independentemente de seu gênero.

Dois anos após esta matéria, a FSP publica, em janeiro de 2007, uma reportagem com João Antonio Zuffo, então diretor do laboratório de sistemas integráveis da USP. Pela primeira vez, de forma mais incisiva, percebe-se a existência discursiva mais acentuadamente favorável ao controle do tráfego de informações da internet, do fluxo de dados. Tendo como título '*Para estudioso, abuso é caso de polícia, não de governo*', ele relata como é possível aumentar o controle sobre usuários na internet a partir de seus endereços IP.

A discussão se dá a partir do vídeo divulgado por um *paparazzo*, em que a atriz Daniella Cicarelli aparece com seu então namorado em uma praia espanhola durante momento de maior intimidade. O *Youtube* foi obrigado a tirar o vídeo do ar, e ficou temporariamente inacessível no Brasil em 2005.

Tomando esta ocorrência como ponto de partida de sua análise, o pesquisador destaca os riscos existentes em bloquear o acesso ao site em sua integralidade. Para ele, a sanção deveria "*recair sobre o autor das imagens ou, por exemplo, em casos mais graves, como os de pedofilia, também sobre os próprios usuários*", uma vez que '*a própria proibição do vídeo no caso particular acaba incentivando a visão dele*', a sua disseminação e o seu compartilhamento, '*a não ser que você proíba totalmente a internet; mas isso equipararia nosso país a um regime totalitário*', pontua o professor.

Em outubro de 2007 aparece, pela primeira vez, um novo regime de verdade sobre a pedofilia: a religião¹². Em matéria publicada no dia 30, a manchete chama atenção com a seguinte afirmação: '*presa diz que padre Júlio ofereceu dinheiro*'. A matéria versa sobre uma moça presa acusada de tentativa

¹² Por mais que a primeira matéria deste subcapítulo tenha dado destaque a um Padre realizando a conferência de encerramento do evento, salienta-se que a referida matéria foi categorizada em Educação, e não em religião.

de extorquir o Padre Júlio Lancelotti¹³ o qual, segundo ela, *'afirmou ter recebido uma oferta financeira para que abondasse o marido'*, um ex-interno da Fundação Casa, *'que diz ter tido um relacionamento homossexual com o padre durante oito anos em troca de dinheiro - R\$ 600 mil nesse período'*. O casal foi preso por extorsão.

Seu defensor, Luiz Eduardo Greenhalgh, afirmou que *'o religioso relatou ter recebido ameaças de agressão física e de que seria falsamente acusado de pedofilia caso não repassasse dinheiro a Batista'*. Preocupado com sua segurança e com sua vida, *'Lancelotti disse que entregou dinheiro por medo de agressão e por crer que poderia mudar as pessoas que o extorquiam'*. Promotores da Vara da Infância e Juventude, responsáveis pela investigação da ocorrência, não acreditaram na versão do casal e alegaram que *'Lancelotti era persona non grata por funcionários por denunciar diversos casos de tortura e que, se isso fosse verdade, o caso já teria sido revelado'*. Isso significa que, sendo a pedofilia um pânico moral que atravessa corpos, e sendo o Padre Júlio Lancelotti uma pessoa atuante nos movimentos sociais marginais - como pessoas em situação de extrema vulnerabilidade social -, a acusação de pedofilia teve, supostamente, o intuito deslegitimá-lo frente à opinião pública, e foi posteriormente refutada pelos investigadores.

Em julho de 2008, a FSP publica a matéria intitulada *'Projeto de controle da internet gera protestos e custos'* sobre um projeto de lei (PL) que visava obrigar provedores de internet a armazenar os dados dos usuários por um período de 3 anos. O projeto determinava que os provedores tivessem acesso e registro das trocas de mensagens e e-mails realizadas entre usuários.

O interesse em controlar o fluxo de dados da internet usada pela população ganhou ainda mais sustentação quando, em setembro de 2008, a *'Prefeitura de SP proíbe acesso ao Orkut'* na administração direta e indireta. Como a extinta rede social já estava censurada nas escolas municipais, a prefeitura argumentou que *'um portal educacional, em fase de homologação, vai*

¹³ Quinze anos depois, Pe. Júlio Lancelotti é mais uma vez associado à pedofilia. Dessa vez, de acordo com matéria investigativa publicada pela Revista Piauí, em 15 de julho de 2022, *'A armação do MBL contra padre Júlio Lancellotti: dois ex-militantes revelam a engrenagem do movimento para moer reputações'*. Disponível em <https://bit.ly/pejulio> acesso 15 jul. 2022

oferecer blogs, comunidades e e-mails próprios, para que os alunos evitem os da internet.

Colocar a população sob constante suspeita é a forma como o racismo de Estado vai operar na sociedade, “sobre os seus próprios elementos, sobre os seus próprios produtos; um racismo interno, ou da purificação permanente, que será uma das dimensões fundamentais da normalização social” (FOUCAULT, 2010a, p. 52-53).

Esta proibição também atingiria os *telecentros*, os quase extintos locais públicos com acesso à internet para pessoas desprovidas de computadores e *smartphones* em suas casas. Para a estudante Daiane Resende, com 16 anos à época, frequentadora do Telecentro Santa Cecília (região central da cidade de São Paulo), ‘*sem o Orkut, os telecentros vão ficar vazios, pois todo mundo vem aqui para isso, até os idosos têm Orkut*’. Como podemos perceber, a censura imposta evidencia como a pedofilia passou a ser agenciada pelo Estado para controlar quais informações o indivíduo teria direito de acessar e quais sequer apareceriam em seus mecanismos de buscas.

Com o evidente aumento da judicialização, instaura-se a CPI da Pedofilia¹⁴, conforme destacado na capa da *Folha Corrida*, de 19 de março de 2009. Criada com base no Requerimento nº 200, de 4 de março de 2008, o documento alertava que “aparecerão imagens e informações que, com certeza, chocarão a sociedade brasileira, mas que, concomitantemente, constituirão subsídios para despertar a maior atenção dos órgãos governamentais” (BRASIL, 2010c, p. 6). Presidida pelo Senador Magno Malta, tinha com o objetivo aprimorar a “legislação pertinente, e também meios para educar e prevenir a sociedade sobre essa sórdida prática que é a pedofilia” (BRASIL, 2010c, p. 6).

Inicialmente estimulada a investigar a questão da pedofilia, a comissão estendeu o foco dos trabalhos para as diversas formas de violência perpetradas contra crianças e adolescentes como, por exemplo, os abusos e a exploração sexual. Também foram incorporadas ao debate formas de identificar os usuários de internet, por meio de seus endereços IP, e as dificuldades no caso de IP

¹⁴ Relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito. Disponível <https://bit.ly/cpipedofilia> acesso 27 ago. 2020.

randômicos. O documento final da CPI recomendou o fortalecimento da “distribuição e difusão do *Guia Escolar – Métodos de Identificação de Sinais de Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes* (SANTOS, 2011) ao Ministério da Educação, incluindo na ação a formação de professores, e incentivando a inserção do tema “prevenção contra a pedofilia” no projeto político-pedagógico das escolas” (BRASIL, 2010, p. 1668).

Finalizando a década de 2000, a matéria publicada em 3 de dezembro de 2009 e intitulada ‘*projeto de lei quer criar cadastro de condenados por pedofilia*’, buscava a criação de um banco de dados público contendo o Código de Endereçamento Postal (CEP) de uma localidade, escola, ou qualquer instituição, que possibilitaria a identificação de moradores acusados de pedofilia próximo ao CEP pesquisado. Este projeto de lei chegou a ser aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado, mas, ‘*para o advogado criminalista Roberto Delmanto Junior, a proposta é inconstitucional*’. O cadastro também foi criticado pelo Ministério da Justiça, entidade que seria a responsável por um possível veto ou aprovação do mesmo.

Como se fez notável, o período da década de 2000 foi marcado pelo aumento do uso das tecnologias comunicacionais, como celulares e computadores, e pelo conseqüente aumento do fluxo de dados pelo uso da internet e das redes sociais. Paralelamente, buscou-se promover políticas públicas de controle de acesso à internet e tornar público, por meio do CEP residencial, moradores de determinada região envolvidos em casos de pedofilia.

O pânico moral da pedofilia se tornaria, assim, um eficaz dispositivo de controle da população a partir de agenciamentos diversos, fosse pela defesa da segurança das infâncias ou pelo uso que a população deveria fazer de suas contas na internet e seus dispositivos eletrônicos.

Década de 2010

Tabela 7 - Viradas discursivas na década de 2010

Ano	Título da Matéria	Categoria
2010	No bloco das Mulheres de Chico, beijo entre garotas causa confusão e tumulto	Judicialização e lesbofobia
2011	Governo quer controlar conteúdo na internet	Judicialização
2012	Novo manual de diagnóstico causa 'guerra' na psiquiatria	Saúde

2013	Suspeito de incitar protestos violentos são detidos no Rio	Judicialização
2015	Assédio virtual surpreendeu, afirma mãe de chef mirim	Cultura
2015	Justiça manda WhatsApp sair do ar em todo o país	Judicialização
2016	Mortes: O bispo sem tabu e a perfeição das palavras	Religião
2017	Curador de mostra cancelada diz que banco infringiu regras básicas	Cultura
2018	Spotify censura rapper após acusação de estupro	Judicialização
2018	Redação da Fuvest aborda recentes polêmicas sobre os limites da arte	Cultura
2018	Alavancas de Bolsonaro, escola sem partido e gênero têm raízes religiosas	Religião
2019	Pessoas perigosas	Judicialização

(Fonte: acervo hemerográfico da Folha de São Paulo)

Com relação à última década analisada no acervo da FSP, a primeira matéria que merece destaque foi *'no bloco das Mulheres de Chico, beijo entre garotas causa confusão e tumulto'*. Embora essa matéria tenha sido incluída na categoria judicialização, foi percebida também a necessidade de dar maior destaque à imbricação com a lesbofobia ali presente. Essa associação foi necessária por dialogar diretamente com a matéria de 2001, escrita por André Fischer ou, mais precisamente por ainda associar as homossexualidades à prática de pedofilia.

O caso em questão se deu em virtude de duas adolescentes, de 17 e 18 anos, terem se beijado no bloco carnavalesco e, ao se deparar com o beijo lésbico, um homem ter acionado a polícia pois, segundo ele, suspeitou-se *'de um caso de pedofilia, mas as jovens alegaram na delegacia que se tratava, na verdade, de homofobia'*. Como o delegado de plantão *'entendeu que não se tratava de pedofilia, mas que também não havia elementos para considerar homofobia'*, a decisão foi de não gerar indiciamento de ninguém, fosse do denunciante ou das denunciadas.

Considerar a adolescência como período em que ainda não se “alcançou uma competência crítica, social e política proporciona inevitavelmente uma necessidade do desenvolvimento de uma pedagogia por parte dos adultos sobre estes seres em formação, com o intuito de controlá-los” (MENDONÇA, 2002, p. 66). Essa pedagogia do controle busca extrair a potência subjetiva existente nos corpos juvenis no intento de enquadrá-los dentro das premissas sociais, como, no caso em questão, a heteronormatividade.

Essa associação entre homossexualidades e pedofilia já foi destacada anteriormente neste trabalho e merece atenção especial, pois a partir da psiquiatrização da sociedade, “atribuiu-se-lhe um papel de normalização e patologização de toda a conduta; enfim, procurou-se uma tecnologia corretiva para tais anomalias” (FOUCAULT, 2014a, p. 116). Para o autor francês, *anomalia* seria tudo aquilo que se opusesse ou estivesse às margens da (hetero)normatividade – ainda que Michel Foucault não tenha se debruçado sobre este conceito, mais contemporâneo e presente na teoria queer.

Uma semana e meia antes do Natal de 2011, os ventos coercitivos do governo voltam a soprar no Congresso Nacional. Em matéria publicada no dia 12 de dezembro do mesmo ano, afirma-se que *'uma representante do Ministério das Comunicações foi à Câmara dos Deputados debater uma proposta que submete os provedores de internet à fiscalização e autorização prévia da Anatel'*. De acordo com ela, seu objetivo não era impor censura à internet e nem controle da sociedade, embora registre-se que seu *'discurso foi contraditório'* dando a entender que *'o provedor que compactuar com o tráfego de pedofilia pode perder a autorização (ou sofrer outras punições)'*.

Nela, destaca-se a possibilidade de que *'outros tipos de conteúdos comecem a ser bloqueados é passo pequeno. Não é preciso ir longe para ver um exemplo dramático'*, trazendo um caso ocorrido na Argentina em que, tendo lei similar à proposta, *'em agosto de 2011, um juiz mandou que ela [a 'Anatel argentina'] bloqueasse documentos vazados na rede que revelavam segredos políticos e militares'*.

Ainda para o jornalista, *'uma vez que a estrutura técnica e jurídica de controle é criada, seja por que razão for, o risco de ela ser desvirtuada é enorme, inclusive por se tornar alvo fácil de ações judiciais'* - ou seja: em seu entendimento, o governo se utiliza de dispositivos legais para costurar rupturas institucionais e promover um maior controle da população.

Com o novo manual de psiquiatria (DSM-V) em discussão, a FSP destaca que este *'novo manual de diagnóstico causa guerra na psiquiatria'*, pois a criação de novos transtornos mentais incorre no risco de aumentar o número de pessoas dependendo de tratamento para seus *'transtornos'*, patologizando ainda mais os comportamentos humanos e, conseqüentemente, aumentando a medicalização

da sociedade para normatizar a população. A patologização é, então, utilizada como mecanismo de medicalização e controle.

Este deslocamento do indivíduo anormal para uma população normatizada se dará em estreitíssima conjunção com a prática médica, pois “a medicina é um saber-poder que incide ao mesmo tempo sobre o corpo e sobre a população, sobre o organismo e sobre os processos biológicos e que vai, portanto, ter efeitos disciplinares e efeitos regulamentadores” (FOUCAULT, 2010a, p. 212). Logo, quando existe o interesse de produzir um manual de psiquiatria, objetiva-se, conseqüentemente, produzir corpos normais, sadios e sãos, ao passo que também se produzem corpos anormais, patológicos e desviantes.

Ao falar sobre compulsão sexual, a FSP destaca que, anteriormente, ela era mencionada como parte de um subgrupo de parafilias, como fetichismo e pedofilia, e que após a atualização, ganhar-se-ia *'categoria própria, aplicada a quem se masturba e consome pornografia em excesso ou incorre em práticas que afetam a vida social'*. Para Allen Frances, responsável por coordenar a 4ª edição do manual, *'diagnósticos psiquiátricos são baseados em critérios subjetivos, e pequenas mudanças podem incorrer em enormes variações entre quem é diagnosticado e quem é considerado normal'* e, assim, a incidência populacional com algum tipo de transtorno e de desvio aumenta.

Em 2013, novo deslocamento acerca da pedofilia é acionado. À época, o país vivenciava uma série de manifestações contrárias à realização da Copa, que ocorreria no ano seguinte, em 2014. Dentre os participantes, destacou-se um grupo cunhado de *Black Blocs*, que consistia em manifestantes mascarados que se vestiam de preto e ficavam na linha de frente dos protestos, tendo as ações diretas como tática de combate (PINHEIRO JUNIOR, 2016), incluindo depredações e focos de incêndios. A FSP evidenciou, em matéria, que *'Suspeitos de incitar protestos violentos são detidos no Rio'*, estampando a foto de um jovem branco com rosto coberto por seus braços.

Nesta matéria, ressalta-se que *'três jovens foram presos e dois menores apreendidos no Rio sob acusação de incitação à violência e formação de quadrilha armada'* e ainda associou um dos detidos à prática de pedofilia, pois *'em seu computador foram encontradas fotos de menores'*.

A presença dos movimentos sociais nos espaços públicos tem como objetivo construir novas formas de socialização, reivindicações e promoção da livre-manifestação de suas ideias (GARCIA, LEITE, MENDONÇA, 2015). Em virtude de a estética *Black Bloc* lançar mão da tática de ação direta e desnudar problemas anteriores às manifestações em si, (como a violência policial, o genocídio da juventude negra e a exploração dos bancos perante trabalhadores, por exemplo), suas formas de expressão foram fortemente criticadas - e seus militantes, brutalmente perseguidos.

Treze dias depois do Dia das Crianças de 2015, a FSP destacava *'assédio virtual surpreende, afirma mãe de chef mirim'*, sobre a participação de sua filha, uma criança de 12 anos de idade, no MasterChef Júnior, programa de culinária da Rede Bandeirantes de Comunicação. Na ocasião, alguns homens se manifestaram em redes sociais: *'se tiver consenso é pedofilia?'*; *'A culpa da pedofilia é dessa molecada gostosa'*; *'Com 14 anos, vai virar aquelas secretárias de filme pornô'*.

Sua mãe, que pediu para não ser identificada, afirmou que *'estávamos preparados e preparamos a nossa filha para a exposição e repercussão positiva e negativa. No entanto, fomos surpreendidos por essas abordagens descabidas, mas, como estávamos atentos, conseguimos protegê-la do conteúdo'*.

Como contrapartida ao assédio vivenciado pela participante, usuárias da internet passaram a utilizar a *hashtag* #PrimeiroAssédio¹⁵ e produzir narrativas descrevendo como se deu, quando ocorreu e quantos anos tinham quando sofreram seus primeiros assédios sexuais. As narrativas partiram de mulheres em sua extrema maioria.

A ONG *Think Olga*, responsável pela referida campanha #primeiroassedio, afirma que, de acordo com a participação de pessoas vitimadas e que produziram narrativas próprias em suas redes sociais, "as respostas nos ajudaram a constatar que a idade média do primeiro assédio é de 9,7 anos – e grande parte dos crimes, 65%, são cometidos por conhecidos"¹⁶. O impacto da constatação foi tamanho que as representantes da ONG foram

¹⁵ Disponível <https://bit.ly/campanhapa> acesso 27 ago. 2020

¹⁶ Disponível <https://thinkolga.com/projetos/primeiroassedio/> acesso 27 ago. 2020

chamadas para participar¹⁷ de uma audiência pública da CPI dos Crimes Cibernéticos¹⁸.

Com a judicialização cada vez mais crescente nos casos envolvendo pedofilia no Brasil, *'justiça manda WhatsApp sair do ar em todo o país'*, no dia 17 de dezembro de 2015, em medida determinada pela 1ª Vara Criminal de São Bernardo do Campo. O bloqueio se deu em virtude da negação da empresa em disponibilizar os dados privados de usuários investigados. O então presidente-executivo do *WhatsApp*, Jan Koun, afirmou estar *'desapontado pela miopia da decisão e triste por ver o Brasil isolado do resto do mundo'*, no que se refere à garantia da inviolabilidade dos dados dos usuários de internet e, mais especificamente, no *WhatsApp*.

Dentre as características da lógica da censura, Foucault explicita que ela

liga o inexistente, o ilícito e o informulável de tal maneira que cada um seja, ao mesmo tempo, princípio e efeito do outro: do que é interdito não se deve falar até ser anulado no real [...] e o que deve ser calado encontra-se banido do real como interdito por excelência” (FOUCAULT, 2012a, p. 94).

Ainda que o objetivo do presente trabalho fosse investigar a relação entre sexo e poder, poderíamos perceber semelhanças quando o bloqueio do aplicativo visou censurar aquilo que pretendiam banir do real, ser “interditado por excelência”, até deixar de existir.

Vale destacar ainda que o aplicativo disponibilizou para todos os usuários, em agosto de 2019, a criptografia de ponta-a-ponta, ou seja, “um recurso de segurança que protege os dados durante uma troca de mensagens, de forma que o conteúdo só possa ser acessado pelos dois extremos da comunicação: o remetente e o destinatário”¹⁹, e assim dificultar o acesso dos dados por terceiros.

Outro ponto que aqui merece destaque está relacionado às formas como as pessoas têm utilizado o *WhatsApp*. Para Felipe Neto, *youtuber* e influenciador

¹⁷ Disponível <https://bit.ly/cpicrimesciber> acesso 27 ago. 2020

¹⁸ Para saber mais, acessar o Relatório Final da CPI dos Crimes Cibernéticos, Disponível <https://bit.ly/relatoriocc> acesso 27 ago. 2020

¹⁹ O que é criptografia de ponta-a-ponta? Entenda o recurso de privacidade. Disponível <http://glo.bo/3Cdtp3k> acesso 28 ago. 2020

digital, que hoje tem como público-alvo crianças e adolescentes, em entrevista²⁰ ao programa Roda Viva, da TV Cultura, no dia 18 de maio de 2020, “o problema se chama *WhatsApp* porque a gente pode falar sobre filtros de *Fake News* em *Instagram*, *Facebook* ou *Twitter*, porque são redes públicas”. Entretanto, o mesmo não ocorre com o *WhatsApp*, por ser uma rede privada.

Para o *youtuber*, “até onde vai a possibilidade de uma empresa observar a sua conversa, de saber o que que você está disponibilizando para as outras pessoas?”, uma vez que as *Fake News* são repetidamente compartilhadas. Felipe Neto destaca que “esse é o maior recurso hoje utilizado pelo gabinete do ódio” que, por sua vez, “é onde menos se tem monitoramento. Como que alguém vai monitorar o *WhatsApp*? É um embate ético mesmo”, problematiza o influenciador digital com aproximadamente 44,5 milhões de usuários inscritos em seu canal do *Youtube*, ou quase 1/5 da população brasileira. Tatiana Lionço destaca que “as chamadas *Fake News* são estratégias contemporâneas de mobilização da ação política por meio do controle das emoções” (2019, p. 95).

No dia 13 de novembro de 2016, uma breve nota de quatro parágrafos anunciava a morte de Dom Redovino Rizzardo, destacando que o bispo ‘*vivia a ler, de filósofos alemães à vida dos santos (Agostinho entre eles) e a escrever, de artigos contra a teologia da libertação aos que pediam paz no campo. Não raro era criticado por ficar "em cima do muro". Ainda nessa nota, 'queria uma igreja aberta, sem tabu. Chegou a falar de pedofilia aos ordenados. Até suspendeu um deles'.*

Esta correlação entre a igreja católica e as práticas de pedofilia ocorreu sobremaneira no papado de Bento XVI, período em que uma forte onda de denunciamento mundial ocupou as manchetes de jornais e televisões incriminando sacerdotes envolvidos com a prática. Criticava-se, à época, o silenciamento imposto pela Santa Sé.

Percebe-se que, cada vez mais, o pânico moral da pedofilia vai se atualizando em regimes de verdade distintos, sempre no intento de se manter em evidência e produzir atravessamentos subjetivos diversos na população.

²⁰ Felipe Neto aponta filtros contra *Fake News*, mas diz que *WhatsApp* é 'arma'. Disponível <https://bit.ly/rodavivafn> acesso 27 ago. 2020

Marcam-se os corpos de quem lê o jornal e daqueles que receberam a informação dos leitores, produzindo compartilhamento e verificação.

Em 2017, foi a vez das artes ocuparem incessantemente os noticiários brasileiros associando a exposição *Queer Museu* à pedofilia. Dada a repercussão, o Santander, patrocinador oficial, em Porto Alegre, optou por cancelá-la. A empresa pediu *'sinceras desculpas a todos aqueles que enxergaram o desrespeito a símbolos e crenças na exposição Queer Museu'*. Ainda segundo o banco, *'isso não faz parte de nossa visão de mundo, nem dos valores que pregamos. Por esse motivo, encerramos antecipadamente a mostra'*, afirmou o patrocinador da mostra de arte.

Nesta, duas obras em questão chamaram a atenção do público. A primeira era *'Criança viada, travesti da lambada e criança viada, deusa das águas'* inspirada no Tumblr homônimo, e a segunda obra, *'Cena de interior'*, de Adriana Varejão, um quadro pintado em 1994 que já havia sido exposto em várias mostras de arte deste então. Pessoas contrárias, munidas de *smartphones*, costumavam filmar os frequentadores e postar seus vídeos na internet como forma de denunciamento.

Este controle existente contra as artes dialoga bastante com outro já analisado por Michel Foucault. Para ele, foi no século XVII que se deu o “início de uma época de repressão própria das sociedades chamadas burguesas, e da qual talvez ainda não estivéssemos completamente liberados” (FOUCAULT, 2012a, p. 23).

Ainda que denominar o sexo fosse mais difícil e custoso, primeiro seria necessário “reduzi-lo ao nível da linguagem, controlar sua livre circulação no discurso, bani-lo das coisas ditas extinguir as palavras que o tornam presente de maneira demasiado sensível” (FOUCAULT, 2012a, p. 23) e, quanto mais se falasse sobre, mais conseguiria controlá-lo, chegando ao limite de “sem mesmo ter que dizê-lo, o pudor moderno obteria que não se falasse dele, exclusivamente por intermédio de proibições que se complementam mutuamente: modismos que é de tanto calar se imponham silêncio. Censura” (FOUCAULT, 2012a, p. 23).

A mostra ganhou destaque no programa dominical Fantástico, da TV Globo, em virtude da censura também imposta pela prefeitura do Rio de Janeiro.

Logo no início de sua matéria, a partir da pesquisa²¹ realizada pelo IBOPE em parceria com a *Ambev-Skol*, o apresentador da atração destaca como o preconceito se faz presente em nosso meio social a partir dos marcadores das diferenças, tais quais o racismo, a gordofobia, a LGBTfobia e a misoginia.

Ao longo da reportagem foi utilizada uma infinidade de exemplos presentes na Constituição Federal (CF), no campo das artes, e incorrendo em um debate sobre a questão da nudez. Ao destacar a CF para suas explicações, enfatizou-se que nela se explicita o que é permitido e proibido, inclusive servindo de baliza para as políticas públicas culturais e educacionais do país.

No início de 2018, a FSP aponta que a *'redação da Fuvest aborda recentes polêmicas sobre os limites da arte'*, demonstrando como o debate público da mostra de arte atravessou o cotidiano escolar, sendo, portanto, de grande importância a valorização da escola como um lugar ideal para o debate de temas relevantes para a sociedade. Como os *'organizadores cancelaram a mostra um mês antes do previsto por causa de ataques, sobretudo na internet'*, observamos que as discussões existentes na internet não ficam mais circunscritas apenas a essa nova esfera pública – algo comum na década anterior –, mas reverberam entre o 'mundo físico' e o 'mundo virtual'.

A partir de uma matéria da FSP e da nota oficial publicada pelo Santander sobre o cancelamento da mostra, o vestibular propunha o questionamento *'devem existir limites para a arte?'*. Para o professor de português e literatura Claudio Caus, do Cursinho da Poli, *'a proposta facilitou a vida de estudantes, pela repercussão, mas a polêmica pode guardar armadilhas'*, pois o objetivo da prova é compreender como o candidato consegue versar sobre o tema apresentado. Ainda para o professor, *'poderia trazer um excesso de confiança para quem já tem posições prontas ou quadradas. O seguro seria a busca de um caminho mais equilibrado'* - u seja, aquele capaz de analisar não apenas as discussões objetivas ali presentes, mas principalmente as subjetivas.

Considerando que o mundo em que a sociedade contemporânea está inserida está cada vez mais globalizado e que as denúncias, atualmente, ecoam mais potentes para a sua propagação, sobretudo nas redes sociais, o aplicativo

²¹ Disponível <https://bit.ly/skoldialogos> acesso 27 ago. 2020.

de música *Spotify* decidiu que não promoveria mais as músicas do rapper R. Kelly após as acusações por abuso sexual, estupro e pedofilia, embora ainda as mantivesse na plataforma para seus usuários. Em sua justificativa, a empresa afirma que não censura *'conteúdo por causa das atitudes de um artista ou compositor, mas queremos que nossas decisões editoriais - aquilo que escolhemos programar e divulgar - reflitam nossos valores'*.

No dia 23 de outubro de 2018, cinco dias antes do segundo turno da eleição presidencial, a FSP destaca: *'alavancas de Bolsonaro, Escola sem Partido e gênero têm raízes religiosas'*. A matéria salienta a quantidade de acessos a um vídeo de Jair Bolsonaro, publicado em 2016, acusando *'o PT de promover a sexualização precoce de crianças nas escolas do país'*. Neste, *'Bolsonaro denuncia a entrega para alunos do que, segundo ele, seria um kit em que se ensina a ser homossexual e de um livro sobre sexo para crianças'*.

O livro em questão foi bastante abordado pelo presidente da República como pertencente ao material do nem lançado *Escola sem Homofobia*. Chama-se *Aparelho sexual e cia: um guia inusitado para crianças descoladas* (ZEP, 2007) e, de acordo com o Ministério da Educação, em nota oficial²², o órgão “não produziu e nem adquiriu ou distribuiu o livro ‘Aparelho Sexual e Cia’, que, segundo vídeo que circula em redes sociais, seria inadequado para crianças e jovens brasileiros”.

Como o referido livro não faz parte da bibliografia educacional brasileira, não teria como ser adotado nas escolas públicas do país. Ainda de acordo com a nota, “o MEC afirma ainda que não há qualquer vinculação entre o ministério e o livro, já que a obra tampouco consta nos programas de distribuição de materiais didáticos levados a cabo pela pasta”.

A referida matéria da FSP enfatiza os riscos que a sociedade vivencia quando ao suprimirmos as discussões de gênero e sexualidades, além de como a desinformação, objetivando a manipulação da opinião pública por meio do pânico moral da pedofilia, se tornou uma tática muito utilizada no período eleitoral de 2018. Frisa que *'imagens de materiais do Ministério da Saúde para*

²² A verdade sobre o livro de educação sexual citado em vídeo na internet. Disponível <https://bit.ly/notameclivro> acesso 27 ago. 2020

o público LGBTI em campanhas contra a Aids, por exemplo, foram disseminadas nesta eleição como se fossem conteúdo escolar. Foto de uma Parada Gay nos EUA também’.

Em virtude de a campanha presidencial de 2018 ser fortemente atravessada pela desinformação, tendo como pânico moral as questões de gênero e sexualidades associadas à escola, “lidas pelos seus opositores como ‘destruição da família tradicional’ e ‘negação do corpo biológico masculino e feminino’” (GATTI, MENDONÇA, 2018, p. 88), políticos de ambos os espectros ideológicos utilizaram a temática como alavanca eleitoral.

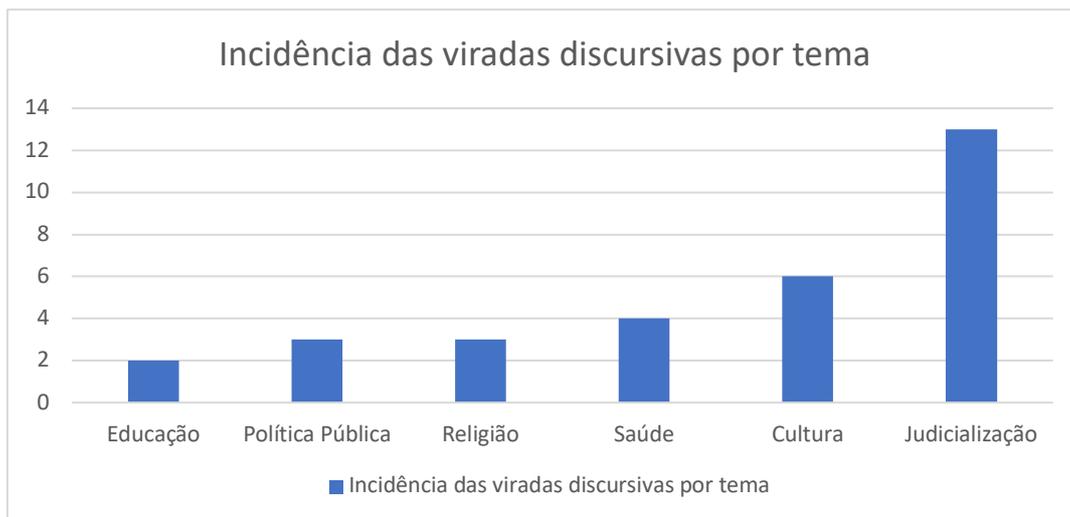
A última matéria da década de 2010, em Editorial do Grupo Folha, no dia 30 de setembro de 2019, analisa a Portaria 666²³, publicada pelo ex-ministro da Justiça Sérgio Moro, que dava ao Estado o poder de “impedimento de ingresso, a repatriação e a deportação sumária de pessoa perigosa ou que tenha praticado ato contrário aos princípios e objetivos dispostos na Constituição Federal” (BRASIL, 2019). Para o editorial, *‘apesar de listar crimes que vão de terrorismo a pedofilia, a norma não exige que o alvo tenha sido condenado. Fala de investigações em curso ou suspeitas. Dá o Estado poder excessivamente discricionário para lidar com estrangeiros’*, ou aquilo que Foucault chama de *‘racismo de estado’* (2010b). Ao listar crimes que iam do terrorismo à pedofilia, críticas evidenciaram os riscos de que a redação presente na Portaria fosse utilizada para fins políticos.

Por fim, para explicitar de forma mais evidente como se constituíram estas atualizações de regimes de verdade e findar este capítulo, apresentaremos o gráfico a seguir como complementação do anterior.

O gráfico destaca quantitativamente as categorias presentes nas viradas discursivas analisadas, e como estas possibilitaram a identificação dos regimes de verdade captados ao longo das atualizações discursivas.

Gráfico 5 - Incidência das viradas discursivas por tema

²³ Disponível <https://bit.ly/portaria666> acesso 27 ago. 2020



(Fonte: do autor)

Percebe-se que a educação ocupou a menor parte de acervo, em contraponto à judicialização dos casos, ocupando elevado destaque no gráfico. Essa judicialização da vida é o que Silvio Gallo cunhou como governamentalidade democrática (2012, 2015, 2017a, 2017b), ou seja, a identificação de crianças e jovens como sujeitos detentores de direitos como consequência dos diversos dispositivos legais produzidos para a proteção das infâncias.

Ao inseri-los como sujeitos de direito, após a redemocratização do país, foi percebida uma profusão de políticas públicas visando maior governo de suas vidas por meio da biopolítica. Noções como ‘participação coletiva’ e ‘inclusão’ passaram a permear os novos documentos gestados buscando “incluir o máximo possível para governar o máximo possível” (ACOSTA, LOCATELLI, GALLO, 2022). Valorizava-se, então, a inclusão como nova forma de governo.

O MEDO EM COMUM

O objeto parte de dois grandes casos envolvendo a denúncia de pedofilia em unidades educacionais: um francês e um brasileiro. A identificação de singularidades e multiplicidades servirá para compreensão de como o pânico moral da pedofilia se fez presente em ambas as sociedades, assim como as formas como este reverberou nas populações.

Interessado em pesquisar o caso da Escola Base em São Paulo, realizo a leitura de dois livros que retratam o mesmo. O primeiro, do jornalista Alex Ribeiro, intitulado *Caso Escola Base: os abusos da imprensa*, escrito um ano após o episódio, em 1995. O segundo, intitulado *Escola Base: onde e como estão os protagonistas do maior crime da imprensa brasileira*, escrito pelo também jornalista Emílio Coutinho, em 2019.

Estes dois livros analisam, a partir da linha do tempo do caso e utilizando a mídia jornalística como fonte, como os jornais televisivos e impressos se portaram durante o período de denúncias e acusações. Emblemático, a forma como a mídia lidou com a questão é amplamente trabalhada nas aulas de jornalismo, e ainda muito lembrada em editoriais de jornais dos temas atuais.

Os ataques contra a Escola Base ocuparam as páginas dos jornais ao longo de vários meses, sendo o primeiro mês com presença diária e forte apelo sensacionalista, como verdadeiro reality show incriminando os donos da escola, o perueiro responsável pelo transporte das crianças e, até mesmo, pais de outras crianças ou um estadunidense radicado no Brasil como responsáveis por uma ampla rede de pedofilia, conforme poderá ser visto em um subcapítulo a seguir.

Paralelamente à leitura da Escola Base, Silvio Gallo recomenda-me atenção a um caso semelhante ocorrido na França, em 1982, que poderia me ajudar a compreender como se produziram as narrativas sobre a pedofilia na escola, e se haveria alguma similaridade ou dessemelhança com a ocorrência brasileira.

Influenciados por Maio de 68, a Casa Coral foi inaugurada em 1976, e visava atender crianças e jovens interessados em uma prática educacional diferenciada, inclusive contando com muitos jovens vitimados pela

psiquiatrização de suas vidas em unidades de internação, como os manicômios. Os três responsáveis por esta escola faziam parte do então movimento antipsiquiatria, e viam na criação da escola uma forma de se opor à questão e possibilitar outras realidades para estas pessoas.

A escola fazia parte da Rede Alternativa Coletiva (RAC), organização antipsiquiatria preocupada em possibilitar alternativas educacionais para jovens que outrora ficariam presos nos manicômios. A RAC articulou a criação destes espaços educacionais alternativos, que pouco dialogavam com os já existentes espaços educacionais tradicionais. Ela foi estabelecida em uma região com ampla área espacial, contendo grama, árvores e animais, o que permitia que as atividades fossem desenvolvidas além da sala de aula.

Cinco anos após a sua inauguração, já em 1982, foi disparada uma série de acusações contra possíveis práticas pedófilas ocorridas dentro dos baixos e ínfimos muros escolares. Os desdobramentos do caso, conforme explicitado no próximo subcapítulo, permite pensar a possibilidade da existência de dispositivos em comum presentes nestes dois casos. Interessado em analisa-los, o próximo passo foi realizar as respectivas leituras com o intuito de investigar a existência de alguma engrenagem, de algo que unisse os referidos casos.

Para tanto, analisaremos inicialmente o caso da escola francesa para utilizá-la como influência ao ponderar e investigar o caso da escola brasileira. Para a primeira, foi utilizada a parca literatura disponível a seu respeito, toda em francês e inglês, em virtude da inexistência de estudos brasileiros e da hemerografia do jornal francês *Le Monde*. Para a segunda, utilizamos os materiais produzidos, sua ampla maioria advinda de cursos de comunicação social e da hemerografia, enquanto metodologia diagnóstica, do jornal Folha de São Paulo.

Frisamos que os casos serão cenários a serem extrapolados, pois o objetivo proposto neste trabalho é identificar até que ponto tais ocorrências influenciaram e produziram subjetividades na contemporaneidade.

Casa Coral, em Aimargues

Os acontecimentos de maio de 68 influenciaram significativamente diversas mudanças no território francês. Provocados pelo contexto global da guerra do Vietnã (1955-1975), da luta armada latino-americana e africana (1964-1985) e da revolução cultural na China (1966-1969), a revolta estudantil francesa propunha transformações radicais no projeto de ensino do país, e desencadeou intensas manifestações por parte dos estudantes, trabalhadores franceses e também daqueles imigrados da África do Sul e dos provenientes do Sul da Europa, que sofriam com o aumento do desemprego, com o aumento do contingente de trabalhadores não qualificados e, costumeiramente, trabalhavam nas linhas de montagem.

Este contexto de fortes reivindicações por mudanças sociais possibilitou pensar em relações outras perante o sistema educacional francês, a organização da estrutura social e as noções de normalidade vigentes à época, sobretudo a partir da influência dos estudos filosóficos desenvolvidos em sua contemporaneidade por estudantes e pesquisadores como Michel Foucault, Jacques Derrida, Gilles Deleuze, Félix Guattari, Guy Hocquenghem, René Schérer, e um anterior a eles, e com forte presença nos círculos de discussão estudantil e fabril, Karl Marx. Além de outros, é claro.

Em decorrência deste contexto, mudanças de mentalidade foram vivenciadas na França e novas formas de experimentações educacionais se desenvolveram ao longo da década seguinte, como a Casa Coral.

Inaugurada graças ao desejo de Claude Sigala, Marie Sigala e Gilbert Mignacca, em 1976, a Casa foi instalada em antiga fazenda²⁴ localizada em Aimargues, na França. Influenciados por maio de 68, seus fundadores propiciaram aos jovens com distúrbios psiquiátricos e considerados socialmente inadequados vivenciar uma escolarização não-formal na Coral. Esta instituição era participante da Rede Alternativa Coletiva (RAC), organização antipsiquiátrica e antimanicomial com o objetivo de oferecer alternativas aos manicômios, hospitais psiquiátricos e jovens reclusos por crimes praticados. A RAC

²⁴ Disponível <https://bit.ly/lccoral> acesso 18 fev. 2021

possibilitava novas maneiras de cuidar de crianças e jovens, contrastando com o sistema autoritário presente nos hospitais tradicionais.

Figura 1 - Jovens na Casa Coral



(Fonte: egaliteetreconciliation.fr²⁵)

A matéria inaugural no *Le Monde* sobre a Casa Coral ocorreu em 26 de maio de 1980. Nela, a instituição é apresentada como “uma casa sem barreira de entrada, onde ex-educadores resolveram conviver com essas crianças presas em seus corpos grandes demais, magros demais, amarrados demais, parecidos demais para você não se reconhecer nele”²⁶. Considerada como um ‘lugar de vida’²⁷, a Coral era autogestionária, acolhia crianças e jovens marginalizados pela sociedade que estavam reclusos em hospitais psiquiátricos por conta de suas doenças mentais. A escola disponibilizava uma série de atividades educacionais de acordo com seus interesses, qualidades e necessidades – tanto de si como do coletivo da casa.

Seu objetivo era produzir deslocamentos aos jovens com o intuito de que eles redescobrissem o prazer de viver em um local onde não fossem vigiados e medicalizados sistematicamente. Claude Sigala afirmou, nesta mesma matéria do *Le Monde*, em 26 de maio de 1980, que “o trabalho de Deligny sobre o

²⁵ Disponível <https://bit.ly/lecoral1> acesso 18 fev. 2021

²⁶ *Le Monde*, 26 mai. 1980

²⁷ Localizado nos movimentos antimanicomiais, estas instituições tinham como objetivo ‘desalienar’ doentes mentais e físicos, e se faziam presentes em outros países como Grã-Bretanha e Itália.

autismo ou um filme como *Ce gamin-là*²⁸ nos ensinou muito. Hoje, nos reconhecemos em um livro como a *Revolução Molecular*²⁹. Mas nossos relacionamentos não são relacionamentos de tutela. As obras de Guattari ou Deligny, como as de Gintis ou Cooper, são pontos de referência para nós”.

Em Coral, a partir da identificação das especificidades destes jovens, buscava-se encontrar possibilidades da não interrupção de seus tratamentos medicamentosos, mas, ao mesmo tempo, evitava-se mantê-los demasiadamente sedados e dopados. Faziam bastante uso de animais ali presentes e da natureza ao redor, por entenderem que nem os animais como coelhos, porcos e ovelhas e nem a natureza como as praias e lagoas os discriminariam. Estes poderiam constituir uma oportunidade de reconectá-los com o outro.

O próprio local escolhido para o funcionamento de Coral se dava em uma região afastada, mas próxima do centro local. Embora os trabalhos ali realizados tenham gerado bastante desconfiança por parte destes moradores, com o tempo, familiarizaram-se com as crianças e jovens que costumavam ir até este centro comercial para realizar as compras diárias, como carnes e pães, por exemplo.

Como eram jovens que até pouco tempo estavam em instituições manicomiais, hospitais psiquiátricos e/ou em reclusão de suas liberdades, e mais recentemente passaram a experienciar novas formas educacionais em Coral, evidentemente os moradores locais conseguiam reconhecê-los facilmente e, por consequência, isso gerava uma atenção especial.

Ao mesmo tempo, geraram-se relacionamentos interpessoais positivos entre todos. Ainda de acordo com a matéria do *Le Monde*, “as crianças vão às compras nos comerciantes, que aprenderam a aceitá-las e amá-las. O açougueiro pede notícias de Coral e o padeiro explica a Stéphane como ele faz pão, o que o faz querer ser padeiro”. Para Stéphane, esta aproximação com o cotidiano laboral do padeiro lhe possibilitou experiências excepcionais frente à vida: “É um trabalho que eu gosto e, se quiser sair, tenho com o que trabalhar!”

²⁸ Disponível <https://www.youtube.com/watch?v=i20VWKO9Sdk> acesso 16 fev. 2021

²⁹ Guattari, 1977

Embora Coral estivesse de portas abertas para estudantes locais, por se tratar de um 'lugar de vida', um local de acolhimento, inicialmente este convite não logrou muito sucesso. Porém, com o passar do tempo, as diferenças e discriminações foram superadas, possibilitando às crianças de Aimargues, comuna francesa próxima a Coral, a construção de relações de convívio.

Todas as atividades cotidianas eram coletivas e realizadas de acordo com a capacidade de cada um dos membros. Por se tratar de um local de transição entre as instituições manicomiais e psiquiátricas para a vida em liberdade, o objetivo era possibilitar a estes jovens o desenvolvimento de sua autonomia e potência próprias. Para tanto, seus pais não moravam com eles nos 'lugares de vida', ou seja, em Coral. Os jovens moravam sozinhos com os educadores, e os encontros com os pais ocorriam mensalmente na comuna próxima a Coral. A justificativa deste distanciamento era 'para que estas crianças tenham consciência de manter o seu mundo próprio, inviolável', afirmou Claude Sigala.

Por ser autogestionária, Claude e Maria Sigala e seus três filhos contavam com a ajuda de moradores locais, pais das crianças ali assistidas e investimento público. Cita-se, como exemplo, o pai de Gilbert, um jovem assistido de forma permanente em Coral. Quando foi visitá-lo, viu a necessidade de ajudar na construção de uma varanda na casa. Enquanto realizavam esta construção, seu filho, Gilbert, desenvolveu interesse pela produção de brinquedos de madeira e construiu um camelo de balanço, que se tornou o brinquedo mais popular para as crianças.

Outra forma de obter auxílio financeiro para suas práticas se deu através da lei francesa, por meio da publicação de livros para propagar as ações ali realizadas, por pais com condições financeiras para o pagamento – embora minoria –, dentre outros. Os brinquedos de madeira que passaram a ser produzidos também se tornaram peças utilizadas para a venda, e todos estes ganhos foram revertidos em maiores investimentos de melhorias.

Dada a sua importância à época, Coral se tornou também um local onde estudantes e professores iam aprender a respeito da premissa da escola e desenvolver novos olhares sobre a prática educacional não-formal. Costumeiramente, surpreendiam-se ao descobrir a inexistência de um calendário fixo de atividades a serem realizadas ao longo do dia, uma vez que o

seu intuito era gerar solidariedade e auxílio mútuos na execução das atividades diárias, de acordo com os seus interesses específicos.

Figura 2 - Área externa da Casa Coral



(Fonte: static.blog4ever.com³⁰)

Por estar ambientado no pós-68, Coral era mais do que um espaço autogestionário de ensino e acolhimento, a casa também foi utilizada como o ponto de inflexão para novos olhares a respeito das práticas ali desenvolvidas. Chegou-se ao ponto de um fotógrafo conhecido dos Sigala realizar caravanas, com jovens assistidos, para Portugal, Marrocos, Itália e Áustria no intento de propagar as ações realizadas e popularizar possibilidades educacionais diversas. Dominique era seu nome e buscava, por meio desta ação, realizar montagens audiovisuais por onde passava para angariar fundos.

Por fim, nesta mesma matéria do *Le Monde* que nos serviu para apresentar o que era Coral e como se dava seu funcionamento, Claude Sigala afirma: "quanto mais formos numerosos para seguir este caminho, mais será bom para nós, para as crianças, para a vida em geral". Mas não foi assim que tudo terminou.

³⁰ Disponível <https://bit.ly/lecoral2> acesso 18 fev. 2021

Três pontos muito nos interessam nesta introdução para melhor apresentar Coral: i) a produção editorial enquanto forma de arrecadação de fundos; ii) a importância de Deligny para a concepção do local; e iii) a mudança de mentalidade promovida em Maio de 68. Estes serão discutidos individualmente neste início de subcapítulo enquanto forma de melhor contextualizar o leitor a seu respeito e os porquês de sua importância naquela conjuntura.

Claude Sigala formou-se como Educador Especializado³¹ no *Institut Régional du Travail Social*, em *Toulouse*, em 1969, dedicando-se nos dois anos seguintes a um apartamento terapêutico criado por ele. Entre 1971 e 1973, Claude atuou como responsável pelo *Centre Hélió Marin de Vallauris* e, nos dois anos seguintes, foi o educador-chefe da *Institution les Saints-Anges à Marseille*. Próximo a Deligny e Guattari, ele e sua esposa, Marie Sigala, resolveram criar um 'lugar de vida' em Aimargues, em 1976. O caráter acadêmico de sua formação e sua proximidade com o círculo intelectual parisiense facilitou atravessamentos diversos no fazer educacional.

Com a criação de Coral e a necessidade de obter recursos financeiros para a sua manutenção, utilizaram o mercado editorial, por meio da publicação de livros autorais em editora própria, a *Edition du Coral*, para arrecadar dinheiro e sua possibilitar sua continuidade. Contando com a presença de figuras importantes que frequentavam o local, costumeiramente permitia que o prefácio fosse produzido por alguém com o devido conhecimento sobre as atividades ali desenvolvidas.

Neste cenário, inscreve-se o livro *Visiblement je vous aime!* (SIGALA, 1980) – transformado em um filme homônimo em 1996, contando com participação de Sigala e de pessoas que viveram em Coral. O filme foi dirigido pelo cineasta Jean-Michel Carré. No prefácio do livro, assinado pelo psiquiatra sul-africano David Cooper, conhecido mundialmente por sua liderança no movimento antipsiquiatria, com atuação conjunta a Michel Foucault, assinala que em Coral “encontra-se assim uma verdadeira antítese da ‘*ergothérapie*’³², – encontra-se o trabalho não alienado, produtivo, não explorador e que segue o

³¹ No Brasil, de forma aproximada, equivaleria a profissionais da educação especial.

³² Terapia ocupacional.

desejo e o ‘princípio da realidade’: a participação e a reciprocidade” (SIGALA, 1980, p. 8).

Sempre que possível, Claude Sigala enfatizava que as crianças permaneciam em Coral durante cerca de 3 anos, com exceção das crianças cometidas por forte psicopatia, que necessitavam de uma atenção mais dedicada. Ou, de acordo com Claude, em entrevista ao *Le Monde*, necessitavam apenas de um ‘outro lugar de vida’³³.

O segundo ponto que merece atenção é a influência de Deligny em Claude Sigala na constituição dos ‘lugares de vida’. Deligny foi pedagogo dedicado à educação especial, opunha-se ao asilamento de crianças e jovens inadaptaadas e postas à parte da sociedade (DELIGNY, 2015). O próprio conceito de ‘crianças inadaptaadas’ era bastante utilizado por ele, sendo entusiasta de lugares alternativos pelas potencialidades ali existentes como, por exemplo, relações horizontalizadas, coletivas e com a participação desses jovens na escolha de suas atividades diárias.

Em virtude da diminuta presença de Deligny no ensino brasileiro – seja na educação básica como no ensino superior – e por conta de sua grande influência em Coral, apresentaremos brevemente a sua biografia³⁴ e pensamentos, dada a sua importância na criação de outros ‘lugares de vida’, que eclodiam em toda a França ao longo da década de 1980.

Interessou-se pelas pessoas com transtornos mentais após perceber que, com o fim da ocupação italiana fascista na França, aqueles que estavam internados em manicômios deixaram de ter o devido acompanhamento médico. Embora muitos não estivessem mais nestas instituições, ainda assim, apesar do problema da guerra e do abandono do acompanhamento médico, mantiveram-se vivos. Esta percepção direcionou ainda mais seu olhar para a questão de como a sociedade lidava com aqueles que estavam às margens da normalidade - os “sujeitos inadaptaados”.

Cada vez mais ele passou a se posicionar como crítico ferrenho das instituições psiquiátricas que ceifavam o direito daquelas tidos como anormais

³³ Le Monde, 5 set. 1980

³⁴ Os apontamentos a seguir sobre sua vida e obra se darão a partir de Matos (2016).

(FOUCAULT, 2010b), fosse do direito de viverem em sociedade ou em como empreendia-se a ortopedia comportamental nas instituições psiquiátricas, coadunando para a produção da normalidade socialmente aceita. Como havia começado a trabalhar com crianças ‘inadaptadas’ ainda na juventude, em 1927, e vinha se destacando em suas ações antipsiquiatrização, participou do grupo de estudos de Guattari, na clínica *La Borde*, entre 1965 e 1967.

Sendo assim, Deligny começa a desenvolver espaços de acolhimento, cunhados por ele como “rede aracniano” (DELIGNY, 2015), influenciado pela etologia. A pedagoga Sônia Matos (2016) frisa que “o seu projeto pedagógico denominado de aracniano é coletivo e envolve as crianças autistas, as suas famílias e os educadores” (2016, p. 98). Por se situar num local rural, há a necessidade de ser “dividido em pequenos territórios, assim, cada território tece uma parte da linha da teia de aranha, que se transforma em uma rede que investiga o agir autista” (2016, p. 98).

Feita essa breve enunciação do autor, busca-se analisar a sua influência em Coral, sobretudo a partir da obra *Os vagabundos eficazes* (DELIGNY, 2018).

Os ‘lugares de vida’ foram instituídos com significativa participação de Deligny, na primeira metade do século passado, na França. Período marcado pela guerra, onde eram vivenciadas mudanças de concepção e de entendimento sobre diversas questões que atravessam a população francesa. Por exemplo, a questão da anormalidade e da loucura ou, mais precisamente, aquilo que passou a ser cunhada de ‘infâncias inadaptadas’.

Com esta mudança de paradigma, passou-se a pensar em políticas públicas possíveis para incluir jovens inadaptados – crianças e jovens com diferentes graus de autismo, doenças mentais diversas, vida pregressa na criminalidade e/ou em instituições de reclusão.

Com a questão da guerra, Deligny percebeu que muitos daqueles que estavam internados em instituições manicomiais e hospitais psiquiátricos e, como consequência da guerra, tiveram seus tratamentos interrompidos e foram abandonados à própria sorte, foram vistos vivendo em sociedade, inclusive com alguns exercendo atividades laborais. Evidentemente, à sua maneira.

Em virtude de sua experiência em instituições psiquiátricas e frente aos seus fechamentos em diversas regiões da França, Deligny participou da elaboração de centros de acolhimento espalhados por todo o território nacional no intuito de pensar em instituições diversas. Os lugares de vida. Já que não eram vistos como internos e nem pacientes, eram vistos como “passantes” (DELIGNY, 2018, p. 45), permitia-se pensar em outras formas de escolarização para estas pessoas.

As atividades eram programadas pelos educadores de acordo com as necessidades locais e as especificidades individuais, sempre visando a futura reinserção social destes jovens na sociedade e, conseqüentemente, no trabalho. A remuneração era utilizada como estímulo aos jovens que, às segundas-feiras, recebiam seu salário pelos serviços prestados e podiam usá-lo de acordo com as suas necessidades. Como muitos destes jovens eram egressos do sistema prisional e/ou manicômios, surpreendiam-se com o lugar de vida coordenado por Deligny.

A possibilidade de estes jovens saírem do local, irem ao centro da cidade, realizarem atividades de comum acordo e, em momento algum, operar na chave da disciplina-norma-sanção, foi de grande importância para a mudança de mentalidade perante estes ‘jovens inadaptados’. Para o educador, “as crianças são como os pais as fizeram e as educaram... Os pais são como a atual sociedade os força a ser. Seria preciso ver como mudar realmente as condições de vida” (DELIGNY, 2018, p. 118).

Embora a sua experiência não tenha sido lograda com sucesso, dificultou-se a ampliação quantitativa das casas de passagens em todo território nacional – uma vez que o próprio educador não registrou a experiência de forma institucionalizada, normatizada, porque iria contra o próprio propósito. Sendo interrompida posteriormente, os lugares de vida permaneceram espalhados pela França em diversas formas e organizações. Como, décadas mais tarde, a própria Casa Coral.

Por fim, o terceiro ponto que merece destaque concerne às mudanças de mentalidade promovidas em maio de 68. Inaugurado em 2 de maio de 1968, o movimento teve a sua origem numa manifestação de estudantes da *Université Paris Nanterre (Paris X)* contrários à divisão generificada de seus dormitórios.

Seus protestos ganharam mais corpo quando estudantes de outras instituições e políticos locais passaram a participar de suas fileiras de protesto.

Este protesto foi apenas o gatilho para a eclosão do movimento, uma vez que uma série de descontentamentos atravessava a população francesa. Neste mesmo ano, a Guerra do Vietnã encontrava-se em seu período mais sangrento com a Ofensiva do Tet. Fotos estampadas nos jornais expunham ao mundo as mazelas e a desproporção de forças impetrada pelos Estados Unidos (EUA). Em abril, com o assassinato de Martin Luther King, protestos eclodiram nos EUA. Concomitantemente, a Revolta de Praga, ocorrida ao longo do primeiro semestre do mesmo ano, também gerou rupturas institucionais e contou com o apoio de estudantes em suas batalhas. Por fim, o movimento de oposição ao neocolonialismo no continente africano e a defesa pela sua descolonização influenciavam um olhar mais crítico da população francesa perante o conservadorismo que se apoderava do governo.

O episódio da Universidade Paris Nanterre foi apenas a mola propulsora para um movimento que produziria mudanças significativas em sua sociedade. O descontentamento dos dormitórios generificados estava atravessado, na verdade, por críticas à forma como o governo lidava com as tomadas de decisão. Com seu fortalecimento, passou-se a pedir a renúncia do Presidente Charles de Gaulle. Cada vez mais, a sociedade francesa, sobretudo a parisiense, foi se incorporando mais ao protesto.

Paris ficou sitiada, barricadas foram formadas e a nítida desproporcionalidade no uso de forças intensificava ainda mais a revolta: policiais portando armas letais e a logística militar enfrentando alunos universitários entrincheirados atrás de mesas e cadeiras escolares, munidos apenas de pedras e coquetéis molotov³⁵.

Dezesseis dias depois do início da revolta estudantil, trabalhadores anunciam greve geral e abandonam seus postos de trabalho, obrigando o então Presidente Gaulle a fugir para uma base militar alemã e atender às reivindicações da classe trabalhadora, que logo retornou às suas atividades

³⁵ Arma química produzida a partir de garrafa, combustível e pano servido como pavio, comumente utilizada em revoltas e guerrilhas urbanas.

laborais após o atendimento de suas pautas reivindicativas, sem antes exigir a renúncia do presidente, forçando-o a convocar novas eleições – ainda assim, os governistas saíram vitoriosos.

Dos diversos lemas³⁶ pichados nas paredes da cidade pelos entrincheirados, três assumem grande importância para este trabalho: "sejam realistas, exijam o impossível", "é proibido proibir" e "gozem sem culpa". Tal interesse se dá por dialogarem entre si e por evidenciarem uma significativa mudança de mentalidade, além de destacarem que os movimentos de maio de 68 tinham discussões mais aprofundadas e enunciavam mudanças na subjetividade da sociedade francesa: aquelas com relação aos seus comportamentos, aos seus costumes e às suas mentalidades.

Não surpreendentemente, destacam-se em suas linhas de frente feministas e homossexuais, reivindicando para si formas outras de vida e do direito ao existir. No entanto, para a historiadora Michelle Zancarini-Fournel e para o sociólogo Michel Bozon, ambos franceses, a pauta sexual não foi central no movimento, mas sim a questão dos trabalhadores rurais e urbanos, sobretudo os fabris³⁷. Isso não significa que a questão não se fez presente, sobretudo porque o movimento contou com a participação de diversos professores. Dentre eles, cita-se Simone de Beauvoir, Sartre, Foucault e Deleuze.

Tais discussões possibilitavam mudanças consideráveis a respeito de como os jovens do pós-guerra viam o mundo e buscavam, cada vez mais, provocar deslocamentos com relação aos seus pais e avós. Logo, maio de 68 permitiu pensar em experimentações outras nas artes, nas universidades, nas escolas e nada sociedade em geral.

Neste contexto de intensas discussões sobre a sociedade francesa e perceptíveis modificações de suas mentalidades, inserem-se os 'lugares de vida'. Neles, buscava-se colocar em práticas formas não institucionalizadas de educação para crianças e jovens postos às margens da sociedade – fosse em virtude de suas condições de saúde mental e/ou pela perpetração de crimes.

³⁶ Mais registros fotográficos em <https://bit.ly/68maio> acessado em 18 fev. 2021

³⁷ Disponível <https://bit.ly/68maio1> acesso 17 fev. 2020

Dentre os diversos 'lugares de vida', houve o de Deligny e o de Sigala. A Casa Coral, liderada pelo casal Sigala, será o que merecerá detida análise. Construído para receber jovens interditados de suas liberdades, internados em instituições judiciais e/ou que deveriam ser analisados pela justiça em virtude de algum crime, Coral deixou de ocupar as páginas educacionais-filosóficas do *Le Monde* para logo se fazer presente nas páginas policiais.

Seis anos depois de sua inauguração, o local de convivências positivas mudou. Aquele lugar, até então pensado para produzir formas outras de vida, num pós-maio de 68, foi abatido por denúncias criminais. Especificamente de pedofilia.

No dia 18 de outubro de 1982, o jornal *Le Monde* estampa em sua manchete³⁸: *Tráfico de fotografias pornográficas em um centro de juventude com deficiência*. Nesta matéria, sem explicitar se houve flagrante do material fotográfico no local, afirma-se que, à época, Coral contava com vinte crianças e jovens, sendo estas pessoas com deficiências físicas ou psicológicas, toxicodependentes e infratores. As investigações se deram em virtude da denúncia de que os moradores de Coral tiveram fotos de nus expostas em uma revista pornográfica estrangeira. Tanto Claude Sigala como o psiquiatra Alain Chiapello e o educador social Jean-Joël Bardy já haviam sido presos no dia 13 do mesmo mês.

De acordo com nota à imprensa, no dia 19 de outubro, Gilbert Mignacca, corresponsável por Coral, afirma que o denunciante, Claude Krief, se hospedou em Coral entre fevereiro e março de 1982, participando de atividades e realizando fotos e vídeos do local, sem despertar estranhamento pelos presentes³⁹. Afirma, ainda, que Krief é um mitomaníaco e que a própria denúncia realizada por ele sobre estar em posse de alguns documentos fora desmentida pela mídia.

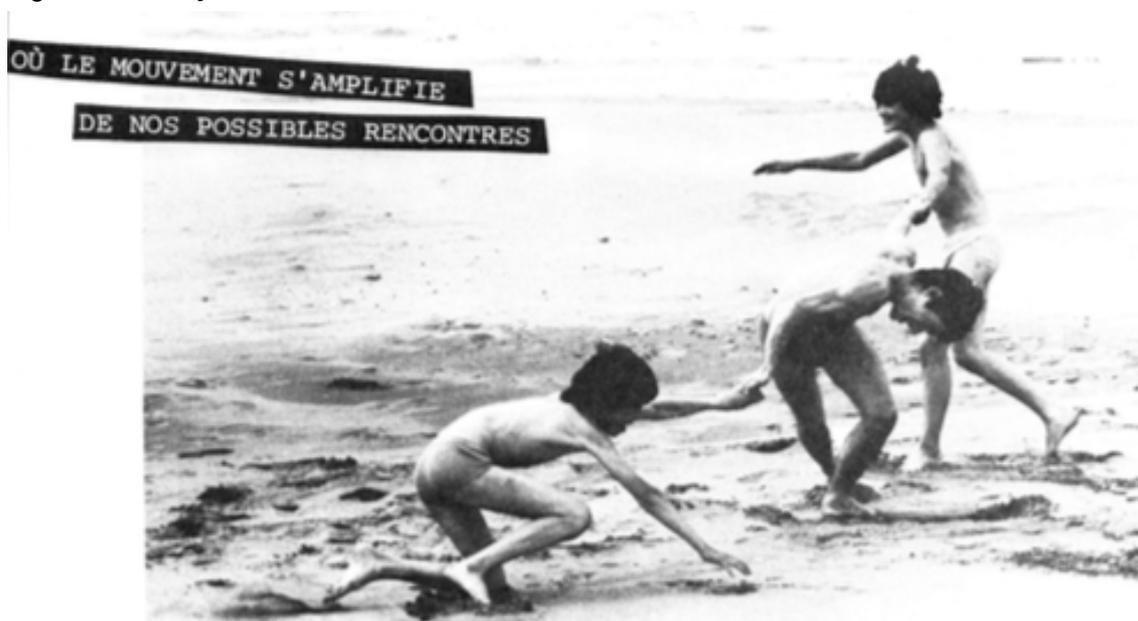
As suspeitas contra Coral foram reiteradas por um vizinho desconfiado das atividades ali realizadas. De acordo com ele, moradores de Coral confidenciaram sobre a existência de práticas pedófilas, sobretudo com

³⁸ Le Monde, 18 Out. 1982

³⁹ Le Monde, 19 Out. 1982

portadores da síndrome de *Down*. Esta ocorrência foi prontamente informada à polícia local.

Figura 3 - Crianças brincando em Coral



(Fonte: SIGALA, 1979, p. 69)

Deste momento em diante, uma série de denúncias passou a ser disseminada nos meios jurídicos e midiáticos⁴⁰, chegando a nomes importantes do meio político e intelectual francês como Jack Lang, então ministro da Cultura, o magistrado Jean-Pierre Rosenczveig, Frédéric Mitterrand, sobrinho do Presidente francês, o conselheiro do gabinete da Secretaria de Estado da Família Georgina Dufoix, Gérard Durand, professor de música, o escritor Gabriel Matzneff e até mesmo o filósofo René Schérer, professor da Universidade Paris-VIII, levando-o à publicação⁴¹ de uma carta pública em sua defesa.

Com o interesse midiático cada vez maior perante o caso, Krief se encontra com o chefe de gabinete de Jack Lang e é preso ao tentar chantageá-lo durante a conversa. Krief tenta vender para um jornal local um relatório policial falsificado⁴², acusando Jack Lang de participar dos atos pedófilos.

De acordo com Christophe DuBois e Christophe Deloivre (2006), a inexistência dos originais das fotos e a qualidade das imagens impossibilitam

⁴⁰ Le Monde, 20 Out. 1982

⁴¹ Le Monde, 22 Out. 1982

⁴² Le Monte, 04 Nov. 1982

confirmar sua autenticidade, creditando, assim, grande probabilidade de serem derivadas de montagens. Suas intuições se tornam ainda mais palatáveis em virtude de Michel Krief ser acusado por seu irmão de promover uma operação de chantagem a Jack Lang. Não obstante, Georgina Dufoix obteve acesso às fotos, e afirmou não reconhecer seu conselheiro nos registros, criando suspeitas ainda maiores de serem frutos de montagens para adulterar o referido registro.

Documentos fraudulentos começam a ser compartilhados na França incriminando filósofos como Michel Foucault, Félix Guattari e o primeiro-ministro Pierre Mauroy. Diante do exposto, Claude Sigala, um dos fundadores da Casa Coral, denuncia Krief por suas produções de notícias falsas e por ter se apresentado como sendo um anfitrião da Casa Coral – algo que nunca foi. Dentre as denúncias realizadas por Sigala, está a de que o próprio Krief era um pedófilo.

No dia seguinte, o *Le Monde* afirmou que os pais das crianças ali hospedadas criaram uma associação de apoio à Coral, partindo ao seu resgate. No dia 2 de novembro, os advogados de defesa afirmam que em momento algum Sigala, Hardy e Chapiello reconheceram a existência da prática de pedofilia em Coral.

Quatro dias depois, Claude Sigal, ainda preso, emite duas cartas ao jornal *Liberation*. Numa delas, declara: “peço a Jean-Pierre que venha dizer a sua verdade à justiça. Ele não perderá nada. Nós o ajudaremos. A verdade é revolucionária, quanto mais simples, mais revolucionária é. Renda-se, Jean-Pierre, este é o melhor serviço que vais fazer a Coral (...) continuaremos a ajudá-lo como eu o ajudei durante os seus dois anos de reclusão no hospital psiquiátrico de Uzès, quando foi encerrado no forte das mudanças obrigatórias”. Nesta mesma reportagem⁴³, a associação de pais manifesta, em carta ao juiz, as suas crenças em relação à Coral. Inclusive, mantendo--se lá hospedados ao longo do curso das denúncias e prisões.

Vale destacar que cinco anos antes da denúncia, em 1977, Coral foi centro de outra acusação: o morador Jean-Pierre Lanez foi preso acusado de estuprar e assassinar outro morador da Casa Coral⁴⁴. Este caso foi retomado e

⁴³ Le Monde, 25 out. 1982

⁴⁴ Le Monde, 02 Fev. 1983

passou a ser debatido novamente de forma pública, aumentando ainda mais a pressão da investigação. Após um período de internação manicomial, em virtude de ser portador de demência severa, Jean-Pierre Lanez fora aceito novamente na Casa para um processo de ressocialização, que tinha como objetivo a luta antimanicomial, além de pensar em possibilidades distintas para jovens delinquentes e portadores de doenças psiquiátricas.

Em virtude de os 'lugares de vida' terem condições de deslocar a ideia sobre como lidar com "jovens inaptos" (DELIGNY, 2018), começa-se a discutir publicamente sobre uma possível perseguição política a estes lugares. Diante desta possibilidade, diversos intelectuais saem em sua defesa⁴⁵, como o posicionamento do psiquiatra Jean-François Reverzy ao afirmar a respeito da existência de ação orquestrada pela mídia para perseguir estes locais. Nesta mesma matéria, Guattari pediu que 'a magistratura esteja atenta a qualquer indiscrição'.

Onze dias depois da abertura do inquérito, Jean-Claude Krief confessa ser o responsável de um falso boletim de ocorrência após ter roubado um documento em branco em outra delegacia de polícia e tê-lo adulterado⁴⁶. Nesta falsa acusação, constavam os nomes de um Ministro em exercício e do filósofo René Schérer. Destaca-se ainda o fato de Michel Krief, seu irmão, tentar chantagear o Chefe de Gabinete do Ministro citado no relatório. Tanto Jean-Claude como Michel Krief faziam as vezes de informantes do Setor de Inteligência de Paris.

Schérer, ao sair do gabinete do juiz responsável pela investigação, afirma: 'é claro que o juiz está confiando no conteúdo dos meus escritos e no meu ensino para me processar por ideias que ele considera suspeita, mas não em fatos específicos. Assim, o ônus da prova é invertido: cabe a mim demonstrar que não sou culpado de atos condenáveis contra menores!⁴⁷. No dia 2 de novembro, Jean-Claude Krief é acusado de furto e falsificação de documentos⁴⁸.

⁴⁵ Le Monde, 27 Out. 1982

⁴⁶ Le Monde, 19 Out. 1982

⁴⁷ Le Monde, 29 Out. 1982

⁴⁸ Le Monde, 02 Nov. 1982

Dada a comoção e o apelo midiático do caso, o jornal *Le Monde* começa a discutir sobre os 'lugares de vida' e seus possíveis riscos⁴⁹. Georgina Dufoix, Secretária de Estado, responsável pela família, afirma, em outra reportagem, no mesmo dia, que pretende publicar um documento para regular a prática da RAC – ação essa, posteriormente tomada⁵⁰ e criticada por Claude Sigala.

As discussões publicadas no *Le Monde* começam a provocar dúvidas sobre uma possível prática de pedofilia ali existente. Pierre Manent, artista e vizinho de Coral, afirma: 'Claude Sigala está hoje preso, não por trocas de ternuras tidas arbitrariamente impossível pela moral cristã que faz nossas leis, mas antes de tudo porque sua luta constante vai contra o confinamento'⁵¹. Em outro momento de sua carta, Manent afirma ainda: 'se os marginalizados e os delinquentes se amam e se preocupam em recriar os núcleos familiares que nunca conheceram, aí fica um vislumbre de esperança de que ele não deve correr o risco de sofrer aborto'. Já o pedagogo Jacques Ladsous, afirma, nesta mesma reportagem: 'eu sei que o coral é um lugar onde meninos muito danificados encontram esperança, um amor, um gosto pela vida. Eu sei que esses meninos eram bastante ruins com seus corpos, com seu sexo, e que o Coral, sua atmosfera, sua liberdade, a sua ternura, reconciliava-os consigo próprios... e com os outros'.

Ainda nesta reportagem, a Liga Trotskista percebe uma possível trama reacionária por trás das acusações. O presidente e o vice-presidente do Movimento Especializado em Ação Educacional, D. Dupied e J. Le Breton, respectivamente, apoiam a investigação sem, entretanto, deixar de reconhecer que as práticas alternativas correm risco e, nestes lugares de vida, 'às vezes, ocorrem tragédias que afetam os jovens ou a equipe de gestão que concordou em correr certos riscos, que outros não quiseram ou não puderam pagar'. Guattari divulga⁵² uma nota em resposta às matérias publicadas^{53 54} dias antes. Nesta, o filósofo psicanalista afirma que 'nunca se questionaram 'os riscos'

⁴⁹ Le Monde, 19 Nov. 1982

⁵⁰ Le Monde, 17 Fev. 1983

⁵¹ Le Monde, 26 Nov. 1982

⁵² Le Monde, 26 Nov. 1982

⁵³ Le Monde, 18 Nov. 1982

⁵⁴ Le Monde, 19 Nov. 1982

inerentes a esse tipo de estrutura [as RAC], pelo menos no sentido constantemente evocado na investigação de Colombani, a saber, os ricos de transgressão sexual'. Aproveita para estender sua solidariedade aos grupos de RAC e a Claude Sigala.

No ano seguinte, Marie Sigala é indiciada pelo crime de 'excitação de menores à libertinagem' e 'atentado ao pudor sem violência contra menores de quinze anos'⁵⁵, ao passo que seu marido continuava detido⁵⁶ e Jean-Noël Bardy foi posto em liberdade⁵⁷.

Expoentes intelectuais colocam-se em defesa do casal Sigala e de Coral, além de afirmarem que estão produzindo um *Livre blanc*⁵⁸. São eles: François Chatelet, Gilles Deleuze, Jacques Derrida, Jean-Pierre Faye, Michel Foucault, Félix Guattari, Guy Hocquenghem e Jean-François Lyotard. Para eles, a imprensa tem grande responsabilidade nos caminhos da investigação, influenciando os passos dados pelo juiz do caso⁵⁹. Mesmo não se opondo a elas, lembram das adjetivações e acusações produzidas em seus impressos diários e semanais: 'Balés azuis, tráfico de crianças, rede de pedofilia, tráfico de fotos pornográficas tiradas no Coral, até cumplicidade de assassinato e estupro: todas essas incriminações, que nunca existiram no processo judicial, nunca foram retificadas por esta mesma imprensa. Tudo isso leva hoje a um caso disputado, baseado apenas em dois depoimentos de adolescentes.' O próprio andamento do processo também foi posto sob suspeita por violações de seus trâmites legais⁶⁰.

Esta imbricação entre direito penal, instituição manicomial e a educação não-formal promovida pelos 'lugares de vida' acaba por influenciar discussões sobre a existência de uma '*sexualidade normal em crianças anormais*'⁶¹. Publicada pelo médico Jean-Yves Nau, esta matéria discorre sobre como 'a equipe assistencial, de boa vontade ou pela força, assume para a criança o papel

⁵⁵ Le Monde, 15 Jan. 1983

⁵⁶ Le Monde, 19 Jan. 1983

⁵⁷ Le Monde, 22 Jan. 1983

⁵⁸ Le Monde, 22 Jan. 1983

⁵⁹ Le Monde, 03 Fev. 1983

⁶⁰ Le Monde, 12 Fev. 1983

⁶¹ Le Monde, 22 Jan. 1983

de modelo paternal, eles próprios muitas vezes incomodados diante dessas conquistas sexuais’.

Quatro meses e seis dias depois da primeira denúncia e sua prisão, Claude Sigala é libertado⁶² e obrigado a cumprir diversas medidas legais, como: ‘residir no domicílio por ele escolhido, ou seja, o apartamento do Sr. Félix Guattari, psicanalista, escritor, sem ir à Coral, sem reencontrar nenhum dos jovens que ali tenham permanecido, sem exercer qualquer atividade que pode ser colocado em contato com menores, sem encontrar o outro acusado no caso, exceto, é claro, sua esposa, Marie Sigala, indiciada desde 13 de janeiro após as declarações de uma criança de seis anos e liberada’⁶³.

Defrontado pelo juiz, Claude Sigala gritou: “Claude Sigala não é pedófilo!”⁶⁴ quando arguido sobre três jovens, de 12, 14 e 15 anos, que o acusavam de felação, sodomia e de querer beijar suas bocas. Desacreditando no teor da acusação, Sigala afirmou que estes jovens eram frágeis emocionalmente e com problemas psicológicos sérios, não vendo, portanto, problema em tê-los beijado enquanto demonstração de carinho, ‘essas são crianças que têm necessidades reais de ternura. Entretanto, nunca existiu nenhum toque’, frisou ele em juízo.

Apenas em 28 de novembro de 1985, o juiz responsável pelo caso despachou o reenvio do processo ao tribunal criminal⁶⁵. Claude Sigala, Marie Sigala, Jean-Noël Bardy, Roger Cortes e o psiquiatra Alain Chiapello seriam acusados de atentado ao pudor sem violência contra menores de 15 anos cometido por uma autoridade. Yves Renard e Gérard Durand também responderiam à mesma acusação, mas sem o agravo de ‘autoridade sobre a vítima’. Já Raymond Huryta, Jean Patrice Lanez e Dominique Labaume (considerado fugitivo) foram processados por atentado ao pudor sem violência contra menores de 15 anos e pela excitação dos menores com a libertinagem. Por fim, René Scherer, Philippe Robert, Roger Offrand, Bruno Harand e Dominique Marceau foram inocentados.

⁶² Le Monde, 24 Fev. 1983

⁶³ Le Monde, 25 Fev. 1983

⁶⁴ Le Monde, 11 Jan. 1986

⁶⁵ Le Monde, 02 Dez. 1985

Sete dos dez acusados, entre eles o fundador da Casa Coral, são sentenciados à prisão por 'ataques indecentes'⁶⁶, o que corresponde a práticas sexuais com menores de idade. Dez anos depois de aberta a denúncia, em 1992, a Casa Coral teve que desistir de sua batalha antipsiquiatria e se alinhar à administração pública.

Escola Base, em São Paulo

Maria Aparecida Shimada, a Cida, tinha muitos sonhos. Entre eles, o de abrir uma escola para educação infantil, profissão exercida desde os anos 70. Ayres Shimada sempre a apoiou.

Também, pudera! Casaram-se aos 16 anos, e, em 1984 e 1985, dedicaram-se aos cuidados de suas duas filhas recém-nascidas. Décadas depois, se divorciaram. Cida faleceu em 2007, vitimada por um câncer. Ayres faleceu em 2014, após um infarto.

Antes de estas duas fatalidades ocorrerem, Cida se dedicou aos cuidados de crianças durante mais de 20 anos, entre as décadas de 1970 e 1990, embora não tivesse a formação pedagógica. Ayres começou a trabalhar muito cedo com seu pai, desistiu de ser seminarista e, posteriormente, abriu sua empresa de datilografia no centro de São Paulo, onde atendia advogados da região.

Interessado em cooperar com o desenvolvimento profissional de sua esposa, vendeu seu carro, um modelo Brasília, e juntos realizaram a compra de uma escola em vias de falência situada na região da Aclimação, Zona Sul da cidade de São Paulo, em 1992.

À época, a escola contava com 17 alunos. Dois anos após a compra, em março de 1994, a escola atendia quatro vezes mais alunos. Setenta e dois, mais precisamente.

Estes parágrafos anteriores talvez passem a impressão de estarmos tratando de uma família como outra qualquer em todas as regiões do Brasil, nos 4.174km de extensão entre o Oiapoque ao Chuí, empenhada em empregar seus conhecimentos em prol de algo, empreender suas economias para conquistar a

⁶⁶ Le Monde, 08 Mar. 1986

(tão sonhada!) estabilidade financeira e realizar seus sonhos pessoais e profissionais. No entanto, uma denúncia, uma investigação e uma acusação mudaram as suas vidas.

Em um sábado, dia 26 de março de 1994, Fábio⁶⁷, aluno de quatro anos de idade da então Escola Base⁶⁸ senta-se na barriga de Lúcia, sua mãe, que se encontrava deitada na cama de sua própria casa, começa a fazer movimentos para a frente e para trás e afirma: ‘o homem faz assim com a mulher’ (RIBEIRO, 2000, p. 20).

A mãe perguntou para o menino onde ele teria visto este tipo de cena. Em um primeiro momento, afirmou ser no videogame. Logo em seguida, já escondido embaixo da cama, afirmou ter visto no videocassete. Inicialmente, sua mãe pensou se tratar de uma influência paternal, levando-a a perguntar ao marido se havia levado a criança em algum lugar e se ele teria presenciado algo, pois jamais tivera contato com qualquer ato sexual.

Após diversas negações, a mãe retorna ao quarto para conversar com o filho e, após algum tempo, sai com revelações estarrecedoras: ele afirmou ter assistido a fita pornográfica na casa de um amiguinho da escola, um lugar, segundo ela, com um “jardim lateral, muitos quartos, cama redonda e aparelho de televisão no alto” (RIBEIRO, 2000, p. 20). Ele teria sido levado até esta casa pela Kombi de Ayres. Lá, “teria sido beijado na boca por uma mulher de traços orientais, e o beijo fotografado por três homens: José Fontana, Roberto Carlos e Saulo” (p. 20), pai deste amiguinho.

Frente a estas revelações, sua mãe buscou saber o que mais ocorrera nesta casa. O menino revelou ter sido posto de bruços por esta mulher de traços orientais, que passou mertiolate e pomada em suas nádegas. Também relatou a existência de mais uma outra mulher e um homem, que ficaram próximos à frente dele, assim como a presença de mais um amiguinho, o Rodrigo, e duas amiguinhas, a Iracema e a Cibele, tendo todos participados da ação (p. 20).

⁶⁷ Conforme Ribeiro (2000), todos os nomes de crianças foram trocados com o objetivo de preservar as suas identidades.

⁶⁸ As análises presentes neste capítulo se darão a partir de relatos presentes em Ribeiro (2000), Coutinho (2016) e de matérias jornalísticas que cobriram o episódio.

Sabendo da existência de mais crianças envolvidas nesta 'orgia', Lúcia realiza contato via telefone com Cléa, mãe de Cibele. Este contato por telefone facilitou a aproximação, pois moravam perto uma da outra e voltavam juntas. Durante o percurso de volta para casa, as mães conversavam e as crianças brincavam ao longo do caminho. Neste contato telefônico, Lúcia pediu para se encontrar com Cléa na portaria de seu prédio, e relatou aquilo narrado por seu filho. Também pediu que Cléa tivesse sensibilidade ao abordar a questão com a sua filha, Cibele.

Esta conversa entre Lúcia e Cléa ocorreu no dia 27 de março, um domingo. Cléa estava horrorizada com o que ouvira de Lúcia e voltou ao seu apartamento aos prantos. Como não queria impactar sua filha, foi chamar seu marido na quadra de futebol. Ela ligou para a sogra que, percebendo o tom de choro em sua voz, pediu que a filha, cunhada de Cléa, fosse encontrá-la.

Após descobriu o que aconteceu, disse a Cléa que conversaria com a sobrinha. Ao tentar abordar o tema, falou sobre um episódio de sua infância em que alguns amiguinhos teriam tentado levá-la para "ver coisa feia". Cibele negou conhecimento sobre o assunto, dizendo não fazer isso e comentando que sequer saía da escola. Cléa não se convenceu com a resposta de sua filha, e resolveu retomar o assunto no período da tarde.

Estando apenas as duas deitadas na cama, Cibele começou a contar que, quando foi à casa de Rodrigo, teria visto uma fita de mulher pelada em uma TV pendurada no alto da parede. A mãe buscava colher mais informações, e perguntou se faziam sessões de fotos na casa de Rodrigo. Cibele afirmou tirar fotos com roupas, e que Iracema tirava sem.

Entretanto, uma curiosidade pairava no ar: se as crianças eram deixadas na escola por suas mães, como elas chegavam à casa de Rodrigo? Buscando resposta para este enigma, Cléa continuou conversando com a filha até que obtivesse a resposta: iam de carro com o Tio Maurício, o perueiro da escola, e junto de outros amigos como o Augusto, a Bianca, o Fábio, o Francisco, a Iracema, a Rafaela, a Sílvia, o Tiago e o Vinícius. Ela também relatou ter dormido cerca de dez vezes na casa de Rodrigo, ter sido jogada pelo Tio Maurício contra o chão e batido a cabeça em virtude da força do impacto, assistido filmes com mulheres nuas e ter sido fotografada nua algumas vezes, além de terem introduzido

algo em seu ânus e as pessoas mais velhas ficarem peladas e se deitarem em cima delas.

Munidos de todas estas informações, Cléa e seu marido procuraram Lúcia e foram juntos ao 6º Distrito Policial (DP), na região do Cambuci, Zona Sul da capital. Por ser domingo, a equipe pediu que eles retornassem no dia seguinte, quando o DP teria melhor condições de atendê-los. Sendo assim, os responsáveis das crianças voltaram ao DP no dia seguinte e, desgostosos com os resultados obtidos pelo delegado plantonista da segunda-feira – ainda que este tenha apoiado a investigação e abertura de inquérito –, entraram em contato com a Rede Globo de Televisão.

Antonino Primante, delegado plantonista daquela segunda-feira, 28 de março, determinou a realização de busca e apreensão na casa de Saulo e Mara, pais de Rodrigo, e encaminhou Cibele e Fábio para a realização do exame de corpo de delito no Instituto Médico Legal (IML). Dada a situação, Lúcia já havia propagado a informação para pais e vizinhos sobre a ocorrência de abuso sexual na Escola Base. Munido do mandado de busca e apreensão, Primante se direcionou para a casa dos suspeitos.

Ao chegar ao endereço com duas viaturas da polícia, nas quais estavam seis policiais, as duas mães acusadoras e suas duas filhas, Mara foi surpreendida com Primante batendo à sua porta de seu apartamento e mostrando o mandado de busca e apreensão.

Todos entraram no apartamento, inclusive as mães com as crianças. O porteiro do prédio ligou para o marido de Mara, que estava no trabalho, e pediu que ele retornasse imediatamente para casa e foi buscá-lo na Escola Base, onde foi acusado formalmente pelo delegado.

O filho de Saulo chegou junto com o pai e não se atentou à situação de a casa ser revirada por policiais munidos de submetralhadoras, principalmente porque ficou brincando com as duas amigas da escola, que sequer se assustaram ao ver Saulo – que, até então, estava sendo acusado formalmente de ter abusado delas.

Outro fato merece destaque: a casa descrita pelas crianças não condizia com o apartamento de Saulo e Mara - que não era grande, não tinha uma cama

redonda, não tinha muitos quartos e televisão no alto, assim como também não contava com o jardim e os portões verdes relatado por elas.

Preocupado com a acusação, Saulo solicitou a seu gerente que atestasse a sua boa índole e mostrasse as notas fiscais comprobatórias de que não se ausentara do trabalho. Frente a esta informação, Primante se dirigiu à escola, mesmo sem mandado judicial, e entrou na instituição com autorização dos donos, o casal Shimada.

Neste momento, pais se aglomeravam na porta da escola. Alguns exigiam justiça, enquanto outros desconfiavam de tais acusações, pois os Shimada eram tidos como pessoas idôneas. Não obstante, o próprio casal pediu a Primante que realizasse uma busca minuciosa dentro da escola por conta da situação acusatória. Perto das 20 horas, momento de troca de plantão no DP, e ainda sem encontrar provas, o delegado retornou à delegacia com diversos pais acompanhados de suas crianças e informou que continuaria as investigações no dia seguinte.

Como era tarde da noite e não havia a possibilidade de conseguirem um mandado de busca e apreensão para as outras residências naquele momento, Primante liberou todos os envolvidos na acusação. Algumas mães indignadas entraram em contato com a Rede Globo, que enviou o repórter Valmir Salaro - o que gerou uma urgência incomum nas investigações. Dada a sua presença, os quatro acusados (Ayres, Cida, Maurício e Paula) foram levados à delegacia para inquirições informais.

À base de tortura psicológica e física, de acordo com os acusados, os quatro deixaram a delegacia três horas depois negando qualquer envolvimento nas acusações, e foram intimados a comparecer no dia seguinte, 29 de março, às 10 da manhã, para prestarem depoimentos formais.

Quando chegaram à delegacia, foram surpreendidos com um telex⁶⁹ do resultado preliminar⁷⁰ do laudo do IML realizado nas crianças: resultado positivo

⁶⁹ Antigo fax, sistema de troca de correspondência via telefônica.

⁷⁰ Dias depois o laudo oficial é emitido à delegacia, a advogada de defesa não pôde realizar fotocópia dele e realizou a transcrição manual de todo o conteúdo numa folha. Retornando ao seu escritório, entra em contato com peritos de renome de São Paulo e compreendem ser inconclusivo a afirmação da existência de fato de coito anal.

para prática sexual. Ficaram à disposição dos policiais até a parte da tarde, sendo liberados em seguida.

Como pode ser observado na imagem a seguir, o jornal Folha de São Paulo, em matéria publicada no dia 30 de março do mesmo ano, trazia como manchete: “menino de 4 anos, vítima de abuso sexual, diz que tirou fotos nu com professoras; diretora nega”. O título acusatório foi partilhado pelas mais diversas mídias, tanto impressas quanto televisivas.

Figura 4 - Escola é acusada de prostituição

3
terceiro caderno
FOLHA DE SÃO PAULO

são paulo
inclui cotidiano

Quarta-Feira, 30 de março de 1994 23h36

O PERSONAGEM
Presidente do São Paulo será secretário
Foto: Imagem

Escola é acusada de prostituição
Menino de 4 anos, vítima de abuso sexual, diz que tirou fotos nu com professoras; diretora nega

Da FT e Da Reportagem Local

43, do 6º DP, disse que suspeita que a escola sirva de fachada para utilizar crianças para fotos e filmes pornográficos. “Vamos investigar se a escola tem registro na Secretaria de Educação.”

A desconfiança dos pais de F.J.C. começou quando, durante uma brincadeira com o filho, a criança decidiu mostrar a posição usada por adultos para fazer sexo.

“Nunca desconfiei de nada até então”, disse En Jun Chang, 42, pai de F.J.C.

Chang disse que, depois disso, o menino contou que as diretoras da escola, Aparecida Shimada e Paula Milhim Monteiro Alvarenga, uma professora chamada Célia, o motorista de Kombi chamado Maurício (que seria marido de Paula) e o marido de Aparecida levavam as crianças de Kombi para um local grande, com vários quartos e camas redondas.

Segundo Chang, a criança disse também que os pais de um colega da escola chamado R. também par-

ticipavam das sessões de pornografia. Eles já teriam sido identificados pelos policiais.

Nos relatos de F.J.C. era citada a participação de uma outra criança, C.C. A mulher de Chang decidiu procurar os pais de C.C.

“Procuro pensar que isso é tudo mentira”, disse Everson de Carvalho, 27, bancário e pai de C.C. Carvalho disse que “retra” para o exame do IML não dar em nada.

Diferentemente de F.J.C., segundo Carvalho, C.C. não conta o que aconteceu, apenas confirma os fatos narrados pelo menino.

Na noite de ontem, um terceiro casal foi até a delegacia por suspeitar que seu filho de quatro anos também foi violentado. O menino estuda em uma escola pública, mas a Kombi que o leva às aulas seria dirigida por Maurício.

“O casal me disse que o menino lhes relatou que ele abusava das crianças da Kombi”, afirmou o delegado. Primante pediu para os pais voltarem hoje ao 6º DP.

As duas mães de alunos acusam a Escola do Educação Infantil Base, particular, localizada na Aclimação (região central), de agenciar crianças para fazer filmes e fotos pornográficos. Elas afirmam que a menina C.C., 4, e o garoto F.J.C., 4, também foram violentados.

As sessões teriam sido organizadas por diretoras da escola e pais de um outro aluno. Em depoimento à polícia, uma das diretoras da escola, Aparecida Shimada, negou as acusações (leia texto abaixo)

A denúncia foi registrada anteriormente no 6.º DP (Cambuci) por Clea Parente de Carvalho, mãe de C.C., e Lúcia Eiko Chang, mãe de F.J.C., com base nos relatos das próprias crianças.

As duas crianças foram examinadas ontem no (IML) Instituto Médico Legal, que já constatou que F.J.C. foi violentado.

O delegado Antonino Primante,

Externa da escola acusada por mãe de abusar de alunos

(Fonte: Folha de São Paulo)

Outros jornais e revistas investiam ainda mais no sensacionalismo e estampavam em suas folhas: Kombi era motel na escolinha do sexo⁷¹, uma escola de horrores, escola é acusada de prostituição, perua escolar carregava crianças para orgia, escola pode ter drogado crianças⁷².

A atenção dada pelos veículos midiáticos transformou a vida de todos os acusados. Primeiro, a necessidade de se esconderem em casas de parentes, tanto em São Paulo como em outros estados, pois estavam sob os holofotes. Por se tratar de um período de véspera de feriado, as matérias sobre o caso eram repetidas à exaustão, entrevistando, inclusive, as próprias crianças com perguntas manipuladas para que fosse possível obter respostas afirmativas e condenatórias. Enquanto as crianças e suas mães dispunham de um amplo

⁷¹ Disponível <https://bit.ly/globoescolabase> acesso 27 de novembro de 2019

⁷² Disponível <https://bit.ly/25anosdocaso> acesso 27 de novembro de 2019

espaço na mídia, os acusados não tinham a mesma oportunidade de narrar as suas versões. A polícia investigava, a mídia sentenciava.

Das diversas pessoas entrevistadas relatando os abusos vivenciados por seus filhos, nenhuma sequer prestou depoimento à polícia. Mais precisamente, no início, apenas as mães realizaram as denúncias formais. Ribeiro (2000) afirma que: “embora não se confirmassem as queixas no inquérito policial, os leitores não mereceram nenhuma explicação posterior. Dele só constam depoimentos dos pais de um dos garotos” (p. 56).

A imprecisão das informações gerava narrativas divergentes envolvendo uma mesma criança que, de acordo com seu pai, fora assediada sexualmente pelo motorista da perua escolar, que havia mostrado seu pênis para o menino e encostado no dele. A Folha de São Paulo entrevistou⁷³ Sheila Cristina Fiorito, que afirmou que seu enteado, então estudante da Escola Base, narrou ver amigos pelados dentro da escola no dia 31 de março.

Outros jornais acrescentavam informações à sua narrativa, que foram posteriormente desmentidas pela própria família (p. 56) sem prestar nenhuma queixa à polícia. A família também negou que o filho tivesse apresentado qualquer alteração comportamental.

Com a onda de denunciismo crescendo e o agravante de novos depoimentos surgindo diariamente, ganhando cada vez mais protagonismo nos jornais, sem o direito ao contraponto, passaram a emergir diversas teorias conspiratórias. Braga (2014, p.7) destaca o fato de as acusações indicarem que as crianças eram drogadas e que os profissionais da escola faziam uso de drogas na frente das crianças, assim como a acusação de muito possivelmente estarem infectadas com HIV e sífilis.

Essa onda de denunciismo impactou e influenciou o cotidiano social daquele pacato bairro da Aclimação, em São Paulo, e um grupo de pessoas pichou os muros com palavras de protesto no dia 1º de abril, além de invadirem a escola e apedrejarem as instalações internas, saqueando os bens existentes lá dentro. A mesma ação fora praticada contra a casa de Maurício.

⁷³ Disponível <https://bit.ly/denunciafolha> acesso 1 de novembro de 2019

Sendo assim, uma nova ordem se estabeleceu: a polícia investigava, a mídia sentenciava e a população executava. As pichações exigiam mínimo de 300 anos de encarceramento ou sentença de morte para os donos da escola, comparando-os ao apóstolo Judas Iscariotes, e os acusando de serem tarados.

Figura 5 - Depredação e saques na Escola Base



(Fonte: Jornal GGN⁷⁴)

Enquanto as depredações e saques ocorriam, o delegado responsável pela investigação surfava na onda midiática e dava entrevistas para jornais impressos, programas de rádio e de televisão. Não apenas isso, realizou também entradas ao vivo para explicar todo o trabalho iniciado 7 dias antes e afirmar veementemente que os envolvidos seriam punidos de forma exemplar.

Cansados de serem expostos na mídia como estupradores e pedófilos, os suspeitos decidiram realizar uma entrevista para apresentar suas versões. No entanto, após um feriado inteiro sendo assediados moralmente, concordaram em selecionar quais repórteres teriam acesso a esta entrevista exclusiva: Florestan Fernandes Jr, então jornalista da Rede Cultura, e Chico Verani,

⁷⁴ Disponível <https://jornalggn.com.br/noticia/a-pratica-do-linchamento-midiatico-e-a-urgente-necessidade-de-regulamentacao-dos-meios-de-comunicacao/> acesso 1 de novembro de 2019

jornalista da Jovem Pan. Florestan ainda pediu para ser acompanhado por sua namorada, jornalista d'O Estado de São Paulo.

Esta escolha tinha um problema: de nada adiantaria escolher um repórter que eles considerassem eticamente confiável se ele trabalhasse em um jornal de baixa circulação. A opção de ter um jornalista da Rede Cultura, um da Jovem Pan e outra do Estado de São Paulo possibilitou maior divulgação da entrevista realizada e da versão daqueles que, até então, conforme destacado por Souza (2019), vinham sendo acusados sem o direito à presunção de inocência e direito ao contra-argumento.

Após esta entrevista, realizada no dia 3 de abril, um domingo, diversos jornalistas começaram a olhar para o caso a partir de uma perspectiva mais crítica, desafiando o *status quo* e deixando de acreditar cegamente nas informações colhidas de seus entrevistados. Interessados em também imprimir matérias derivadas do ponto contado pelos acusados com os acusados, seus advogados empreenderam uma verdadeira agenda logística para atender a todos, realizar as entrevistas demandadas e garantir o compartilhamento de suas narrativas.

Neste momento, o delegado já não contava com a total confiança da mídia – algo antes inquestionável –, sobretudo porque se tornara midiático, aparecendo nos mais diversos programas televisivos, propagandeando a sua voz em programas radiofônicos e estampando suas palavras nos jornais impressos. As entrevistas, antes mais brandas, assumiram um caráter mais inquisidor.

Com o passar dos dias, a cobrança do Secretário de Segurança, visando efetiva ação, e a inconclusão do inquérito policial sendo posta em xeque pela mídia e pela sociedade, o delegado responsável pelo caso requereu, no dia 5 de abril, o depoimento de todos os acusados no mesmo dia às 20 horas. Justificou o horário como sendo o momento de fechamento das pautas jornalísticas, permitindo que esses profissionais se esvaíssem da porta da delegacia e impossibilitando a criação de pautas para seus veículos de comunicação.

O interesse de ter todos os acusados juntos em um mesmo dia e horário evidenciou a preocupação por parte de seus defensores. Afinal de contas, este

tipo de pedido tarde da noite não era prática comum, a não ser se houvesse interesse do delegado em prender todos.

Os advogados passaram a conversar entre si sobre os riscos impostos aos seus clientes e exigiram a palavra de confiança do delegado sobre a não detenção de todos, algo prontamente atendido por ele – mas negado posteriormente. Como nem todos os acusados eram representados por um mesmo advogado, foram adotadas estratégias de atuação diferentes com seus clientes.

Após este imbróglio, Teixeira negociava com o delegado por telefone formas seguras de seus clientes chegarem à delegacia sem serem fotografados e expostos na mídia. Neste momento, assistia o programa de Boris Casoy e ouviu do apresentador: “o casal Saulo e Mara estava preso e havia sido decretada a prisão temporária dos outros quatro suspeitos” (RIBEIRO, 2000, p. 80). Contrariado, discute rispidamente com o delegado e desliga o telefone ‘em sua cara’. Seus clientes não foram prestar o depoimento.

Com o adiantar do tempo e a inexistência de provas contundentes, Lemos, o delegado responsável pelo caso, começa a colher depoimento das crianças supostamente violentadas sem a presença de psicólogos para a condução da investigação. Obviamente, estes depoimentos de nada serviram, tampouco apresentaram novidades. Frente a esse problema, Lemos realizou entrevistas com parentes das crianças, como as suas avós, que alardearam mudanças comportamentais após o ingresso das crianças na Escola Base.

A tese de abuso sexual se mostrava mais frágil a cada novo depoimento colhido, e a mídia já estava reconhecendo a possibilidade de ter se equivocado em sua cobertura. Luís Nassif, âncora da TV Bandeirantes, levantou a tese de que o abuso não tivesse ocorrido, apesar do linchamento midiático realizado por seus colegas de profissão.

O médico José Kanoplish, consultado sobre o laudo do IML, afirmou ver indícios de inconclusividade na afirmação da ocorrência de coito anal, sobretudo porque as informações contidas no relatório poderiam indicar também indícios de dilaceração tecidual em virtude de fezes duras e vermes.

No dia 6 de abril, quarta-feira, jornais de forte circulação nacional e grande impacto na opinião pública, como a Folha de São Paulo e o Estado de São Paulo, começaram a duvidar da tese do próprio delegado. Após consultarem profissionais especializados e correlacionados com a área de inquérito, suas matérias passaram a ser publicadas conferindo maior espaço para os advogados de defesa e descreditando o que era dito pelo delegado. É necessário ressaltar o fato de que, na semana anterior, a imprensa se portou de forma a permitir que o delegado Lemos ocupasse o espaço unilateralmente.

Com esta nova guinada editorial e o aumento da exposição dos advogados de defesa, a opinião pública foi surpreendida com colegas de trabalho de Saulo se manifestando em frente à delegacia em sua defesa.

O pedido de prisão preventiva foi revogado no dia 8 de abril, sexta-feira, e o caso passou a ser chefiado pelo delegado Gérson de Carvalho, alocado na 1ª Seccional de Polícia, no centro de São Paulo. Parte dessa mudança ocorreu graças ao acordo travado entre o secretário de segurança de São Paulo e o juiz Galvão Bruno.

Ambos passaram a ser 'perseguidos' pelos meios, que buscavam declarações sobre um caso que, com o passar dos dias, vinha se mostrando insustentável. E parte desse acordo se deu pela forte presença midiática do então delegado Lemos e a investigação policial baseada em provas inconclusivas. O próprio pedido de prisão outrora autorizado também veio a se tornar alvo de críticas por ter sido expedido a partir de uma explicação prestada via telefone sem a comprovação do cometimento de crime.

No entanto, um novo fator surgiu no enredo: em 11 de abril, segunda-feira, foi emitido um mandado de busca e apreensão para diligências na rua Batista Caetano, 93. O alvo era desconhecido, mas a denúncia era contundente: uma perua escolar, modelo Kombi, fora vista naquele endereço. De pronto e com o documento em mãos, o recém-designado delegado Carrasco foi até o endereço destacado com a sua equipe policial e, erroneamente, estiveram na casa de número 29, e não na de número 93, conforme constava no documento emitido.

Foram atendidos por uma pessoa com forte sotaque estrangeiro. Ao entrarem na casa, avistaram duas crianças brincando na piscina e decidiram

rasurar o número 93 do mandado e inserir o 29, conforme destacado por Ribeiro (2000).

De fato, Richard tinha o costume de permitir que as crianças vizinhas frequentassem a sua casa para brincar na piscina. O costume era tamanho que a parede de sua cozinha exibia fotos e nomes das crianças que frequentavam o local, sempre com a autorização de seus responsáveis. Nada suposto fora encontrado com a entrada da polícia e a varredura iniciada, até o momento em que os policiais chegaram a outro piso da mansão e se depararam com duas crianças, uma de 13 e outra de 14 anos, estando uma delas com o calção arreado.

Ao perguntarem para ele sobre a existência de fotos, foram prontamente atendidos e obtiveram acesso aos álbuns familiares. Nele, dentre as diversas fotos registradas, havia algumas de adultos e crianças nuas. Richard era frequentador de praias de nudismo, tanto em Nova Jersey, nos Estados Unidos, como em Trindade, no Rio de Janeiro, e nas cachoeiras de São Thomé das Letras, em Minas Gerais. 11 fotos foram encontradas: cerca de dez crianças nuas estavam dentro da piscina de Richard sem a presença de nenhum adulto no registro fotográfico. Apenas as dez crianças, todas nuas.

Neste momento, seus indícios de crime de pedofilia começaram a tomar forma. Foram encontrados dois baralhos eróticos em meio aos seus itens pessoais. Continuaram averiguando outras fotos e encontraram algumas de uma festa à fantasia. Nela, constava a presença apenas de adultos, e registro de pessoas peladas. Numa das fotos, havia simulação de ato sexual. Em outra, Richard estava vestido de padre, com batina, segurava uma bíblia e um terço numa mão e dava a benção com a outra, evidenciando o dedo médio para a foto.

Richard fora algemado e levado de camburão para a delegacia. Sua empregada com seus dois filhos e as duas crianças presentes na casa também foram levadas. Ao serem interrogadas de porquê estarem com um calção arreado, uma delas respondeu que estava mostrando um furúnculo para um amigo.

Depoimento colhido, auto de prisão lavrado e exposição aos jornalistas daquele que passou a ser a prova cabal do caso da Escola Base: a existência

de um estrangeiro com amplo material fotográfico de crianças nuas e a presença de tantas outras frequentadoras de sua casa para brincar em sua piscina, todas elas identificadas e catalogadas na parede de sua cozinha.

Em posse das fotos presas e com as identificações nominais na parede de sua cozinha, os policiais foram ao entorno da casa buscar estas crianças e seus pais para darem depoimento na delegacia.

Apresentado à mídia, Richard não relatou qualquer tipo de tortura – algo posteriormente denunciado por ele – para assumir a prática de crime. Em vão, não assumiu. Mas em posse destes registros fotográficos, fora enquadrado por corrupção de menores pelo Estatuto da Criança e Adolescente (ECA) e apresentado aos jornalistas. Os responsáveis pela apresentação dispuseram em cima da mesa os registros fotográficos da praia e da piscina, o barulho pornográfico e a festa à fantasia. Embora as fotos estivessem organizadas e separadas em sessões e álbuns diferentes (praia de nudismo entre amigos no Brasil e nos Estados Unidos, viagem internacional em feriado estadunidense, nudismo em sua piscina privada e, claro, a festa à fantasia apenas com adultos), elas foram misturadas na mesa da delegacia para averiguação dos repórteres. Forjou-se a interpretação de que, possivelmente, estes registros fotográficos teriam ocorrido em momentos semelhantes.

Ao dar a sua primeira declaração à imprensa, Carrasco afirmou a existência de um estúdio fotográfico na mansão de Richard para a produção de conteúdo pedófilo. O Jornal O Estado de São Paulo publicou, no dia 12 de abril, terça-feira, tal afirmação sem a consulta necessária ao inquérito policial – aparentemente, nem o próprio delegado Carrasco o fez, pois não havia estúdio fotográfico na casa de Richard.

Em virtude de novas descobertas na casa de Richard, foi necessário realizar diligências no local junto com as crianças e seus responsáveis. Entretanto, nenhum psicólogo foi indicado para acompanhar este reconhecimento.

Após entrarem na casa e barrarem a participação dos jornalistas, que estavam acampados na calçada, as crianças não foram capazes de identificar os cômodos internos, com exceção de terem afirmado que os quartos do

sobrado ficavam no andar de cima (algo padrão na arquitetura brasileira) e indicarem onde seria o banheiro.

Como o erro na abordagem inicial do caso e a *mea culpa* realizada pela mídia foram passageiros, o sensacionalismo voltou a tomar conta dos veículos de comunicação e os jornais voltaram a denunciar inverdades. Segundo as informações, foram encontradas seringas na casa de Richard, e as crianças deveriam ser submetidas a testes de HIV para descartar o contágio e a infecção.

Sandra De Angelis, chefe da seção de apuração eletrônica da Rede Cultura, era a responsável da emissora por investigar possíveis inverdades. Frente a mais esta nova denúncia, prontamente foi à delegacia se encontrar com os advogados, que já estavam bastante inseguros em decorrência da abordagem midiática e do fato de que os autos do processo não teriam sido lidos por parte dos jornalistas antes de publicarem as suas manchetes. Sabendo que esta aproximação seria difícil, Sandra passou todos os seus dados profissionais e pessoais, inclusive seu telefone residencial, para criar um vínculo de confiança com os advogados de defesa.

Uma dúvida se apresentava: será que Richard, tendo posse de todas aquelas fotos de crianças nuas, tinha algum envolvimento com a Escola Base? Se sim, quanto?

Ainda no dia 12 de abril, o investigador decidiu levar as duas crianças para sua casa com o objetivo de descobrir se elas seriam ou não capazes de identificar a residência. Fábio e Cibele, duas das crianças envolvidas nos supostos abusos, foram encaminhadas à casa de Richard acompanhadas de seus pais, policiais e delegados do caso. A ausência de psicólogos para conduzir a visita (e, conseqüente, uma análise de possível reconhecimento) impactou o desenvolvimento da situação: “as crianças foram soltas e circularam entre os cômodos. As mães perguntavam, o tempo todo, se elas já tinham estado aqui ou ali, se conheciam algum imóvel ou objeto” (RIBEIRO, 2000, p. 123). Encantaram-se com uma tartaruga existente na casa, não gostaram de uma pipa chinesa de abelha e indicaram os quartos no andar de cima. Também indicaram onde ficava o banheiro da casa.

Entretanto, frente à total ausência comprobatória de que fosse aquele o local onde teriam ocorrido tais abusos, conforme relatado pelas crianças, os policiais - “quatro deles concordaram que a casa não tinha sido reconhecida, menos o representante das vítimas” (p. 124). Na visão do advogado de defesa das supostas vítimas, o fato de as crianças terem se aproximado da tartaruga, indicado a localização dos quartos e do banheiro e a pipa chinesa poderia ser indício de algo. Isso talvez significasse que elas reconheciam a casa como o local em ocorreram os abusos.

A polícia combinou um discurso único para a mídia com o objetivo de evidenciar que novas investigações deveriam ser realizadas antes de qualquer acusação formal.

No dia seguinte, 13 de abril, quarta-feira, diversos jornais trouxeram novas acusações ligando o estadunidense Richard aos supostos atos, e novas matérias estavam estampadas nas bancas afirmando que as crianças haviam reconhecido a casa como o local onde os supostos abusos teriam ocorrido. Mais uma vez, uma informação não-oficial, em *off*, sem fonte citada e não constante nos autos, fora compartilhada com a sociedade. O Jornal Folha da Tarde foi o único a revelar sua origem: o advogado de acusação.

Insatisfeitos com este ‘furo de reportagem’, os policiais envolvidos no caso foram conversar com os jornalistas, afirmando que ainda não havia comprovação para tais teorias e explicitando que eles, os jornalistas, poderiam ser responsabilizados judicialmente pela divulgação de tal material.

No dia seguinte, muitos jornais responsabilizaram o advogado das crianças pelos vazamentos – um comportamento de ética questionável, tanto da mídia por revelar sua fonte, como do advogado por produzir vazamentos midiáticos, favorecendo e influenciando a opinião pública.

Com o intuito de dar maior celeridade ao caso, realizou-se uma acareação entre o perueiro escolar e Richard, o que se mostrou de grande importância: não havia qualquer ligação e/ou conhecimento entre ambos. Foi descoberto ainda que a perua estava recém-transferida de dono. Maurício comprara recentemente e, nas duas últimas semanas, tinha dirigido o veículo sozinho apenas uma vez.

Em todas as outras, esteve acompanhado do antigo proprietário para aprender o itinerário.

As diversas denúncias realizadas também não se sustentavam e 13 contradições foram registradas nos autos investigativos. As outras crianças consideradas por Lea como vítimas da suposta orgia passaram por médicos e psicólogos particulares que nada constataram. O fato de Clea e Lúcia terem afirmado que tais violações ocorriam na casa de Saulo e Mara gerou mais dúvidas do que certezas: o zelador e o síndico do prédio afirmaram jamais terem visto crianças subindo para o apartamento do casal, adicionando o fato de Saulo sair para trabalhar cedo e só voltar à noite. “Além disso, documentos fornecidos pela empresa na qual Saulo trabalhava [...] provaram que o funcionário nunca se ausentara no horário de serviço” (RIBEIRO, 2000, p. 135). Cada vez mais as denúncias se comprovavam falsas e insustentáveis.

Em oitiva com os outros responsáveis das crianças estudantes da Escola Base, ouviram verdadeiros elogios à escola com relação à dedicação dos donos e o carinho dado às crianças, inclusive afirmações de que “caso fosse reaberta, matriculariam os filhos no dia seguinte” (RIBEIRO, 2000, p. 134). Tais afirmações não apenas desidratavam as investigações, como também colocavam em dúvida as acusações.

As considerações da psicóloga responsável por entrevistar Lúcia foram surpreendentes ao relatarem a forma como as acusações foram discorridas pelo menino: Lúcia disse ao filho que se não revelasse aquilo que sabia, ele não dormiria mais com ela na mesma cama – uma prática comum para ambos. Marylin Tatton, a psicóloga, também teceu considerações sobre o comportamento de Lúcia: insegura e “muito provavelmente, as fantasias de sua sexualidade ela projeta na criança, criando uma história, ao que parece, muito fantasiosa” e, de forma estupefaciente, e direta, destacou o fato da “dificuldade de administrar sua relação afetiva e sexual com seu cônjuge, a mesma faz o movimento de manipulação com esta criança, que a satisfaz de alguma forma em nível de suas fantasias” (RIBEIRO, 2000, p. 140). O promotor de Justiça Sérgio Peixoto Camargo seguiu neste mesmo entendimento, não identificando veracidade nos depoimentos acusatórios de Lúcia.

Buscou-se retornar ao laudo do IML para analisar em qual grau havia a comprovação de ato libidinoso, pois a informação até então desconhecida possibilitou uma nova hipótese para a existência das fissuras ou rágadas anais. Em um dos depoimentos sobre seu filho, Lúcia revelou a existência de “dor de barriga desde fevereiro e que coçava o ânus. Apresentava muita dificuldade para evacuar e reclamava de dor intensa” (RIBEIRO, 2000, p. 142). Em posse destas informações, Camargo realizou uma consulta ao IML e foi informado sobre a possibilidade de as fissuras ou rágadas presentes no laudo serem “compatível também com várias patologias anorretais de causa natural. Em crianças com obstipação intestinal, com fezes endurecidas [...] e apresentar prurido anal, que poderia estar associado a parasitoses intestinais (verminose). (p. 142).

Outros laudos foram associados ao inquérito: um da psicóloga da Delegacia da Mulher, Marylin Garcia Tatton, e outro da professora do Instituto de Psicologia da USP (IP-USP), Walquíria Fonseca Duarte. Enquanto a primeira não evidenciava a existência de algum tipo de abuso sexual cometido, a segunda destacava a possibilidade de Fábio e Cibele terem vivenciado alguma experiência de abuso sexual – embora não crivasse afirmação comprobatória de terem vivenciado tal violência. Esta impossibilidade de afirmação foi anexada aos autos do processo pelo Juiz Galvão Bruno e, por fim, no dia 7 de abril de 1995, um ano e 12 dias depois da abertura do caso, o processo foi arquivado, inocentando-os⁷⁵.

Localização dos sujeitos

Ao longo da leitura e análise do acervo hemerográfico, tanto no jornal brasileiro como no francês, foi possível perceber uma profusão de discursos de verdade ali impressos sem o devido aprofundamento. Frente a esta problemática, nesta seção, eles serão analisados com o intuito de promover maior inteligibilidade ao acervo.

⁷⁵ 20 anos depois, realizou-se matéria jornalística pela Empresa Brasil de Comunicação (EBC) em que analisou os erros cometidos pela polícia civil e pela cobertura midiática da época <https://bit.ly/tvbrasilescolabase> acesso 14 ago. 2022

Parte-se de Jeffrey Weeks (2018) que, embora a sexualidade se dê nos corpos físicos, seus entendimentos e saberes se dão a partir dos corpos historicamente construídos em seus contextos culturais. Jane Felipe (2006) chama a atenção para o processo de sexualização que os corpos infantis vêm passando na sociedade brasileira, que a autora chama de “pedofilização” (2006, p. 259). Para ela, embora o país seja signatário da Convenção de Direitos Humanos da ONU e participe de campanhas de combate à pedofilia (UNESCO, 1999; BRASIL, 2004), ao propagar “no cenário brasileiro, uma espécie de pedofilia consentida, amplamente aceita e difundida principalmente pelos veículos de comunicação de massa” (FELIPE, 2006, p. 259) a partir da sexualização dos corpos infantis, “a sociedade nem se dá conta do quanto ela própria está produzindo novas identidades sexuais e de gênero a partir da objetificação de seus corpos”. (p. 2006, 259).

Outro problema que merece atenção está nos processos de adultização das crianças, pois como “estão mais informadas e conectadas à rede cada vez mais de maneira precoce, tendo acesso à grande maioria de artefatos culturais, adquirindo novos conhecimentos e mesclando seu comportamento infantil com características atribuídas ao comportamento adulto” (CAETANO, CAETANO, 2016, p. 103), a escola ainda é um local importante para a socialização infantojuvenil de forma segura. Afinal, a erotização dos corpos infantis é facilmente perceptível na sociedade do consumo.

Preocupadas com tal erotização, Jane Felipe e Bianca Guizzo (2003) atentam-se ao fato de que “tal processo de erotização tem produzido efeitos significativos na construção das identidades de gênero e identidades sexuais das crianças” (2003, p. 128), tanto em propagandas midiáticas, tornando-as produtos a serem consumidos, como na manutenção dos padrões de beleza.

Nas três últimas décadas “houve uma mudança profunda na forma de entender a violência sexual cometida contra menores de idade” (LANDINI, 2006, p. 251) considerando que, com as mudanças nas legislações e intensificação dos debates públicos “o que antes constituía uma única categoria – a violência sexual, seja contra crianças seja contra adultos – passou a constituir dois grupos analíticos – a violência sexual contra adultos e a violência sexual contra crianças.” (p. 251).

Para dar conta das diferentes modalidades do mesmo problema, Laura Lowenkron (2010) destaca que o abuso sexual infantil, a exploração sexual de crianças e a pedofilia se apresentam como fenômeno social contemporâneo e, como este vem sendo mais debatido, conseqüentemente a sua visibilidade é aumentada a partir da sensibilidade perante a questão e das mudanças de entendimento legal.

Interessada em conceituar tais categorias, Lowenkron (2010) entende que o abuso sexual infantil se estabelece nas interações sexuais, com ênfase na “assimetria de poder (pela diferença de idade, experiência, posição social, etc.) e/ou no dano psicológico” (2010, p. 16). Por sua vez, a exploração sexual é entendida como um fenômeno complexo envolvendo diversos aliciadores em decorrência da “vulnerabilidade social, articulado ao problema da “miséria”, das “famílias desestruturadas”, das “drogas” etc” (p. 17-18). Por fim, para a categoria pedofilia, a autora destaca que “situado entre o crime e a doença, o termo “pedofilia” enfatiza as características psicológicas (anormalidade e perversidade) do adulto que se relaciona sexualmente com crianças ou daquele que produz, divulga ou consome imagens de pornografia infanto-juvenil” (p. 18).

A autora destaca que, como a violência sexual contra crianças “tornou-se um fenômeno social com contornos próprios no final do século XX, vem ganhando visibilidade crescente e reunindo cada vez mais esforços e instância de controle” (2010, p. 26). Em sua rica genealogia legal, Lowenkron (2012, 2015) enfatiza como as mudanças legais possibilitaram deslocamentos nas concepções sobre as infâncias e sua conseqüente necessidade de promover políticas públicas específicas para garantir sua proteção.

O fato de que “as representações sobre sexualidade, corpo e gênero veiculadas em especial pela mídia têm subjetivado não só adultos, homens e mulheres, mas também têm trabalhado minuciosamente para a formação das identidades infantis e juvenis nos nossos dias” (FELIPE, 2013, p. 65) faz com que o pânico moral da pedofilia mereça detida atenção, pois “não há identidade fora do poder, todas o exercitam e, simultaneamente, todas sofrem sua ação” (LOURO, 2000, p. 68).

Em entrevista⁷⁶ ao programa Academia, da TV Justiça, sobre o dobramento penal psiquiátrico na pedofilia, Tatiana Lionço identifica a importância de produzir “*mudanças culturais, processos educativos, intervenções em contextos institucionais, de famílias*” para coibir a objetificação e violência sexual contra crianças e adolescentes, algo bastante presente em nossa cultura.

Jane Felipe, também em entrevista⁷⁷ disponibilizada no *Youtube* para o canal da TV Brasil, chama a atenção para as abordagens discriminatórias aos marcadores de gênero e sexualidade nas emissoras brasileiras que, tendo estas concessões públicas, deveriam ter maior responsabilidade pelo que transmitem, uma vez que as TVs são artefatos culturais (ACOSTA, DUQUE, 2021) e, por consequência, exercem funções educativas.

Portanto, neste trabalho, nos é de grande importância analisar a questão para além do crime em si, pensando a partir do ponto de vista social e dos riscos quando da interdição dos debates de gênero e sexualidades nas escolas, uma vez que tal impedimento pode dificultar seu reconhecimento, sua identificação e consequente prevenção.

Estando tais violências conectadas à estrutura patriarcal da sociedade operando sobre os corpos a partir de socializações de masculinidades hegemônicas que coadunam para a objetificação dos corpos de crianças e adolescentes, torna-se de grande importância identificar como o medo se faz presente no pânico moral da pedofilia e como estes se apresentam na sociedade, assim como em qual medida promovem deslocamentos e agenciamentos.

Singularidades e multiplicidades

Os dois casos, embora em instituições de ensino e países distintos, nos ajudam a pensar como os corpos infantis se tornaram um problema de difícil administração para educadores em geral. Enquanto a Casa Coral dedicava-se a jovens com transtornos mentais e possibilitava uma prática educacional mais

⁷⁶ Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=I3TvSDMCtkw> acesso 19 jul. 2022

⁷⁷ Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=TDZVW_X437M acesso 19 jul. 2022

horizontalizada e emancipadora, a Escola Base seguia os documentos oficiais educacionais brasileiros numa estrutura de ensino tradicional.

A impossibilidade de comparação entre uma escola de ensino regular no Brasil com uma instituição experimental de educação especial francesa não é sinônimo para impossibilidade de percepção dos atravessamentos presentes em ambas. Digo isso porque, nos dois casos, houve pessoas envolvidas com o fazer educacional, sem a obrigatoriedade da formação específica, e que se dedicavam àquilo que acreditavam ser válido: o processo educativo.

Portanto, a partir desse momento, busca-se maior atenção ao corpo infantil presente nas instituições de ensino infanto-juvenil, no relacionamento interpessoal entre adultos e crianças e nos desdobramentos de suas ações nos jornais.

O olhar diferente promovido pelas duas instituições com relação às crianças ali confiadas difere por questões socioculturais e de tempo-espço. A educação brasileira, desde a promulgação da Constituição Federal de 1988, dedicou-se a ‘desenhar o cidadão a ser construído’⁷⁸ nestas instituições de ensino e em como o Estado poderia direcionar suas economias de formas mais certas para o seu melhor proveito futuro.

A atenção dada para as crianças como cidadãos de direito possibilitou deslocamento epistemológico na função social da escola e naquilo que ela se dedicava em construir. Ao mesmo tempo, a escola se consolidava como instituição de grande importância na sociedade brasileira, que voltava a experimentar a retomada dos direitos sociais com o fim da Ditadura Militar.

Até os tempos atuais, as famílias confiam seus filhos às escolas ao longo do período de estudos, levando-os no início das aulas e buscando-os ao seu fim – às vezes por conta própria, às vezes de perua escolar. Vê-se a infância cada mais institucionalizada, como a própria escola onde estudavam, que se dedicava a normatizar seus corpos por meio do regramento de horário e atividades

⁷⁸ Análise semelhante foi realizada por Gallo (2012, 2015, 2017a, 2017b, 2019) em trabalho desenvolvido com professores de ensino infantil da cidade de Campinas, num operador cunhado por ele de governamentalidade democrática.

desenvolvidas. Produz-se uma ortopedia filosófico-moral nas crianças ao passo que são escolarizadas.

A experiência francesa difere em diversos níveis da brasileira. O caráter experimental da Casa Coral vinha a partir do trabalho reflexivo por trás do tratamento dado aos 'jovens inadaptados' no pós-maio de 68. Buscava-se ali oferecer uma prática educativa emancipadora, que respeitasse suas especificidades e que permitisse sua reinserção na sociedade, respeitando as diferenças.

Para Deligny (2018), a melhor definição dos lugares de vida se dava a partir das "circunstâncias" (p. 43) ali experienciadas e vivenciadas. Sendo um local coletivo, não apenas profissionais da educação trabalhavam lá, mas também havia pessoas sem experiência educacional, embora interessados em participar das atividades realizadas em Coral. Aqueles jovens inadaptados, que "de tão sujos, nem fedem mais" (2018, p. 70), permitiram a construção de diversas práticas educacionais.

Evitava-se a sanção disciplinar e, por consequência deste posicionamento, inicialmente o local costumava ser criticado por aqueles que não entendiam o que ele realizava, por não comungar com o ensino tradicional. Posteriormente, a comunidade local passou a interagir com os moradores de Coral e estabelecer laço com os internos. Afinal de contas, como frisou Deligny: "reeducação e castração são uma coisa só" (2018, p. 71), e tudo o que os lugares de vida menos queriam era promover a castração ortopédico-moral, mas sim a reeducação de todos.

Os lugares de vida seriam o local de criar acontecimentos, circunstâncias, pois "privar uma criança de suas circunstâncias de vida habituais é privá-la de seu caráter habitual" (2018, p. 43). Isso evidencia ainda mais a importância de pensar nestes lugares realmente como locais permissivos para o acontecimento das circunstâncias.

Também foram observadas semelhanças na forma como as instituições valorizavam as relações entre as crianças e os adultos, compreendendo nesta forma de se produzir sociabilidades, relações de afeto – embora de maneiras diferentes entre si.

O acolhimento existente em instituições de ensino é de grande importância para a construção de vínculos, da relação de confiança e da consequente prática educativa de forma positiva entre pessoas de quaisquer idades. Mas isto não é uma porta aberta para práticas que atentem contra a sua segurança destas.

A prática de liberdade presente em Coral não significa que toda e qualquer prática era permitida. O casal Sigala tinha detida atenção aos moradores e, mesmo assim, apareceram denúncias de pedofilia. Dessa maneira, o ensino tradicional presente na Escola Base, com seus intensos fluxos de controle, também não impediu que denúncias semelhantes surgissem. O encontro entre corpos adultos e corpos infantis se tornou um problema oculto para a escola.

Não se crê ser possível afirmar que a Casa Coral tenha sido um local de encontro de pedófilos, à mesma maneira que também não é possível afirmar a inexistência da ocorrência de tal crime. Como muitos frequentavam o local e desenvolviam suas atividades de estudos e trabalho, surgiram denúncias de pedofilia surgiram, o caso foi judicializado e pessoas com comprovado envolvimento em pedofilia foram presas, manchando o ideário dos lugares de vida.

Denúncia congênere ocorreu na Escola Base, mas com desfecho diferente. Não havendo a comprovação da existência de pedofilia no local, todos os acusados foram inocentados. Ainda assim, reconhece-se que suas vidas foram destruídas da mesma maneira que as paredes foram pichadas e a casa depredada. Na escola, vidas são como tijolos. Estão ali e, num dado momento e em virtude de um determinado movimento, podem ser destruídas.

Como pudemos observar, em ambos os casos, a mídia exerceu papel preponderante na divulgação da informação e na construção das manchetes noticiadas. Esta mediação dos casos ajudou a dar maior visibilidade para as denúncias e promoveu significativa celeridade ao processo.

Como estes casos geraram comoção em seus países, debates acerca da denúncia tomaram as páginas dos jornais ao longo de meses e as respectivas resoluções foram cobradas dos poderes policial e judiciário. Ao falar o tempo

todo do Caso Coral e do Caso da Escola Base, falava-se também sobre a escola, a infância e o corpo.

Outra semelhança também ocorreu com as duas investigações: produção de provas para a comprovação da tese do cometimento de crime. Em ambos os casos, fotos foram colhidas como documentos comprobatório, mas nem sempre as imagens ali registradas diziam respeito de fato ao que se via. As fotos encontradas na casa do 'estrangeiro, do caso da Escola Base, registravam sua frequência em praias de nudismo e de sua piscina, levando a força investigativa a utilizá-las como possível prova. Fotos tiradas em Coral compartilharam do mesmo destino.

Como em Coral, a frequência de artistas e intelectuais era intensa e o uso da imagem como experiência de registro era amplamente estimulada, inclusive debatido à época (Deleuze, 1983, 1984), muitos destes registros foram usados como provas de nudez ali existentes, ao passo que os responsáveis pela investigação afirmavam a necessidade de se manter diversas pessoas presas, trancafiadas em celas.

Ambas as denúncias causaram forte pânico moral em suas sociedades. A Escola Base viu a impossibilidade de continuar seus trabalhos educacionais após serem expostos em rede nacional, levando-os a descontinuar suas atividades. A Casa Coral passou a ser mais controlada e normatizada pelas instituições públicas francesas, mesmo que à época, os pais das crianças ali assistidas tivessem criado associação em defesa do lugar de vida. O mesmo destino se deu para outros 'lugares de vida'.

As denúncias dos dois casos produziram perseguições, medo e intensificaram o controle social – tanto de outros espaços escolares como o que se ensinava e debatia nestes. A escola passou a ser um local profícuo para controlar os debates, os corpos e as subjetividades.

Em ambos os países a pedofilia foi rechaçada e amplamente criticada com significativo agenciamento da discussão pelos veículos de informação. Esta midiaticização do poder judiciário fortaleceu-a numa espécie de quarto poder, lugar esse valorizado pela imprensa desde o iluminismo. As instituições políticas,

psiquiátricas e jurídicas passaram a contar com a midiática, tendo a última como corresponsável pela produção de regimes de verdade.

Como Foucault (2010b) já bem nos apontou, a construção do sujeito anormal se dá a partir da consolidação dos poderes psiquiátricos com o jurídico. Entretanto, para a produção do sujeito abjeto, haverá a necessidade de intensa propaganda contrária à sua existência. Evidenciando-o e gerando repulsa à sua existência. Tranque-os em celas, brada a sociedade!

Com a midiatização dos casos ocupando cada vez mais tempo no noticiário, importantes discussões foram interditadas em ambos os países. Como exemplo, cito pedófilos cravados como criminosos e que deveriam, portanto, ser presos e isolados da sociedade, das pessoas civilizadas. Neste contexto o pedófilo é tido como um ser incivilizado por natureza, um risco à norma e à sociedade.

Sigala, em entrevista recente ao jornal francês *l'indépendant*⁷⁹, destacou como em tempos atuais jovens inadaptados ainda são marginalizados na sociedade e/ou presos em instituições psiquiátricas sem ter suas demandas ouvidas e atendidas. Além do encarceramento, suas doenças mentais são utilizadas como justificativa para mantê-los 'em segurança'.

Associar a escola a um local de existência do outro, do diferente e do anormal sustenta a hipótese dos setores neoconservadores da sociedade para que os espaços educacionais se tornem lugares de suspeição. Entretanto, como foi possível observar ao longo deste Doutorado, sobretudo em nosso trabalho cartográfico e anarqueológico, esta realidade não é exclusivamente brasileira - ela está situada em uma agenda global.

Perseguir-las e associá-las a lugares de insegurança, além de impedimentos e retrocessos das políticas de gênero e sexualidades, são a espinha dorsal da extrema-direita mundial. O fortalecimento deste espectro político-ideológico tem produzido redes de socialização interessadas em perpetuar tais práticas persecutórias que atendam ao estado democrático de

⁷⁹ Disponível <https://bit.ly/sigala1> acesso 18 fev. 2021

direito e às políticas de Direitos Humanos já consolidadas em organizações mundiais, como no caso da própria Organização das Nações Unidas (ONU).

Como forma de enfrentamento a estas conquistas – mais presentes na história recente –, políticos conservadores vêm associando a imagem da ONU à de uma entidade interessada em destruir a família, contrária às pautas cristãs e responsável por atentar contra o direito de constituírem suas nações segundo preceitos conservadores, demandado por suas populações ao elegerem populistas de direita e de extrema-direita enquanto representantes-chefe de seus Estados.

O analista político Giuliano da Empoli (2020) chama a atenção para a pauta-comum existentes nestes governos populistas, citando como exemplo os presidentes Donald Trump, Viktor Orban, Benjamin Netanyahu e Jair Bolsonaro, eleitos por suas populações e criando inimigos inexistentes, alimentando o medo como forma de governo.

Percebe-se, assim, que nos dois casos analisados (o da Casa Coral e da Escola Base) há um gozo do terror: associam as escolas às inseguranças e alimentam o medo da existência do perigo em todos os espaços coletivos da sociedade, restando, à família proteger as crianças do inimigo oculto - seja este desconhecido uma instituição creditada socialmente ou profissionais responsáveis pela escolarização da crianças, a produção do medo é capaz de subjetivar toda a sociedade ao ponto de colocar a escola como lugar-suspeito.

Ao desorganizar a sociedade em seu sentido simbólico, sem limites bem estabelecidos para que a sociedade viva num estado de tensão e medo absolutos, faz-se uso destas estratégias enquanto forma de encerrar o assunto. Afinal, conforme destacado no anteprojeto do projeto *Escola Sem Partido*,

É fato notório que professores e autores de livros didáticos vêm-se utilizando de suas aulas e de suas obras para tentar obter a adesão dos estudantes a determinadas correntes políticas e ideológicas; e para fazer com que eles adotem padrões de julgamento e de conduta moral – especialmente moral sexual – incompatíveis com os que lhes são ensinados por seus pais ou responsáveis⁸⁰.

⁸⁰ Disponível em <http://escolasempartido.org/anteprojeto-lei-federal/> acesso 10 nov. 2022

Assim, entende-se a *Escola Sem Partido* como a gênese das escolas cívico-militares. O Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (Pecim), lançado em setembro de 2019 pelo então presidente Jair Bolsonaro, tornou-se sua vitrine educacional. Midiatizado como um programa capaz de ‘devolver a moralidade às escolas’, meses depois sua institucionalização, eclodiram denúncias de censura e criminalização da prática pedagógica⁸¹.

O cerceamento da liberdade de cátedra é fundamental para que a revolta fascista se origine pois, ela “tem sempre origem na transformação de uma emoção revolucionária em ilusão, pelo medo da verdade” (REICH, 1988, p.12). A operacionalização do medo, tanto em suas objetividades explícitas como em suas subjetividades implícitas, tem condições suficientes para a criação do pânico moral.

A partir desta análise conjuntural e da identificação da existência de uma agenda conservadora em comum, a nível mundial, interessada em subtrair direitos e impor retrocessos sociais às pautas já conquistadas, discutiremos sobre como o pânico moral se consolidou no Brasil e sua forma de produzir formas de governo.

⁸¹ Disponível em <https://educacao.uol.com.br/noticias/2022/09/03/alunos-delegacia-censura-como-funcionam-escolas-civico-militares-bolsonaro.htm> acesso 15 nov. 2022

A CONSOLIDAÇÃO DO PÂNICO MORAL

As sistemáticas atualizações de regimes de verdade acerca do discurso sobre a pedofilia permitem ensaiar a existência da consolidação do pânico moral no imaginário social a partir destas práticas discursivas. Sendo assim, este capítulo partirá do pânico moral da pedofilia como um operador conceitual, entendendo-o como *governo de vidas pelo pânico moral*, uma vez que o problema da pedofilia se apresentou, ao longo das décadas analisadas, como um poderoso instrumento utilizado nessa ‘guerra cultural’ em defesa das infâncias.

Em sua genealogia legal do pânico moral da sexualidade, Gayle Rubin destaca a proeminente cruzada contra o ‘problema da sexualidade’ na sociedade moderna. Ainda a partir de suas acepções, pode-se compreender como o pânico moral da pedofilia age a partir de “ansiedades sociais” - ou seja, um problema capaz de atravessar todos os corpos da sociedade, colocando-os em posições de constante vigília e suspeição.

Ao reconhecer que “a esfera da sexualidade também tem sua política interna, desigualdades, e modos de opressão” (RUBIN, 2012, p. 1), não é de se surpreender que o problema da pedofilia tenha se tornado cada vez mais proeminente na sociedade moderna uma vez que, com o passar dos tempos novos, regimes de verdade foram constituídos a seu respeito. Nesse sentido, compreende-se que estes novos regimes de verdade também são formas de governo a partir da própria emergência dos pânicos morais. Utiliza-se a questão como arma de guerra para a promoção do medo e para o agenciamento de pautas político-ideológicas.

Enquanto a matéria na Folha de São Paulo, em 1981, afirmava que as escolas deveriam ajudar os pais na educação sexual de seus filhos, quase quatro décadas depois, em 2018, outra matéria no mesmo jornal afirmava que ‘alavanca de Bolsonaro, escola sem partido e de gênero têm raízes religiosas’.

Interessante verificar que, em ambas as matérias, se atrela a educação sexual escolar às questões religiosas, uma vez que a matéria de 1981 destaca o encerramento do evento educacional com conferência do padre Paul-Eugène Charbonneau, e a matéria de 2018 também faz uso do mesmo expediente para falar sobre a educação sexual.

Se, em 1981, no encerramento do 18º Congresso Nacional da Escola de Pais, afirmou-se que "*a informação sexual científica, objetiva e neutra do ponto de vista ideológico, cabe à escola por meio da disciplina de Biologia e na área de Saúde. Como complemento dessa informação, já aí com aspectos filosóficos e éticos próprios, entra o trabalho complementar da família na educação sexual*"⁸², por que, 37 anos mais tarde, afirmou-se que "*Bolsonaro denuncia a entrega para alunos do que, segundo ele, seria um kit em que se ensina a ser homossexual e de um livro sobre sexo para crianças*"⁸³?

Ainda que a matéria mais recente em destaque, na qual os materiais denunciados por Bolsonaro no pleito eleitoral de 2018 nunca foram distribuídos nas unidades educacionais brasileiras, percebe-se como seu pânico moral se faz historicamente presente nos espaços escolares e reverberou na população.

Tal capilaridade (RAGO, 1995) permite identificar que a temática não é um problema existente apenas nos últimos anos, em dias atuais, mas sim uma questão em pauta desde a gênese da escola moderna brasileira. Ainda assim, a existência de uma "retórica reacionária antigênero" (JUNQUEIRA, 2018, p. 449) na última década é o que colocou a escola na centralidade da discussão sobre as questões de gênero e sexualidade na contemporaneidade.

Percebe-se também que os pânicos morais não surgem no tempo presente, eles têm ciclos, momentos e reatualizações – sejam em temas ou eixos. Produz-se o medo para que pessoas e instituições fiquem desacreditadas socialmente e postas em dúvida. Há, assim, um gozo do terror, associando o perigo a todas as brechas da trama social.

Esse regime de subjetivação produzido a partir do pânico moral é perverso e psicótico, não estando mais circunscrito apenas às neuroses. Desorganiza a sociedade, em seu sentido simbólico, e fragiliza-a na implosão dos limites anteriormente construídos, tanto por documentos legais, por valorização institucional ou por formas de organização.

⁸² Disponível em <https://bit.ly/fspdepo> acesso 23 mar. 2022

⁸³ Disponível em <https://bit.ly/idgen> acesso 23 mar. 2022

No imaginário social

A baliza comportamental de uma determinada sociedade ocorre a partir de sua coletividade, do viver em grupo e das regras estabelecidas e criadas por seus pares. Logo, comportamentos compreendidos como corretos e incorretos derivam destas relações construídas em seu coletivo. Ao mesmo tempo, não se trata imaginar tais construções de forma pacífica e horizontal. Havendo relação de poder nesta produção institucional, também haverá formas de resistências produzidas por esta mesma sociedade.

Para melhor governo dos corpos, se faz necessária a produção de pânicos morais, um inimigo comum, do outro, do estrangeiro, do desconhecido. Assim, os pânicos morais são responsáveis por balizar os comportamentos, patologizar os desviantes e encarcerar os errantes – seja em unidades prisionais, hospitalares, hospícios ou quaisquer outras instituições coercitivas ou marginalizando-os, mas sempre os colocando em evidência negativa. Afinal, os anormais são necessários para possibilitar a produção dos normais, conforme pontuado por Georges Canguilhem (2009).

Entende-se, portanto, que a produção dos pânicos morais é central na frutificação de comportamentos balizadores da sociedade, nivelados a partir de um padrão de normalidade construído socialmente e com condições de promover formas de governo.

Na esteira da produção do pânico moral no Brasil, é possível identificar, na última década, quatro eventos de grande importância que ajudaram na consolidação da questão de gênero e sexualidades enquanto tal. Estes episódios ficaram popularmente conhecidos como: i) Kit gay; ii) Questões de gênero e sexualidades nos documentos educacionais; iii) Queer Museu, MAM-SP e Masp; iv) Mamadeira erótica na campanha eleitoral de 2018.

Estes quatro episódios foram inseridos dentro do que foi cunhado como “ideologia de gênero”⁸⁴. Para tanto, será realizada a análise deste falacioso argumento, estruturado em bases cristãs, para identificar como o

⁸⁴ Para saber mais, MISKOLCI, CAMPANA, 2017; JUNQUEIRA, 2018;

pânico moral da sexualidade foi utilizado para o melhor governo das vidas.

A preocupação papal com a questão da mulher – ou com as discussões que vinham ganhando espaço nos meios acadêmicos, midiáticos e sociais potencializando a temática – já havia sido explicitada em sua primeira mensagem em 1º de janeiro de 1995, intitulada de *Mulher: educadora da paz*⁸⁵. Nela, o Papa João Paulo II, demonstra a sua inquietação pelos históricos processos de violência vivenciados pela mulher e a sua importância à família, “a primeira e fundamental escola de sociabilidade, a primeira e fundamental escola de paz” (1995, ano, p. s/n).

Em junho do mesmo ano, em Carta às Mulheres⁸⁶, o Papa busca construir um diálogo sobre a “condição feminina no nosso tempo, detendo-me em particular sobre o tema essencial da dignidade e dos direitos das mulheres, considerados à luz da Palavra de Deus”, agradece às mulheres (mulher-mãe, mulher esposa, mulher-filha e mulher-irmã, mulher-trabalhadora, mulher-consagrada e ‘mulher, pelo simples facto de seres mulher!’), conforme pontuado por ele ao longo da Carta) e constrói uma linha argumentativa sobre como a história perseguiu as mulheres e a sua importância durante a criação e a sociedade contemporânea, remetendo ao Livro Gênesis para justificar seus argumentos essencialistas e criacionistas sobre a mulher.

Ainda no mesmo ano, e sem qualquer relação perante estes dois documentos papais, durante a *IV Conferência Mundial Sobre a Mulher: igualdade, desenvolvimento e paz*⁸⁷, organizada pela Organização das Nações Unidas (ONU) e realizada em Pequim em setembro de 1995, foi discutido e decidido substituir a terminologia ‘mulher’ pelo conceito de ‘gênero’. Pois, conforme destacado em documento, esta mudança “permitiu passar de uma análise da situação da mulher baseada no aspecto biológico para uma compreensão das relações entre homens e mulheres como produto de padrões determinados social e culturalmente” (ONU, 1995, p. 149). Ao

⁸⁵ Disponível <https://bit.ly/vaticanomulher> acesso 22 jun. 2020

⁸⁶ Disponível <https://bit.ly/vaticanocarta> acesso 22 jun. 2020

⁸⁷ Disponível <https://bit.ly/declaracaobejin> acesso 22 jun. 2020

redimensionar a discussão não mais a partir de perspectivas biodeterministas, mas sim do ‘produto de padrões determinados social e culturalmente’, possibilitou-se pensar a mulher (e o seu cotidiano) levando em conta construções socioculturais e, conseqüentemente, passíveis de ressignificações.

Em 1997, o ainda cardeal Joseph Ratzinger (e posteriormente alçado ao posto de Papa Bento XVI, entre 2005 e 2013), atento às potências emancipatórias existentes nos estudos de gênero, afirmou que o fenômeno da sexualidade, chamado por ele de *"engendrar", ahora se caracteriza por la reivindicación de algunos de los aspectos de la sexualidad, que, finalmente, ha acabado en una revuelta contra los procesos biológicos del hombre"* (RATZINGER, 1997, p. 65). Critica, ainda, o fato de os estudos de gênero se oporem às concepções biodeterministas capazes de naturalizar comportamentos.

Para ele, quando se opõem, geram instabilidades por dissimular *"una insurrección del hombre ante la realidad de haber sido creado, y que - como ser biológico - lleva impresa en su ser. Se opone a ser criatura."* (RATZINGER, 1997, p. 65), incorrendo num forte risco aos valores cristãos, por possibilitar às pessoas não se considerarem mais “criaturas de Deus”, mas como criadores/criaturas de si mesmos e, conseqüentemente, capazes de produzir significados diversos perante suas próprias vidas.

Foi durante a Conferência Episcopal do Peru, em abril de 1998, que a terminologia *Ideología de Género* apareceu pela primeira em um documento eclesiástico, conforme destacado pelo sociólogo Rogério Diniz Junqueira (2018, p. 468). Nela, intitulada de *La Ideología de Género: Sus Peligros y Alcances*⁸⁸, debateu-se sobre como o ‘feminismo de gênero’ é tido como um ‘neo-marxismo’, principalmente pelo fato de que as *"feministas de género" promueven la 'desconstrucción' de la familia, la educación y la cultura como panacea para todos los problemas, ponen especial énfasis en la "desconstrucción" de la religión"*.

⁸⁸ Disponível <https://www.aciprensa.com/controversias/genero.htm> acesso 22 jun. 2020

É vital reconhecer a importância que o referido documento teve em nível internacional, passando a ser utilizado em diversos outros documentos e eventos religiosos como identificador de um inimigo a ser combatido: os estudos de gênero e sexualidades. Justamente por sua influência no olhar católico perante o tema e pela forma como “ideias e trechos desse documento são incessantemente reiterados e copiados por parte dos cruzados antigênero de todo o mundo” (JUNQUEIRA, 2018, p. 468), o sociólogo nos atenta ao fato de como a temática se tornou um pânico moral contemporâneo.

Em 26 de julho de 2000, no *Conselho Pontifício para a Família: família, matrimônio e 'uniões de fato'*⁸⁹, afirmou-se a existência de ‘gradual desestruturação cultural e humana da instituição matrimonial’ iniciada com o ‘amor livre’, outrora amplamente discutida durante o Concílio Vaticano II, entre 1961 e 1965, e fortemente presente na contemporaneidade advindo dos estudos de gênero e sexualidades, sobretudo naquilo cunhado como ‘ideologia de gênero’. De acordo com o documento, tem-se como intuito atacar “as próprias bases da família e das relações interpessoais”. Neste entendimento, o documento alarma à “reivindicação de um estatuto semelhante, tanto para o matrimônio como para as uniões de fato (inclusive as homossexuais) [...] uma certa tendência a designar como “família” todo tipo de uniões consensuais”. O Conselho Pontifício alerta que as ‘uniões de fato’ não devem ser equiparadas aos matrimônios e família, “tampouco equipará-las à família fundada no matrimônio”, uma vez que “a natureza originária do matrimônio e da família precede e excede, absoluta e radicalmente, o poder soberano do Estado”.

Em *Carta aos Bispos da Igreja Católica sobre a colaboração do Homem e da Mulher na Igreja e no Mundo*⁹⁰, publicada em 31 de maio de 2004, o Cardeal Joseph Ratzinger e o Arcebispo titular de Sila, Angelo Amato, se opõem categoricamente ao conceito de gênero e ao feminismo. Para o primeiro, “a diferença corpórea, chamada sexo, é minimizada, ao passo que a dimensão estritamente cultural, chamada gênero, é sublinhada ao máximo e considerada primária” incorrendo no risco deste “obscurcimento da diferença ou dualidade dos sexos é grávido de enormes consequências a diversos níveis”, sobretudo

⁸⁹ Disponível <https://bit.ly/conselhovaticano> acesso 22 jun. 2020

⁹⁰ Disponível <https://bit.ly/cartaaobispos> acesso 22 jun. 2020

pelo consequente questionamento da família biparental (homem e mulher) ao promover “a equiparação da homossexualidade à heterossexualidade, um novo modelo de sexualidade polimórfica”. Ao criticar o feminismo, pontuou esta corrente de pensamento por reivindicar exigências “para ela mesma”, opondo-se à “intuição profunda de que o melhor da sua vida é feito de atividades orientadas para o despertar do outro, para o seu crescimento, a sua proteção.”

O fato de os estudos feministas potencializarem emancipações à mulher (e para toda a sociedade em si, por que não?) e gerarem ruídos em um documento religioso se dá pelo entendimento de que tais emancipações são capazes de desarticular todo o dispositivo disciplinar presente nesta mesma instituição religiosa perante seus seguidores - ou seja, opõe-se aos estudos feministas por suas potencialidades serem capazes de se desdobrar à toda sociedade, pois estas “leituras e interpretações de textos religiosos ora precárias, ora francamente interessadas, e visam disseminar um preconceito reativo contra conquistas importantes das mulheres e da população LGBTI” (CESAR, DUARTE, 2017, p. 144) são utilizadas como justificativa para a produção do pânico moral.

Já com forte oposição da Igreja Católica frente aos estudos de gênero e sexualidades, após a V Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano e do Caribe, realizada entre 13 e 31 de maio de 2007, foi publicado o *Documento de Aparecida*⁹¹, que afirma que os estudos de gênero têm “provocado modificações legais que ferem gravemente a dignidade do matrimônio, o respeito ao direito à vida e a identidade da família” (p. 30). Percebe-se explicitamente a existência de uma agenda de combate às questões de gênero e sexualidades, principalmente ao pontuar que “a família é insubstituível para a serenidade pessoal e para a educação de seus filhos” (p. 65). Ali, entende-se “família” enquanto um “patrimônio da humanidade” (p. 279) que, contemporaneamente, vem sofrendo situações pelo “relativismo ético, pelos diversos fluxos migratórios internos e externos, pela pobreza, pela instabilidade social e por legislações civis contrárias ao matrimônio que, ao favorecer os anticoncepcionais e o aborto, ameaçam o futuro dos povos.” (p. 279). Outrossim, “é indispensável também

⁹¹ Disponível <https://bit.ly/documentoaparecida> acesso 22 jun. 2020

promover políticas familiares autênticas que respondam aos direitos da família como sujeito social imprescindível” (p. 280).

A consequência deste documento, como se pode imaginar, é o fato de a Igreja Católica ter evidenciado a questão da dita ‘ideologia de gênero’ como guerra a ser cruzada na América Latina em valorização da família heteronormativa e cisgênera na contemporaneidade.

Com o avanço das pautas sociais durante a primeira década e meia dos anos 2000, setores conservadores da sociedade se viram fragilizados e com seus privilégios sob risco, ocasionando a necessidade de criar um pânico moral suficientemente forte para influenciar mudanças nas políticas e opiniões públicas. Parlamentares conservadores e religiosos do Congresso Nacional viram na pauta de gênero e sexualidades o Cavalito de Tróia ideal para sustentar suas narrativas.

Nesse contexto, destaca-se a eleição do Congresso mais conservador desde a Ditadura Civil-Empresarial-Militar em 2014⁹², tendo sua marca superada na eleição de 2018⁹³. Sendo o pânico moral forma de governo, Rubin (2012) lembra que a “mídia se torna inflamada de indignação, o público se comporta como uma plebe raivosa, a polícia é chamada e o Estado põe em ação novas leis e regulamentos” (2012, p. 25), coadunando com o recrudescimento do conservadorismo no país.

Ao longo da primeira década do século XXI, o Brasil teve inúmeras políticas públicas voltadas às questões dos Direitos Humanos aprovadas no Congresso Nacional como, por exemplo, o Plano Nacional de Direitos Humanos II⁹⁴ (BRASIL, 2002) e III⁹⁵ (BRASIL, 2009), o Brasil sem Homofobia⁹⁶ (2004), cursos de Gênero e Diversidade na Escola⁹⁷ (BRASIL, 2006) e a I Conferência de Políticas Públicas para LGBT⁹⁸ (BRASIL, 2008). Para Machado (2017), o terceiro Plano Nacional de Promoção da Cidadania

⁹² Disponível em <https://bit.ly/congre2014> acesso 24 mar. 2022

⁹³ Disponível <https://bit.ly/congre2018> acesso 22 jun. 2020

⁹⁴ Programa Nacional de Direitos Humanos II.

⁹⁵ Disponível em <https://direito.mppr.mp.br/arquivos/File/PNDH3.pdf> acesso 24 mar. 2022

⁹⁶ Disponível em <https://bit.ly/brasilsemhomofobia> acesso 24 mar. 2022

⁹⁷ Gênero e Diversidade na Escola

⁹⁸ Disponível em <https://bit.ly/conferenciaGLBT> acesso 14 ago. 2022

e Direitos Humanos LGBT⁹⁹, realizado em 2009, foi considerado a “fagulha no campo já minado das comunidades morais conflitantes” (Machado, 2017, p. 374).

Ainda que aparente ir na contramão daquilo preconizado no embate religioso em toda a América Latina, e posteriormente na Europa e América do Norte, a situação do Brasil foi bastante peculiar em virtude de Lula estar na presidência da República entre o período de 2003 e 2010. Sendo ele um líder popular, carismático e promotor de um governo de coalizão, algumas pautas sociais conseguiram ser aprovadas pelo Congresso Nacional.

O fortalecimento do discurso conservador se deu dois anos depois do Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos LGBT, ocorrido em 2009. Ou seja, a partir de 2011, quando o Governo Federal vetou o material do programa Escola Sem Homofobia¹⁰⁰, o país começou a vivenciar significativos embates no campo das políticas afirmativas, sobretudo as que abordavam perspectivas identitárias.

Nesse sentido, “os empreendedores morais não formam um grupo coeso e sua aliança é circunstancial. [...] tende a ser reconhecido como politicamente de direita, mas também atrai e agrega um público que [...] passa a se afirmar apartidário e/ou insatisfeito com a política institucional (MISKOLCI, CAMPANA, 2017, p. 742). Vale ressaltar ainda que muito da eleição mais conservadora desde o período ditatorial, conforme já destacado no texto, foi gerido por esse mesmo movimento ‘apartidário e anti-instituição política’, fortemente presente nas manifestações no último quinquênio da década passada.

Na esfera educacional

O programa Brasil Sem Homofobia, gerado ainda em 2004, tinha como objetivo promover uma educação de respeito aos afetos e às diferenças,

⁹⁹ Disponível em <https://bit.ly/planoLGBT> acesso 14 ago. 2022

¹⁰⁰ Para ter acesso ao material vetado, acessar <https://bit.ly/escolash> visualizado em 24 mar. 2022

valorizando políticas de paz e de combate às discriminações por orientações sexuais, identidades de gênero e às pessoas não-heteronormativas.

Sete anos mais tarde, em 2011, o Governo Federal atendeu ao documento original e promoveu a realização de novo material voltado para o combate de tais discriminações no ambiente escolar. Nomeado como Escola Sem Homofobia, o material sofreu forte oposição no Congresso Nacional e foi cunhado como “Kit Gay”¹⁰¹ por parlamentares conservadores, colocando-o como inimigo público da educação brasileira.

À época, o Governo Federal se preocupava em combater as desigualdades sociais e promover políticas públicas para as minorias, sobretudo a partir da criação de Secretarias específicas nos Ministérios; entendia-se a importância de realizar material orientador docente para se trabalhar a temática LGBTQI+ nas escolas. Este, cunhado como “Escola Sem Homofobia”, seguia as diretrizes de outros materiais já existentes e produzidos ao longo da última década. Entretanto, dada as circunstâncias políticas do Congresso Nacional, o fortalecimento da Bancada do Boi, da Bala e da Bíblia (posteriormente anexou-se a da Bola), conhecida como *Bancada BBB*, e a dificuldade em promover políticas públicas inclusivas, tornou-se difícil sustentá-lo frente à opinião pública.

Produzido pela ONG *Pathfinder* para o Governo Federal, a cartilha era dividida em três pontos principais: 1. Desfazendo a confusão; 2. Retratos da Homofobia na Escola e 3. A diversidade sexual na escola. Além de outros dois anexos instrutivos sobre como trabalhar com o referido material.

Justificava-se a sua importância pelo fato de que os últimos documentos públicos oficiais do Governo Federal sobre como trabalhar tais temáticas nas escolas se deu com os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), em 1998, e com o Brasil sem Homofobia, em 2004. Nos PCNs, há um caderno de temas transversais intitulado Orientações Sexuais (BRASIL, 1998) com foco maior à saúde reprodutiva da mulher, sobretudo da menina adolescente, conforme destacado por Altmann (2001). Neste mesmo sentido,

¹⁰¹ Em matéria publicada no Jornal Estadão, em 2 abr. 2017, Bolsonaro afirma “O kit gay foi uma catapulta na minha carreira política” Disponível <https://bit.ly/bolsonaro2017> acesso 23 jun. 2020

a pedagoga Claudia Vianna e a socióloga Sandra Unbehaum (2014) contextualizam que, em virtude de ser um momento em que se buscavam investimentos educacionais internacionais, havia a necessidade de as políticas públicas brasileiras estarem alinhadas ideologicamente com o neoliberalismo. Já o material *Brasil Sem Homofobia* construiu amplo arcabouço teórico e legal sobre a importância do respeito à cultura de paz nos espaços educacionais a partir das demandas dos próprios movimentos sociais e educacionais.

Reconhecendo a potencialidade de agenciamento às opiniões contrárias, parlamentares conservadores do Congresso Nacional fizeram verdadeira campanha de difamação contra o material do *Escola Sem Homofobia*, que acabou sendo barrado pela própria presidenta Dilma, que se opôs a ele após forte embate com a base aliada e movimentos sociais.

Naquele contexto, inúmeros pesquisadores envolvidos em tais discussões ou nas temáticas relacionadas sofreram perseguições, sobretudo no ambiente virtual por meio de ataques em massa. Cita-se, como o exemplo, o sofrido pela Professora Dra. Tatiana Lionço, à época docente do Centro Universitário de Brasília, e hoje, docente da Universidade de Brasília. A partir de um vídeo editado¹⁰², teve a sua fala distorcida, passou a sofrer significativo acossamento público e assédios diversos – anos mais tarde, foi lançado o curta-documentário¹⁰³ *No Brasil de Cris e Tati - a luta pela liberdade* para retratar as lutas e embates vivenciados neste período e a importância de produzir conhecimento sobre a temática.

Percebe-se, assim, o cerceamento às questões de gênero e sexualidades enquanto formas de governo de vidas a partir do pânico moral na contemporaneidade, com discursos persecutórios sistematicamente produzidos a ponto de influenciar os pleitos eleitorais seguintes. Tal posicionamento ainda influenciou sobremaneira os Planos Educacionais nos níveis Federal, Estadual e Municipal que ocorriam à época.

¹⁰² Disponível <https://www.youtube.com/watch?v=ZCLZrbDQLrc> acesso 23 jun. 2020

¹⁰³ Disponível <https://www.youtube.com/watch?v=DTGaLIPGmrk> acesso 23 jun. 2020

De acordo com a tabela a seguir, documentos gestados até 2011 contemplavam as questões de gênero e sexualidades. Entretanto, a partir do final de 2013, véspera do ano eleitoral, a temática foi agenciada como pânico moral, e novas formas de governo foram produzidas conjuntamente ao *lobby* religioso. Mesmo com a temática aprovada nos documentos finais das Conferências da Educação e nas Diretrizes Curriculares para o Ensino Médio, elas foram censuradas das promulgações dos Planos e da BNCC.

Tabela 8 - Presença de gênero e sexualidades nos documentos oficiais

Documentos educacionais	Ano	Gen.	Sex.
Conferência Nacional de Educação Básica	2008	Sim	Sim
Conferência Nacional de Educação	2010	Sim	Sim
Escola Sem Homofobia (vetado)	2011	Sim	Sim
Diretrizes Nacionais para a Educação em Dir. Humanos	2012	Não	Não
Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio	2012	Sim	Sim
Projeto de Lei do Plano Nacional da Educação ¹⁰⁴	2013	Sim Não	Sim Não
Conferência Nacional de Educação	2014	Sim	Sim
Plano Nacional da Educação	2014	Não	Não
Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio	2018	Sim	Sim
Base Nacional Comum Curricular	2018	Não	Não
Conferência Nacional de Educação	2018	Sim	Sim

(Fonte: BRASIL, 2008, 2010a, 2010b, 2012a, 2012b, 2014, 2018a, 2018b, ESCOLA SEM HOMOFOBIA, 2011)

A importância destas conferências para a adequação e a melhoria educacional está na horizontalidade do debate apresentado pela sociedade civil em consonância com as demandas profissionais vivenciadas; quando suprimidas à revelia, elas podem passar a ser consideradas irrelevantes para as necessidades cotidianas. Em interessante contraponto às intensas perseguições que professores, artistas e pesquisadores da temática vêm vivenciando ao longo da última década, em estudo publicado¹⁰⁵ em julho de 2022, pelo Instituto Datafolha, constatou-se que 73% da população brasileira é favorável a presença da educação sexual no currículo escolar.

¹⁰⁴ Ainda que inicialmente a temática tenha se feito presente, após perseguição às questões de gênero e sexualidades no currículo escolar, suprimiu-se sua presença no documento final.

¹⁰⁵ Datafolha: Para 73%, educação sexual deve estar no currículo escolar. Disponível em <https://bit.ly/educsex22> acesso 18 jul. 2022

A dimensão da perseguição à discussão nos Planos e na BNCC foi tamanha, que passou a permear os espaços para além daquele destinado inicialmente aos debates educacionais, sobretudo porque “empreendedores morais formados por grupos de interesses diversos uniram-se para reagir ao avanço dos direitos sexuais, impedindo o reconhecimento da diversidade de gênero nas escolas” (MISKOLCI, 2021, p. 52). À época, em minha pesquisa de Mestrado, dedicava-me às questões inerentes às trajetórias de transexuais e travestis de Sorocaba (ACOSTA, 2016). Concomitante a esta, vivenciávamos os acalorados debates sobre os Planos educacionais, e professores interessados em incluir as questões de gênero e sexualidades nos currículos educacionais eram marcados como professores favoráveis à ‘ideologia de gênero, associados ao comunismo ou interessados em destruir aquilo cunhado pelos empreendedores morais como a família tradicional brasileira’.

Esse período pode ser identificado como divisor de águas na formação de muitos estudantes e pesquisadores da temática, uma vez que foram alçados ao patamar de inimigos da família/nação interessados em desvirtuar as crianças. Muitos foram expostos a ataques nos ambientes públicos virtuais e tiveram suas vidas devassadas, associando-os a pedófilos. Jane Felipe (2006b), ao se dedicar à noção de pedofilização das infâncias, destaca que “nos contextos atuais, as crianças têm sido descobertas como consumidoras exigentes, ao mesmo tempo em que se transformam em objetos a serem consumidos, desejados, admirados” (p. 220), promovendo “pedagogias produzidas em torno da sexualidade” (p. 222).

Os dois principais documentos educacionais aprovados nesse conturbado contexto político, quais sejam, os Planos Educacionais e a Base Nacional Comum Curricular, tiveram tais temáticas censuradas parcial ou integralmente de suas redações finais. Percebe-se, assim, que com o espraiamento da questão, outrora mais restrita às discussões de políticas públicas educacionais, para o controle da narrativa realizado por empreendedores morais, contaminou-se o debate público e as crianças passaram a ser vistas como estando sob ameaça nos ambientes educacionais.

Fernando Baleiro, ao analisar a ação de determinados setores da sociedade na consolidação do pânico moral, destaca que:

a partir da construção da ameaça às crianças, [destaca que estes] conseguiram barrar iniciativas de combate à homofobia nas escolas, impedir o uso do termo gênero nos planos educacionais e até impedir ou cercear mostras artísticas com o tema das sexualidades diversas” (BALIEIRO, 2018, p. 14).

Ao ‘embaralhar’ a temática no imaginário social e na esfera educacional, coaduna-se para o fortalecimento da crise institucional ao desacreditar as políticas públicas e a escola como locais apropriados para proteção às infâncias, sobretudo daquelas em situação de precariedades e vulnerabilidades diversas.

De acordo com a tabela anterior, a partir de 2013, a mudança da redação e seu entendimento como pânico moral na educação ocorreu quando, “em 17 de dezembro de 2013, o Plenário do Senado aprovou o Substitutivo ao Projeto de Lei, no qual retirou da redação do inciso III do artigo 2º a frase ‘promoção da igualdade racial, regional, de gênero e de orientação sexual’” (BRASIL, 2014 apud REIS, EGGERT, 2017, p. 15). Os autores destacam que o documento final suprimiu “a flexão de gênero, adotando a forma genérica masculina (BRASIL, 2013d apud REIS, EGGERT, 2017, p. 15).

Tal mudança no olhar a educação também foi identificada pela iniciativa De Olho nos Planos¹⁰⁶, ao destacar que apenas 13 dos 22 estados analisados incluíram menção às questões de gênero e sexualidade em seus Planos Estaduais da Educação. Reconhece-se aqui que tal supressão desumaniza “uma parcela da juventude a ponto de tornar esses jovens matáveis” (CENTELHA, 2019, p. 63) por coisificar suas vidas, por reduzi-las a números e estatísticas.

Esta necropolítica (MBEMBE, 2016) costuma ter alvo específico, e o Estado precisa assumir sua responsabilidade, tanto em defesa da vida como quando produz suas mortes. Justamente por conta desses tensionamentos político-institucionais, Silvio Gallo e eu identificamos como a educação se tornou um profícuo campo para a produção de uma ideologia de gênese, ou seja, como “o avanço da moral cristã no campo da educação e o pautamento do debate educacional a partir desta perspectiva, para obter o cerceamento e a censura

¹⁰⁶ Mais da metade dos planos estaduais de educação incluem igualdade de gênero. Disponível <https://bit.ly/planosgen> acesso 23 jun. 2020

em sala de aula perante temas contrários a esta moralidade” (ACOSTA, GALLO, 2020, p. 16) forja essa visão estritamente religiosa no fazer educacional. Não mais preocupada com uma educação fiel aos Direitos Humanos e ao respeito às diferenças, mas sim heteronormativa, cisgênera e dogmática.

Em virtude do tamanho impacto no cerceamento na atividade educacional e da perseguição à prática profissional, o *site De olho nos planos* lançou o *Manual de Defesa Contra a Censura nas Escolas*¹⁰⁷ para que professores interessados na discussão da temática tivessem o necessário referencial legal favorável à sua segurança laboral.

De acordo com a psicóloga Keila Deslandes (2015, 2019), “o campo educacional brasileiro contemporâneo tem sofrido com várias práticas relacionadas ao padecimento da experiência democrática” (2019, p. 3), ao mesmo tempo em que se faz uso da própria democracia para a votação censora dos referidos projetos, sejam eles educacionais ou de qualquer outra natureza.

Como consequência desse empreendedorismo moral, a temática de gênero e sexualidades foi vetada do documento final em diversas regiões, mesmo num país recordista de ataques contra a comunidade LGBTIQA+ e com forte presença de matérias jornalísticas constatando atentados às mulheres, gays, lésbicas, transexuais e travestis, além de diversas constatações de crianças vitimadas por abusadores.

Estes ‘temas perigosos para a educação’ (SILVA, LIONÇO, 2019) não podem ser produtos e produtores de medo, pois educacional pauta educacional “precisa ser ocupada por debates sobre as diferenças, a dignidade humana, a abjeção, as hierarquias e a necessária valorização da laicidade na sua dimensão de respeito e como requisito básico da democracia” (2019, p. 190). Entende-se aqui que, para melhorar processo de ensino-aprendizagem de crianças e adolescentes, é necessário valorizar as práticas de liberdade.

¹⁰⁷ Disponível em <https://www.manualdedefesadasescolas.org.br/> acesso 24 mar. 2022

Como podemos perceber, movimentos neoconservadores visam incutir à escola uma moral perversa, um suposto local de produção de perversidades e, por consequência, a ideia de um espaço a ser evitado.

A mordaza imposta aos professores com a aprovação do PME, PEE, PNE e BNCC, sem a menção e aprofundamentos necessários às questões de gênero e sexualidades, atenta diretamente contra liberdade de cátedra presente na Constituição Federal e coloca crianças e adolescentes sob risco.

Neste contexto de 2014, movimentos antigênero encontraram forte espaço no movimento Escola Sem Partido (ESP), liderado por Miguel Nagib, procurador do estado de São Paulo. Ao sistematizar um governo dos corpos em seu site, disponibilizando Projetos de Lei existentes a favor do cerceamento ao debate plural de ideias, políticos federais, estaduais e municipais perceberam imenso ganho político com tais pautas.

Dentre vários pontos preconizados pelo movimento ESP, valoriza-se gravações de aulas e posterior envio 'da prova' para o site ou para deputados e vereadores alinhados. Nesse sentido, o coletivo CENTELHA (2019) alerta que "cabendo a cada estudante o papel de censor, fica o professor exposto ao julgamento instantâneo realizado pelas redes sociais a partir de provas produzidas por celulares" (2019, p. 70), gerando cíclica sensação de insegurança e promovendo discursos de que a escola não é um local de segurança para as crianças.

Para Ivan Amaro, "o PNE e os Planos Estaduais e Municipais de Educação configuram-se como instrumentos potentes para a inclusão, para o respeito às diferenças e para o combate à discriminação, ao preconceito e a todas as formas de violência" (AMARO, 2017, p. 147). Logo, reconhece-se nestes documentos a importância do pensar os sujeitos que adentram a escola em todas as suas multiplicidades estéticas de vida.

Como destacado por Miskolci (2014), a escola é lugar ideal onde práticas diversificadas são capazes de gerar as emancipações necessárias, sobretudo por quebrar o silêncio sobre as discriminações presentes no cotidiano discente a partir de exemplos vivenciados por eles, e por produzir potencialidades outras para seu autogoverno.

A amplitude do cerceamento à prática docente chegou ao Supremo Tribunal Federal (STF). Por unanimidade os Ministros votaram, em 27 de abril de 2020, pela inconstitucionalidade¹⁰⁸ à proibição da discussão de gênero e sexualidades na escola. Entretanto, é comum matérias jornalísticas destacarem secretarias de educação e escolas e pais se opondo à discussão da temática e produzindo campanhas persecutórias aos professores.

Percebe-se, portanto, que será a partir destas inúmeras práticas que o pânico moral contemporâneo será reatualizado. Outrossim, conforme veremos a seguir, a perseguição se consolidou não apenas nos espaços educacionais tradicionais (da sala de aula, da escola), mas também nas tentativas de proibicionismo às artes expostas no *QueerMuseu*¹⁰⁹, na performance *La Bête* no MAM e na exposição *História da Sexualidade* no MASP, nas quais foram imbricados os marcadores cultural e educacional, uma vez que os espaços museais também são importantes lócus para o “fazer educação”.

No espaço artístico

Ocorrida no segundo semestre de 2017, em Porto Alegre, a mostra do *QueerMuseu* trazia produções artísticas a partir do marcador de gênero e sexualidades de nomes como Lygia Clark, Portinari, Adriana Varejão e as icônicas colagens de Bia Leite “Criança Viada Travesti da Lambada Criança Viada Deusa das Águas”¹¹⁰, dentre outros. A mostra de arte foi invadida por diversos youtubers do espectro ideológico conservador, que gravavam as produções artísticas e seus frequentadores para transmissões em seus canais virtuais. Após onda de denunciamento promovida no Twitter, Facebook e Youtube, a exposição foi cancelada no dia 10 de setembro de 2017 pelo Santander Cultural, o braço cultural do banco homônimo e patrocinador dela.

Dezesseis dias depois do abrupto encerramento, foi a vez de o 35º Panorama da Arte Brasileira, realizada no Museu de Arte Moderna de São

¹⁰⁸ Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 457 Goiás. Disponível <https://bit.ly/3w5utCN> acesso 23 jun. 2020

¹⁰⁹ Para visualizar o projeto de exposição, acessar o link Disponível <https://bit.ly/queermuseu1> acesso 24 jun. 2020

¹¹⁰ Disponível <https://bit.ly/queermuseu2> acesso 23 jun. 2020

Paulo (MAM-SP) ser posto no centro dos empreendedores morais. O artista Wagner Schwartz realizou uma performance intitulada *La Bête* e nela buscava interpretar a obra *Bicho*, da artista Lygia Clark. Enquanto na obra original de Clark, diversas peças metálicas unidas por várias dobradiças podiam ser manipuladas pelo público e, assim, criar diferentes formas para uma mesma escultura, a releitura produzida por Wagner Schwartz colocou seu próprio corpo como obra, ou seja, o artista ficou nu em um espaço demarcado no chão, e as pessoas podiam manipular seu corpo, mexendo em seus membros, criando diferentes formas para um mesmo corpo, e assim mostrando as multiplicidades existentes nos corpos humanos.

O caos se fez presente quando uma mulher que assistia a performance com uma criança se dispôs a tocar no corpo do performer¹¹¹, mais precisamente em suas mãos, pés e canelas. Após a interação de ambos, a criança foi engatinhando até um homem que assistia à performance em meio ao público e comemorou sua participação¹¹². A gravação do momento foi compartilhada à exaustão na internet, associando todos à promoção da pedofilia. Tamanha repercussão levou ao acionamento da promotoria da infância e juventude e à abertura de um inquérito civil¹¹³ para analisar se houve abuso ou descumprimento do Estatuto da Criança e Adolescente (ECA)¹¹⁴ ao expor a criança a conteúdo impróprio.

De acordo com Eduardo Dias de Souza Ferreira, 15º Promotor de Justiça da Infância e da Juventude da Capital, e Flávia Letícia Alves de Oliveira, Analista de Promotoria, responsáveis pelo inquérito, os espectadores já demonstravam conhecer o artista e a sua apresentação, "foram preparados para a imediata divulgação por meio das plataformas digitais" (MPSP, 2017, p. 12). Em um ato de reconhecimento e valorização

¹¹¹ O canal no *Youtube* Fidelidade Católica compartilhou o vídeo com o seguinte título: ABSURDO! Museu de Arte Moderna de São Paulo faz evento com erotização infantil. Disponível <https://www.youtube.com/watch?v=IE6odJsTu0M> acesso 23 jun. 2020

¹¹² Ainda que muitos jornais retratem os dois adultos como pai e mãe da menina de 4 anos, não encontrei elementos comprobatórios, mantendo aqui, portanto, a identificação apenas como 'mulher, homem e criança'.

¹¹³ Disponível <https://bit.ly/exposicaomam> acesso 23 jun. 2020

¹¹⁴ Realizarei uma discussão mais específica sobre a questão do ECA no capítulo "A emergência da pedofilia enquanto um problema"

do estado democrático de direito, ainda que altamente esmiuçado pela governamentalidade democrática (GALLO, 2012; 2015; 2017a; 2017b), a promotoria afirmou que "a Lei 8.069/90 não é instrumento de censura; a normativa dos artigos 70/80 pauta-se pela ideia de classificação indicativa e do respeito ao exercício do poder familiar responsável". Ainda neste documento, o SIS MP nº 14.0522.000046112017-1 e INQUÉRITO CIVIL Nº 207/17 do Ministério Público do Estado de São Paulo (MPSP), pede-se o seu arquivamento após o termo de ajustamento de conduta (TAC).

Constou no TAC a restrição de uso de celulares em "instalações que envolvam interação do público com seres humanos, no intuito de proteger crianças e adolescentes de exposições indevidas" [por terceiros]; e a obrigatoriedade de comunicar em alto-falante a proibição de filmagem e fotografia nestas performances (MPSP, 2017, p. 14-15). Sendo assim, a promotoria não identificou fundamento "para o ajuizamento de ação civil pública" e pediu seu arquivamento.

Aproveitando a extrema midiaticização do caso e sua constante presença nas redes sociais e nos meios de comunicação tradicionais, o então Deputado Federal Jair Bolsonaro postou o vídeo com a seguinte afirmação:

“- Cenas que revoltam... uma criança é estimulada a tocar homem nu ‘em nome da Cultura.’ - Coloquei a tarja no vídeo em respeito a vocês. - CANALHAS, MIL VEZES CANALHAS!”¹¹⁵

O também Deputado Federal Marco Feliciano aproveitou desta midiaticização e postou:

“Cenas revoltantes! Uma criança participa em nome da "Cultura." Coloquei a tarja no vídeo em respeito a vocês. - INFELIZES DESTRUIDORES DA FAMÍLIA - Está ocorrendo no Museu de Arte Moderna de São Paulo a mostra “35º Panorama da Arte Brasileira – 2017”. Em uma das instalações, os visitantes são convidados a tocar o artista, sem roupa, Wagner Schwartz. Na descrição é dito que “pode ser manipulado pelo público.” O vídeo abaixo, feito hoje (28/9), mostra uma criança sendo estimulada a tocar este homem nú [sic], a participar da performance. Resta-me apenas uma pergunta: *Isto é arte?*¹¹⁶

¹¹⁵ Disponível <https://bit.ly/facebolsonaro1> acesso 24 jun. 2020

¹¹⁶ Disponível <https://bit.ly/marcofe> acesso 24 jun. 2020

Ao analisar a produção do pânico moral presente na imbricação escola, arte e sexualidade a partir de Inês Brasil, o cientista social Tiago Duque (2018) nos atenta ao fato de como a “violência, erotismo e discurso religioso, juntos, formam a temática ‘proibida’ e ‘controlada’ por nossas regras sociais, dando potência à forma como ela apresenta tal tema, a “tese” defendida por Inês com seu corpo estranho” (2018, p. 242), conforme foi possível perceber a partir das afirmações de Jair Bolsonaro e Marco Feliciano, respectivamente, aos destacarem que “uma criança é estimulada a tocar homem nu ‘em nome da arte’” e “infelizes destruidores da família”.

Exatamente um mês após esta performance, foi a vez de o Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand (Masp) se ver neste mesmo olho do furacão, levando-o a adotar uma triste posição: censurou o acesso à cultura ali presente para crianças e jovens.

No dia 26 de outubro do mesmo ano inaugurou-se a exposição História da Sexualidade que, de forma inédita em sua história, viu censurado o acesso para crianças e adolescentes¹¹⁷, que não puderam entrar nem mesmo acompanhados de responsáveis maiores de idade. No dia 7 de novembro o Masp revisou seu posicionamento restritivo e censor e adotou faixa etária indicativa de 18 anos, ou seja, permitiu a presença de menores de idade, desde que acompanhados pais ou responsáveis¹¹⁸. Felizmente, e em contraposição à postura censora da gestão do Masp, a exposição História da Sexualidade bateu dois recordes: maior visitação diária, com 6.471 visitantes, e o melhor mês de janeiro de toda a sua história, com 53 mil visitantes¹¹⁹.

A jornalista Eliane Brum analisou¹²⁰ estas disputas de narrativas presentes na relação arte-sexualidade-conservadorismo, e constatou a existência de produção do medo para manipular a sociedade a partir de um

¹¹⁷ Masp inaugura exposição sobre sexualidade proibida para menores de 18 anos Disponível <https://bit.ly/maspcensurado> acesso 24 jun. 2020

¹¹⁸ Disponível <https://bit.ly/maspcensurado1> acesso 24 jun. 2020

¹¹⁹ Disponível <https://bit.ly/maspcensurado2> acesso 24 jun. 2020

¹²⁰ Como fabricar monstros para garantir o poder em 2018: Enquanto o país é tomado por assaltantes do dinheiro público, parte dos brasileiros está ocupada caçando pedófilos em museus. Disponível <https://bit.ly/3SRorzq> acesso 24 jun. 2020

inimigo comum e intangível, como a pedofilia, por exemplo. Este inimigo pareceu ter abrangente capacidade para gerar uma base eleitoral suficiente para ‘combater desvios morais’, conforme muito presente nas argumentações do antipetismo, imputado como o responsável por ‘destruir a família, promover a pedofilia’.

A reação na internet de setores contrários às mostras culturais foi a grande responsável pela campanha de difamação¹²¹, quando movimentos conservadores fortemente presentes nas redes sociais, como o Movimento Brasil Livre (MBL), Mamãe Falei, Informa Brasil TV, dentre outros, promoveram boicotes e campanhas pelo cancelamento destas em diversas regiões do território nacional.

Vale destacar que esta mesma tática de combate nas redes também é utilizada pelo espectro ideológico tido como “progressista” ao promover ondas de cancelamentos e #exposed¹²² que, em sua grande maioria, ocorrem motivados por denúncias de assédio e/ou sexismo – comportamentos esses entendidos como tóxicos, sobretudo provenientes e oriundos de diferentes tipos de masculinidade tóxica.

Considerando esse fato, o psicólogo Richard Beck (2015) nos alerta sobre como ações mais contundentes contra violências sexuais podem mascarar um próprio conservadorismo presente nas questões de gênero e sexualidades. Ou seja: determinados setores que acreditam promover uma dita liberdade nestas campanhas de cancelamentos e *exposed* (ou que acreditam defender as vidas de pessoas vitimadas por abusadores sexuais) por meio de práticas de denunciamentos e cancelamentos podem, contraditoriamente, promover ainda mais discursos conservadores favoráveis ao controle.

¹²¹ Disponível <https://bit.ly/3QGyqp7> acesso 24 jun. 2020

¹²² Táticas de cancelamento são muito presentes entre usuários das redes sociais, sobretudo do *Twitter*, promovendo campanhas críticas a determinadas posturas de determinadas pessoas que, contrariando aquilo que compreendem enquanto comportamentos corretos e éticos, iniciam campanhas para cancelar determinada/o artista, intelectual, influenciador digital ou cidadão em geral. O mesmo ocorre com os #exposed por pessoas vitimadas ao exporem suas vivências de violência (muitas vezes nomeando o suposto agressor) enquanto forma de denunciamento. Para saber mais sobre linchamentos virtuais e o ‘tribunal da internet’, ler Macedo (2016), Mercuri (2018) e Mercuri; Lima-Lopes (2020), Miskolci (2021)

Essa dificultosa relação foi identificada por Bila Sorj (2021) como um marcador geracional contemporâneo pois, socializados no ambiente público das redes sociais, estes jovens

seguem uma lógica neoliberal, [...] aderindo a respostas imediatas e diretas ao que sua rede virtual reconhece como injustiças e [...] assumem práticas de ação direta, que, na versão on-line, se expressa no escracho contra os adversários” (SORJ, 2021, p. 14).

A essa nova socialização contemporânea, Miskolci destaca que se incita a “valorização da comunicação direta das redes sociais, a recusa e – no limite – até os ataques às instituições e aos profissionais cujo trabalho é justamente a mediação” (MISKOLCI, 2021, p. 92).

Ao mesmo tempo, conforme destacado por Gonçalves da Silva e Lionço, “os coletivos estudantis podem expor o real perigo relacionado ao gênero e às sexualidades para além da universidade e, nesse aspecto, o uso da internet tem sido fundamental” (LIONÇO, 2019, p. 186) ao evidenciar o problema que o cerceamento do debate das questões de gênero e sexualidades gera para a promoção dos Direitos Humanos no Brasil.

A palestra realizada em São Paulo pela filósofa Judith Butler sobre *Os fins da democracia*, no dia 7 de novembro de 2017, também gerou forte onda de protestos, fosse por meio de campanhas virtuais pedindo o cancelamento da palestra ou presencialmente, em frente ao Sesc, com grupos favoráveis e contrários empunhando cartazes referentes à temática¹²³.

Todos os limites foram ultrapassados quando a filósofa sofreu ataques no saguão principal do aeroporto de Congonhas¹²⁴, enquanto se dirigia para o setor de embarque de retorno, o que a levou a escrever uma matéria publicada na Folha de São Paulo analisando as situações vivenciadas no país. Nela, cravou ironicamente: “não sei ao certo que poder foi conferido à palestra sobre gênero que se imaginou que eu daria. Deve ter sido uma

¹²³ Disponível <https://bit.ly/3QDIz62> acesso 24 jun. 2020

¹²⁴ Disponível <https://bit.ly/3djqlbA> acesso 24 jun. 2020

palestra muito poderosa, já que, aparentemente, ela ameaçou a família, a moral e até mesmo a nação”¹²⁵.

Esta discussão entre “nós vs. eles”, “conservadores vs. liberais”, “progressistas vs. reacionários”, “queers vs. família tradicional brasileira” evidencia aquilo proposto por Young (2008), Cohen (2002), e Goode e Ben-Yehuda (1994) sobre pânicos morais, e a importância dos *outsiders* (Becker, 2008) para a produção da noção de desvio dos valores morais.

Ainda por trás de todos estes ataques, outro discurso contrário à Lei Rouanet era sistematicamente invocado¹²⁶. Os empreendedores morais afirmavam que o Estado não deveria dar incentivos fiscais para produções culturais sobre a questão de gênero e sexualidades – nesse sentido, a eleição de Jair Bolsonaro em 2018 causou a suspensão do edital sobre temáticas LGBT¹²⁷ no ano seguinte à sua posse, e o setor artístico vivencia sistemáticos cortes financeiros e dificuldades de acesso às políticas de fomento e incentivo.

Enquanto o antropólogo estadunidense Gayle Rubin (2012) entende que o pânico moral é o momento político de sexo/sexualidade possibilitarem redesenhar fronteiras de gêneros e implodir normatividades sociais, potencializando estéticas de vida outras e assim ocasionando uma forte oposição à heteronormatividade, pôde-se perceber que o debate das políticas identitárias se tornou um grande calcanhar-de-aquiles no Brasil contemporâneo, uma vez que o controle das narrativas acerca se deu por empreendedores morais, sobretudo nas redes sociais e nas Câmaras, fosse por domínio discursivo, fosse por meio de produção de *Fake News* e campanhas difamatórias.

Para a defesa da sociedade ilibada e da concepção única de núcleo familiar, denunciavam-se os riscos às infâncias existentes nos espaços de cultura, como museus e bienal de livro, propagavam a necessidade do

¹²⁵ Judith Butler escreve sobre sua teoria de gênero e o ataque sofrido no Brasil. Disponível <https://bit.ly/3Aky4PD> acesso 24 jun. 2020

¹²⁶ Lei de incentivo fiscal para empresas e pessoas físicas destinarem 4% e 6% respectivamente de seus impostos para projetos culturais

¹²⁷ Governo Bolsonaro suspende edital com séries de temas LGBT, após críticas do presidente. Disponível <http://glo.bo/3dusGRf> acesso 26 jun. 2020

fechamento das exposições museais e da interdição da frequência de jovens nestes espaços desacompanhados de seus responsáveis. Na Bienal do Livro do Rio de Janeiro, em 2019, livros com a temática LGBTQIA+ foram censurados com ordem de apreensão emitida para a sua total retirada dos estandes.

Tendo como ponto de partida a dimensão política da leitura, as pesquisadoras Malta, Flexor e Costa (2020) identificaram que “mensagens conservadoras em defesa da heterossexualidade compulsória, por vezes moduladas por valores morais cristãos, inundaram a rede” (2020, p. 11), mostrando oposição a tais obras.

Em um contraponto a esta censura, antes dos livros serem apreendidos, o *youtuber* Felipe Neto comprou todos os 14 mil exemplares existentes e os distribuiu gratuitamente, envoltos em sacolas pretas e com colantes onde se lia: ‘este livro é impróprio para pessoas atrasadas, retrógradas e preconceituosas. Felipe Neto agradece a sua luta pelo amor, pela inclusão e pela diversidade”, conforme imagem a seguir.

Figura 6 - Livro censurado na Bienal do Rio de Janeiro.



(Fonte: <https://t.co/8j9jrnJwMC>)

Ainda que à época, o STF¹²⁸ tenha prontamente barrado essa tentativa de censura e, dois anos depois, a Bienal do Rio de 2021 tenha sido marcada por um “efeito rebote e livros sobre o tema lidera(re)m vendas”¹²⁹, a mesma

¹²⁸ Disponível em <https://bit.ly/3drtXsc> acesso em 15 jul. 2022

¹²⁹ Disponível em <https://bit.ly/3K8FTLX> acesso 15 jul. 2022

obra tornou a ser usada em plenário¹³⁰ como justificativa para barrar o Projeto de Lei Nº 8/2021, que visava incluir o Dia da Visibilidade Lésbica¹³¹ no calendário oficial do município. Dentre as justificativas para barrar o referido PL, justificou-se que a sua inserção seria utilizada como motivo para abordar a temática nas escolas municipais, e que as crianças estariam sob risco nos estabelecimentos educacionais e na próxima bienal, porque ‘já está anunciado que está tudo liberado para as nossas crianças e os nossos jovens [...] Sinal de alerta para todos nós!’, conforme destacado na nota de rodapé 127.

Não obstante, será justamente a partir da sexualidade que o pânico moral será sistematicamente reatualizado na sociedade contemporânea, sobretudo a brasileira (latina e de moralidade cristã).

Na narrativa política

Neste cenário de disputas de narrativas e embates políticos permeados por *Fake News*, o então deputado federal Jair Bolsonaro afirmou, em um vídeo postado com sua filha no colo, que tinha 5 anos na época,¹³² na rede social Facebook em 10 de janeiro de 2016, que “LIVROS do PT ensinam SEXO para CRIANCINHAS nas ESCOLAS: - Para o PT brevemente a PEDOFILIA deixará de ser CRIME”. Esta estética presente no referido vídeo não surpreende, e dialoga diretamente com os pânicos morais contemporâneos: a criança indefesa.

As crises vivenciadas pelo país, mais fortemente presentes após o Golpe de 2016, “sejam aquelas que se consubstanciam com o sistema econômico capitalista ou aquelas que dele derivam como excrescências desse modo de produção sobre o mundo da vida, engendrando formas precárias de subjetivação” (SANTOS, MENDONÇA, 2021, p. 191) vêm violentando as instituições até então solidamente construídas. Em virtude do pânico moral gerado na intersecção entre gênero, sexualidade e educação,

¹³⁰ Disponível em https://youtu.be/E_zysKC6aeE?t=10474 acesso 15 jul. 2022

¹³¹ Disponível em <https://bit.ly/3zVtru7> acesso 15 jul. 2022

¹³² Disponível <https://bit.ly/3diEtlp> acesso 23 jun. 2020

a temática se tornou plataforma política com grande poder de profusão. Como rastilho de pólvora, grupos de *WhatsApp*, *Telegram* e mídias sociais em geral compartilhavam desinformações sobre a temática à exaustão.

Com estas produções discursivas persecutórias, cunhadas como ideologia de gênero, sempre pautadas no pânico moral da criança sob ameaça, neoconservadores encontraram ecos para suas vozes, sobretudo por utilizarem inicialmente as mídias sociais e alternativas para ‘produzir demandas e engajamentos’, para então, a mídia tradicional abrir espaço em entrevistas e, assim, obter maior visibilidade para suas candidaturas.

Para melhor atualizar as formas de espalhamento do pânico moral no mundo hiperconectado (BAUMAN, 2001), foram produzidos discursos primeiro para as redes sociais, com estética específica (com tom de voz alto e fala ágil apresentando ‘documentos e livros’, afirmavam haver uma agenda de mudanças nos costumes ocorrendo de forma escondida da sociedade e sem a possibilidade de fiscalização dos pais de alunos por estarem nas escolas, longe de seus olhos protetores), foram utilizadas as estéticas virais dos *memes* e, posteriormente à viralização de suas postagens, os veículos de comunicação tradicionais davam espaço às suas falas por meio de matérias jornalísticas e entrevistas. Por fim, controlavam as narrativas acerca dos espaços públicos informacionais das redes sociais e das mídias tradicionais como nas tribunas políticas.

Logo, foi assim que a discussão sobre a existência de um *Kit Gay* para ‘ensinar as crianças a serem homossexuais’ ou ‘menino a ser mulher / menina a ser homem’, que dominou o imaginário social, a esfera educacional e o espaço artístico. Com discurso já na ponta da língua de políticos conservadores e com a opinião pública já mobilizada no referido pânico moral, lançaram mão da existência falaciosa de uma suposta ideologia de gênero para consolidar a noção de crianças e infâncias sob risco.

As referidas discussões se tornaram campos de batalhas e *lócus* favorável aos ganhos político-eleitorais de ambos os lados – dos favoráveis à sua exclusão e autointitulados “defensores da família” aos favoráveis à sua inclusão e autointitulados “defensores de uma escola plural”, as pautas identitárias foram agenciadas como alavancas político-eleitorais.

À esteira do pânico moral, produziram-se discursos sobre como os estudos de gênero e sexualidades poderiam promover o comunismo e a pedofilia. Tais pautas difusas não tinham como objetivo fazer sentido ou apresentar conexões tangíveis entre si, apenas foram acionadas enquanto motores promocionais do pânico moral, sendo retroalimentadas com discursos falaciosos no interesse de induzir a sociedade a temer a inserção da temática no currículo escolar.

Para os favoráveis à inclusão, havia real necessidade do debate sobre as discriminações e violências pautadas pelas questões de gênero e sociedade em virtude do machismo e da misoginia presentes no cotidiano brasileiro.

Para tanto, as Conferências Educacionais inseriam em seus eixos grupos de trabalho específicos para o debate da questão, no intento de promover espaços de ensino-aprendizagens plurais, que respeitassem as diferenças e pudessem ser fomentadores de acolhimento para as infâncias – estivessem estas em situações de precariedade e vulnerabilidade diversas ou não.

Junqueira (2012) e Miskolci (2012) destacam que violências de gênero e sexualidade são potencializadas pela noção de heteronormatividade, ou seja, a ordem e a estrutura social pautadas pela matriz heterossexual, muito comumente atreladas às branquitudes, aos valores morais cristãos e às masculinidades hegemônicas.

De acordo com o Dicionário Crítico de Gênero, entende-se que a heteronormatividade ou “heterossexualidade não é apenas uma orientação sexual, mas um modelo político que organiza a vida das pessoas” (COLLING, TEDESCHI, 2019, p. 394) e, conseqüentemente, organiza e estrutura a sociedade.

Reconhece-se que “nos espaços sociais, gênero e corpo continuam a ser silenciados e a escola não escapa desse silenciamento. A educação do silêncio permanece presente e viva nos núcleos humanos sociais mais importantes” (FONSECA, MENDONÇA, 2021, p. 73).

Pode-se dizer que este silêncio é audível aos ouvidos mais atentos e perceptível aos olhos mais focados, pois seu objetivo não é inviabilizar a existência das pessoas às margens da heteronormatividade, mas sim evidenciar que sua existência não é bem-vinda em determinados espaços sociais, sejam eles educacionais, familiares ou quaisquer outros. Logo, produz-se o entendimento de que existem corpos não-merecedores de atendimento por políticas públicas inclusivas, relegando-os às margens, à marginalidade e, conseqüentemente, a múltiplas situações de vulnerabilidade e precariedade.

Ainda em 2014, ocorreu nova edição¹³³ da *Marcha da Família*, à semelhança daquela de 1964 em apoio à Ditadura Militar. Nesta nova edição, os manifestantes rememoraram a primeira e defenderam nova intervenção militar no país.

Neste contexto histórico-político tivemos a eleição mais difícil e sufocante no Brasil-República: com Lula preso político em Curitiba¹³⁴, Fernando Haddad assumia a chapa PT-PCdoB com a ex-deputada federal, e então deputada estadual, Manuela d'Ávila como vice-presidenta na disputa voto-a-voto com o então candidato de extrema-direita Jair Bolsonaro, sendo este eleito o 38º presidente da República numa eleição marcada por *Fake News*¹³⁵ e sistemáticos ataques contra o Estado Democrático de Direito, com literais ameaças de fuzilamento promovidas pelo então candidato Bolsonaro contra seus opositores¹³⁶.

Dada a quantidade de *Fake News* presente nas eleições e na desleal produção de narrativas falaciosas, a *Coligação o povo feliz de novo* e o então

¹³³ Manifestantes se reúnem para nova versão da marcha da família em SP. Disponível <http://glo.bo/3Qouda9> acesso 1 jun. 2020

¹³⁴ Juristas europeus fazem manifesto pedindo anulação do julgamento de Lula. Disponível <https://bit.ly/3SP6GRf> acesso 24 jun. 2020

¹³⁵ Bolsonaristas apagam mais de 3 mil vídeos do *Youtube* por medo de investigação sobre *Fake News*: Segundo levantamento da empresa Novelo, de análise de dados, inquérito das *Fake News* provocou uma corrida de bolsonaristas à rede social para apagar informações mentirosas e ameaças a ministros do STF. Disponível <https://bit.ly/3JUOSQL> acesso 24 jun. 2020

¹³⁶ "Vamos fuzilar a petralhada", diz Bolsonaro em campanha no Acre Enquanto discursava em um carro de som, o candidato do PSL imitou um fuzilamento e disse querer "botar estes picaretas pra comer capim na Venezuela" Disponível <https://bit.ly/3JTDkNq> acesso 24 jun. 2020

candidato Fernando Haddad entraram com representação¹³⁷ no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) por serem envolvidos em *Fake News*.

Nestas, afirmava-se que o então candidato à Presidência da República tinha como interesse a retirada da família enquanto responsável pela criança, a criação de cartilha educacional produzida do MEC defendendo a pedofilia e/ou relações sexuais entre pais e filhos, a distribuição de mamadeiras eróticas nas escolas de educação infantil, o nomeação do então deputado federal Jean Wyllys como futuro Ministro do MEC – e hoje exilado na Europa por ameaças de morte – para ‘propagandear a ideologia de gênero’.

Associaram a então candidata à vice-Presidência Manuela d'Ávila ao consumo de drogas e realizaram montagens de fotos suas aparentando tatuagens de líderes comunistas¹³⁸, falsearam afirmações no Plano de Governo, carros circulavam com adesivo Lula 17 (número do então candidato Jair Bolsonaro) em cidades interioranas e imagens de Fernando Haddad e Manuela d'Ávila usando camisetas com Jesus travesti.

Com o intuito de atrelar a imagem do então candidato Fernando Haddad a um desvio moral, criou-se a Fake News de que ele teria distribuído para escolas de ensino infantil, enquanto Ministro da Educação, mamadeiras com um pênis de borracha, episódio esse popularmente conhecido como “mamadeira de piroca”. As disseminações dessas desinformações ocorriam em todas as redes sociais, mas com maior intensidade nos grupos de *WhatsApp* e *Telegram*.

Em entrevista ao *Jornal Nacional*, no dia 28 de agosto de 2018, o então candidato à presidência Jair Bolsonaro não se omitiu em propagandear mais mentiras ao vivo ao mostrar o livro *Aparelho Sexual e Cia: um guia inusitado para crianças descoladas* (ZEP, 1967/2007), publicado pela Editora Seguinte, e que se encontrava esgotado há tempos.

Nesta entrevista, Bolsonaro afirmou que ocorreu na Câmara dos Deputados o “nono seminário LGBT infantil”, produzindo um potente pânico moral em rede nacional, e afirmou: “pai que tem filho na sala agora, retire o

¹³⁷ Disponível <https://bit.ly/3C6fDQb> acesso 24 jun. 2020

¹³⁸ Disponível em <https://bit.ly/3PCGp61> acesso 28 abr. 2022

filho da sala para ele não ver isso aqui. Se bem que nas bibliotecas das escolas públicas tem”.

Ao ser interrompido pela jornalista Renata Vasconcellos para não mostrar o referido livro, Bolsonaro afirmou que deveria, sim, mostrar, por ser “um livro escolar, um livro *para crianças*, que os pais não sabem que está nas bibliotecas”.

Neste momento, foi lembrado por William Bonner que havia uma regra tratada com os assessores proibindo os candidatos mostrar documentos, papéis, etc. Ao retomar seus argumentos, Bolsonaro afirmou que “estava defendendo as crianças em sala de aula, [de] todos esses momentos. [Pois] Um pai não quer chegar em casa e encontrar um filho brincando com boneca por influência da escola, esse é o assunto!”. Não contente, afirmou ainda que “estão ensinando em algumas escolas que homem e mulher tá errado, pode ser sim homem com homem e mulher com mulher, o que é difícil, Bonner, para criancinha de 6 anos de idade”.

Entretanto, conforme já destacado aqui nesse trabalho, o MEC afirmou à época que “não há qualquer vinculação entre o ministério e o livro, já que a obra tampouco consta nos programas de distribuição de materiais didáticos levados a cabo pela pasta”. Porém, não sendo desmentido ao vivo no ato da entrevista, a informação chegou como verdadeira à casa de milhões de espectadores. Esse domínio de narrativa a partir da produção do pânico moral ainda é amplamente utilizado para a consolidação do medo, para forjar a noção de que as crianças estão sob risco nas escolas e que apenas em suas casas, próximas às suas famílias, elas estarão em segurança.

Ao atrelar a imagem dos candidatos Fernando Haddad e Manuela d’Ávila à pedofilia, produziu-se um pânico moral extremamente midiaticizado – conhecido nas redes sociais como “conteúdo viral” - ou seja, um conteúdo capaz de ‘viralizar’, de ser compartilhado de forma intensa.

A jornalista Patrícia Campos Mello, em matéria para a FSP¹³⁹, noticiou que empresários estavam contratando serviços de disparo de mensagens em massa no *WhatsApp*, com contratos de 12 milhões de reais. Centenas de milhões de disparos foram realizados para influenciar os resultados eleitorais. Vale destacar que essa prática já era proibida por ser considerada ilegal.

Percebe-se que o pânico moral tem capacidade de agenciar multidões pelo medo de um inimigo comum (e, muitas vezes, inexistente), e convidar a sociedade para a realização de cruzadas à sua captura.

Tatiana Lionço (2019), inspirada pelas provocações de Margareth Rago (2013), lançou-se ao desafio de produzir escritas de si, em virtude da “saga difamatória” (LIONÇO, 2019, p. 80) envolvendo seu nome ao participar como oradora do *IX Seminário LGBT da Câmara dos Deputados*, aquilo que Bolsonaro afirmou durante o *Jornal Nacional* como o “nono seminário LGBT infantil” quando, na verdade, “o objetivo central do seminário era avançar os debates sobre gênero e sexualidade nas escolas, primando pelo avanço da agenda prevista pelo *Escola sem Homofobia*” (p. 80).

Lamentavelmente, Tatiana teve sua fala deturpada^{140 141}, com sentidos diferentes aos ditos reproduzidos e compartilhados à exaustão, tendo como ‘garoto propaganda’ o então Deputado Federal Jair Bolsonaro, além de sua foto ter sido afixada na porta do gabinete do Vereador Carlos Bolsonaro, na Câmara Municipal do Rio de Janeiro, a que a chamava de “Mural da Verdade” (LIONÇO, 2019, p.89). Tatiana Lionço havia se tornado inimiga pública! Fotos, vídeos e montagens pululavam na internet associando-a à pedofilia.

Em artigo¹⁴² escrito por Sílvio Gallo e por mim, analisamos a produção conceitual de ideologia de gênero e os seus impactos nas práticas educacionais brasileiras (ACOSTA, GALLO, 2020). Ao longo do percurso do escrita,

¹³⁹ Empresários bancam campanha contra o PT pelo WhatsApp: Com contratos de R\$ 12 milhões, prática viola a lei por ser doação não declarada. Disponível <https://bit.ly/3bPpYFz> acesso 24 jun. 2020

¹⁴⁰ Disponível https://www.youtube.com/watch?v=_9ydcZ0CRqA acesso 24 jun. 2020

¹⁴¹ Leia a íntegra da fala de Tatiana Lionço no seminário. Em vermelho, estão os trechos editados. Disponível <https://bit.ly/3BZPVge> acesso 24 jun. 2020.

¹⁴² O primeiro A1 a gente nunca esquece!

introduzimos um aporte conceitual cunhado como ideologia de gênese, ou seja, um desdobramento do primeiro conceito ancorado no neoconservadorismo brasileiro e atrelado à imposição da moralidade cristã, imputando à sociedade significativas perdas do saber científico com um discurso marcadamente oposicionista à pluralidade de ideias e às estéticas outras de vida por meio da descontinuidade de políticas públicas em Direitos Humanos e da supressão de direitos conquistados ao longo de décadas, sobretudo as relacionadas a gênero e sexualidades.

Sabendo, portanto, que este debate nas escolas estava ancorado na produção do pânico moral influenciado pelo discurso cristão – e impondo uma nova realidade à escola por meio de alunos gravando professores, atacando-os nos espaços virtuais –, durante a última década, pesquisadores acadêmicos destas áreas do saber e professores do ensino básico passaram a ser perseguidos (ACOSTA, 2018), acusados de desvirtuar crianças inocentes, impor um ‘marxismo cultural’, promover o fim da família e, muitas vezes, sendo associados a pedófilos, culminando na forja de uma descrença institucional.

Na descrença institucional

A descrença nas instituições se avolumou à medida em que as denúncias de casos envolvendo corrupção nas esferas público-privadas se propagavam nos espaços midiáticos. Enquanto no campo econômico emergiam discursos contrários à presença do estado em prol da diminuição de sua influência no cotidiano do país, principalmente por conta do fortalecimento do neoliberalismo e do empresariamento de si (FOUCAULT, 2008), no campo dos costumes, irrompiam discursos em defesa da sociedade, da família e da infância única.

Como se viu nos subcapítulos anteriores, as instituições culturais e educacionais passaram a sofrer inúmeras perseguições, e cerceamentos diversos foram impostos ao longo desse íterim, colocando-as no papel de inimigas e locais de perigo para a família e as infâncias.

A concepção de “família” para os empreendedores morais está ancorada no padrão heteronormativo, cisgênero e falocentrado. Como “as transformações em curso nas relações sociais e nas instituições como o casamento e a família

geram pânicos morais que visam culpabilizar e controlar grupos estigmatizados” (MISKOLCI, 2007, p. 125), qualquer que seja o debate sobre outras formas de arranjos familiares passará a ser visto como um inimigo a ser enfrentado.

Reconhecendo que as instituições educacionais e culturais são oportunidades de alargamento das aceções sobre normatividade, estas passaram a ser perseguidas e censuradas.

Ao passo que as temáticas de gênero e sexualidades adentravam as casas brasileiras a partir dos conteúdos curriculares, exposições museais, produções musicais e eventos festivos, novas formas de governamento das vidas foram forjadas para que a sua interdição ocorresse.

A escola, outrora vista como local apropriado para a educação de crianças e adolescentes, passou a ser vista como espaço inseguro com interesses em desvirtuar as infâncias, impor aquilo cunhado como ‘ideologia de gênero’, e atentar contra os valores cristãos. Enquanto isso, os museus, antes tidos como “espaços de memória”, tornaram-se locais a serem evitados – chegando ao limite de exposições serem censuradas –, as produções musicais e os eventos festivos como o carnaval, por exemplo, também entraram no radar da moralidade e passaram a ser amplamente criticados.

Estando o atual Governo Federal favorável ao *homeschooling*, ou seja, à educação domiciliar, Pedro Holanda, então secretário adjunto da Secretaria Nacional da Família, do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, afirmou que “a principal motivação do projeto de lei é estabelecer um marco legal para a educação domiciliar, regular o exercício desse direito, visando assegurar a educação da criança e do adolescente. É mais uma possibilidade de ensino, tendo como premissa a pluralidade pedagógica”¹⁴³. Salta aos olhos a narrativa de que, dentre as razões para a importância do *homeschooling* esteja a ‘premissa a pluralidade pedagógica’, como se esta já não se fizesse presente nas instituições escolares.

Esta concepção única da escola, como se representasse uma suma unicidade pedagógica, não condiz com a realidade. Dentro das instituições educacionais existe uma vasta gama de profissionais com espectros ideológicos

¹⁴³ Disponível em <https://bit.ly/educdomiciliar> acesso 14 jul. 2022

dos mais variados. Justamente em virtude dessa diversidade teórico-metodológica presente na escola, ela assume um papel de grande importância para o debate plural. Ainda assim, em virtude de estarmos inseridos numa governamentalidade democrática (GALLO, 2012, 2015, 2017a, 2017b; ACOSTA, GALLO, 2020; ACOSTA, DUQUE, 2021), todos os profissionais ali presentes devem seguir os documentos oficiais educacionais existentes e as diversas legislações já consolidadas para a formação da cidadania.

Nesse sentido, entende-se que grupos contrários à pluralidade dos debates existentes nas escolas passaram a defender a institucionalização do *homeschooling*, como no caso do PL 1.338/2022¹⁴⁴, ancorados em visões deturpadas sobre estas.

De acordo com o referido projeto de lei, o responsável por aquele aluno em regime domiciliar de ensino deverá observar a disposição de seu Art. 23, § 3º, b, IV - "cumprimento dos conteúdos curriculares referentes ao ano escolar do estudante, de acordo com a Base Nacional Comum Curricular, admitida a inclusão de conteúdos curriculares adicionais pertinentes".

É importante destacar que “as iniciativas governamentais para subverter a democracia costumam ter um verniz de legalidade [...] muitas são adotadas sob o pretexto de diligenciar algum objetivo público legítimo – e mesmo elogiável” (LEVISTKY, ZIBLATT, 2018, p. 81), mas que podem consubstanciar no enfraquecimento das instituições a partir da descrença em sua importância como mediadoras da sociedade.

Enquanto a escola se baliza pelos documentos oficiais e, mesmo com todos os problemas envolvendo a BNCC, a legislação educacional caminha conjuntamente com a formação dos professores em suas respectivas áreas do saber, é possível perceber aqui um risco iminente de defasagem na aprendizagem das crianças e adolescentes longe destes espaços de formação. Vê-se também que, estando esta parcela populacional longe das escolas, possíveis casos de violência envolvendo esta faixa possam não ser identificados e, conseqüentemente, notificados.

¹⁴⁴ Disponível em <https://bit.ly/pl1338> acesso 14 jul. 2022

Entende-se ainda que, ao impedir que crianças e adolescentes frequentem a escola, outros problemas surgirão e precisarão ser debatidos. Por exemplo, a importância destes como lugares de socialidades, de convivência com as diferenças, profícuos ao contraditório para vivências múltiplas.

A descrença na instituição escolar, atrelando-a a um lugar de insegurança, de lobotomia e de imposição de uma corrente única de pensamento, corrobora para a diminuição da presença do estado como agente mediador da formação social – algo presente no discurso neoliberal e ultraliberal. Sendo assim, “los neoautoritarismos del siglo XXI adoptan formas y métodos de comunicación modernos, pero en realidad prorrogan discursos heredados del pasado” (ARAGONESES, 2020, p. 146). Este entendimento favorável ao enfraquecimento do Estado, desqualificando suas práticas e desvalorizando sua existência, ganhou força ao longo da década passada e se consolidou como programa governamental em diversos municípios, estados, e no próprio Governo Federal.

Essa prostração do papel do Estado, em consonância com o fortalecimento do individualismo presente no neoliberalismo e no ultraliberalismo, coadunou para a expansão e a consolidação do neoconservadorismo. Lima e Hypólito (2019), ao analisarem esta expansão, destacam que, sendo o currículo um campo em disputas e controles, “as disputas em torno da BNCC deixaram clara a importância e o interesse que os grupos conservadores e neoliberais manifestaram quanto às definições curriculares e da agenda educacional do país” (2019, p. 13). Pois, ao definir aquilo que se aprende nas escolas e nos conteúdos curriculares, a subjetividade neoliberal e neoconservadora é capaz de produzir novas formas de governo das vidas.

Entretanto, Roberto Moll (2015), ao analisar a questão do neoliberalismo e do neoconservadorismo nos Estados Unidos, chama a atenção para o fato de que estas duas categorias não são um mesmo objeto e, por mais que em alguns momentos caminhem lado a lado, de acordo com a situação, os neoliberais podem apoiar “políticas progressistas de legalização das drogas, descriminalização da prática de aborto, a união civil homoafetiva, a liberdade religiosa e medidas relativas a preservação do meio ambiente” (2015, p. 2), pautas essas, caras aos neoconservadores. A isso, justifica-se que o Estado não

deve intervir na individualidade das pessoas para salvaguardar suas vidas, mantendo-se de forma mínima. Já na lógica neoconservadora, “as políticas sociais liberais atribuíam ao Estado papéis que deveriam ser assumidos pelos familiares, pela Igreja e pela comunidade; [...] os neoconservadores criminalizaram os programas sociais, as políticas públicas e os pobres” (2015, p.3). Ainda para Moll, os meios de comunicação estadunidenses tiveram grande responsabilidade na divulgação do ideal neoliberal e neoconservador para a sociedade local.

Como o neoliberalismo se molda de acordo com a conjuntura, não é de se surpreender que no Brasil, em específico, o discurso neoliberal tenha se aproximado de forma pragmática do neoconservadorismo para a difusão de seus interesses. Ao passo em que se propagava o enfraquecimento do Estado para práticas cada vez menos intervencionistas, também se difundia a descrença institucional retroalimentada pelo pânico moral para o fortalecimento do neoconservadorismo e do pós-fascismo.

Esta condução da população é capaz de gerar novos contornos de governo das vidas por meio do estabelecimento de “novo regime de verdades pela economia política, a partir da qual, o mercado servirá como mecanismo de *veri-dictio* - isto é, dispositivo que dita, prescreve, impõe a verdade que irá limitar internamente a prática governamental (AVELINO, 2016, p. 253).

O neoconservadorismo foi ganhando dimensões sociais, culturais e políticas enquanto os debates públicos cada vez mais influenciava. Na esfera econômica, por exemplo, o empresariamento de si se propagou em decorrência da diminuição das políticas públicas e do fortalecimento da descrença nas instituições mediadoras.

Se, por meio dos discursos neoliberais, a noção de Estado mínimo ganhou maiores proporções no cotidiano social e se percebia também uma maior abrangência da sua influência no imaginário populacional, com o fortalecimento do discurso neoconservador, novas formas de governo das vidas foram constituídas. “Quando as pessoas procuram instituições que poderiam facilitar essa intermediação, descobrem que foram esvaziadas pela pressão de

inquietações e pelas frustrações políticas grande demais ou pequenas demais” (RUNCIMAN, 2019, p. 227), fortalecendo a forja da descrença institucional.

Ao nos depararmos com discursos contrários às instituições escolares e que pregam que crianças e jovens não estão autorizados a frequentar esses espaços, como as escolas e museus, além de incidir em riscos diversos à sua segurança, incorre-se também na produção de subjetividades pós-fascistas. Para os cientistas políticos Marcos Quadro e Rafael Madeira “é o conservadorismo brasileiro que ganha novos contornos, protagonistas e perspectivas” (QUADRO, MADEIRA, 2018, p. 517), algo percebido quando a pauta de gênero e sexualidade passa a ser agenciada pela nova direita.

Alargando a noção de fascismo consolidada por Paxton (2007), qual seja, “forma de comportamento político marcada por uma preocupação obsessiva com a decadência e a humilhação da comunidade, vista como vítima, e por cultos compensatórios da unidade, da energia, da pureza” (2007, p. 358), o conceito de pós-fascismo nos é de grande importância. De acordo com Enzo Traverso, essa noção é mais adequada para analisar a ascensão neoconservadora da extrema-direita mundial por “descrever um fenômeno em transição, um movimento ainda em transformação e ainda não cristalizado” (2019, p. 14), que se faz bastante presente na contemporaneidade.

Ao contrário do neofascismo, que busca perpetuar o fascismo já consolidado em diversas nações, o pós-fascismo é um “regime particular de historicidade – começo do século XXI –, o que explica seu conteúdo ideológico errático, instável e contraditório, no qual se misturam filosofias políticas antinômicas” (2019, p. 15).

A captura do Estado por fundos econômicos internacionais e pelo populismo *anti-establishment* enfraqueceram-no na proposição de políticas públicas sociais, visto que os discursos ‘antissistema’ e ‘outsider’ perpetuados por determinados candidatos são chancelados por significativa parcela do empresariado. Destaca-se o fato de que estes discursos atendem aos interesses burgueses em detrimento das reais necessidades da população. Podemos exemplificar estas condições no cenário nacional a partir das ‘reformas’ empreendidas pelo Estado brasileiro no período recente, limitando ou confiscando direitos adquiridos pela classe trabalhadora.

Portanto,

o triunfo do “não político” (ou a antipolítica) significa, simplesmente, que a democracia representativa está paralisada e, em última análise, “vampirizada” pela “contra-democracia”, um conjunto de contrapoderes necessários à democracia precisa mas que são suscetíveis de matá-la. (TRAVERSO, 2019, p. 30)

O vácuo deixado por partidos políticos presentes na política tradicional, que não atendeu aos anseios da população ou ficou limitado a pautas diversas, uma vez que seus movimentos se davam a partir de pesquisas de opinião pública e não dos programas de governo a serem empreendidos quando eleitos, coadunou para a sua ocupação por discursos populistas antissistemas. “O pós-fascismo começa com o antifeminismo, o racismo reverso, o antissemitismo, e a homofobia; e cujos impulsos a direita radical continua amontoando” (2019, p. 35), e se reatualiza para se manter nos jogos de poder.

Não obstante, em entrevista ao Portal Jacobin Brasil, Traverso chama a atenção ao fato de que “Bolsonaro defende uma política neoliberal e uma guerra contra os pobres, se considerarmos suas políticas públicas em termos de saúde, educação e serviços sociais. Seu autoritarismo não é apenas nacionalista, mas abertamente fascista”¹⁴⁵.

A cientista política Camila Rocha (2018) destaca que a nova direita brasileira não deve ser vista como uma ‘onda’, mas sim um movimento articulado, plural e heterogêneo das diversas matizes do cristianismo e, até mesmo, de outras vertentes religiosas interessado em consolidar suas pautas nos espaços públicos. Reconhecendo que “*el neofascismo se retroalimenta del fenómeno fundamentalista, que suele darse en sistemas rígidos de creencias religiosas que se sustentan, a su vez, en textos revelados, definiciones dogmáticas y magisterios infalibles*” (TAMAYO, 2020, p. 224), tornam-se mais facilmente perceptíveis os motivos pelos quais a pauta de gênero e sexualidades ganhar interesse destes setores.

Quando de sua consolidação, instituições culturais e currículos educacionais, por exemplo, passam a ser perseguidos, e sua importância,

¹⁴⁵ Disponível em <https://jacobin.com.br/2021/11/um-neoliberal-fascista/> acesso 10 nov. 2022

relativizada. O discurso de ódio contra grupos estigmatizados e dissidenciais, que sustentou grande parte da ascensão da nova direita no Brasil, passou a permear os espaços culturais e educacionais. Sob a perspectiva socioeconômica, políticas públicas e direitos trabalhistas foram suprimidos. Já para a ético-moral, direitos LGBTQIA+ e pautas feministas foram desqualificados naquilo cunhado pela nova direita como ‘ideologia de gênero’.

Tatiana Lionço (2019) atenta-se ao fato de que

O discurso de ódio e as campanhas de difamação que visam a destruição do caráter de uma pessoa, grupo social, instituição ou movimento político, são estratégias de controle que destituem a coletividade do direito à autonomia no julgamento das informações públicas e na tomada de posição sobre deliberações públicas. (p. 95)

Como "a ascensão inicial de um demagogo ao poder tende a polarizar a sociedade, criando uma atmosfera de pânico, hostilidade e desconfiança mútua" (LEVITSKY, ZIBLATT, 2018, p. 90), o enfraquecimento institucional torna-se de grande importância para a consolidação de micropolíticas fascistas, sobretudo por esta se consolidar na emoção populacional – o que aqui se entende como “subjetividades pós-fascistas”. Não obstante, a sua consolidação se dá tanto a partir de reiterados discursos populistas (“nós contra eles”) quanto na criação de conspirações supostamente existentes nas instituições solidamente constituídas como as escolas, museus, mídias, o Supremo Tribunal Federal etc.

Logo, conforme as instituições começam a ser descreditadas como mediadoras sociais e os responsáveis pelas crianças passam a se ver como os únicos competentes o suficiente para arcar com a criação, a educação e a escolarização de seus filhos, eles deixam de ser percebidos como assujeitados pelo Estado e se identificam, numa perspectiva neoliberal e pós-fascista, como grandes defensores da liberdade individual – ainda que a noção de liberdade seja, na verdade, pautada pela intolerância às diferenças, numa liberdade singularizante de um sujeito único universal.

Para que essa ‘liberdade individual’ seja mantida, os interessados na descrença institucional fazem campanhas massivas de desinformação a partir de pânicos morais capazes de promover o medo irracional. Conforme estes ganham cada vez mais corpo na sociedade, aumentam-se as justificativas para

a criação de legislações diversas que expandem a vigilância (o movimento *escola sem partido* enquanto gênese das escolas cívico-militares é um exemplo claro disso) perante o que se é propagado nas instituições de ensino e na sociedade em geral. Em seu limite, as campanhas de desinformação que visam a descrença institucional coadunam para o fim da própria liberdade que dizem proteger.

Percebe-se a imbricação entre o moralismo da sociedade ao se proibir a discussão de determinadas temáticas nos espaços educacionais, o empresariamento de si ao desvalorizar a escola como instituição consolidada, e a produção do medo para o governo das vidas a partir do pânico moral. Para que esse tripé entre proibição, empresariamento de si e produção do medo ecoe na sociedade, faz-se necessária a manutenção da estrutura patriarcal da mesma, principalmente de matriz heteronormativa calcada na branquitude (BROWN, 2019).

David Runciman chama a atenção para o fato de que “o autoritarismo do século XXI é muito mais pragmático que seus antecessores” (2019, p. 183), uma vez que agencia de forma utilitarista a democracia para enfraquecê-la. Entende-se aqui que esse autoritarismo às avessas é capaz de forjar falsos profetas com discursos calamitosos, calcados no pânico moral, para a consolidação de práticas autoritárias, sobremaneira aquelas interessadas no silenciamento dos dissonantes.

Sobretudo, durante o período eleitoral no Brasil, discursos conspiracionistas costumam emergir nos meios de comunicação ou nas tribunas de parlamentares para denunciar a existência ‘de algo’ que coloque em risco a população. Tais discursos têm condições de subjetivar a sociedade a partir do medo e fazer deste uma forma de governo das vidas.

Não obstante, o conspiracionismo existente nas menções ao ‘marxismo cultural’, à ideologia de gênero, ao Foro de São Paulo, dentre outros, “são slogans de mobilização de uma agenda política reacionária, contrária aos direitos humanos, aos direitos sexuais e aos direitos reprodutivos, que insiste na imposição de preceitos de fé cristãos” (LIONÇO, 2020, p. 388). Este conspiracionismo ganha ‘ares de ciência’ em publicações de mídias sociais que, cada vez mais, colocam em xeque e descrença os estudos científicos

desenvolvidos por instituições sólidas a partir de regimes de visibilidade e popularidade presentes nestes espaços (OLIVEIRA, 2019). Assim, quanto mais seguidores um influenciador digital tiver, com mais veracidade discursiva ele será lido.

Assim, é possível mobilizar novas formas de agenciamento do conhecimento, uma vez que “vinte e cinco anos de disseminação crescente da rede digital produziram uma mutação no formato enunciação-recepção- interpretação entre organismos conscientes e sensíveis” (BERARDI, 2020, p. 169) e isso foi capaz de deslocar entendimentos até então consolidados.

Wainberg (2018) destaca que as emoções coletivas são agenciadas para que manipulação consiga obter êxito e, assim, o conspiracionismo encontre ecos na população e se propague com maior intensidade. Por isso, faz-se importante usar as mídias sociais como espaço de disseminação de conteúdos falsos, fraudulentos e conspiracionistas. O agenciamento dos afetos coletivos é de fundamental importância para a consolidação do discurso conspiracionista calcado no medo.

Nesse sentido, percebe-se como a criação do pânico moral acerca da pedofilia coadunou para o enfraquecimento institucional da escola, combinada ao fortalecimento do neoconservadorismo e da produção de subjetividades pós-fascistas quando da interdição do debate sobre gênero e sexualidades nestes espaços.

PONDERAÇÕES FINAIS

Para o encerramento dessa tese, evidencia-se a importância da escola enquanto local ideal para a promoção da defesa das infâncias, sobretudo na identificação da denúncia de casos de pedofilia. Destaca-se, por fim, a relevância da temática de gênero e sexualidades no currículo oficial, os impactos da pandemia na subnotificação de casos e a problemática envolvendo o *homeschooling*.

A importância dos dois casos analisados se deu na identificação da ‘origem’ dos regimes de verdade que colocam a pedofilia como pânico moral na contemporaneidade. Enquanto no francês os ‘lugares de vida’ foram postos em descrença, perseguidos pelas políticas governamentais contrárias às suas existências e favoráveis à institucionalização da ‘escola tradicional’, a ocorrência brasileira foi importante ponto de inflexão por trazer ao debate público a problemática associada às escolas.

Sendo ambos fortemente midiáticos e com significativo apelo emocional, mantendo-se em evidência nos veículos de comunicação e criando novos regimes de verdade no ‘combate à pedofilia’, foi importante compreender como se concatenavam ao longo de sua ocorrência, assim como seus desdobramentos político-institucionais.

Não bastasse todos os deslocamentos vivenciados ao longo dos anos de Doutorado para maturação temática, destaca-se, por fim, como a questão da pandemia¹⁴⁶ produziu forte deslocamento na consideração da escola.

Antes de sua ocorrência, eu a via como uma instituição burguesa, interessada em normatizar os indivíduos para o sistema neoliberal, precarizando e subalternizando quem estivesse às margens das normatividades sociais. A partir das intensas perseguições que o currículo escolar passou a vivenciar ao longo da última década, e frente aos sistemáticos ataques que as escolas experienciaram no mesmo período, a pandemia de Covid-19 se apresentou

¹⁴⁶ Destaca-se que o problema contemporâneo oriundo do isolamento social impossibilitou a construção de esforços comunitários e será sentido ao longo de toda a geração – algo que podemos pensar enquanto ‘geração pandêmica’, ou seja, crianças e jovens socializados em tela e alfabetizados por meio de celulares, tablets e computadores. Ou, até mesmo, infâncias algoritmizadas.

como um novo cenário a ser analisado: a importância destes espaços para a defesa das infâncias.

A vivência pandêmica foi crucial em minha percepção de como a escola, dotada de todo aparato multiprofissional, é um importante local para acolhimento e proteção de crianças e adolescentes. Nela, a criança que passar por algum processo de violência “extramuros” poderá encontrar na instituição um espaço propício e seguro para realizar sua denúncia.

Logo, entende-se a importância do debate sobre as questões de gênero e sexualidades no currículo escolar enquanto forma de promoção da segurança às infâncias, sobretudo pelo histórico problema de descrença na palavra da vítima, especialmente em tenra idade, quando tais violências costumam ocorrer por familiares ou pessoas próximas das famílias.

De acordo com Engel (2020), o problema de desacreditar a palavra das pessoas vitimadas por abuso sexual, sobretudo crianças e adolescentes, faz com que estas se sintam ainda mais desencorajadas a denunciar aqueles que perpetraram tais violências contra elas pois, não bastando vivenciarem tais violências contra suas vidas, podem ser desacreditadas por aqueles que deveriam acolhê-las e protegê-las. Já nas escolas, com multiprofissionais presentes e minuciosas análises de seus comportamentos cotidianos, haverá maiores chances de que estas violências sejam identificadas e, por consequência, promovam formas de acolhimento para que as crianças e adolescentes se sintam seguros para realização da denúncia.

O cuidado integral às vítimas de violência sexual deve começar dentro dos núcleos familiares, local basilar para primeira socialização das crianças. Mas quando tais violências ocorrem por parentes e/ou conhecidos das vítimas, estas podem encontrar dificuldades em denunciar tais ocorrências, sobretudo porque, muitas vezes, elas vêm acompanhadas de ameaças diversas à sua segurança e à segurança de seus responsáveis. Sendo coagidas emocional, física e sexualmente, silenciam-se e se veem na obrigatoriedade de carregar a culpa ao longo de suas vidas.

Aflige-nos o silenciamento da temática de gênero e sexualidades nos espaços institucionais e seus desdobramentos para que crianças e adolescentes

violentados encontrem dificuldades em denunciar tais práticas, uma vez que nos últimos anos, os espaços educacionais foram cada vez mais associados à produção de infâncias perigosas, locais 'contrários à família'.

Enquanto, em outros tempos, a problemática era merecedora de normas técnicas para melhor abordagem, publicações de documentos oficiais para seu enfrentamento e políticas públicas para o seu acolhimento (BRASIL, 2004, 2008b, 2011), em tempos atuais, os profissionais envolvidos com a educação se sentem inseguros e coagidos ao abordar a temática.

Parabeniza-se os profissionais que, mesmo com tamanha perseguição às suas práticas educacionais e descrença institucional, buscam formas possíveis de abordar as questões de gênero e sexualidades para a promoção de infâncias seguras, ajudando na identificação dos violadores e fortalecendo para que crianças e adolescentes vitimados se sintam em condições de denunciar, sejam as famílias, escolas, psicólogos, assistentes sociais ou unidades policiais.

A importância e valorização deste reconhecimento convergem com o recente relatório lançado pela *Human Rights Watch* (2022) sobre os esforços para se proibir a educação sobre gênero e sexualidade no Brasil. Com interessante e provocativo título (*Tenho medo, esse era o objetivo deles*¹⁴⁷), o documento analisa 217 projetos de lei apresentados e as leis aprovadas que cerceiam e censuram o debate da temática nos espaços educacionais.

Ele identificou a existência de uma campanha sistemática contra os estudos de gênero e sexualidades e, mesmo em regiões em que os projetos de lei não eram aprovados, professores deixaram de debater tais questões como forma de autoproteção, dado o estigma do pânico moral forjado. Em outras palavras, a autocensura que professores impuseram a si mesmos se deu enquanto forma de manterem suas vidas e empregos em seguranças pois, mesmo com o parecer favorável dos STF para que a temática se mantivesse presente nos currículos escolares, as diversas campanhas empreendidas pelos movimentos neoconservadores e pós-fascistas implodiram essa possibilidade.

Jane Felipe (2007), ao destacar a importância do debate nos espaços escolares, atenta à importância da emancipação dos sujeitos quando de seu

¹⁴⁷ Disponível em <https://bit.ly/3PIQcNI> acesso 3 ago. 2022

acesso a estas questões. A autora chama a atenção para a formação inicial e continuada de professores e profissionais envolvidos com o fazer educacional perante a temática pois, “pouco adianta empreender esforços no sentido de criar políticas públicas de combate à homofobia, às discriminações de gênero, raça, etnia ou à exploração sexual de crianças e jovens, se não houver uma compreensão mais ampla desses problemas” (2007, p. 84). Afinal, tais problemas são estruturais, atravessando processos históricos, sociais e culturais como, por exemplo, a cultura latino-americano na objetificação sexual de crianças e adolescentes, sobretudo de meninas e mulheres, naquilo aqui entendido como machismo estrutural.

Atentos aos problemas relacionados a estes silenciamentos e à importância do enfrentamento às diversas formas de violência, o Conselho Federal de Psicologia (2020) publicou as *referências técnicas para atuação de psicólogas(os) na rede de proteção às crianças e adolescentes em situação de violência sexual*. O documento chama a atenção por declarar que “casos de abuso sexual, em especial, famílias, crianças e adolescentes se encontram muitas vezes em situação de grande vulnerabilidade e apresentam dificuldades para revelar as situações de violência” (2020, p. 59), seja por vergonha, culpa ou medo.

Outro fator que mereceu destaque na referência técnica diz respeito à contribuição dos profissionais envolvidos com tais questões e em como estes podem contribuir para a melhoria das políticas públicas, seja em suas objetividades para implementação ou nas subjetividades presentes nos processos de violência e nas formas como estas se fazem presentes nos corpos das crianças e adolescentes.

Logo, um olhar mais colaborativo “por parte do indivíduo, permite que ele se aproprie de sua história e, nesse contexto, pode favorecer o reconhecimento e o desenvolvimento de sua autonomia, questão central no enfrentamento a situações de violência sexual” (2020, p. 60) e denúncia do praticante.

Para a sustentação do entendimento de que o silenciamento da questão de gênero e sexualidades nos espaços escolares coaduna com existência e manutenção da violência contra crianças e adolescentes, será apresentado o compilado de dados divulgados pelo Disque 100, desde o início da série

histórica, em 2011¹⁴⁸, até o primeiro semestre de 2022, sobre violência sexual contra crianças e adolescentes. Entretanto, antes de sua apresentação, vale destacar que, a respeito de tais crimes, a subnotificação é amplamente reconhecida, seja pelo risco de serem desacreditadas ou pelos crimes ocorrerem por parentes próximos e amigos da família que as ameaçam.

Estes dados disponibilizados¹⁴⁹ pelo Disque 100, entre 2011 e 2019 estava subdivido em diversas categorias como, por exemplo, violência psicológica, violência física, exploração do trabalho infantil, dentre outras. Ao que nos interessa, na tabela anterior, sistematizamos apenas os dados referentes à categoria *violência sexual*.

A partir de primeiro de julho de 2020, uma nova metodologia¹⁵⁰ foi empregada pelo Disque 100 e algumas dificuldades foram encontradas. Embora os dados estivessem mais bem detalhados, identificamos que algumas das tipificações foram preenchidas com grande quantidade de dados, como se fossem palavras-chave e, em outras ocorrências, verificamos que não constava a idade das vítimas, embora estivessem categorizadas como “crime contra crianças e adolescentes”.

A título de registro, identificamos um problema na sistematização dos dados consolidados entre 2011 e 2019 no site do Disque 100. Embora os arquivos ‘*Tipo de Violação*’ e ‘*Violência Sexual-Violações*’ apresentem dados sobre violência sexual contra crianças e adolescentes, o registro quantitativo destes dois arquivos diverge entre si, conforme destacado a seguir:

Tabela 9 - Divergência de dados quantitativos

Arquivo 1 ¹⁵¹	Arquivo 2 ¹⁵²
2011: 28525	2011: 10699
2012: 37726	2012: 40699
2013: 31895	2013: 35091
2014: 22840	2014: 25595

¹⁴⁸ Conforme informado via FalaBR (lei do acesso à informação), não há registro de dados anteriores a 2011 por outros órgãos da Administração Pública.

¹⁴⁹ Disponível em <https://bit.ly/3QEDB9P> acesso 21 jul. 2022

¹⁵⁰ Disponível em <https://bit.ly/3w5tO4h> acesso 21 jul. 2022

¹⁵¹ Disponível em <https://bit.ly/3QEDB9P> acesso 15 ago. 2022

¹⁵² Disponível em <https://bit.ly/3zURTMk> acesso 15 ago. 2022

2015: 17583	2015: 19727
2016: 15707	2016: 17523
2017: 20330	2017: 22324
2018: 17073	2018: 18612
2019: 17029	2019: 18971

(Fonte: Dados Abertos - Disque 100)

Entramos em contato com a pasta através da Lei do Acesso à Informação, e fomos informados que

os dados das tabelas apresentadas no endereço eletrônico <https://www.gov.br/mdh/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/disque100>, referem-se ao conjunto histórico consolidado de acordo com as orientações de registro e de conceitos adotados àquele tempo, os quais não há documentação disponível herdada das gestões anteriores. [...] informa-se que não há documentação que venha informar a metodologia de registro das denúncias alvo do questionamento supracitado, bem como esta Coordenação-Geral não tem informações de outros órgãos da Administração Pública que detenha a guarda desse acervo técnico operacional. [...] Destaca-se que o fator supracitado foi identificado pela atual gestão desta Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos, cujo saneamento pode ser notado nos dados catalogados a partir de 2020, o quais mitigaram a ocorrência de dubiedades da espécie.

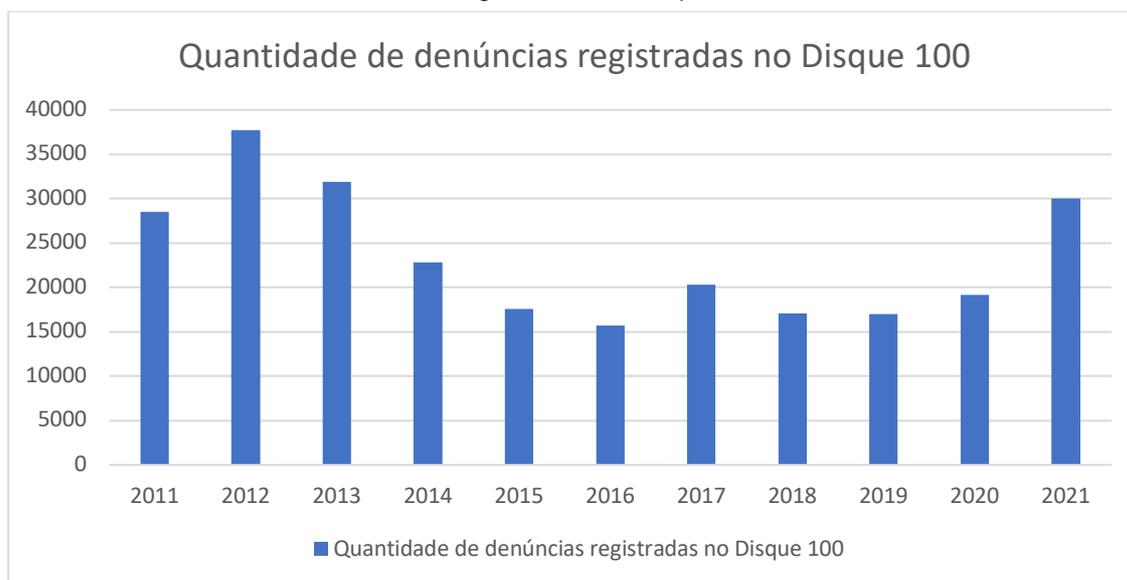
Com a nova metodologia adotada no balanço disponibilizado de 2020, uma única ocorrência foi tipificada da seguinte maneira: *violência física. MAUS TRATOS; violência física. INSUBSISTÊNCIA MATERIAL; violência psicológica. INSUBSISTÊNCIA AFETIVA; violência psicológica. EXPOSIÇÃO; violência psicológica. CONSTRANGIMENTO; violência violações gerais. LIBERDADE SEXUAL FÍSICA - EXPLORAÇÃO SEXUAL*. Já no ano seguinte, com a nova metodologia mais bem conhecida, as ocorrências foram registradas sem grande quantidade de tipificações, facilitando a sua identificação. Ainda assim, com esta nova metodologia, não identificamos dubiedades dos registros e, quando de sua procura nos arquivos disponibilizados pelo Disque 100, estas foram facilmente encontradas.

Para a construção do gráfico a seguir, optamos pela utilização dos dados disponíveis no Arquivo 1, visto que no referido documento, dentre as diversas tipificações existentes, havia uma categoria específica para violência sexual, ao

passo que no Arquivo 2, havia diversas categorias relacionadas às violências sexuais contra crianças e adolescentes, mas com dados bastante discrepantes.

Conforme destacado no gráfico abaixo, e já sabendo do problema da subnotificação que se faz presente em crimes contra crianças e adolescentes, percebe-se que, ao passo em que o debate sobre as questões de gênero e sexualidades era cerceado das escolas e estas violências não eram mais debatidas, houve notória diminuição do registro de sua prática.

Gráfico 6 - Quantidade de denúncias registradas no Disque 100



(Fonte: dados abertos do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos¹⁵³)

Frente às insuficientes campanhas de combate à violência cometida contra crianças e adolescentes presentes atualmente, não há condições de ler esta contração enquanto diminuição das ocorrências do número desta violência, mas sim com a hipótese de que o cerceamento de seu debate corroborou para a intensificação das subnotificações.

Ao mesmo tempo, com a pandemia do novo coronavírus e o isolamento social em voga, com o conseqüente afastamento de alunos dos espaços escolares, viu-se significativo aumento das denúncias registradas no Disque 100 no biênio pandêmico. Entretanto, o *Panorama da violência letal e sexual contra crianças e adolescentes no Brasil* (UNICEF, 2021) chama a atenção para o aumento da subnotificação nos meses iniciais de 2020, algo que, para eles,

¹⁵³ Disponível em <https://bit.ly/3Ahv86t> acesso 25 jul. 2022

“analisando mês a mês, observamos que, em relação aos padrões históricos, a queda se deve basicamente ao baixo número de registros entre março e maio de 2020” (UNICEF, 2021, p. 6).

O isolamento social, algo inusitado e inesperado, mudou substancialmente o cotidiano das pessoas no mundo inteiro. No Brasil, especificamente, nos primeiros meses de 2020, com medidas restritivas mais intensas à circulação de pessoas, instituições foram fechadas, transporte públicos foram reduzidos e atendimentos presenciais foram interrompidos ou realizados em horários fragmentados.

Como nos meses iniciais os adultos ficavam cada vez mais em suas casas e as crianças longe das instituições educacionais, identificou-se aumento da subnotificação dos casos, uma vez que “a violência sexual é um fenômeno predominantemente doméstico, e, portanto, não é possível descartar a hipótese de que teria havido uma diminuição dos casos reportados, independentemente do que ocorreu de fato.” (UNICEF, 2021, p. 43). Com “a maioria das escolas operando apenas virtualmente, crianças e adolescentes deixaram de frequentar o principal espaço em que, usualmente, têm contato com adultos fora do círculo familiar” (2021, p. 43) e, por conseguinte, de se sentir encorajadas a denunciar a existência destas violências.

Conforme já destacado neste trabalho (tabela 8), o debate sobre as questões de gênero e sexualidades passou a ser cerceado nas escolas com maior intensificação a partir de 2013, o que, a nosso ver, justificado no gráfico anterior, expõe a queda acentuada nos subsequentes registros de casos de violência sexual contra crianças e adolescentes.

Já com a pandemia do novo coronavírus aportando no Brasil no trimestre inicial de 2020 e com o fechamento das escolas ao longo do biênio seguinte, forçando os alunos a ficarem em suas casas, percebe-se exponencial aumento das denúncias de violações sexuais contra crianças e adolescentes. Importa-nos a valorização destes espaços por conta das redes de proteção (DIAS, GUZZO, 2018), dos multiprofissionais ali presentes e das relações de confiança construídas entre educadores e educandos, seja pelo relacionamento interpessoal ou pela segurança que estes espaços institucionais podem prover para as infâncias.

Em publicação do *Fórum Brasileiro de Segurança Pública*, para o biênio de 2019-2021, a partir da análise da categoria de mortes violentas intencionais, destaca-se que como estas “são crimes menos sensíveis à subnotificação, torna-se um indicador importante de que, possivelmente, os anos de pandemia não foram períodos menos violentos, mas sim uma época [...] mais suscetíveis à subnotificação” (2021, p. 9). A relevância desta publicação se dá justamente por realçar o problema da subnotificação de crimes de pedofilia ao longo da pandemia, sobretudo em seus meses iniciais.

Ainda assim, de acordo com os dados disponibilizados pelo Disque 100, pode-se perceber acentuado aumento de denúncias registradas no ano de 2021, sobretudo porque estas foram realizadas, em sua maioria, de forma anônima e via telefone. Tem-se dois pontos como possibilidades: i. O aumento das notificações ocorreu porque violentadores passaram a ficar mais próximos das crianças e adolescentes afastados das escolas e; ii. Como as denúncias eram feitas anonimamente, via telefone, aqueles que suspeitavam de alguma ocorrência (como vizinhos, conhecidos, parentes), ou as próprias crianças vitimadas, buscavam os canais oficiais para realizar as devidas delações.

Portanto, a importância de olhar para os espaços escolares, tendo como ponto de relevância sua rede de segurança, justifica-se por conta da atenção emocional, psíquica, social e física que estes são capazes de prover, “quer pela falta de condições plenas de se defenderem, quer pelas relações de poder entre elas e pessoas adultas, historicamente assimétricas e de subordinação” (MAIA, 2018, p. 19), estes espaços se tornam locais ideais para a promoção de infâncias seguras.

Identificar, ainda que minimamente, a existência da pandemia atravessando esse trabalho é de grande importância pela valorização da “historicização da experiência em sua singularidade” (RAGO, 2002, p. 6), assim como as formas como estas novas nuances e singularizações são capazes de produzir, em suas dobras e fissuras, quando defrontadas.

Outro ponto que merece destaque, a partir do gráfico anterior, se dá pelo aumento da demanda de setores específicos da sociedade brasileira contrários ao ensino presencial e favoráveis à instituição do *homeschooling*. Nesse sentido, vale destacar a nova metodologia adotada pelo referido Ministério, favorecendo

a identificação dos violadores e agressores, majoritariamente parentes e conhecidos das crianças e adolescentes e de seus familiares.

Ainda que pensar a educação fora dos espaços tradicionais de ensino possa partir de processos outros visando práticas de liberdade, o que se propõe com a instituição do *homeschooling* é a diminuição da influência do Estado na formação dos sujeitos, conforme destacado nos Projetos de Lei debatidos no Congresso Nacional.

A defesa que se faz aqui às escolas se dá pelo olhar ao processo educacional como um todo, desde os conteúdos curriculares oficiais até a promoção do convívio com as diferenças, algo que certamente encontrará dificuldade quando as crianças e adolescentes forem privados de frequentá-las

O tripé escola-família-comunidade se faz presente na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (BRASIL, 1996) onde, em seu Art. 12, determina que “os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de: [...] VI - articular-se com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola”. Esse entendimento da educação como um todo enquanto processo formativo educacional, social, cultural e relacional é de grande importância para a promoção do sentimento de solidariedade.

Logo, impossibilitar que crianças e adolescentes participem desta constituição relacional com as diferenças e do aprimoramento de suas competências e habilidades conjuntamente com seus pares não apenas pode prejudicar seu desenvolvimento psicossocial, como também poderá enfraquecer os vínculos interpessoais. Os espaços escolares são locais dotados de amplo aparato curricular, profissional e institucional justamente por pensar na educação de crianças e jovens enquanto processo. Não obstante, a LDB valoriza a presença da família e da comunidade conjuntamente a escola.

Quando os alunos se deparam com o *outro* em suas classes, aprendem a importância da ampliação da visão de mundo, das pluralidades identitárias, das diversidades religiosas e da valorização do respeito *ao próximo*. Se este mesmo aluno for suprimido do direito de frequentá-la, poderemos incorrer no risco de prejudicar suas capacidades de socialização com as diferenças.

Valorizar que as escolas mantenham a liberdade de cátedra irrefutável e, acima de tudo, reconhecer a importância do ensino plural e das diversas

realidades e vivências presentes nestes locais é de substancial importância para a promoção da empatia, do estímulo à solidariedade e da consolidação destes para propagar infâncias seguras.

Exemplifica-se este entendimento com base na denúncia¹⁵⁴ de uma aluna de 11 anos que, após assistir à peça de teatro em sua escola em que se abordavam temas sensíveis, como drogas e violência contra crianças e adolescentes, sentiu-se encorajada a denunciar as violências sexuais que a vitimavam durante a ausência de seus pais. Essa dotação da liberdade artística presente na peça de teatro apresentada em sua escola foi capaz de influenciá-la no fortalecimento da denúncia.

Em outro caso semelhante na cidade de Santa Rosa (GO), de acordo com matéria realizada pelo UOL¹⁵⁵, o Conselho Tutelar do município foi acionado a partir da denúncia anônima a respeito de uma adolescente de 15 anos mantida em cárcere privado e proibida de frequentar a escola. Chegando no local, os conselheiros tutelares não foram autorizados pelo pai da menina a vê-la pessoalmente. Retornaram ao local no dia seguinte acompanhados da polícia por conta de outra denúncia realizada após esta primeira visita. Desta vez, tal visitação foi permitida, e identificaram que a adolescente estava grávida. Inicialmente, seu pai disse ser em decorrência de uma relação com um primo dela, e concordou com a realização dos exames pré-natais e de seu pronto retorno à escola. Quando na unidade de ensino, a adolescente revelou que a gravidez era fruto de abuso do pai e que queria registrar denúncia junto à polícia.

Estes dois casos relatados, dentre diversos semelhantes presentes a nível nacional e internacional, são de grande importância nesse encerramento de tese, principalmente porque “a agenda dos direitos humanos que aponta para as conquistas potencialmente emancipatórias deve ser apropriada como uma plataforma de resistência ao retrocesso” (BARROCO, 2022, p. 20) vivenciado no país ao longo durante o tempo presente. Retomar as escolas enquanto locais de promoção às infâncias seguras é imprescindível no contexto de sistemáticos ataques a partir da consolidação do pânico moral.

¹⁵⁴ Disponível em <https://bit.ly/3PnAPEi> acesso 29 jul. 2022

¹⁵⁵ Disponível em <https://bit.ly/3ph8Efx> acesso 3 ago. 2022

Embora algumas transformações sociais venham enfraquecendo o "compromisso dos cidadãos para com as normas políticas de longa data" (MOUNK, 2018, p. 227), é crucial salvaguardar os direitos já conquistados ao longo de muitas lutas e enfrentamentos, tanto no período da Ditadura Civil-Empresarial-Militar como com a consolidação da Constituição Federal, em 1988.

Foi-nos urgente o destaque às crises e rupturas que a democracia vem experienciando no tempo presente a partir do marcador do pânico moral, como também nos foi imprescindível identificar seus agentes e *modus operandi*.

Com o aumento do neoconservadorismo e a consequente forja das subjetividades pós-fascistas, identificamos que as instituições solidamente reconhecidas e creditadas socialmente vivenciam sistemáticos ataques à guisa de seus enfraquecimentos. Ao passo em que estes ataques encontram espaços nas brechas da sociedade e nas entranhas da população para se consolidar e enfraquecer a democracia (CASTELLS, 2018), a defesa das instituições é importante para o fortalecimento do estado democrático de direito.

Entende-se que, no advento de afastar as crianças e adolescentes de suas unidades de ensino presencial, e perante o cerceamento da liberdade de cátedra, a partir da interdição das temáticas de gênero e sexualidades nestes espaços, estas mesmas infâncias podem vivenciar situações de precariedade, vulnerabilidade, riscos e violações diversas, sobretudo pela dificuldade de encontrar o acolhimento necessário com os profissionais envolvidos com o fazer educacional para a realização das denúncias de seus algozes.

Se, entre a década de 1990 e 2000, uma série de editais para engendrar uma rede de proteção às infâncias foi lançada, colocando a escola como lugar privilegiado para o seu acolhimento, posteriormente viu-se um processo de desconstrução desse entendimento a partir de sucessivos atentados discursivos às escolas. Exemplifica-se este entendimento tendo como base a supressão de determinadas temáticas dos Planos Educacionais e da BNCC, sobretudo por meio de afirmações conspiracionistas de que a escola estava interessada em destruir a família e ir contra os interesses da nação.

Mesmo reconhecendo que as escolas necessitam pensar em práticas pedagógicas originais visando a autonomia, a emancipação, a solidariedade, a liberdade e o respeito às diferenças elas ainda são consideradas como o local ideal para o acolhimento e defesa das especificidades das infâncias,

principalmente pela multiplicidade de profissionais envolvidos com o processo formativo educacional.

Por fim, é imperativo que o currículo escolar esteja preparado para lidar com as múltiplas experiências que as crianças e adolescentes possam vivenciar, sejam elas positivas ou negativas, benéficas ou prejudiciais, tranquilas ou violentas ao longo do curso de suas vidas. Assim, encontrarão na escola o acolhimento e a segurança necessários para suas existências. Portanto, devemos resistir ao cerceamento e à censura impostas aos temas sensíveis dos currículos escolares para que estes espaços possam desempenhar suas funções de proteção às infâncias.

BIBLIOGRAFIA

ACOSTA, Tássio. **Morrer para nascer travesti**: performatividades, escolaridade e a pedagogia da intolerância. Dissertação de Mestrado em Educação, UFSCar, 2016. Disponível em <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/8448> acesso 29 jul. 2022

ACOSTA, Tássio. Gênero e sexualidades na escola em tempos de conservadorismo censor policaiesco. DICKMANN, Ivano. [org.]. **Rumos da Educação**, 1ed. São Paulo: Dialogar, 2018. p. 211-227.

ACOSTA, Tássio; GALLO, Silvio. A educação em disputa no Brasil contemporâneo: entre os estudos de gênero, a dita ideologia de gênero e a produção de uma 'ideologia de gênese'. **Educação**, Santa Maria, v. 45, 2020. Disponível em <https://periodicos.ufsm.br/reeducacao/article/view/43607> acesso 29 jul. 2022

ACOSTA, Tássio; GALLO, Sílvio. O conceito de parrésia a partir da conferência realizada por Michel Foucault em Grenoble, em 1982. *Criar Educação*, Criciúma, v. 10, nº 2, ago/dez. 2021. Disponível em <https://periodicos.unesc.net/ojs/index.php/criaredu/article/view/6612> acesso 29 jul 2022

ACOSTA, Tássio; DUQUE, Tiago. Máscaras sanitárias para crianças: governo das infâncias e governamentalidade democrática na gestão dos corpos em tempos da covid-19. **TEXTURA - ULBRA**, v. 23, p. 125-147, 2021. Disponível em <http://www.periodicos.ulbra.br/index.php/txra/article/view/6317> acesso 3 ago. 2022

ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. História pública: entre as "políticas públicas" e os "públicos da história". ANPUH. **XXVII Simpósio Nacional de História**. Conhecimento histórico e diálogo social. Natal, RN, 2013. Disponível em https://snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364156201_ARQUIVO_TextoFinal_ANPUHNATAL_HistoriaPublica_2013.pdf acesso 29 jul. 2022

ALTMANN, Helena. Orientação sexual nos parâmetros curriculares nacionais. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 9, n. 2, p. 575-585, 2001. Disponível em <https://www.scielo.br/j/ref/a/PthD6cgdcDC7MMvJw5zxXDr/?lang=pt> acesso 29 jul. 2022

AMARO, I. A docência no armário: o silenciamento das relações de gênero nos planos de educação. **Revista Espaço Pedagógico**, v. 24, n. 1, 5 maio 2017. Disponível em <http://seer.upf.br/index.php/rep/article/view/6998> acesso 29 jul. 2022

ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Fórum Brasileiro de Segurança Pública**, 2019. Disponível https://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2019/10/Anuario-2019-FINAL_21.10.19.pdf acesso 29 jul. 2022

ARAGONESES, Alfons. La construcción del enemigo como base del (neo)fascismo. In: GUAMÁN, Adoración; ARAGONESES, Alfons; MARTÍN, Sebastián. [Org.]. **Neofascismo: la bestia neoliberal**. ePub 1.0, Titivillus, 2020. Disponível em <https://cronicon.net/wp/wp-content/uploads/2021/05/Neofascismo-La-bestia-neoliberal.pdf> acesso 29 jul. 2022

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: Guanabara, 2018.

ARTIÈRES, Philippe. Dizer a atualidade: o trabalho de diagnóstico em Michel Foucault. In: GROS, Frédéric. (org.) **Foucault: a coragem da verdade**. São Paulo: Parábola editorial, 2004.

AVELINO, N. **Anarquismos e governamentalidade**. 2008. 411f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – PUC-SP, São Paulo, 2008. Disponível em <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/3951> acesso 29 jul. 2022

_____. Governamentalidade e anarqueologia em Michel Foucault. **RBCS**. v.25, n.74, p. 139-195, out. 2010 Disponível em <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/qMGJx7MbmWrLvrq39t5H3Fx/?format=pdf&lang=pt> acesso 29 jul. 2022

AVELINO, Nildo. Foucault e a racionalidade (neo)liberal. **Revista Brasileira de Ciência Política** [online]. 2016, n. 21 [Acessado 14 Julho 2022] , pp. 227-284. Disponível em <https://www.scielo.br/j/rbcpol/a/kKNBtT4w5565CjN37BtNm8q/?lang=pt> acesso 29 jul. 2022

BALIEIRO, F. DE F. “Não se meta com meus filhos”: a construção do pânico moral da criança sob ameaça. **Cadernos Pagu**, n. 53, 13 set. 2018. Disponível em <https://www.scielo.br/j/cpa/a/KttdD5GkPYPjH69DZxw6VcL/?format=pdf&lang=pt> acesso 29 jul. 2022

BARROCO, Maria Lúcia da S. Direitos Humanos, neoconservadorismo e neofascismo no Brasil contemporâneo. In: **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 143, p. 12-21, jan./abr. 2022. Disponível em <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/zjrwPzBctDGqj84D74Vg4cv/?lang=pt&format=pdf> acesso 3 ago. 2022

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Zahar, 2001

BECK, Richard. **We Believe the Children: A Moral Panic in the 1980s**. Nova York, Public Affairs. 2015

BERARDI, Franco. **Asfixia**: capitalismo financeiro e a insurreição da linguagem. Editora: Ubu editora, 2020

BLOCH, Marc. **Apologia da História**: ou o ofício de historiador. Rio de Janeiro: Zahar, 2002

BRAGA, L. C. O poder da mídia e seus reflexos na ordem jurídica penal. **Âmbito Jurídico**, v. 01, p. 01, 2014. Disponível em https://semanaacademica.org.br/system/files/artigos/o_poder_da_midia_e_seus_reflexos_na_ordem_juridica_penal.pdf acesso 29 jul. 2022

BRASIL. Presidência da República Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos **LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990**. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm acesso 11 nov. 2022

BRASIL. Presidência da República Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos **LEI Nº 8.742, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1993**. Disponível em www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8742compilado.htm acesso 11 nov. 2022

BRASIL. Presidência da República Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos **LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996**. Disponível em www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm acesso 11 nov. 2022

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais** : introdução aos parâmetros curriculares nacionais / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília : MEC/SEF, 1997. 126p.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Caderno Orientação Sexual. 1998. Disponível em <https://www.cpt.com.br/pcn/pcn-parametros-curriculares-nacionais-documento-completo-atualizado-e-interativo> acesso 29 jul. 2022

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais** : terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: introdução aos parâmetros curriculares nacionais / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília : MEC/SEF, 1998b.

BRASIL. Ministério da Justiça. **Programa Nacional de Direitos Humanos, 2002**. Disponível http://www.dhnet.org.br/dados/pp/edh/pndh_2_integral.pdf acesso 29 jul. 2022

BRASIL. **Guia Escolar**: métodos para identificação de sinais de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos e Ministério da Educação, 2004. Disponível em http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/guiaescolar/guiaescolar_p003_009.pdf acesso 3 ago. 2022

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei da Câmara nº 122, de 2006**. Disponível <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/79604> acesso 29 jul. 2022

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Parâmetros nacionais de qualidade para a educação infantil**. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica – Brasília. DF, 2006b

BRASIL. **Conferência Nacional da Educação Básica** - documento final. Ministério da Educação, Secretaria executiva adjunta, 2008. https://www.portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/conae/documento_referencia.pdf acesso 29 jul. 2022

BRASIL. **Escola que protege**: Enfrentando a violência contra crianças e adolescentes / Vicente de Paula Faleiros, Eva Silveira Faleiros, Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2008b, 2ª edição. Disponível em http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/escqprote_eletronico.pdf acesso 3 ago. 2022

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Política de educação infantil no Brasil: **Relatório de avaliação** / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica. – Brasília: MEC, SEB; Unesco, 2009.

BRASIL. **Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3)**. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Decreto nº 7.037, de 21 de Dezembro de 2009 Atualizado pelo Decreto nº 7.177, de 12 de maio de 2010, 2010a Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d7037.htm acesso 29 jul. 2022

BRASIL. **Documento final**: I Conae. Ministério da Educação.. Brasília, 2010b. Disponível em: http://conae.mec.gov.br/images/stories/pdf/pdf/documentos/documento_final_sl.pdf Acesso 29 jul. 2022

BRASIL. **Relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito**. 2010c. Disponível em <https://www.senado.gov.br/noticias/agencia/pdfs/RELATORIOFinalCPIPEDOFILIA.pdf> 29 jul. 2022

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil** / Secretaria de Educação Básica. – Brasília : MEC, SEB, 2010d.

BRASIL. **Guia escolar**: identificação de sinais de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes / Benedito Rodrigues dos Santos, Rita Ippolito – Seropédica, RJ: EDUR, 2011. Disponível em www.portaldoprofessor.mec.gov.br/storage/materiais/0000016936.pdf acesso 3 ago. 2022

BRASIL. **Resolução Nº 2**, DE 30 DE JANEIRO 2012a. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Disponível em

www.pactoensinomedio.mec.gov.br/images/pdf/resolucao_ceb_002_30012012.pdf acesso 29 jul. 2022

BRASIL. **Projeto de Lei da Câmara nº 103**, de 2012b. Câmara Nacional. Disponível em <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/108259> acesso 29 jul. 2022

BRASIL. **Educação infantil e práticas promotoras de igualdade racial** / [coordenação geral Hédio Silva Jr., Maria Aparecida Silva Bento, Silvia Pereira de Carvalho]. -- São Paulo : Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades - CEERT : Instituto Avisa Lá - Formação Continuada de Educadores, 2012c.

BRASIL. **Documento final: II Conae**. Ministério da Educação. Brasília, 2014. Disponível em <http://fne.mec.gov.br/images/doc/DocumentoFina240415.pdf> Acesso: 29 jul. 2022

BRASIL. **Lei N. 13005**, de 25 de junho de 2014. Senado Federal. Secretaria-Geral da Mesa.. Plano Nacional da Educação (PNE). Disponível em <https://legis.senado.leg.br/norma/584816/publicacao/15643219> acesso 29 jul. 2022

BRASIL. **Resolução** Nº 3, de 21 de Novembro de 2018a. Ministério Da Educação. Conselho Nacional de Educação. Disponível em www.portal.mec.gov.br/docman/novembro-2018-pdf/102481-rceb003-18/file acesso 29 jul. 2022

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular: educação é a base**. Ministério da educação, 2018b. Disponível em www.basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf acesso 29 jul. 2022

BRASIL. **Conferência Nacional da Educação Básica** - documento base. Ministério da Educação, Secretaria executiva adjunta, 2018c. https://www.fne.mec.gov.br/images/Documento_Base_-_Relatorio_Final_da_CONAE_2018.pdf acesso 29 jul. 2022

BRASIL. **Parâmetros nacionais de qualidade da educação infantil**. Brasília mec/seb 2018d

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública/Gabinete do Ministro. **PORTARIA Nº 666**, DE 25 DE JULHO DE 2019. Publicado em: 26/07/2019 | Edição: 143 | Seção: 1 | Página: 166. Disponível <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-666-de-25-de-julho-de-2019-207244569> acesso 29 jul. 2022

BRAUDEL, Fernand. **História e Ciências Sociais**. Editorial Presença. 6.ª edição, Lisboa, 1990.

BROWN, Wendy. **Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no ocidente**. São Paulo: Editora Filosófica Politéia, 2019.

EMPOLI, Giuliano da . **Os engenheiros do caos:** como as Fake News, as teorias da conspiração e os algoritmos estão sendo utilizados para disseminar ódio, medo e influenciar as eleições. Tradução de Arnaldo Bloch. São Paulo: Vestígio, 2020.

BURKE, Peter. **O que é história cultural?** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2005

CAETANO, Marina; CAETANO, Maria Raquel. Adultização na infância: as representações das crianças dos anos iniciais do ensino fundamental. **zero-a-seis**. v. 18, n. 33 p. 83-107 | Florianópolis | jan-jun/2016 Disponível em <https://periodicos.ufsc.br/index.php/zerosais/article/view/1980-4512.2016v18n33p83> acesso 29 jul. 2022

CAMARGO, Ana Maria de Almeida. A imprensa periódica como fonte para a História do Brasil. In: PAULA, Eurípides Simões de (org.). **Anais do V Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História**, São Paulo, Seção Gráfica da FFLCH/USP, 1971. Disponível em <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8640020> acesso 29 jul. 2022

CANGUILHEM, Georges. **O normal e o patológico**. 6.ed. rev. - Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

CARVALHO, A. F. de. **História e subjetividade no pensamento de Michel Foucault**. 2007. 242 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Departamento de Filosofia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. Disponível em https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8133/tde-20122007-133438/publico/TESE_ALEXANDRE_FILORDI_CARVALHO.pdf acesso 29 jul. 2022

CARVALHO, Alexandre Filordi de. A figura genealógica do monstruoso: corpos deformados, desmedidos e repugnantes. **REDISCO**. Vitória da Conquista, v. 2, n. 1, p. 8-16, 2013. Disponível em <https://periodicos2.uesb.br/index.php/redisco/article/view/2692> acesso 29 jul. 2022

CARVALHO, Alexandre Filordi. Por uma ontologia política da (d)eficiência no governo da infância. In: RESENDE, Haroldo de. **Michel Foucault: o governo da infância**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

CENTELHA. **Ruptura**. Editora N-1 Edições, 1ª edição, 2019.

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CESAR, Maria Rita de Assis. **A Invenção da “Adolescência” no Discurso Psicopedagógico**. Dissertação de Mestrado em Educação, Universidade Estadual de Campinas, 1998. Disponível em <https://core.ac.uk/download/pdf/296824123.pdf> acesso 29 jul. 2022

CESAR, Maria Rita de Assis. Gênero, sexualidade e educação: notas para uma “Epistemologia”. **Educar**, Curitiba, n. 35, p. 37-51, 2009. Disponível em <https://www.scielo.br/j/er/a/KJYWKvFypgHjzbMtm4MvwDv/> acesso 29 jul. 2022

CÉSAR, M. R. de A.; DUARTE, A. de M. Governo e pânico moral: corpo, gênero e diversidade sexual em tempos sombrios. **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, n. 66, p. 141-155, out./dez. 2017. Disponível em <https://www.scielo.br/j/er/a/KfwSdvDGNG4q7DQvmg4N9pG/abstract/?lang=pt> acesso 29 jul. 2022

COHEN, Stanley. **Folk devils and moral panics: The creation of the Mods and Rockers**. Routledge Classics, London and New York, 2002

COLLING, Ana Maria; TEDESCHI, Losandro Antonio (org.). **Dicionário Crítico de Gênero**. 2ª Edição. UFGD Editora, 2019

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Referências Técnicas para atuação de psicólogas(os) na rede de proteção às crianças e adolescentes em situação de violência sexual**. Brasília: CFP, 2020. Disponível em <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2020/06/REFERÊNCIAS-TÉCNICAS-PARA-ATUAÇÃO-DE-PSICÓLOGASOS-NA-REDE-DE-PROTEÇÃO-ÀS-CRIANÇAS-E-ADOLESCENTES-EM-SITUAÇÃO-DE-VIOLÊNCIA-SEXUAL.pdf> acesso 3 ago. 2022

DELEUZE, Gilles. POST-SCRIPTUM SOBRE AS SOCIEDADES DE CONTROLE. **Conversações: 1972-1990**. Rio de Janeiro: Ed. 34, 2017, p. 223-230. Tradução de Peter Pál Pelbart

DELEUZE, Gilles. **O que é um dispositivo?** 2005. Disponível em https://www.uc.pt/iii/ceis20/conceitos_dispositivos/programa/deleuze_dispositivo o acesso 29 jul. 2022

DELEUZE, Gilles. **Foucault**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

DELEUZE, Gilles & GUATTARI, Felix. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia**. Vol.I. São Paulo: Ed.34, 1995.

DELIGNY, Fernand. **O aracniano e outros textos**. Tradução Lara de Malimpesa. São Paulo: 1 edições, 2015.

DESLANDES, Keila. **Atos, pactos, impactos: direitos humanos e políticas públicas**. 1a. ed. Belo Horizonte: Fino Traço Editora, 2015. v. 1. 246p.

DESLANDES, Keila. Sobre disputas anti-igualitárias e políticas públicas: mais argumentos para o debate. **Interface (Botucatu)**, Botucatu, v. 23, e190067, 2019. Disponível em <https://www.scielo.br/j/icse/a/yq7ycHxQzLGBggPXpfbMzfb/?lang=pt> acesso 29 jul. 2022

DIAS, Carolina Nascimento; GUZZO, Raquel Souza Lobo. Escola e demais redes de proteção: aproximações e atuações (im)possíveis?. **Pesquisas e**

Práticas Psicossociais. 13(3), São João del Rei, julho-setembro de 2018. e1848. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/ppp/v13n3/12.pdf> acesso 3 ago. 2022

DOSSE, François. História do tempo presente e historiografia. **Tempo e Argumento:** Revista do Programa de Pós-Graduação em História. Florianópolis, v. 4, n. 1, p. 5 - 22, jan/jun, 2012. Disponível <http://www.revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180304012012005> acesso 29 jul. 2022

DUBOIS, Christophe; DELOIRE, Christophe. **Sexus Politicus.** Ed.: Albin Michel, 2006.

DUQUE, Tiago. Ninguém nasce Inês Brasil, torna-se Inês Brasil: artefato cultural, pânico moral e ?ideologia de gênero? em Campo Grande (MS). **MOMENTO - Diálogos em Educação,** v. 28, p. 227-247, 2018. Disponível em <https://periodicos.furg.br/momento/article/view/7787> acesso 29 jul. 2022

ENGEL, C.. A violência contra a mulher. In: Natália Fontoura; Marcela Rezende; Ana Carolina Querino. (Org.). **Beijing +20: avanços e desafios no Brasil contemporâneo.** 1ed.Brasília: IPEA, 2020, v. 1, p. 159-2015.

ESCOLA SEM HOMOFOBIA. Disponível em <https://nova-escola-producao.s3.amazonaws.com/bGjtqbyAxV88KSj5FGExAhHNjzPvYs2V8ZuQd3TMGj2hHeySJ6cuAr5ggvfw/escola-sem-homofobia-mec.pdf> acesso 29 jul. 2022

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social.** Brasília: UNB, 2001.

FARGE, Arlette. **O sabor do arquivo.** São Paulo: editora da Universidade de São Paulo, 2017.

FELIPE, Jane; GUIZZO, Bianca Salazar. Erotização dos corpos infantis na sociedade de consumo. **Pro-Posições.** v. 14, n. 3 (42) - set./dez. 2003. Disponível em https://www.fe.unicamp.br/pf-fe/publicacao/2214/42-dossie-felipej_etal.pdf acesso 29 jul. 2022

FELIPE, Jane. Representações de gênero, sexualidade e corpo na mídia. **Revista tecnologia e sociedade.** v. 2, n. 3, 2006. Disponível em <https://periodicos.utfpr.edu.br/rts/article/view/2490> acesso 29 jul. 2022

FELIPE, Jane. Afinal, quem é mesmo pedófilo? **cadernos pagu** (26), janeiro-junho de 2006b: pp. 201-223. Disponível em <https://www.scielo.br/j/cpa/a/zZSN3sYGnVJH6rB6Wwws5Qd/?format=pdf&lang=pt> acesso 29 jul. 2022

FELIPE, Jane. Gênero, sexualidade e a produção de pesquisas no campo da educação: possibilidades, limites e a formulação de políticas públicas. **Pro-Posições,** v. 18, n. 2 (53) - maio/ago. 2007. Disponível em <https://www.fe.unicamp.br/pf-fe/publicacao/2425/53-dossie-felipej.pdf> acesso 3 ago. 2022

FELIPE, Jane. Erotização dos corpos infantis. In: LOURO, Guacira Lopes; FELIPE, Jane; GOELLNER, Silvana Vilodre. **Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação**. Editora vozes, 2013

FELIPE, J.; GUIZZO, B. S. Erotização dos corpos infantis na sociedade de consumo. **Pro-Posições**, v. 14, n. 3, p. 119-130, 3 mar. 2016. Disponível <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/proposic/article/view/8643865> acesso 29 jul. 2022

FONSECA, Sandra Teixeira; MENDONÇA, Viviane Melo de. Narrativas de re(existências) de mães de pessoas transgêneros e suas lutas nos espaços escolares. **Ensino & Pesquisa**, União da Vitória, v.19, n.1,p.69-79, jan.-abr.,2021. Disponível em <https://periodicos.unespar.edu.br/index.php/ensinoepesquisa/article/view/4031/2916> acesso 16 ago. 2022

FORUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. VIOLÊNCIA CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES (2019-2021). Disponível em <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2021/12/violencia-contra-criancas-e-adolescentes-2019-2021.pdf> acesso 3 ago. 2022

FOUCAULT, Michel. Politics and Reason. In: KRITZMAN, Lawrence D. (Ed.) **Politics, philosophy, culture: interviews and other writings 1977-1984**. Transl. Alan Sheridan et al. New York: Routledge, 1988.

FOUCAULT, Michel. Estruturalismo e pós-estruturalismo. In: **Ditos e Escritos II**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000. P. 307-334.

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da biopolítica: curso dado no Collège de France (1978-1979)**. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008

FOUCAULT, Michel. **Segurança, território, população**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2008b

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)**. 2ª ed., São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010a.

FOUCAULT, Michel. **Os anormais: curso no Collège de France**. 4ª edição. São Paulo: Editora WMF, Martins Fontes, 2010b.

FOUCAULT, Michel. **A hermenêutica do sujeito**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010c

FOUCAULT, Michel. **O governo de si e dos outros**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010d

FOUCAULT, Michel. **A coragem da verdade: o governo de si e dos outros II**. Curso no Collège de France (1983-1984). São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011.

FOUCAULT, Michel. **A história da sexualidade I: A vontade do saber**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2012a.

FOUCAULT, Michel. **A história da sexualidade II: O uso dos prazeres**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2012b.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: nascimento das prisões**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2013.

FOUCAULT, Michel. **Eu, Pierre Rivière, que degolei minha mãe, minha irmã e meu irmão...** Rio de Janeiro: Graal, 2013b.

FOUCAULT, Michel. Nietzsche, a genealogia e a história. In: Idem. **Microfísica do poder**. Trad. Roberto Machado. 28. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2014a

FOUCAULT, Michel. **A história da sexualidade III: o cuidado de si**. São Paulo: Paz e Terra, 2014b

FOUCAULT, Michel. **Do governo dos vivos**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2014c

FOUCAULT, Michel. **A sociedade punitiva**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2015

FOUCAULT, Michel. **O que é a crítica? Seguido de A cultura de si**. Tradução: Pedro Elói Duarte. Lisboa: Edições Texto & Grafia, 2017.

FOUCAULT, Michel. **O enigma da revolta: entrevistas inéditas sobre a Revolução Iraniana**. N-1 edições, 2018

FOUCAULT, Michel. **História de la sexualidade IV: las confesiones de la carne**. Siglo XXI España Editores, 2019

FUNARI, Pedro Paulo. Os historiadores e a cultura material. In.: PINSKY, Carla Bassanezi. [org.]. **Fontes históricas**. Editora Contexto, 2008

GALLO, Silvio. Em torno de uma educação menor. **Educação & Realidade**, 27(2): 169-178 jul./dez. 2002. Disponível <https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/download/25926/15194> acesso 29 jul. 2022

GALLO, Silvio. A Vila: microfascismos, fundamentalismo e educação. In.: GALLO, Silvio; VEIGA-NETO, Alfredo. **Fundamentalismo & educação**. Autêntica, 2009. acesso 29 jul. 2022

GALLO, Silvio. Governamentalidade democrática e ensino de filosofia no Brasil contemporâneo. **Cadernos de Pesquisa** (Fundação Carlos Chagas), v.42, 2012, p.48 - 64. Disponível <https://www.scielo.br/j/cp/a/FYVwfRDc45K4z54Pjy38TGK/abstract/?lang=pt> acesso 29 jul. 2022

GALLO, Silvio. "O pequeno cidadão": sobre a condução da infância em uma governamentalidade democrática In: RESENDE, H. (org.). **Michel Foucault - O Governo da Infância**. Belo Horizonte: Autêntica, 2015, p. 329-343.

- GALLO, Silvio. Políticas da diferença e políticas públicas em educação no Brasil. **Educação e Filosofia**, Uberlândia, v. 31, n. 63, p. 1497-1523, set./dez. 2017a. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/EducacaoFilosofia/article/view/36722> acesso 29 jul. 2022
- GALLO, Silvio. Biopolítica e subjetividade: resistência? **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, v. 33, n. 66, p. 77-94, out./dez. 2017b. Disponível <http://www.scielo.br/pdf/er/n66/0104-4060-er-66-77.pdf> acesso 29 jul. 2022
- GALLO, S. De la anarqueologia como operador metodológico. *In*: PULIDO, Ó. C.; BERNAL, E. (Orgs.). **Formas y expresiones metodológicas en el último Foucault**. Tunja: Editorial UPTC, 2017c, p.43-74
- GALLO, Silvio. D. de O. Tempos difíceis, mas não impossíveis. **Pro-Posições**, v. 30, p. 1-5, 4 set. 2019. Disponível <http://www.scielo.br/pdf/pp/v30/0103-7307-pp-30-e2019ed01.pdf> acesso 29 jul. 2022
- GARCIA, Marcos Roberto Vieira; MENDONÇA, Viviane Melo de; LEITE, Kelen Christina. Discriminação e violência homofóbica segundo os participantes da 6ª parada do orgulho LGBT de Sorocaba-SP: subsídios para (re) pensar as práticas educativas. **Cad. Pes.**, São Luís, v. 22, n. 3, set./dez. 2015. Disponível em www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/cadernosdepesquisa/article/view/4189/2224 acesso 16 ago. 2022
- GATTI, Márcio Antônio; MENDONÇA, Viviane de Melo de. O estereótipo e a necessidade de (contra)dizer em tempos de conservadorismo político-religioso. **Laplage em Revista** (Sorocaba), vol.4, n.1, jan.-abr. 2018,p.81-91. Disponível em <https://laplageemrevista.editorialaar.com/index.php/lpg1/article/view/352/313> acesso 16 ago. 2022
- GONÇALVES DA SILVA, C.; LIONÇO, T. Temas perigosos para educação? Juventudes, instituições de ensino, gênero e sexualidades. **Revista Inter Ação**, Goiânia, v. 44, n. 1, p. 180–195, 2019. DOI: 10.5216/ia.v44i1.48959. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/interacao/article/view/48959>. Acesso em: 3 ago. 2022.
- GOODE, Erich; BEN-YEHUDA, Nachman. Moral panics: culture, politics and social construction. **Annual Review of Sociology**, V. 20, 149-171, 1994. Disponível <https://ssc.wisc.edu/~oliver/SOC924/Articles/GoodePanics.pdf> acesso 29 jul. 2022
- GROS, Frédéric. A parrhesia em Foucault (1982-1984). *In*: GROS, Frédéric. (org.) **Foucault: a coragem da verdade**. São Paulo: Parábola editorial, 2004.
- GUATTARI, Felix; ROLNIK, Suely. **Micropolítica: cartografias do desejo**. Editora Vozes, 4 ed. 1996.
- HOBBSAWM, E. J. **Sobre história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

HUMAN RIGHTS WATCH. "Tenho medo, esse era o objetivo deles" Esforços para proibir a educação sobre gênero e sexualidade no Brasil, 2022. ISBN: 978-1-62313-982-7. Disponível em https://www.hrw.org/sites/default/files/media_2022/05/brazil_lgbt0522pt_web.pdf acesso 3 ago 2022

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. Pedagogia do armário e currículo em ação: heteronormatividade, heterossexismo e homofobia no cotidiano escolar. In.: KRAMER, Sonia. As crianças de 0 a 6 anos nas políticas educacionais no Brasil: educação infantil e é fundamental. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 27, n. 96, 2012, p. 797-818, Oct. 2006. Disponível em <https://www.scielo.br/j/es/a/Vc4sdh6KwCDyQPvGGY8Tkmn/?lang=pt> acesso 29 jul. 2022

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. A invenção da "ideologia de gênero": a emergência de um cenário político-discursivo e a elaboração de uma retórica reacionária antigênero. **Rev. psicol. polít.**, São Paulo, v. 18, n. 43, p. 449-502, dez. 2018. Disponível <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rpp/v18n43/v18n43a04.pdf> acesso 29 jul. 2022

LACOUTURE, Jean. "A História Imediata" In: LE GOFF, Jacques (org.) **A História Nova**. São Paulo: Martins Fontes, 1978. pág. 215 – 239

LANDINI, Tatiana Savoia. Violência sexual contra crianças na mídia impressa: gênero e geração. **cadernos pagu** (26), janeiro-junho de 2006: pp.225-252. Disponível em <https://www.scielo.br/j/cpa/a/mMPctYcHRTRCNKcRwQTVWNp/?lang=pt> acesso 29 jul. 2022

LEVISTKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. Como as democracias morrem. 1a ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2018

LIMA, Iana Gomes de Hypolito, Álvaro Moreira. A expansão do neoconservadorismo na educação brasileira. **Educação e Pesquisa** [online]. 2019, v. 45 Disponível em <https://www.scielo.br/j/ep/a/DYxJyKYs6XjMBSrD6fwbJx/?lang=pt> acesso 29 jul. 2022

LIONÇO, Tatiana. Feminista, demoníaca, professora, psicóloga e inimiga pública. In: GUIMARÃES, Rafael Siqueira; VERGUEIRO, Viviane; MARCOS, Marcela Aparecida de; FORTUNATO, Ivan (org.). **Gênero e Cultura: Perspectivas Formativas**, vol. 3. São Paulo: Edições Hipótese, 2019. 129p

LIONCO, Tatiana. 'Ideologia de gênero' como elemento da retórica conspiratória do 'globalismo'. In: FACCHINI, Regina; FRANÇA, Isadora Lins. **Direitos em disputa: LGBTI+, poder e diferença no Brasil contemporâneo**. Campinas: Editora da Unicamp, 2020

em https://livedetrabalhoinfantil.org.br/wp-content/uploads/2019/03/rededeprotecao_.pdf acesso 3 ago. 2022

MALTA, Renata Barreto; FLEXOR, Carina Luisa Ochi; COSTA, Aianne Amado Nunes. Uma nova velha história: sobre censura e literatura LGBTQ+. **estud. lit. bras. contemp.**, Brasília, n. 61, e6110, 2020

MCLAREN, Margaret A. **Foucault, feminismo e subjetividade**. São Paulo: Intermeios, 2016.

MATOS, Sônia Regina da Luz. Resenha. **revista entreideias**, Salvador, v. 5, n. 2, p. 97-102, jul./dez. 2016. Disponível em <https://www.resenhacritica.com.br/tag/matos-sonia-regina-de-luz-res/> acesso 29 jul. 2022

MBEMBE, Achille. Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. **Arte & Ensaios**, revista do ppgav/eba/ufrrj, n. 32, dezembro, 2016 disponível em <https://revistas.unilasalle.edu.br/index.php/redes/article/view/5048> acesso 29 jul. 2022

MENDONÇA, Viviane Melo de Mendonça. Adolescentes como autores de si próprios: cotidiano, educação e o hip hop. **Cad. Cedes, Campinas**, v. 22, n. 57, agosto/2002, p. 63-75. Disponível em <https://www.scielo.br/j/ccedes/a/ZkVgvrHCqkbKKRTBfmTTYPC/?format=pdf&lang=pt> acesso 16 ago. 2022

MERCURI, K. T. Conflitos sociais contemporâneos: possíveis causas e consequências dos linchamentos virtuais. **HUMANIDADES & INOVAÇÃO**, v. 5, p. 197-208, 2018. Disponível em <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/653> acesso 29 jul. 2022

MERCURI, K. T.; LIMA-LOPES, R. E. Discurso de ódio em mídias sociais como estratégia de persuasão popular. **TRABALHOS EM LINGUÍSTICA APLICADA**, v. 59, p. 1216-1238, 2020. Disponível em <https://www.scielo.br/j/tla/a/5nXh3dFwFnRvJfJXXydJXMj/?lang=pt> acesso 29 jul. 2022

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. SIS MP nº 14.0522.000046112017-1 **INQUÉRITO CIVIL Nº 207/17**. Acesso por meio da Lei de Acesso à Informação. acesso 29 jul. 2022

MISKOLCI, Richard. Sexualidade e orientação sexual. In. MISKOLCI, Richard. [Org.] **Marcas da Diferença no Ensino Escolar**. São Carlos: EdUFSCar, 2010

MISKOLCI, Richard. **Teoria queer: um aprendizado pelas diferenças**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

MISKOLCI, Richard. **Batalhas morais: política identitárias na esfera pública técnico-midiaticizada**. Ed. Autêntica, 2021.

MISKOLCI, Richard; Campana, Maximiliano. "Ideologia de gênero": notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo. **Revista Sociedade e Estado** – Volume 32, Número 3, Setembro/Dezembro 2017 Disponível em <https://www.scielo.br/j/se/a/Ns5kmRtMcSXDY78j9L8fMFL/?format=pdf&lang=pt> acesso 29 jul. 2022

MOLL, Roberto. **Diferenças entre neoliberalismo e neoconservadorismo: duas faces da mesma moeda?** [S. l.]: Unesp, 2015. Disponível em <https://ieei.unesp.br/porta/wp-content/uploads/2016/11/Diferenças-entre-neoliberalismo-e-neoconservadorismo.pdf> acesso 29 jul. 2022

MOUNK, Yascha. **O povo contra a democracia**. Por que nossa liberdade corre perigo e como salvá-la. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

OLIVEIRA, Thaine Moreira de. AUTORIDADE CIENTÍFICA EM TEMPOS DE CRISE EPISTÊMICA: a circulação de teorias da conspiração nas mídias sociais. In: **Compós**. Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação XXVIII Encontro Anual da Compós, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre - RS, 11 a 14 de junho de 2019

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Convenção Única de 1961 sobre estupefacientes. Emendada por el Protocolo de 1972 de Modificación de la Convención Única de 1961 sobre Estupefacientes. acesso 29 jul. 2022

PASSETTI, Edson. O Menor no Brasil Republicano. In: PRIORE, Mary Del. (Org.) **História da criança no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991

PASSETTI, E. Os Novos Miseráveis. **SÃO PAULO EM PERSPECTIVA**, SÃO PAULO, v. 8, n.2, p. 48-55, 1994. Disponível em http://produtos.seade.gov.br/produtos/spp/v08n03/v08n03_08.pdf acesso 29 jul. 2022

PATERNIO, Keli Andréia Vargas. **A Invasão da Erotização do Adulto no Mundo Infantil: micropoderes na vida pública e privada**. Dissertação de Mestrado em Educação, Universidade Estadual de Maringá, 2011. Disponível http://www.ppe.uem.br/SITE_PPE_2010/dissertacoes/2011-Keli-Paterno.pdf acesso 29 jul. 2022

PAXTON, Robert. **A anatomia do fascismo**. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

PINHEIRO JUNIOR, Ari. **Narrativas de protesto: a copa das Black Blocs**. Dissertação de Mestrado em Educação, UFSCar Sorocaba, 2016. Disponível em <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/7914> acesso 29 jul. 2022

PRADO FILHO, Kleber; TETI, Marcela Montalvão. A cartografia como método para as ciências humanas e sociais. *Barbarói, Santa Cruz do Sul*, n.38, p.<45-59>, jan./jun. 2013. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/barbaroi/n38/n38a04.pdf> acesso 29 jul. 2022

RABINOW, Paul; DREYFUS, Hubert. **Foucault**: uma trajetória filosófica para além do estruturalismo e da hermenêutica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995

RAGO, M. O efeito-Foucault na historiografia brasileira. RAGO, Margareth. O efeito-Foucault na historiografia brasileira. *Tempo Social; Rev. Sociol. USP*, 7(1-2): 67-82, outubro de 1995. Disponível <http://www.scielo.br/pdf/ts/v7n1-2/0103-2070-ts-07-02-0067.pdf> acesso 29 jul. 2022

RAGO, M. Libertar a História. In: RAGO, M; ORLANDI, Luiz B; VEIGA-NETO, Alfredo. [Org.] **Imagens de Foucault e Deleuze** – ressonâncias nietzschianas. DP&A Editora – Rio de Janeiro, 2002 – 1a Edição. Disponível https://historiacultural.mpbnet.com.br/pos-modernismo/Margareth_Rago-Libertar_a_Historia.pdf acesso 29 jul. 2022

RAGO, Margareth. **A aventura de contar-se**: feminismos, escrita de si e invenções da subjetividade. Campinas: Editora da Unicamp, 2013.

RATZINGER, J. A. **La sal de la tierra**. Madrid: Libros Palabra, 1997

REICH, Wilhelm. **Psicologia de massas do fascismo**. São Paulo: Martins Fontes, 1988, 2ª ed.

RIBEIRO, Alex. **Caso escola base**: os abusos da imprensa. Editora: Ática S.A. São Paulo, 1995

RIBEIRO, Betânia de Oliveira Laterza; SILVA, Elizabeth Farias da; SILVA, Maria Aparecida Alves. Jornal como fonte: uma das pontas do iceberg nas narrativas em História da Educação. **Cadernos de História da Educação** – v. 13, n. 1 – jan./jun. 2014. Disponível em <https://seer.ufu.br/index.php/che/article/view/28175/15550> acesso 29 jul. 2022

RIBEIRO, Renato Janine. **A sociedade contra o social**. São Paulo: Cia das Letras, 2000.

ROCHA, Camila. **"Menos Marx, mais Mises"**: uma gênese da nova direita brasileira (2006-2018). Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de Ciência Política, 2018. Disponível em <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8131/tde-19092019-174426/pt-br.php> acesso 29 jul. 2022

ROLNIK, Suely. **Cartografia sentimental**: transformações contemporâneas do desejo. Porto Alegre: Sulina; Editora da UFRGS, 2016

ROLNIK, Suely. **Esferas da insurreição**: notas para uma vida não cafetina. Ed: N-1 edições, 2018

RUBIN, Gayle. Thinking Sex: Notes for a Radical Theory of the Politics of Sexuality". Em: VANCE, Carole (org.). **Pleasure and Danger**: Exploring Female Sexuality. Boston e Londres, Routledge & Kegan Paul. 2012 Disponível em

<https://sites.middlebury.edu/sexandsociety/files/2015/01/Rubin-Thinking-Sex.pdf> acesso 29 ju. 2022

RUNCIMAN, David. **Como a democracia chega ao fim**. São Paulo: Todavia, 2019.

SALEMA, Yvonne Torres. Hemeroteca: Arquivo Atual para Problemas Emergentes. **ÁGORA**: Arquivologia em debate, n. 8, 1998. Disponível em <https://agora.emnuvens.com.br/ra/article/view/358> acesso 29 jul. 2022

SANTOS, Benedito Rodrigues dos. **Guia escolar**: identificação de sinais de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes / Benedito Rodrigues dos Santos, Rita Ippolito – Seropédica, RJ: EDUR, 2011. Disponível em <https://bibliotecadigital.mdh.gov.br/jspui/bitstream/192/1117/1/guia.pdf> acesso 29 jul. 2022

SANTOS, R. R dos; MENDONÇA, V. A . Melo de. democracia que virá: alternativas contemporâneas em diálogo com o patriarcado de Pindorama. *Das Questões*, [S. l.], v. 11, n. 1, 2021. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/dasquestoes/article/view/37244>. Acesso em: 16 ago. 2022.

SIGALA, Claude. **Visiblement je vous aime!** Edition du Corail, 1980.

SCHÖPKE, R. **Por uma filosofia da diferença**: Deleuze, o pensador nômade. São Paulo: Edusp, 2004.

SORJ, Bila. Apresentação. In.: MISKOLCI, Richard. **Batalhas Morais**: Política identitária na esfera pública técnico-midiatizada. Editora Autêntica, 2021

SOUZA FILHO, Danilo Marcondes. **Filosofia, linguagem e comunicação**. São Paulo: Cortez, 1983.

SOUZA, Thaís dos Santos. Violação das garantias processuais brasileira praticadas pela Mídia: uma análise do caso Escola Base/ 1994. **Media & Jornalismo**, Lisboa, v. 19, n. 34, p. 269-293, jun. 2019. Disponível <https://scielo.pt/pdf/mj/v19n34/v19n34a19.pdf> acesso 29 jul. 2022

Spinoza, Benedictus de. **Pensamentos metafísicos**: Tratado da correção do intelecto; Ética; 3ªed. Tratado político; Correspondência / Baruch de Espinosa; seleção de textos de Marilena de Souza Chauí ; traduções de Marilena de Souza Chauí... [et al.]. — 3. ed. — São Paulo; Abril Cultural, 1983.

TAMAYO, Juan José. NEOFASCISMO Y RELIGIÓN. LOS PREDICADORES DEL NEOFASCISMO. In: GUAMÁN, Adoración; ARAGONESES, Alfons; MARTÍN, Sebastián. [Org.]. **Neofascismo**: la bestia neoliberal. ePub 1.0, Titivillus, 2020.

UNICEF. **Panorama da violência letal e sexual contra crianças e adolescentes no Brasil**, 2021. Disponível em

<https://www.unicef.org/brazil/media/16421/file/panorama-violencia-letal-sexual-contra-criancas-adolescentes-no-brasil.pdf> acesso 3 ago. 2022

VEIGA-NETO, Alfredo José da. **A ordem das disciplinas**. Tese de Doutorado: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em Educação. 1996. Disponível em <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/131158> acesso 29 jul. 2022

VIANNA, Cláudia Pereira; UNBEHAUM, Sandra. O gênero nas políticas públicas de educação no Brasil: 1988-2002. **Cad. Pesqui.**, São Paulo, v. 34, n. 121, p. 77-104, Apr. 2004. Disponível em <https://www.scielo.br/j/cp/a/KT99NbZ5MFVHHmSm4kwRVGN/?lang=pt> acesso 29 jul. 2022

WAINBERG, Jacques Alkalai. Mensagens fakes, as emoções coletivas e as teorias conspiratórias. **Galaxia** (São Paulo, online), ISSN 1982-2553, n. 39, set-dez., 2018, p. 150-164. <http://dx.doi.org/10.1590/1982-255434446>

WEEKS, Jeffrey. O corpo e a sexualidade. In. LOURO, Guacira Lopes. **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. 4. Ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018.

YOUNG, J. **Moral Panics Origins in Resistance, Ressentiment and the Translation of Fantasy into Reality**. *The British Journal of Criminology*, v.49, n.1, p.4-16, 2008. acesso 29 jul. 2022

ZEP. **Aparelho sexual e cia: um guia inusitado para crianças descoladas**. São Paulo: Seguinte, 2007.

*este trabalho foi escrito num contexto
de sistemáticas perseguições aos
direitos humanos e aos estudos de
gênero e sexualidades no Brasil.*